

Marilda Villela lamamoto
Maria Inês Souza Bravo
Graziela Scheffer
Maurílio Castro de Matos
(ORGS.)

SERVIÇO SOCIAL, DESIGUALDADES E LUTAS SOCIAIS

AMÉRICA LATINA E EUROPA



 CAPES

 FAPERJ

 mórula
EDITORIAL

Marilda Villela lamamoto
Maria Inês Souza Bravo
Graziela Scheffer
Maurílio Castro de Matos
(ORGS.)

SERVIÇO SOCIAL, DESIGUALDADES E LUTAS SOCIAIS

AMÉRICA LATINA E EUROPA



Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

CONSELHO EDITORIAL

Ana Lole, Eduardo Granja Coutinho, José Paulo Netto,
Lia Rocha, Manoel Ricardo de Lima, Márcia Leite,
Mauro Iasi e Virgínia Fontes

REVISÃO

Marília Pereira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DE ACORDO COM ISBD

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva — CRB 8/9410

S492

Serviço social, desigualdades e lutas sociais [recurso eletrônico]:
América Latina e Europa / organizado por Marilda Villela
Iamamoto ... [et al.]. — Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024.
364 p. ; PDF ; 4 MB.

ISBN 978-65-6128-076-1 (Ebook)

1. Serviço social. 2. América Latina. 3. Desigualdade. 4. Europa. 5.
Lutas sociais. I. Iamamoto, Marilda Villela. II. Bravo, Maria Inês
Souza. III. Scheffer, Graziela. IV. Matos, Maurílio Castro de. V.
Título.

2024-4620

CDD: 360

CDU: 364

Índice para catálogo sistemático:

1. Serviço social 360
 2. Serviço social 364
-



Rua Teotônio Regadas 26 sala 103

20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ

www.morula.com.br _ contato@morula.com.br

 morulaeditorial  morula_editorial

SUMÁRIO

- 8 **PREFÁCIO | O Serviço Social na História**
IVANETE BOSCHETTI
- 15 **APRESENTAÇÃO**
MARILDA VILLELA IAMAMOTO • MARIA INÊS SOUZA BRAVO
GRAZIELA SCHEFFER • MAURÍLIO CASTRO DE MATOS
- 26 **PARTE I | SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL
E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA
E EUROPA**
- 27 **A pesquisa em rede "O Serviço Social na História:
questão social, movimentos e lutas sociais —
América Latina e Europa (1960-2020)"**
MARIA ROSÂNGELA BATISTONI • MARILDA VILLELA IAMAMOTO
MAURÍLIO CASTRO DE MATOS
- 47 **Serviço Social na história : avanços e desafios
da pesquisa em rede**
ALEXANDRA APARECIDA LEITE TOFFANETTO SEABRA EIRAS
CARINA BERTA MOLJO • MARIA HELENA ELPÍDIO
MARIA ROSÂNGELA BATISTONI • MAURÍLIO CASTRO DE MATOS
SERGIO QUINTERO LONDOÑO • THAÍSA TEIXEIRA CLOSS
- 68 **Tendências e desafios do Serviço Social europeu
na atualidade**
ELAINE ROSSETTI BEHRING
- 83 **Tendências do Serviço Social português
contemporâneo: uma profissão em movimento:
avanços, retrocessos e desafios**
ALCINA DE CASTRO MARTINS

- 104 Servicios Sociales y Trabajo Social: tendencias profesionales en el proceso de democratización en España**
MIGUEL ANGEL OLIVER • VIRGÍNIA ALVES CARRARA
ROSANA MATOS-SILVEIRA
- 128 Serviço Social na Europa: questão social e perspectiva crítica**
ALEXANDRA APARECIDA LEITE TOFFANETTO SEABRA EIRAS
- 148 Revistas científicas y “cuestión social” en el Trabajo Social de la región andina latinoamericana**
SERGIO QUINTERO LONDOÑO
- 167 PARTE II | LUTAS SOCIAIS E EXPRESSÕES NO SERVIÇO SOCIAL**
- 168 Anticapitalismo e Serviço Social: unidade, diversidade e tendências no Brasil e Angola**
RAQUEL RAICHELIS • KELLY RODRIGUES MELATTI
TEREZINHA DE FÁTIMA RODRIGUES • AMOR ANTÓNIO MONTEIRO
JOSÉ FERNANDO SIQUEIRA DA SILVA
TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ
- 179 Serviço Social, lutas sociais e a questão democrática: propostas de análise da emergência e desenvolvimento do projeto profissional no Brasil nas décadas de 1970 a 1990**
MARIA LUCIA DURIGUETTO • MARIA BEATRIZ COSTA ABRAMIDES
MARIA ROSÂNGELA BATISTONI • SUSANA MARIA MAIA
GRAZIELA SCHEFFER • ANA LÍVIA ADRIANO
AMANDA GUAZZELLI
- 193 Trabajo Social y clases populares en Chile: aproximaciones teórico-políticas en el período de 1964-1973**
VÍCTOR ORELLANA BRAVO
- 215 A organização política da categoria profissional do Serviço Social no Brasil e a virada crítica nas entidades**
MARIA INÊS SOUZA BRAVO • ANA LUIZA AVELAR DE OLIVEIRA
CARINA BERTA MOLJO • ESTHER LUIZA DE SOUZA LEMOS
MARIA ELIZABETH SANTANA BORGES • MAURÍLIO CASTRO DE MATOS

- 229 Asociaciones de Trabajadoras/es Sociales en Colombia y sus procesos de capacitación-formación**
SERGIO QUINTERO LONDOÑO • ERIKA ALEJANDRA GONZÁLEZ ZARATE
NORA LILIANA GUEVARA PEÑA • LUISA MARÍA PULGARÍN ARBOLEDA
KATERINE MARCELA CARO LÓPEZ • MÓNICA MARÍA CASTAÑEDA GÓMEZ
- 245 Cuestión social, luchas sociales y Trabajo Social en el Uruguay: de la transición de la dictadura hasta el neoliberalismo**
ALEJANDRO CASAS • ADELA CLARAMUNT • SANDRA LEOPOLD
- 262 Contraindicaciones entre la vinculación de derechos en la Constitución Política de 1991 y el fortalecimiento del neoliberalismo en Colombia**
ROBERTH WILSON SALAMANCA ÁVILA
YENNY ANDREA BELALCÁZAR VÁSQUEZ
- 275 PARTE III | SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL**
- 276 Serviço Social na história na perspectiva da crítica da economia política**
INEZ ROCHA ZACARIAS • ISAURA GOMES DE CARVALHO AQUINO
MARÍA FERNANDA ESCURRA • ZIZA DOURADO
- 289 O debate da questão étnico-racial na profissão refazendo caminhos de "Uma história que a história não conta"**
MARIA HELENA ELPIDIO • JOÃO PAULO DA SILVA VALDO
SANDRA REGINA VAZ DA SILVA • RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA
MÔNICA PAULINO DE LANES
- 305 Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social: tendências de ensino no Brasil**
THAISA TEIXEIRA CLOSS • EDIANE PEREIRA SANTANA
JESSICA FLORES MIZOGUCHI • LUCCAS GOMES DOS SANTOS
RENATA GOMES SILVA • TATIANA REIDEL
- 322 Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos**
CLÁUDIA MÔNICA DOS SANTOS • MARIA CARMELITA AZBEK

**336 Socializando a pesquisa e a produção de conhecimento
sobre o "Serviço Social Radical no Reino Unido"**

ANTONIANA DEFILIPPO • GIOVANNA CANÊO

JHULIA SALVIANO DA SILVA

349 SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

PREFÁCIO

O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA

Ivanete Boschetti

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.*

Nesse ponto sou abastado.

Palavras que me aceitam como sou — eu não aceito.

Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas,

que puxa válvulas, que olha o relógio,

que compra pão às 6 horas da tarde,

que vai lá fora, que aponta lápis,

que vê a uva etc. etc.

Perdoai

Mas eu preciso ser Outros.

Eu penso renovar o homem usando borboletas.

MANOEL DE BARROS

RETRATO DO ARTISTA QUANDO COISA.

RIO DE JANEIRO: EDITORA RECORD, 1998.

Lanço mão desse extrato de poesia de Manoel de Barros para declarar a importância, para o Serviço Social, deste livro que tenho a imensa satisfação de prefaciar. Tal como nos sugere a poesia, seu conteúdo reivindica a história, portanto, a incompletude das relações sociais determinadas que são pela processualidade encharcada de movimento, lutas, construções sociais que negam a coisificação e

objetificação, e reivindicam a totalidade e universalidade das determinações que nos constituem como sujeitos na história. Não queremos ser coisas, repetições, mimetismos. Forjamos uma profissão que, inscrita na história que a determina, ousou sair de seu voluntarismo individualista e conservador originário, para negar-se a si mesma e compreender que precisamos ser outros e outras. Queremos ser (e estar com) outros e outras na construção coletiva de uma sociabilidade em que possamos ser “socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”, como reivindicou Rosa Luxemburgo.

A leitura em primeira mão do material que constitui esse livro me provocou essa inspiração. Ele reúne “outros e outras”. É uma produção coletiva assentada na busca pela compreensão dos processos concretos que particularizam o Serviço Social em vários países, mas é também um conjunto de reflexões prenhe de projetos e de propósitos balizados por uma unidade teórico-metodológica reivindicada e exposta em todos os seus 19 capítulos, organizados em três partes conectadas e amarradas por explícitos fios condutores que as interligam ao objetivo central da pesquisa que os origina que é a “elucidação da unidade e da diversidade da trajetória Serviço Social na história da América Latina e Europa”.

Com esse preâmbulo, já sinalizo uma das importâncias e ineditismos desse livro, que resulta de uma gigantesca pesquisa intuitiva “O Serviço Social na História: Questão Social e Movimentos Sociais — América Latina e Europa 1960-2020”, iniciada recentemente, conforme indica sua apresentação, e que reúne 80 pesquisadores(as) de 41 universidades localizadas em 09 países da América Latina e Europa. Não há no Brasil, e não tenho conhecimento de que haja em outros países, uma produção de tamanha envergadura, que nos ofereça a possibilidade de acessar informações que nos permitam compreender quais e como estão alicerçados os fundamentos históricos e teórico-metodológicos que atribuem sentido e direção ético-política ao Serviço Social. Se as particularidades nacionais atribuem cronologia, significados e expressões distintas

à profissão, as determinações estruturais da sociabilidade do capital conferem às experiências de cada país uma unidade na diversidade, frequentemente exploradas em cada texto da coletânea.

As leitoras e leitores encontrarão neste primeiro produto coletivo da pesquisa — certamente virão outros — a pesquisa em processo, e poderão se deparar com o próprio movimento metodológico da produção, didaticamente explicado em várias incursões ao longo do livro. Ainda que resultantes das etapas iniciais da investigação, cabe registrar que essa se insere e resulta em uma disposição coletiva e histórico-crítica de deslindar e fortalecer uma determinada perspectiva teórico-metodológica de Serviço Social no campo da tradição marxista.

O que estou querendo enfatizar, é que a intenção primeira desta pesquisa é revigorar e consolidar no âmbito da tradição marxista a perspectiva teórico-metodológica que explica os fundamentos do Serviço Social a partir da imprescindível articulação entre “teoria, método e história na busca de romper com os muros que os aprisionam em seu universo imediato e pretensamente específico”, conforme explicitado neste livro. Para o coletivo de pesquisadores(as) que o integra, os fundamentos do Serviço Social não são endógenos, mas se sustentam na totalidade das realidade das relações sociais, o que pressupõe ser impossível compreender o Serviço Social fora dos marcos da sociabilidade capitalista e suas determinações estruturantes como a lei geral da acumulação, a lei do valor, o trabalho, bem como suas determinações políticas na luta de classes, e as respostas do Estado às expressões da questão social, pela mediação dos direitos e das políticas sociais.

Essa perspectiva sustenta as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e seus Núcleos de fundamentação, mas nem sempre é compreendida em sua inteireza, e muitas vezes resvala para derivações que acabam tratando os núcleos separadamente, até mesmo mistificando os Fundamentos do Serviço Social como algo endógeno, próprio e específico da profissão, incorrendo no imenso risco de retroagir aos primórdios conservadores da profissão. Podemos situar histórica e

teoricamente o esforço intelectual dessa empreitada em explicar o Serviço Social a partir de suas determinações históricas no fértil e precursor livro de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, que desde sua primeira edição, em 1982, vem sendo uma referência incontornável nesse debate.

Não por acaso, o esforço intelectual (e estratégico) de agregar pesquisadores(as) de diversos países imbuídos dessa mesma perspectiva, e movidos(as) pela mesma preocupação de fortalecer as resistências coletivas nesses bárbaros tempos de avanço da extrema direita reacionária, faz parte da incansável trajetória teórica e política de Marilda Iamamoto. É dela, a partir do Centro de Estudos Octávio Ianni da FSS/UERJ, a iniciativa de formular e implementar uma primeira “rede” internacional e interinstitucional de pesquisadores, a partir do Projeto “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”, desenvolvido entre 2016 e 2021. Essa primeira iniciativa já rendeu muitas produções imprescindíveis de suas(seus) pesquisadoras(es), entre as quais destacaria: “Serviço Social na História: América Latina, África e Europa”, organizada pelas professoras Marilda Iamamoto e Carmelita Yazbek, em 2019; “A História pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais, organizada pelas professoras Marilda Iamamoto e Claudia Monica dos Santos em 2020; “Perspectivas Histórico-Críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA” organizada pelas docentes Alexandra Eiras, Carina Moljo e Maria Lúcia Duriguetto, publicada em 2022. Cito-as aqui porque esses trabalhos, reunidos a este livro, confluem e potencializam esse importante e colossal esforço para demonstrar que a possibilidade histórica de realização da profissão é determinada pelo movimento da totalidade concreta, do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da luta de classes.

Daí a importância teórico-metodológica e ético-política destas iniciativas que são, ao mesmo tempo, individuais, se tomarmos

os projetos específicos de cada grupo nacional de pesquisado- res(as), e coletivas, porque interagem, se movem e se orientam pelas mesmas preocupações, objetivos e intencionalidades. E nos oferecem, ainda que preliminarmente, dada a natureza em curso da pesquisa, elementos inovadores para compreendermos a diversidade do Serviço Social no tempo presente, que sofre as injunções do capitalismo contemporâneo em seu momento profundamente destrutivo das conquistas civilizatórias, da natureza, dos direitos e políticas sociais, e da questão social e suas expressões, que constituem a base material que requisita o trabalho profissional. Uma diversidade que, nos termos apontados no texto, “não ofusca a afirmação de sua unidade perante os desafios histórico nesse início de século”.

Dessa unidade, já emergem importantes “descobertas” que enriquecem nosso entendimento sobre as determinações do Serviço Social abaixo e acima da linha do Equador, e são poderosos instrumentos de fortalecimento das lutas coletivas anticapitalistas, antirracistas, antimachistas e misóginas, e antiLGBTfóbicas. Sem nenhuma intenção de abordar aqui todos os eixos analíticos da pesquisa, o que seria impossível neste curto espaço, diante de sua extensão, me arrisco a destacar apenas algumas de suas incursões e evidências.

A leitura nos revela que são “os traços das histórias de rupturas, questionamentos e movimentos contrahegemônicos, que permitiram a aproximação do Serviço Social com os interesses dos trabalhadores, com os movimentos e as lutas sociais circunscritas ao âmbito das desigualdades e resistências sociais de classe, etnia, gênero, geração, território e sexualidade, cuja incidência na profissão lhe forja novas feições”. São exemplos particulares demonstrados no livro o envolvimento da profissão com movimentos de resistência às ditaduras franquistas na Espanha e salazarista em Portugal, assim como nas ditaduras latino-americanas no Chile, Brasil, Argentina e Uruguai. Também são demonstradas as incursões específicas do Serviço Social nas lutas democráticas por direitos e políticas sociais e contra os avanços neoliberais, apesar das distintas compreensões sobre o

papel e limite do Estado Social capitalista na satisfação das necessidades sociais da classe trabalhadora, que muitas vezes o idealiza como garantidor de um possível bem-estar geral, e limita as lutas anticapitalistas, o que foi observado tanto em países europeus como latino-americanos.

O papel das organizações e associações profissionais no fortalecimento das lutas sociais e na constituição teórico-metodológica, ético-política e normativa do Serviço Social nos distintos países também está sendo investigado e revela não só sua disparidade, mas também demonstra que é a partir de sua inserção nas lutas da classe trabalhadora que nossas organizações ganham destaque e posicionamento crítico, embora nem sempre anticapitalistas, como se observa em países da América Latina participantes da pesquisa, bem como nos países europeus.

Outro importante enfoque da pesquisa é perceber como os fundamentos históricos e teórico-metodológicos sustentam a formação profissional em alguns países. Emerge aqui a inequívoca constatação da nossa rica construção histórica e teórico-metodológica fundamentada na tradição marxista, que nos tirou do calabouço obscurantista que nega a luta de classes, que exalta o capitalismo como único modo de produção possível, que aclama a democracia e cidadania burguesas como o único caminho capaz de assegurar a reprodução social.

Este livro, em seu processo de desvelamento das imbricadas e indissociáveis relações entre o Serviço Social, as desigualdades e as lutas sociais na América Latina e na Europa, nos aporta importantes descobertas, no dialético processo da unidade na diversidade que constitui sua ancoragem teórico-metodológica. Finalizo ressaltando tão somente duas delas.

É a compreensão e o reconhecimento do que nos determina histórica e estruturalmente que nos possibilita entender as particularidades e singularidades da profissão, conectadas à universalidade que nos define como classe trabalhadora e uma profissão

inserida na divisão sociotécnica do trabalho, o que nos potencializa, mas também nos limita e define nossas possibilidades profissionais.

Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos que justificam a existência e explicam as possibilidades de desenvolvimento do Serviço Social, mesmo que não sejam compreendidos a partir da totalidade histórica das relações capitalistas, são por elas determinadas. Conscientemente ou não, quem acredita e busca os fundamentos do Serviço Social no que acredita ser a própria história do serviço social continua buscando o (ou reeditando a busca do) “gato preto na sala escura”, tal como criticava José Paulo Netto em amplamente conhecido texto dos anos 80.

Por todo o exposto, leitoras(es), desfrutem desta obra e acompanhem os desdobramentos deste projeto estratégico de investigação para o Serviço Social da América Latina, Europa e África.

APRESENTAÇÃO

*Viver é muito perigoso.
(...) Mas os caminhos não acabam.*

GUIMARÃES ROSA

GRANDE SERTÃO: VEREDAS

O presente livro, “Serviço Social, desigualdade e lutas sociais na América Latina e Europa”, é um produto coletivo da pesquisa em rede “Serviço Social na história: questão social, movimentos e lutas sociais — América Latina e Europa (1960-2020)”. Ele origina-se da produção dos distintos subgrupos de pesquisadores presentes no VI Simpósio Internacional de Pesquisadores realizado em abril de 2023, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com apoio da FAPERJ, CAPES/Proex e UERJ. O objetivo geral foi proporcionar mais um espaço de reflexão e debates sobre as relações do Serviço Social com as lutas, movimentos e organizações da classe trabalhadora nos referidos continentes, considerando suas repercussões tanto no âmbito da organização político-profissional de assistentes sociais, quanto no âmbito da produção do conhecimento, da formação de nível superior e do trabalho profissional.

A pesquisa “Serviço Social na história” vem contribuindo para solidificar uma concepção sobre os fundamentos do Serviço Social em que a história em sua processualidade é a base e o horizonte da atuação de sujeitos sociais que lhe dão vida. O privilégio da história, reconhece o capital como relação social por excelência — relações entre classes sociais presididas pela exploração do trabalho. Ela afirma a reprodução ampliada do capital em tempos de hegemonia financeira e, no seu verso, a desigual apropriação dos frutos do trabalho coletivo, reproduzindo de forma ampliada as desigualdades sociais.

Tais relações de classe são adensadas nas condições reais de existência com opressões de gênero, etnia, geração, sexualidade, relações com a natureza em seus contornos e particularidades nacionais. Elas impulsionam a dinâmica da produção e reprodução das relações sociais na sociedade do capital em seus ciclos de expansão e crise.

Nessa angulação, o debate sobre os fundamentos do Serviço Social inclui, numa mesma teia, dimensões teórico-metodológicas, portadoras de maior nível de abstração, particularidades sócio-históricas em *Nuestra América* — dos países e povos que a constitui — em suas relações de dependência dos centros econômicos hegemônicos em tempos de crise mundial. As relações entre o Estado e a sociedade de classes por meio de políticas públicas e de formas de organização, lutas e movimentos sociais do conjunto das classes subalternas se condensam em suas múltiplas determinações no universo do Serviço Social — no trabalho, na formação e na organização de assistentes sociais. São aquelas condições históricas que conformam a necessidade social dessa profissão, expressa tanto no mercado de trabalho especializado inscrito no circuito da divisão social e técnica do trabalho na sociedade quanto em requisições dos sujeitos sociais com quem se trabalha — seus interesses coletivos e necessidades sociais, alvo da atuação de assistentes sociais. Distintos segmentos de trabalhadores buscam respostas, tanto nas políticas públicas de Estado quanto na força coletiva nos movimentos organizados, em suas lutas ante os conflitos sociais. Assim, só é possível decifrar a profissão — sua história, fundamentos teóricos e metodológicos, orientações éticas e políticas, estratégias e técnicas de trabalho — imersa em relações sociais historicamente determinadas que estabelecem e moldam requisições, exigências e formas de respostas atinentes ao Serviço Social, assim como limites e alcances do trabalho assalariado de assistentes sociais, enquanto sujeitos dessa profissão, no marco das forças sociais em disputa.

Essa direção se distingue de outras concepções em que os núcleos de fundamentação da formação acadêmico-profissional, propostos

nas diretrizes curriculares (ABESS, 1996) — Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional¹ — são lidos como uma tríade, cujos elementos constitutivos são aprendidos de forma paralela e autonomizada. Assim, os “fundamentos do Serviço Social” se reduziriam a tópicos de estudos que conformam esse último núcleo — os fundamentos do trabalho profissional —, fazendo com que esses fundamentos fiquem aprisionados em uma relação ensimesmada do Serviço Social consigo próprio, num pretense “universo genuíno”, que se distinguiria das matérias dos demais núcleos, cujas relações seriam de “externalidade”. Esse pode ser um caminho fértil para impulsionar concepções endogenistas com raízes no passado conservador. Assim, matérias não “imediatamente referidas ao Serviço Social” ofereciam, no máximo, subsídios *para* os fundamentos do Serviço Social, porquanto “exógenos” aos “fundamentos *do* Serviço Social propriamente dito” autorreferentes e a-históricos (substituindo os nomeados fundamentos do trabalho profissional nas diretrizes curriculares), evocando pinceladas de uma regressão conservadora na trajetória do debate contemporâneo do Serviço Social, ainda que protegida sob o guarda-chuva da diversificada “tradição marxista”.

No contraponto a esses caminhos tortuosos, a pesquisa “Serviço Social na história” traz como seu objetivo “elucidar a unidade e diversidade do Serviço Social na América Latina e Europa em sua trajetória recente, a partir da apreensão da questão social na dinâmica da crise do capital, explicitando as relações estabelecidas com as lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores e suas incidências no trabalho, formação, organização da categoria e produção do conhecimento na profissão (Batistoni *et al.*, 2022).

1 Disponível em: https://www.abepps.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 04 dez. 2024; Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf. Acesso em: 04 dez. 2024.

Essa pesquisa vem estimulando relações de cooperação e intercâmbio entre universidades e países nela envolvidos. Por meio de encontros periódicos objetiva-se alimentar o debate teórico-metodológico entre os pesquisadores de distintos níveis acadêmicos (doutores *seniors*, recém-doutores, estudantes de cursos de doutorado, mestrado e bolsistas de iniciação científica), socializar a produção dos subgrupos para apreciação coletiva e difundir resultados parciais junto às universidades participantes, apoiando processos de internacionalização de Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social.

Essa estratégia pretende impulsionar caminhos na perspectiva de construir uma desejada unidade teórico-metodológica na pesquisa como um todo e propiciar a articulação temática, e a desafiadora direção acadêmica e organizativa de um conjunto extenso e diversificado de pesquisadores participantes. Assim, essa pesquisa em rede propõe-se a ultrapassar o mero somatório de subprojetos, em favor de sua articulação em torno de uma proposta de investigação partilhada e coletivamente construída à qual pesquisadores oferecem sua adesão.

Essa trajetória de investigação teve seu início com o projeto interinstitucional e internacional “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”, desenvolvido entre 2016 e 2021, sob a coordenação das professoras Marilda Villela Iamamoto (UERJ) e Cláudia Mônica dos Santos (UFJF). Ela contou com financiamento do CNPq e apoio de diversas Universidades, notadamente das universidades promotoras e coordenadoras, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Durante o período 2016-2020, foram realizadas diversas atividades acadêmicas sob a forma de simpósios, ciclos de debates e seminários internacionais no Brasil e outros países da América Latina e da Europa, arrolados a seguir: Simpósio Internacional de Pesquisadores, com o tema “Crise do capital e conflitos de classe no contexto mundial latino-americano (1960-1980)”, realizado

no dia 03/11/2016, na Universidade Federal de Juiz de Fora; o Ciclo de debate sobre “O Serviço Social na América Latina”, realizado entre os dias 17/11 a 15/12/2016, na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; o I Seminário Internacional “Trabajo Social y movimientos sociales en Chile y América Latina: análisis histórico y desafíos contemporáneos”, entre os dias 29/08 e 30/08/2017, na Universidad de Chile, em Santiago; o II Simpósio Internacional de Pesquisadores: “Lutas sociais e renovação crítica do Serviço Social na Europa ibero-americana e na América Latina (1960-1980)”, realizado nos dias 26/10 a 28/10/2017, na Universidade Federal de Juiz de Fora; o Seminário Permanente de Investigação e Desenvolvimento (SPID), no Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, da UTAD, Vila Real/Portugal, em 12 de outubro de 2017; a Reunião dos Pesquisadores: Brasil, Espanha e Portugal no Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra, Portugal, de 09 de outubro de 2017; o III Simpósio Internacional de Pesquisadores “La perspectiva histórico-crítica em el Trabajo Social y el bicentenario de Marx”, realizado nos dias 28/10 e 29/10/2018 na Universidad Externado de Colômbia, Bogotá, Colômbia; o VI Seminário Internacional de Pesquisadores e o IV Simpósio Internacional de Pesquisadores: “Lutas sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: memória e debate contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)”, entre os dias 02/09 e 06/09/2019 na Universidade Federal de Juiz de Fora; o VI Seminário Internacional de Pesquisadores e IV Simpósio Internacional de Pesquisadores, sobre o “Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”, realizado entre os dias 29/08 a 09/09/2019, na Universidade Federal de Juiz de Fora e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; o V Seminário Internacional “Lutas sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: memória e debate contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)” realizado na

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nos dias 29 de agosto e 09 de setembro de 2019.

Em 2022, iniciou-se uma nova etapa dessa pesquisa sob o título “O Serviço Social na História: ‘Questão Social’ e Movimentos Sociais – América Latina e Europa”, privilegiando dois eixos de análise. O primeiro é a compreensão da “questão social” enquanto solo histórico em que incidem as transformações societárias privilegiando suas relações com o Serviço Social. O segundo eixo pretende desvelar as aproximações da profissão com as lutas sociais na organização das classes trabalhadoras e suas expressões no debate sobre os fundamentos do Serviço Social.

Hoje, esse projeto internacional integra 41 universidades do Brasil, de outros países da América Latina, da Europa e África, com cerca de 80 pesquisadores(as), expressão dos avanços nos processos de internacionalização dos programas de pós-graduação envolvidos, com formação de novos quadros de pesquisadores(as), avanços no intercâmbio e na relação do Serviço Social brasileiro com seus pares em outros países.

Atualmente, a pesquisa está constituída pelas seguintes instituições nacionais e internacionais de ensino superior – em Angola: Universidade Católica de Angola (UCAN); na Argentina: Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Universidad Nacional del Centro (UNICEN), Universidad Nacional de Santiago del Estero (UNSE) y Universidad Nacional de Tucumán (UNT); Universidad Nacional de Rosario (UNR); no Brasil Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal Fluminense (UFF/Rio das Ostras, UFF/Campos, UFF/Niterói), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/Baixada Santista), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO),

Universidade Estadual de Londrina (UEL); no Chile: Universidad de Chile; Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (PUCV), Universidad Técnico Federico Santa María (UTFSM), Universidad de Los Lagos, Universidad de Tarapacá; na Colômbia: Universidad de Caldas; Fundación Universidad Católica Lumen Gentium (Ucatólica), Universidad Minuto de Dios (UNIMINUTO), Universidad de Antioquia, Universidad Externado de Colombia, Corporación Universitaria del Caribe (CECAR) na Espanha: Universidad de Granada (UGR), Universitat de les Illes Balears (UIB); em Portugal: Instituto Superior Miguel Torga/ Coimbra, Universidade Católica Portuguesa/Braga, Universidade Lusíada/Instituição Superior de Serviço Social de Lisboa / Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD/PT); e Uruguai: Universidad de La República.

Essa pesquisa tem como propósito geral:

Elucidar a unidade e diversidade do Serviço Social na América Latina e Europa em sua trajetória recente, a partir da apreensão da questão social na dinâmica da crise do capital, explicitando as relações estabelecidas com as lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores e suas incidências no trabalho, formação, organização da categoria e produção do conhecimento na profissão (Batistoni *et al.*, 2022).

Para tanto privilegia conteúdos teóricos de resistência anticapitalista nas trilhas da história e, do ponto de vista político, a aproximação às lutas, organizações e movimentos das classes subalternas que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários dessas classes nos países considerados na América Latina e na Europa.

Os procedimentos de investigação incluem: pesquisa bibliográfica potenciada com o intercâmbio entre universidades; pesquisa documental em arquivos de centros de pesquisa e entidades de Serviço Social; trabalho de campo com realização de entrevistas voltadas à reconstrução da memória coletiva do período; depoimentos de

assistentes sociais já coligidos em outras oportunidades, eventos internacionais e nacionais facilitando a coleta de informações; encontros periódicos entre pesquisadores(as) nacionais e/ou internacionais, presenciais ou virtuais.

Essa rede de pesquisadores tem uma direção colegiada formada por professores(as) doutores(as): Maurílio de Castro Matos (UERJ), Maria Rosângela Batistoni (UNIFESP), Alexandra A. L. T. S. Eiras (UFJF), Carina Berta Moljo (UFJF), Maria Helena Elpídio (UFES), Thaisa Teixeira Closs (UFRGS) e Sérgio A. Quintero Londoño (Universidad de Caldas, Colômbia). E conta com a assessoria de professoras doutoras: Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP), Cláudia Mônica dos Santos (UFJF) e Marilda Villela Iamamoto (UERJ).

E dentro de parâmetros supra alinhados, que se realizou, na UERJ, no ano de 2023, o VI Simpósio Internacional de Pesquisadores, desenvolvido em dois momentos distintos. O primeiro abrangeu atividade pública, em dois turnos, com conferências de convidados(as) nacionais e internacionais, fomentando e socializando reflexões críticas junto à comunidade acadêmica, consubstanciadas em duas mesas de debates.

A primeira mesa “Questão Social e Movimentos Sociais na América Latina: desafios para o Serviço Social”, sob a coordenação da Dra. Esther Luiza Lemos (UNIOESTE/Brasil), teve como palestrantes a Dra. Leticia Arancibia Martinez (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso/Chile), o Dr. Sergio Quintero Londoño (Universidad de Caldas/Colômbia), e Dr. Mauro Luís Iasi (UFRJ/Brasil), com relatoria da Dra. Susana Maia (UFF/Rio das Ostras/Brasil).

A segunda mesa “Tendências e desafios do Serviço Social europeu na atualidade”, sob a coordenação da Dra. Cláudia Mônica Santos (UFJF/Brasil), com os seguintes palestrantes: Dra. Elaine R. Behring (Brasil – UERJ/Centro de Estudo Octávio Ianni), Dra. Alcina Martins (Instituto Superior Miguel Torga/Portugal), Dra. Alexandra A. L. T. S. Eiras (UFJF/Brasil); e relatoria da Dra. Antoniana Dias Defilippo Bigogno (UFF/Rio das Ostras/Brasil).

O segundo momento desse simpósio, sob a forma de atividade híbrida, foi restrito às equipes de pesquisadores(as), mediante reuniões entre os subprojetos dos diferentes países, realizando um balanço das investigações e direcionando as linhas de continuidade da pesquisa. Na plenária final foram apresentadas sistematizações gerais da pesquisa em rede e diretrizes para o seu desenvolvimento subsequente.

O presente livro, que pretende atribuir visibilidade ao debate consignado nesse VI Simpósio, encontra-se organizado em três partes que, congregando textos de expositores e propostas de investigação, tratam a unidade e diversidade da trajetória Serviço Social na história da América Latina e Europa, na interface das múltiplas expressões da “questão social” assentadas na história das realidades nacionais.

A primeira parte “Serviço Social, ‘questão social’, movimentos sociais na América Latina e Europa” contém sete capítulos. Inicialmente apresenta-se a proposta da pesquisa “Serviço Social na história”, em seus propósitos, eixos analíticos, pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos, procedimentos de investigação, grupos de pesquisadores e subtemas eleitos. Uma problematização sociopolítica da Europa e da América Latina ante a crise do capital emolduram a análise do Serviço Social nessas regiões, identificam desafios, avanços e tendências internacionais na análise do Serviço Social e da “questão social”

A segunda parte “Lutas sociais e expressões no Serviço Social” compreende sete capítulos com suporte nas fecundas investigações que compõem a pesquisa, fornecendo um rico panorama dos projetos e temáticas por eles contempladas.

A terceira parte “Serviço Social, trabalho e questão social” abrange cinco outros grupos de pesquisa integrantes dessa rede, bem como avanços iniciais dos estudos.

Convidamos leitores(as) a percorrer esses caminhos, compartilhando descobertas e descortinando novas veredas de pesquisa, que se anunciam no universo do Serviço Social latino-americano e europeu.

Este livro expressa o espírito coletivo, crítico e generoso da pesquisa em rede, que partilha caminhos investigativos abrindo

novos horizontes analíticos sobre o Serviço Social na trama da história nacional, latino-americana e europeia. Essa pesquisa em rede tem sua origem na elaboração do seu projeto inaugural em meados de 2015, cuja gênese encontra-se inspirada no Ciclo de Debates sobre os “50 anos do Movimento de Reconceituação da América Latina”, realizado no ano 2015, sob coordenação da Marilda Villela Iamamoto na disciplina da Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 2025, portanto, a referida rede de pesquisa comemora uma década de existência em meio às festividades em *Nuestra América* do centenário da primeira escola de Serviço Social no Chile e dos 60 anos do Movimento de Reconceituação.

E, finalizamos esta apresentação com os anúncios de Garcia Lorca (1996):

*“Já se abriu
a flor da aurora”*

*“O Tempo
tem já horizontes”*

Marilda Villela Iamamoto
Maria Inês Souza Bravo
Graziela Scheffer
Maurílio Castro de Matos
Rio de Janeiro, 2024.

REFERÊNCIAS

- BATISTONI, M. R. *et al.* *Sumário Executivo da Pesquisa em Rede Serviço Social na História*. 2022.
- LORCA, F. G. *Obra poética completa*. Federico Garcia Lorca. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 332-611.
- ROSA, G. Grande sertão: Veredas. In: *João Guimarães Rosa*. Ficção completa. Vol. II, p. 37-51.

PARTE I

**SERVIÇO SOCIAL,
QUESTÃO SOCIAL
E MOVIMENTOS
SOCIAIS NA AMÉRICA
LATINA E EUROPA**

A PESQUISA EM REDE “O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: QUESTÃO SOCIAL, MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS — AMÉRICA LATINA E EUROPA (1960-2020)”

Maria Rosângela Batistoni

Marilda Villela Iamamoto

Maurílio Castro de Matos

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma síntese da constituição da etapa atual de uma inovadora pesquisa “em rede” em âmbito nacional e internacional articulada em torno de um projeto de pesquisa, com o tema central, “O Serviço Social na História: questão social, movimentos e lutas sociais — América Latina e Europa (1960-2020)”¹ Trata-se da

1 Projeto aprovado pelo CNPq/MCTI Chamada Pública Universal Nº 10/2023 — Processo: 405383/2023-1, ela se mantém alocada na UERJ, no Centro de Estudos Octávio Ianni, por meio do Núcleo de Estudos Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social (NECLATSS). A coordenação geral da pesquisa está a cargo do Prof. Dr. Maurílio Castro de Matos, participe da coordenação colegiada formada (2022-2026) pelas/os docentes pesquisadores: Alexandra Eiras (UFJF), Carina Moljo (UFJF), Graziela Scheffer (UERJ até 2023) Maria Helena Elpídio (UFES), Maria Rosângela Batistoni (UNIFESP), Sérgio Quintero (Universidade de Caldas/Colômbia), Thaisa Closs (UFRGS). As professoras Marilda Villela Iamamoto (UERJ), Cláudia Mônica dos Santos (UFJF) e Maria Carmelita Yazbek (PUCSP) compõem a assessoria acadêmica da pesquisa.

continuidade na consolidação da estratégia de pesquisa iniciada em 2016, com o projeto “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”.² Aqui são destacadas: sua direção teórica e política, a explicitação de sua proposta e concepções, a demarcação histórica e suas diretrizes expressas em eixos norteadores que possibilitem o aprofundamento e novos avanços de investigação e análise. Esses devem ser coesos e coerentes com os desdobramentos e resultados obtidos na fase anterior, publicados em livros, periódicos e anais de eventos nacionais e internacionais, entre outros³ Assinala-se ainda desafios e prospecções da pesquisa face à contextualidade do tempo histórico presente — de crise sistêmica do capital, acirramento das desigualdades, contradições e conflitos de classes e seus desdobramentos nas particularidades sócio-históricas dos países que integram a rede.

Nessa trajetória, desde 2016, com a formulação de projeto fundador até o momento atual, a meta de “criação de uma Rede Internacional de Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social” (Iamamoto *et al.*, 2016), na dinâmica e processo investigativo, foi

2 Projeto sob a coordenação das Profas. Dras. Marilda V. Yamamoto (UERJ) e Cláudia M. dos Santos (UFJF) de 2016 a 2021, apoiado pelo CNPq, edital Processo nº 421744/2016-2 Chamada Pública: Universal 01/2016 e pela CAPES, através dos Programas de Pós-Graduações integrantes da pesquisa. Esta foi alocada no Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI) — Núcleo de estudos: Estado, Classes trabalhadoras e Serviço Social (NECLATS); e na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Núcleo de pesquisa: Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. A pesquisa desenvolve-se entre 2016-2021.

3 As principais publicações: “A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais” (Iamamoto; Santos, 2021), assim como no e-book “Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, América do Norte e Europa” (Eiras; Moljo; Duriguetto, 2022). E cerca de 20 artigos em periódicos: Serviço Social & Sociedade (Brasil); Libertas (Brasil); Em Pauta (Brasil); Temporalis (Brasil); ConCiencia Social (Argentina); Eleuthera (Colômbia); Critical and Radical Social Work (Reino Unido).

amadurecida e superada para a concepção de “pesquisa em rede” tal como vem ocorrendo. Ou seja: a pesquisa se desenvolve a partir de uma temática e um projeto de investigação comum, desenvolvida por pesquisadores(as) de várias regiões do Brasil, outros países da América Latina e do continente europeu, reconhecendo a especificidade de cada subprojeto que a constitui. Não se trata de mera junção de projetos de pesquisas isolados e, sim, uma pesquisa desenvolvida coletivamente por pares, em torno de um objeto, objetivos comuns, orientação teórico-metodológica e os procedimentos de coleta de dados pesquisados, consolidados num projeto de investigação coletivamente partilhado. Considera-se a diversidade da profissão no cenário mundial, reconhecendo que a “diversidade do Serviço Social mundial não ofusca a afirmação de sua unidade perante os desafios históricos nesse início de século, aqui condensados na ‘mundialização do capital’” (Iamamoto; Yazbek, 2019, p. 12).

Essa inovadora articulação de pesquisadoras(res) é ancorada nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social (mestrados e doutorados), predominantemente inscritos em Universidades Públicas e Comunitárias em países da América Latina, Portugal e Espanha. Ela contribui para “fortalecer as relações de cooperação e intercâmbio entre as universidades e países envolvidos” [...], viabilizar “o processo de internacionalização dos Programas de Pós-Graduação e para aperfeiçoamento do projeto de profissão de Serviço Social no Brasil tanto na formação acadêmico-profissional quanto no trabalho de assistentes sociais”. E, assim, vitalizar “a integração entre ensino de graduação e pós-graduação, ao envolver pesquisadoras/es docentes e discentes de ambos os níveis”, contribuindo para a formação de novos quadros de pesquisadores. Criar e fortalecer uma rede de articulação internacional de pesquisadores(as), em torno dos fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social, envolvendo docentes e discentes de ensino pós-graduados e de iniciação científica, além de fazer parte da metodologia da pesquisa, também foi uma de suas metas. A proposta tem

sido contribuir para potencializar e socializar os avanços científicos acumulados e fomentar a interlocução entre o Serviço Social brasileiro e pesquisadores(as) dos países envolvidos neste projeto, tanto da América Latina quanto da Europa (Santos; Yamamoto, 2022, p. 2).

Após o encerramento da primeira etapa da pesquisa, foram organizados três *workshops* no formato *on-line*, em 2021, com a finalidade de realizar um balanço da investigação, identificando os achados, avanços, impasses, vazios, angulações teóricas da análise, tendências gerais comuns, particularidades nacionais, e, dessa forma, elaborar o projeto de sua continuidade, em uma perspectiva de consolidar os avanços e abrir novos caminhos. A aposta recaiu na sua continuidade de modo que a nova etapa possa expressar a superação dialética da trajetória já percorrida: um salto qualitativo na sua continuidade (Batistoni, 2022). O tema definido coletivamente consiste no “Serviço Social na História: Questão Social e movimentos sociais — América Latina e Europa (1960-2020)”. O projeto procura avançar nas interlocuções, explicitando as referências teóricas e políticas, pressupostos, caminhos metodológicos convergentes e adensar o debate plural de suas diferenças, polêmicas e divergências. Esse movimento exige do grupo de pesquisadores(as) o rigor dos pressupostos de uma teoria viva, que se faz na apreensão do real e no compromisso com a própria história, que é a luta de classes. Nos termos de Fernandes (2010, p. 31): “A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre”.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS E EIXOS NORTEADORES

Retoma-se neste artigo, conteúdos do documento de trabalho “Sumário Executivo”, elaborado pela Coordenação Colegiada (2022). Ele explicita os pressupostos teórico-metodológicos, objetivos e diretrizes gerais que orientam a pesquisa; os eixos norteadores que

direcionam os desdobramentos, interlocuções e aprofundamentos de temas e questões a serem adensadas no percurso da pesquisa em rede coletiva e internacional.

Nas duas fases dessa pesquisa “o interesse recai sobre os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, as experiências de formação universitária e de pesquisa exemplares nesta área, identificando suas incidências no exercício profissional” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 26). Inscreve-se, portanto, no propósito de adensar o resgate da historicidade da profissão enquanto eixo analítico fecundo de seus fundamentos. Essa concepção se articula à leitura dos três núcleos de fundamentação da Formação Acadêmica e Profissional do Serviço Social presentes nas Diretrizes Curriculares/ABEPSS (ABEPSS/CEDEPSS, 1999) em suas inter-relações e seus distintos níveis de abstração, voltados para elucidar o significado social da profissão, quais sejam: o núcleo de fundamentos da vida social, de caráter teórico sistemático; o núcleo direcionado à análise das particularidades históricas da sociedade brasileira no circuito da América Latina; e o núcleo dos fundamentos do trabalho do assistente social, no qual se atribui visibilidade às múltiplas determinações e relações que se condensam no trabalho do assistente social, expressos nos conteúdos dos outros núcleos de fundamentação (Batistoni, 2022).

Trata-se de apreender os traços das histórias de rupturas, questionamentos e movimentos contrahegemônicos, que permitiram a aproximação do Serviço Social com os interesses dos trabalhadores, com os movimentos e as lutas sociais circunscritas ao âmbito das desigualdades e resistências sociais de classe, etnia, gênero, geração, território e sexualidade, cuja incidência na profissão lhe forja novas feições. Tais desigualdades assumem as particularidades das realidades nacionais assentadas na formação sócio-histórica dos países.

A proposta da pesquisa na nova fase orienta-se pela continuidade de estudos que se alinham diretamente na análise do Serviço Social: seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos; a

cultura profissional; o acervo técnico operativo; sua constituição histórica na sociedade capitalista; as distintas orientações teórico-metodológicas incorporadas na explicação do trabalho profissional; a relação da profissão com as lutas e os conflitos sociais; as transformações no mercado de trabalho e nos espaços sócio ocupacionais, que interferem nas atribuições e competências do assistente social.

Reafirma-se, aqui, o âmbito geral de estudos que recaem:

Sobre os fundamentos do Serviço Social, — enquanto área de conhecimento e especialização do trabalho — necessários para apreendê-lo como concreto pensado em suas múltiplas relações e determinações, em suas dimensões históricas, teóricas e metodológicas que nele se condensam. Tal compreensão dos fundamentos do Serviço Social articula teoria, método e história na busca de romper com os muros que os aprisionam em seu universo imediato e pretensamente específico (Iamamoto; Santos, 2021, p. 32).

Essa definição conduz a continuidade da pesquisa em rede na trilha seguida em seu primeiro momento, ou seja, a necessidade de apreender e dar luz às particularidades dos processos históricos — nas realidades nacionais dos países envolvidos. Elas sintonizaram e sintonizam o Serviço Social com a história viva e transformadora pela ação das forças das classes subalternas, incidindo na ruptura com o conservadorismo profissional nos fundamentos teórico-metodológicos, na formação, no exercício, na produção de conhecimento e na organização político profissional.

Na primeira etapa da pesquisa um dos achados centrais de destaque, salientou o vínculo político e profissional entre o Serviço Social e as lutas sociais desenvolvidas pelas classes subalternas, expressos na literatura e na memória dos sujeitos. Na América Latina esse vínculo demarcou o movimento de reconceitualização do Serviço Social (1965-1975), assim como o Serviço Social radical e Serviço Social crítico anglo-saxônico expandiu movimentos contestatórios

às bases conservadoras do Serviço Social na Europa ibérica, no Reino Unido e EUA, como registrado em Iamamoto e Santos (2021).

É preciso, inclusive, ter presente a existência de distintas linhas de análise sobre o tema dos fundamentos do Serviço Social no interior do debate acadêmico-profissional — o que exige ser tematizado.

Nessa pesquisa:

A explicitação dos fundamentos do trabalho dos(as) assistentes sociais na história, no marco das relações e contradições sociais que constituem as classes sociais e os sujeitos criativos vivos que lhes dão vida e, nessas, as classes subalternas em sua constituição de gênero, raça e etnia, sexo, em suas condições reais de existência, elucidadas no movimento da luta de classes (Batistoni, 2022, p. 223).

Reafirma-se a angulação heurística da apreensão da profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e determinada pelas tensões entre as classes que também incidem no trabalho profissional e lhe atribuem uma dimensão contraditória, na medida em que necessariamente atende interesses socialmente antagônicos das classes sociais — de empregadores e de segmentos da população atendida. O trabalho de assistentes sociais é, portanto, polarizado por necessidades e interesses contraditórios, presididos pelo antagonismo de tais relações, incorporando os limites e possibilidades de que são portadoras. Numa síntese, como registrado por Iamamoto e Santos (2021, p. 30-31): “Este é um esforço de pensar o Serviço Social historicamente no processo de produção e reprodução das relações sociais, ou seja, na vida em sociedade”. Direciona-se a apreender “o Serviço Social na história, que se transforma e se nega no processo histórico para renascer novo e superior, ainda que permanecendo o mesmo”.

Para orientar os estudos a serem desenvolvidos no período de 2022-2026, definiu-se como objetivo geral da pesquisa:

Elucidar a unidade e diversidade do Serviço Social na América Latina e Europa em sua trajetória recente, a partir da apreensão da questão social na dinâmica da crise do capital, explicitando as relações estabelecidas com as lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores e suas incidências no trabalho, formação, organização da categoria e produção do conhecimento na profissão (Coord. Colegiada Sumário Executivo, 2022, p. 9).

Por sua vez, os eixos norteadores propostos constituem um direcionamento para os subprojetos e suas equipes, como fios condutores entrelaçados permitindo, no plano metodológico, delimitar os objetos dos subprojetos, considerando história, teoria e método como princípios analíticos que se fundam na totalidade. Esses eixos norteadores demarcam fronteiras teóricas e políticas de inserção de um coletivo plural e diverso, em torno de um projeto central e comum de pesquisa. Iamamoto, em anotações de documento interno elaborado para o debate (2022), sinaliza que “As fronteiras teóricas da pesquisa têm no seu núcleo central o debate sobre a resistência anticapitalista na perspectiva histórico-crítica no Serviço Social”. “As fronteiras políticas incidem na aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas na América Latina e na Europa”. Segmentos da categoria passam a repensar a profissão a partir das contradições entre as classes sociais e sintonizam-se com o universo das lutas e das demandas dos trabalhadores — em suas dimensões e classe, etnia e gênero, geração, território e sexualidade —, na direção de minar as bases tradicionais da profissão na sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e no trabalho do(a) assistente social.

Tais orientações gerais do projeto de pesquisa impõem a exigência de decifrar e aprofundar teoricamente (demarcando as fronteiras políticas), as categorias analíticas e tramas conceituais que perpassam os eixos e objetivos. Entre esses temas destacam-se o anticapitalismo,

o pensamento e os movimentos contestatórios, bem como a abrangência das perspectivas críticas no Serviço Social. A esses temas encontra-se subjacente a necessária explicitação da noção de crítica.

A – “Aproximações da profissão com as lutas sociais na organização das classes trabalhadoras e suas expressões nos Fundamentos do Serviço Social”⁴

A aproximação de assistentes sociais com os movimentos, organizações e lutas sociais de diferentes segmentos da classe trabalhadora, como já explicitado, constituiu-se historicamente uma chave que possibilitou outras bases sociopolíticas no Serviço Social, fundamentais para a afirmação de seus movimentos contestatórios e de ruptura com o conservadorismo. Esses processos viabilizaram que, tendências no interior da profissão em distintas formações e tempos históricos, afirmassem alianças na perspectiva de compromissos com os interesses e lutas das classes subalternas.

Esse eixo deriva de estudos, pesquisas, produções na busca de rupturas com o conservadorismo e/ou tradicionalismos das origens e de processos de institucionalização do Serviço Social em diferentes países e regiões, marcadamente a partir das transformações societárias dos anos de 1960 até a contemporaneidade. Tais rupturas se expressam de formas distintas nos países e em seus universos profissionais, mas encontram desafios e rumos convergentes, como: o aperfeiçoamento acadêmico, teórico e ético-político da formação e do exercício profissional; a ampliação das bases de legitimação social junto aos sujeitos alvos dos serviços prestados e demais profissionais; o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento; os compromissos éticos com valores humanistas (Yazbek; Yamamoto, 2019).

4 A explicitação dos dois eixos norteadores aqui apresentados, são inteiramente recolhidos do Documento de Trabalho da Pesquisa “Sumário Executivo” elaborado pela Coordenação Colegiada de julho de 2022, com aprovação coletiva de pesquisadoras(res).

A partir desse eixo, a pesquisa em rede visa abarcar estudos e esforços analíticos para a apreensão dos seguintes aspectos:

- Aproximações às produções acadêmicas e populares acerca da formação e das configurações das classes trabalhadoras, em seus diversos segmentos (mulheres, afrodescendentes, migrantes/imigrantes, populações indígenas, LGBTQIAPN+, juventudes, entre outros), considerando suas culturas, religiosidades, identidades, consciência, organizações e lutas sociais.
- A análise das bases teóricas que reforçam as perspectivas de resistências e trabalhos de base, de lutas anticoloniais contra a exploração do trabalho de cunho antifascistas e contra todas as formas de opressão.
- As relações entre o Serviço Social e as lutas sociais, em suas aproximações e/ou militâncias em organizações e coletivos, com aportes políticos, ideológicos e práticos em elaborações sobre o Serviço Social e suas interlocuções com a tradição marxista e outras concepções anticapitalistas.
- A interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais/sujeitos coletivos e suas forças contestatórias, anticapitalistas, antineoliberais ou de corte socialista, em seus desdobramentos na formação e trabalho profissional, na pesquisa, na organização político profissional e na produção de conhecimento.
- A articulação entre tendências e setores críticos do Serviço Social que contribuem com os processos de conquista e de reconhecimento de direitos sociais do trabalho e outros, alinhados ou afins às forças políticas que enfrentam as dominações, as opressões e as explorações nas sociedades da América Latina e da Europa, referenciadas ao pluralismo crítico e democrático.

Este eixo implica a interlocução com elaborações temáticas no âmbito da tradição marxista e do pensamento crítico, com

desdobramentos anticapitalistas e/ou antifascistas. Implica, ainda, em analisar os avanços e os limites nas diferentes apreensões do pensamento de Marx, e da tradição marxista, na leitura sobre a sociedade, a história, as classes sociais e a classe trabalhadora nas relações sociais capitalistas. Desdobra-se, também, em articulações possíveis no âmbito da organização da categoria (associações acadêmicas, conselhos profissionais, fóruns, coletivos, entre outros) considerando as trajetórias e as tradições consolidadas nos países, bem com as articulações com outras profissões, organizações e os movimentos sociais das classes trabalhadoras.

B — A questão social — solo histórico nas transformações societárias e no Serviço Social

Pretende-se avançar no trato da questão social como um desafio permanente para o Serviço Social. Debate que se apresenta em pelo menos três direções: 1) Na sua dimensão universal (totalidade e crise do capitalismo, ao mesmo tempo nas particularidades e singularidades dos processos sociais); 2) Na sua relação sócio-histórica, como fronteira política e teórica; 3) Apreensão da questão social e sua relação com o Serviço Social (trabalho, formação, organização da categoria e produção do conhecimento). Inclusive nas diferentes respostas do mercado, Estado e classes sociais, levando em consideração as disputas em torno da compreensão e análises da “questão social” no Serviço Social, que enfrenta a retomada do conservadorismo.

Indicamos como possíveis desdobramentos, desafios e interlocuções desse debate:

- Conceção, interpretação e análise da “questão social” e sua aproximação ao pensamento de Marx, de interpretações no campo das esquerdas, e outras perspectivas anticapitalistas presentes no debate do Serviço Social. Salienta-se a importância de adensar a análise da questão social no âmbito das particularidades nacionais na dinâmica internacional do capitalismo em seu desenvolvimento

desigual e combinado; e apreender as formas de seu enfrentamento por parte do Estado e sociedade.

- Pressupostos teóricos na análise das novas bases sociais da questão social no contexto atual de neoliberalismo e/ou ultraliberalismo: diversas e heterogêneas angulações de análise e seus desdobramentos na formação, no trabalho, na pesquisa e na produção teórica do Serviço Social.
- Aprofundamento da teoria marxista da dependência e seus desdobramentos para: a compreensão das relações desiguais e combinadas no desenvolvimento do capitalismo, o aprofundando as relações do escravismo e colonialismo no processo de acumulação capitalista e sua relação com o racismo estrutural na conformação da questão social.
- Processos de neocolonização e imperialismo para a criação/manutenção da condição de dependência de países latino-americanos; perspectivas da construção do debate em torno da “questão social” a partir das particularidades de cada formação social, considerando os sujeitos neste processo, como indígenas (povos originários da AL), negros (africanos escravizados e afrodescendentes), mulheres, LGBTQIAPN+ e demais segmentos sociais, que formam a classe trabalhadora na sua diversidade. Avançar na apreensão dos processos sociais que marcam os segmentos de trabalhadores imigrantes, refugiados e exilados.
- Debate sobre a classe trabalhadora hoje: sua configuração, diversidade/heterogeneidade de seus segmentos e dimensões nas particularidades nacionais face às transformações societárias.

A proposta é pensar tais eixos na totalidade das relações de classe em suas variadas expressões e organização; e como o Serviço Social tem se apropriado desse ângulo analítico e direção social para a apreensão das classes sociais em seus movimentos e lutas sociais gerais e específicas (mulheres, juventude, negras(os), populações originárias, LGBTQIAPn+, e outros).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DINÂMICA DA PESQUISA

A pesquisa se apoia em procedimentos metodológicos na direção do alcance dos seus objetivos e entrelaçaram com as metas de interesse desse estudo, quais sejam: trabalho de campo com entrevistas gravadas e filmadas, pautadas na técnica de história oral, resgatando a memória coletiva do período; pesquisa documental em arquivos universitários, centros de pesquisa e instâncias organizativas no Serviço Social; pesquisa bibliográfica em articulação com as instituições colaboradoras; revisão de depoimentos dos sujeitos profissionais já produzidos por pesquisadores e acervos pessoais e institucionais; organização de eventos internacionais, no formato de simpósios e seminários, previstos como fonte de dados, propiciando a coleta de informações; encontros periódicos entre pesquisadores(as) nacionais e/ou internacionais, utilizando-se de reuniões presenciais e visitas nos diferentes locais, bem como o uso das ferramentas tecnológicas (como videoconferências ou reuniões *on-line*).

Apoia-se em fontes documentais inéditas: revistas e periódicos científicos de época e atuais, documentos de arquivos públicos e pessoais para resgate da memória, correspondências, depoimentos gravados, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), dissertações de mestrado e teses de doutorado, entre outros. São também consultados registros de memória dos sujeitos testemunhos de seu tempo — da vida universitária, de instituições onde operam os assistentes sociais e a atuação de movimentos, lutas e expressões coletivas dos sujeitos com quem trabalhamos — e efetuadas entrevistas com sujeitos que vivenciaram a época.

Um dos instrumentos principais e estratégicos de articulação entre pesquisadores são os Simpósios Internacionais — com temas que demarcam os eixos centrais e transversais da pesquisa — com o objetivo de socialização e debate de todo processo investigativo das equipes, possibilitando o adensamento da análise e da produção

teórica coletiva. São eventos incorporados também como fonte de dados, além de favorecedores do intercâmbio entre docentes e discentes, bem como a articulação de grupos de pesquisa nacionais, latino-americanos e europeus, contribuindo também com a internacionalização dos Programas de Pós-graduação envolvidos.⁵ Os Simpósios têm sido organizados com uma programação em dois momentos (em geral dois dias): a temática geral em mesas com conferencistas convidados(as) e integrantes da pesquisa, aberta ao público (docentes, discentes, pesquisadores e Serviço Social e de outras áreas da universidade sede). E o segundo momento coletivo destinado às/ aos integrantes da pesquisa, com mesas de socialização do processo investigativo, análises, debates, avaliações, encaminhamentos etc.

Realizar uma pesquisa em rede internacional de pesquisadores em fundamentos do Serviço Social vem contribuindo para potencializar e socializar os avanços científicos acumulados, bem como para estimular a interlocução acadêmica internacional entre pares reconhecendo e respeitando as diferenças de caminhos trilhados. A pesquisa em rede congrega hoje 41 universidades de nove países com cerca de oitenta pesquisadores(as):

5 Na primeira fase da pesquisa foram realizados quatro Simpósios Internacionais (três no Brasil e um na Colômbia, além de dois Seminários Internacionais em Portugal e Chile) e na atual fase já ocorreram dois — em 2022, o V Simpósio (acoplado ao VII Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social da UFJF, como apoio da FAPEMIG), e o VI Simpósio na UERJ, com apoio FAPERJ); contando com apoio acadêmico/financeiro/técnico de seus respectivos PPGs e Faculdades; ambos de modo híbrido. O VII Simpósio Internacional de Pesquisadores com o tema “Lutas Sociais, anticapitalismo e Serviço Social”, será realizado na PUC/SP, no período de 24 a 26 de setembro de 2024, também de modo presencial e on-line.

- Universidades brasileiras participantes: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal Fluminense (UFF/Rio das Ostras, UFF/Campos, UFF/Niterói); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/Baixada Santista); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO); Universidade Estadual de Londrina (UEL).
- Universidades estrangeiras participantes por regiões/países: América Latina (língua hispânica) Argentina — Universidad Nacional de La Plata (UNLP); Universidad Nacional de Rosario (UNR); Universidad Nacional de Tucumán (UNT); Universidad Nacional de Santiago del Estero (UNSE). Chile — Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, Universidad de Chile (UC), Universidad de Los Lagos (Chile); Universidad de Tarapacá (UTA). Colombia — Corporación Universitaria del Caribe (CECAR); Universidad Ucatólica Cali (UNICATÓLICA); Universidad del Valle; Politécnico de Medellín; Universidad de Antioquia (UDEA); Asociación de Egresados de Trabajo Social de Bogotá y la Región (AETSBO); Asociación de Trabajadoras y Trabajadores Sociales del Valle (ATSOVALLE) e Universidad de Caldas. Uruguai — Universidad de la República — (UDELAR).
- A África começa a ser articulada mediante a participação de docentes da Universidade Católica de Angola (UCAN), inseridos em subprojeto alocado na PUC-SP.
- Europa/Portugal — Instituto Superior Miguel Torga (ISMT/Coimbra); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Viseu/Lamego (IPV); Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa/Centro Lusíada de Investigação em

Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS) da Universidade Lusíada de Lisboa (ULL); Universidad Católica Portuguesa / Braga. Espanha — Universidad de Granada (UG); 20) Universidad de las Islas Baleares (UIB). Reino Unido — University of the West of Scotland (UWS); Liverpool Hope University (LHU); University of Essex (UE); Robert Gordon University.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos fundamentos que sustentam a pesquisa implica apreender a profissão de Serviço Social inscrita na sociabilidade capitalista, adquirindo sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual é parte e expressão. Assim, o ponto de partida é a expansão capitalista em seus determinantes estruturais e conjunturais, expressão das forças sociais em disputa.

Assim, a fase atual da pesquisa reafirma sua relevância temática ante o contexto mundial de crise econômica e política do capital, impulsionada pela radicalização neoliberal e pelo crescimento mundial das forças organizadas da extrema direita, impondo soluções barbarizantes em todos os níveis da vida social. Essa perspectiva representa um desafio permanente ao intelectual e exige pesquisa no acompanhamento das conjunturas, da correlação de forças nelas presentes, da “questão social” e suas incidências na vida dos indivíduos sociais, expressa nas linhas de força que conduzem o processo dessa pesquisa em rede. “Esta é condição para se apreender as tendências inscritas na realidade de modo que, capturadas pela razão crítica possam ser acionadas por meio da *“práxis” segundo as prioridades da ação delineadas*” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 31).

As tramas e contradições no processo da crise do capital são aprofundadas no plano mundial com o acirramento do conflito geopolítico entre as grandes potências; a intensificação da guerra entre a

Rússia e a Ucrânia, com a participação da OTAN, com ampliação da indústria armamentista. E a guerra genocida na Faixa de Gaza, cujo número de palestinos mortos por Israel supera os 40 mil, a maioria de crianças, idosos e mulheres, sendo um “marco sombrio para o mundo inteiro”. Cerca de 80% da população é forçada a deixar suas casas, sofre de fome, sede, doenças e de todos os tipos de privações. Guerras que ampliam os deslocamentos forçados de massas da população como refugiados, perseguidos e imigrantes.

O tempo presente, com a universalização da acumulação capitalista sob a lógica das finanças e a generalização da forma mercadoria — acompanhada de “um grau de destrutividade inédito, capaz de inviabilizar a vida humana no planeta, senão o próprio planeta” — e com a reconfiguração do Estado numa forma policial militar, submetido aos ditames do grande capital, como condição para manter a exploração da força de trabalho (Iasi, 2022, p. 30) é incompatível com políticas e direitos sociais dos trabalhadores. Padrão de acumulação que implica em uma nova configuração da classe trabalhadora, com efeitos materiais e subjetivos: desemprego, subemprego, sua fragmentação, descentralização, imposição de novas formas contratuais e condições de trabalho e de vida altamente precarizadas condenando parcelas enormes dos seus segmentos à superpopulação relativa.

Mas na contratendência, tem-se a ocorrência de importantes lutas autônomas da classe trabalhadora em todas as partes do mundo; a disputa em defesa da democracia e de direitos nas nações latino-americanas, ameaçadas pelas forças neofacistas, bem como de mobilizações populares e indígenas, os levantes de mulheres e da juventude, as lutas antirracistas. Assim, em que pesem as particularidades históricas da formação social de cada país, o Serviço Social se vê, na atualidade, desafiado pela agudização da questão social, em suas dimensões estruturais e conjunturais — objetivas e subjetivas — resultado das relações sociais de produção e reprodução do capitalismo em sua fase madura e decadente.

Impõe-se, portanto, a exigência de enraizar nossa investigação no movente terreno histórico para dar maior visibilidade aos processos sociais em curso — apreendidos na articulação entre história, razão crítica e compromissos éticos e políticos — para alimentar as lutas sociais aliadas às forças vivas que portam possibilidades emancipatórias.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS/CEDEPSS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08/nov./1996)*. 1997. Disponível em: <https://abepss-3dots.webfans.com.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>.
- BATISTONI, M.R. O Serviço Social na História: pesquisa “em rede” internacional de pesquisadoras/res. In: REIDEL, T.; PINHEIRO, H.A.; GOIN, M.; ORTIZ, F.G.; CANTALICE, L. (*in memoriam*). (Orgs.) *Serviço Social: perspectivas internacionais sobre fundamentos, formação e trabalho profissional*. São Paulo: Alexa Cultural: Manaus; EDUA, 2022.
- COORDENAÇÃO COLEGIADA. *O Serviço Social na História: Questão Social e Movimentos Sociais — América Latina e Europa (1960-2020)*. Sumário / Executivo/Documento de trabalho. Mimeo. Rio de Janeiro: 2022.
- EIRAS, A. L. T. S; MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social — América Latina, Europa e EUA*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.
- FERNANDES, F. Introdução. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx Engels/ História*. São Paulo: Editora Ática, 1984.
- IAMAMOTO, M.V. *Diretrizes para a continuidade da pesquisa: Serviço Social na História (1960-2020) — da resistência anticapitalista à perspectiva histórico-crítica*, Documento de trabalho, 2022.
- IAMAMOTO, M.V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo Avesso — a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- IASI, M. *Consciência e Ideologia — para além dos muros de pedra*. São Paulo: Cortez, 2022.

MATOS, M. C. *et al.* *Serviço Social na História: Projeto de Pesquisa*,
edital UNIVERSAL. 2023.

SANTOS, C. M.; IAMAMOTO, M. V. A História pelo Averso: uma pesquisa
internacional “em rede” de pesquisadores/as. *Revista Libertas*,
Juiz de Fora, v.22, n.1, jan./jun., 2022, p. 01-15. Disponível em:
**[https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/
view/38033/24555](https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/38033/24555)**.

YAZBEK, C. M.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). *Serviço Social na história:*
América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA

AVANÇOS E DESAFIOS DA PESQUISA EM REDE

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras

Carina Berta Moljo

Maria Helena Elpídio

Maria Rosângela Batistoni

Maurílio Castro de Matos

Sergio Quintero Londoño

Thaísa Teixeira Closs

INTRODUÇÃO

A publicação deste capítulo chega em um momento oportuno e relevante para a pesquisa em rede “O Serviço Social na história: Questão social e movimentos sociais — América Latina e Europa (1960-2020)”. Enfatiza as pesquisas realizadas por subgrupos na América Latina de língua hispânica e Brasil, nos países da Europa e da África em uma rica articulação entre pesquisadores, instituições de ensino e trajetórias político-acadêmicas comprometidas com a construção permanente de um projeto de profissão crítico e capaz de desvelar os desafios do seu tempo histórico, no sentido de uma profissão inserida na dinâmica de produção e reprodução da vida social.

Daí um dos rumos metodológicos desta pesquisa em rede se pauta no aprofundamento constante de análises em torno dos fundamentos da profissão, enraizados na tradição marxista, mais amplamente consolidados no Serviço Social brasileiro, mas que se expande e se fortalece nesse processo de importantes interlocuções

internacionais que não deixam morrer, e na verdade, se reacendem com “os ventos que sopram do Sul”. A viva e permanente dinâmica da luta de classes que inspirou e inspira os ensejos de mudanças e transformações sociais, em um mundo sufocado pela intensificação de tentativas sucessivas de destruição da vida, do meio ambiente e das relações sociais por parte de uma ordem capitalista que agoniza em crise, desafia a construção de conhecimentos “a contrapelo da história”, a partir da angulação privilegiada para os movimentos e resistências sociais.

Como explicitado em outras publicações, originariamente esta etapa da pesquisa trata dos desdobramentos, achados e lacunas reveladas com o desenvolvimento do estudo denominado “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”, desenvolvido entre os anos de 2016 a 2021 sob a liderança das professoras doutoras Marilda Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos.¹ Portanto, aqui temos a oportunidade de socializar e também refletir sobre os resultados preliminares de dois anos do desenvolvimento dessa segunda etapa investigativa, que certamente avança e consolida uma pesquisa em rede necessária e desafiadora, pois está pautada em princípios teórico-metodológicos e ético-políticos de produção de conhecimentos críticos à sociedade do capital, à lógica do irracionalismo e do produtivismo acadêmico. Demarcando as fronteiras intelectuais e políticas das interlocuções e dos acúmulos do Serviço Social no campo crítico, inspirado na tradição marxista — a qual demanda ser revisitada, apurada e ampliada no radar das análises sobre a realidade e profissão com

1 As produções desta etapa da pesquisa foram reunidas em dois livros: *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*, publicado pela Editora Cortez (Iamamoto; Santos, 2021); e *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA* (Eiras; Moljo; Duriguetto, 2022).

as devidas distinções históricas, de estágios de apreensão e maturação que ultrapassam as fronteiras geográficas —, se fortalecem as armas críticas de enfrentamento ao contexto de ultraliberalismo e avanço do conservadorismo em escala mundial. Assim, tarefa que por si, revela um enorme desafio na realidade do Serviço Social, em todas as configurações nacionais e internacionais, por isso, seguimos com produções ocupadas em compreender os fluxos, os contextos, as contradições e as resistências que atravessam e configuram a profissão na perspectiva do trabalho e por conseguinte, da luta pela superação desta sociabilidade.

Cabe destacar que este capítulo aborda a perspectiva crítica que dimensiona a concepção do Serviço Social na História, pois articula história, teoria e método como dimensões indissociáveis na análise do significado social da profissão numa perspectiva de totalidade; bem como contribui para reflexões e experiências de internacionalização com vistas ao fortalecimento da formação graduada e pós-graduada na área (Sumário executivo da pesquisa em rede, 2022). É um texto que envolve muitas mãos e mentes, que também apresenta, de certa forma, caminhos trilhados em solos e temporalidades distintas ao longo de décadas de construção da profissão; percursos que, ao se entrelaçarem, ganham fôlego com a formação e a consolidação de novas gerações de profissionais, intelectuais e militantes na tarefa coletiva de fazer acontecer o Serviço Social na História. Dados esses aspectos, o presente capítulo visa, em seu primeiro item, oferecer um panorama das ênfases de investigação dos subgrupos que constituem a pesquisa em rede. Na sequência, sistematiza as principais ações desenvolvidas pela coordenação coletiva, apontando, ainda, elementos comuns e temáticas articuladoras do conjunto das investigações que vêm sendo realizadas. Por fim, são destacadas as projeções e as perspectivas para a continuidade dos trabalhos da pesquisa em rede.

PANORAMA DAS TEMÁTICAS E ÊNFASES DE INVESTIGAÇÃO DOS SUBGRUPOS DA AMÉRICA LATINA E DA EUROPA

Considerando as particularidades de uma pesquisa internacional em rede — articulada a partir dos referidos eixos comuns, discutidos no capítulo anterior dessa coletânea —, intitulado “Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa em rede Serviço Social na História” —, os subgrupos de investigação dos países da América Latina e da Europa possuem diferentes ênfases temáticas, voltadas para o desvendamento da profissão no âmbito da história, a partir dos acúmulos analíticos e resultados obtidos na etapa anterior da rede.

No âmbito da Argentina, a pesquisa intitulada “*Resistencias y reconstrucciones del Trabajo Social en Argentina. Memoria histórica de los procesos organizativos del colectivo profesional en las provincias de Buenos Aires, Santa Fe, Tucumán y Santiago del Estero en El período 1970-1989*” objetiva analisar os processos de resistência e reconstrução impulsionados por coletivos, organizações e grupos de assistentes sociais, capturando as manifestações da questão social e as demandas coletivas dos movimentos sociais nas referidas províncias. O estudo organiza-se a partir da ênfase para três subperíodos, com vistas à apreensão das transições, rupturas e continuidades face ao terrorismo de Estado, quais sejam: o pré-golpe de Estado, compreendido entre 1970 e 1976; a última ditadura no país, situada entre o período de 1976 a 1983; e o processo de transição de reabertura democrática compreendida entre 1983 e 1989.

No âmbito do Brasil temos seis subprojetos, o primeiro denominado “Serviço Social Crítico: a virada na organização política da categoria no Brasil”. A pesquisa analisa o Serviço Social no Brasil, em sua dimensão organizativa, tomando como campo analítico o papel das entidades representativas da profissão e suas contribuições e desafios para a consolidação do projeto ético-político-profissional,

desde o processo denominado de “virada crítica”. Apresenta as diferentes forças sociais presentes nessa construção e a interface que se estabeleceu com as relações sindicais, bem como com os marcos de transformações na sociedade brasileira, desde os anos 1980. Procura analisar as determinações particulares que favoreceram a “virada crítica” na organização política da categoria e a vinculação do Serviço Social brasileiro com as lutas da classe trabalhadora.

O segundo subprojeto se denomina “A questão étnico-racial e os fundamentos do Serviço Social: uma necessária relação na formação profissional”. A pesquisa visa investigar no âmbito dos fundamentos e da formação profissional do Serviço Social as mediações entre a perspectiva crítica que tem como concepção central a luta de classes e as relações étnico-raciais. Objetiva analisar criticamente o sentido dos fundamentos e da formação do Serviço Social articulado aos diferentes movimentos históricos da sociedade brasileira na dimensão da indissociabilidade entre o racismo (considerando os demais componentes de constituição das classes) e o capitalismo. Tem como tarefa desvelar como a dimensão das relações étnico-raciais comparecem nos currículos em consonância com as diretrizes curriculares, seus avanços e desafios nesta quadra histórica.

A terceira pesquisa denominada de “Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social: tendências de ensino e de pesquisa no Brasil” busca analisar as bases históricas e conceituais do ensino e da pesquisa em Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) no Brasil, a partir da construção das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Trata das concepções e das mediações didático-pedagógicas do ensino da matéria de FHTMSS nos cursos de graduação presenciais do país, a partir de estudo documental sobre tendências curriculares dos cursos filiados a ABEPSS; bem como analisa as tendências de investigação na pós-graduação da área, a partir de análise das temáticas dos projetos de pesquisa cadastrados na Plataforma Sucupira.

A quarta pesquisa intitulada “Serviço Social e Trabalho na perspectiva da Crítica da Economia Política”, busca avançar na fundamentação da categoria trabalho, com base na Crítica da Economia Política de Marx, para a apreensão e a análise do trabalho de assistentes sociais. O objetivo da investigação é analisar os avanços e desafios no tratamento dos fundamentos teórico-metodológicos e históricos utilizados pela categoria profissional, suas mediações para a pesquisa/exercício do trabalho profissional considerando a análise da produção acadêmica e as sistematizações de como se processa o trabalho profissional, com ênfase para os aportes categorias presentes na obra marxiana.

A quinta pesquisa denominada “A relação do Serviço Social com os Movimentos e as Lutas Sociais no Brasil nas décadas de 1970/1980/meados dos anos 1990”, analisa a relação da profissão com os movimentos e as lutas sociais a partir de três eixos, a saber: a relação do Serviço Social com as lutas sociais nas décadas de 1970-1990, especialmente em São Paulo/SP, Belo Horizonte e Juiz de Fora/MG, aportando reflexões sobre a questão da natureza da dimensão ético-política profissional; o Serviço Social e as lutas democráticas no Rio de Janeiro, discutindo as perspectivas histórico-críticas da erosão do conservadorismo nas décadas de 1960 a 1980; o Serviço Social e a Filosofia da Práxis, com destaque para o debate sobre os fundamentos da profissão, a produção do conhecimento e a formação profissional na Universidade Fluminense (Niterói/Campos).

A sexta pesquisa intitulada “Anticapitalismo, Questão Social e Serviço Social: unidade, diversidade e tendências no Brasil e Angola”, traz o debate sobre o pensamento e as práticas anticapitalistas no Serviço Social, consideradas suas diversidades, no período de 2000-2020, no Brasil e em Angola, tematizando o aprofundamento da crise do capital e o agravamento da questão social. Desenvolve mapeamento e análise das tendências anticapitalistas, preferencialmente no campo da pluralidade marxista, com ênfase nos movimentos feministas e antirracistas que se expressam na profissão, buscando

identificar elementos capazes de criar unidade teórica e ideopolítica que fortaleça um projeto radicalmente crítico, democrático e emancipatório no Serviço Social.

Na sequência, destaca-se a participação de três equipes do Chile, ampliando o universo de pesquisadores e universidades em relação à primeira etapa da pesquisa em rede. O primeiro projeto, denominado “*Trabajo social y clases populares en Chile: aproximaciones teórico-políticas en el período 1964-1973*”, visa aprofundar os acúmulos de investigação anterior sobre a experiência chilena do Movimento de Reconceituação. Desenvolve estudo histórico dos processos formativos desenvolvidos em quatro escolas de Serviço Social — Universidade Católica de Valparaíso, Universidade de Concepción, Escola Dr. Lúcio Córdova da Universidad de Chile, Escuela de Trabajo Social de la Pontificia Universidad Católica — com ênfase para a análise do vínculo teórico-político entre o Serviço Social e as classes populares.

A segunda investigação volta-se para análise da profissão no contexto do regime ditatorial entre os anos de 1973 e 1989, especialmente no que se refere às experiências profissionais realizadas no âmbito da esquerda vinculada ao Partido Comunista Chileno, o qual assumiu uma ação política de Rebelião Popular de Massas. Desse modo, o estudo, desenvolvido a partir de entrevistas com ênfase para a memória, visa abordar a relação entre Serviço Social e militância política, especificamente no âmbito do referido partido, considerando a atuação política de mulheres assistentes sociais durante a ditadura, aprofundando os estudos sobre a esquerda e a militância no Chile.

A terceira pesquisa versa sobre a aproximação da profissão com as lutas sociais na organização das classes trabalhadoras em suas expressões nos Fundamentos do Serviço Social. Busca identificar e analisar o vínculo e as redes teórico-políticas entre as práticas e resistências do Serviço Social, em sua articulação com as organizações de classe, situadas no contexto do avanço do neoliberalismo, durante o período da ditadura militar e após a ditadura no Chile.

No âmbito da Colômbia, situam-se duas equipes de pesquisa. A investigação intitulada “*Surgimiento y desarrollo de la FECTS y el ENETS, y sus aportes en la construcción del proyecto ético-político del Trabajo Social en Colombia*”, visa analisar o processo de organização gremial e estudantil no país, com ênfase para a Federación Colombiana de Trabajo Social en Colombia (FECTS) e os Encuentros Nacionales de Estudiantes de Trabajo Social (ENETS), identificando as condições sócio-históricas de construção e desenvolvimento das mesmas, suas dinâmicas e pautas de atuação. Abarca também o estudo da conformação de associações profissionais que fizeram parte da FECTS, tais como a de Caldas, do Valle, Santander, Atlántico, Bolívar, Antioquia, Nariño, Cauca, Córdoba, Quindío, Tolima, Guajira, Huila y Bogotá, sendo que a maioria delas não se encontram ativas.

O segundo estudo é denominado “*Tendencias del debate profesional sobre la incidencia de los movimientos sociales en las políticas sociales de Colombia*”. Visa desenvolver uma análise histórica e teórica, com recorte temporal a partir dos anos 1990, sobre a incidência das diretrizes internacionais e do neoliberalismo nas políticas sociais do país. Busca identificar como os(as) profissionais de Serviço Social analisam e se posicionam teoricamente no debate das políticas sociais no contexto neoliberal na Colômbia, caracterizando os principais elementos de crítica e/ou concordância com as reformas neoliberais.

No que se refere ao Uruguai, ressalta-se a integração da equipe de docentes investigadores da Universidad de la República Uruguay com o subprojeto intitulado “*Cuestión social, luchas sociales y Trabajo Social en el Uruguay de la transición de la dictadura al neoliberalismo (1967-1992)*”. A investigação aprofunda três temporalidades históricas — os antecedentes da ditadura, o regime ditatorial e o pós-ditadura — analisadas mediante fontes documentais (planos de estudos da escola de Serviço Social, publicações acadêmicas e sindicais, sistematizações de práticas profissionais, documentos institucionais) e a realização de entrevistas com atores relevantes e protagonistas das lutas profissionais.

No âmbito da Europa, a pesquisa desenvolve-se a partir de três equipes, as quais constituíram um projeto comum, intitulado “Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social na Europa (Espanha, Portugal e Reino Unido): antecedentes, tendências e desafios contemporâneos”. Tal projeto visa a apreender o movimento do Serviço Social na história recente (1970-2020) a partir da análise da questão social e suas expressões, buscando conhecer a existência ou não de uma trajetória de rupturas, questionamentos e movimentos contra hegemônicos que permitiram uma possível aproximação do Serviço Social com os interesses dos trabalhadores, seus movimentos e lutas sociais. Articulados a esse projeto comum, situam-se três subprojetos.

O primeiro desses, denominado “Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos”, visa realizar uma reconstrução histórico-analítica da perspectiva crítica do Serviço Social em Portugal (1990-2020), analisando como ela vem sendo construída a partir do período revolucionário e como ela se expressa na atualidade na profissão, frente às lutas sociais anticapitalistas. Objetiva analisar a formação sócio-histórica de Portugal em suas implicações para o Serviço Social português, considerando a produção acadêmica e bibliográfica no país no que tange às abordagens de caráter histórico-crítico e, ainda, explicitar as formas de relação estabelecidas pelos profissionais do Serviço Social com as lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores no âmbito da organização da categoria.

O segundo, intitulado “Fundamentos do Trabajo Social: tendências profissionais no processo de democratização da Espanha”, objetiva aprofundar a profissão no movimento da história espanhola, investigando a concepção fundamental do Trabajo Social nas décadas de 1980 e 1990, de forma a identificar suas tendências profissionais no processo de democratização em Espanha. No período em tela, verifica-se o entrelaçamento da profissão no processo de construção do sistema de seguridade social, os *Servicios Sociales*, na busca de

construção da arquitetura política-institucional das políticas sociais tendo como referência e ideal o Estado de bem-estar dos países do norte e centro europeus. Nesse quadro, a pesquisa indaga: em relação às *trabajadoras sociales* da década dos anos 80, o que era ser progressista? E qual era a compreensão de crítico?

O terceiro, denominado “Serviço Social Radical (SSR) no Reino Unido — Os fundamentos histórico-críticos do Serviço Social britânico na contemporaneidade”, visa aprofundar a análise dessa vertente crítica da profissão no contexto dos anos 1980, a partir do avanço do neoliberalismo, conduzido por Margareth Thatcher, considerando seus impactos nos serviços públicos em que se inserem os(as) assistentes sociais. Objetiva apreender a relação entre essa particularidade histórica e as respostas profissionais (de cunho político, teórico-metodológico e técnico-operativo), analisando em que medida tal processo afetou as formulações do SSR. Logo, busca compreender o legado do SSR e suas transformações ao longo desse período (1980-2020), identificando sua herança histórica, sobretudo na emergência de posições e alinhamentos críticos já na primeira década do Século XXI.

COORDENAÇÃO DA PESQUISA EM REDE: AÇÕES, DESAFIOS E AVANÇOS

Considerando a amplitude das investigações e das equipes que compõem a pesquisa em rede, a gestão da mesma vem sendo conduzida por uma coordenação colegiada,² constituída no final do ano de 2021, com o suporte de assessoria.³

2 Maria Rosângela Batistoni, Carina Berta Moljo, Graziela Scheffer, Maria Helena Elpídio, Sérgio A. Quintero Londoño, Thaísa Closs, Alexandra A.L.T.S. Eiras e Maurílio Castro de Matos.

3 Marilda Villela Iamamoto, Cláudia Mônica dos Santos e Maria Carmelita Yazbek.

As ações desenvolvidas por esta coordenação, referentes à gestão acadêmico-científica da pesquisa em curso, concentram-se em quatro objetivos, quais sejam: 1. o alinhamento e a articulação teórico-metodológica dos subprojetos, com vistas a organicidade da investigação em rede; 2. a organização e a realização de eventos, na perspectiva de promoção de espaços para a formação, debate e integração entre as equipes de investigação; 3. a elaboração de projetos para captação de recursos junto a agências de fomento, com vistas à viabilização de suporte para as ações que vêm sendo desenvolvidas; 4. a produção científica e a participação em eventos acadêmicos, com fins de socialização dos produtos de investigação.

No que se refere ao primeiro objetivo, destaca-se a elaboração do Sumário Executivo da Pesquisa durante o ano de 2022, documento que sistematiza os eixos norteadores, as bases teórico-metodológicas e as diretrizes da pesquisa em rede. O referido sumário foi elaborado a partir de *workshops* avaliativos dos acúmulos e desafios referentes à primeira etapa da investigação sobre o Movimento de Reconceitualização Latino-americano e suas interlocuções internacionais, fornecendo suporte para a elaboração dos novos subprojetos de investigação, na perspectiva da articulação destes ao escopo maior da pesquisa em rede. Esse sumário foi debatido no V Simpósio Internacional da Pesquisa em Rede, e foi retomado em várias reuniões com as equipes que a compõem. Ressalta-se o acompanhamento através da leitura dos resumos e projetos de investigação elaborados pelas equipes, nos anos de 2023 a 2024, juntamente com a realização de reuniões para sua apresentação e debate. Nesse âmbito, também foram designados, dentre a coordenação geral, articuladores de referência para a América Latina e a Europa, com vistas a uma articulação e suporte às equipes na condução dos seus trabalhos.

No tocante ao segundo objetivo — qual seja, o de promover eventos para articulação alinhamentos teórico-metodológicos e interlocuções entre os grupos de pesquisas —, ressalta-se a realização dos Simpósios Internacionais da Pesquisa em Rede, uma

importante estratégia de articulação entre os(as) pesquisadores. Dando continuidade aos simpósios da etapa anterior⁴ no ano de 2022 realizamos o V Simpósio, em formato híbrido em articulação com a UFJF; na sequência, em 2023, o VI Simpósio, realizado na UERJ, com a participação *on-line* de parte dos pesquisadores(as); em 2024 o VII Simpósio, na PUC-SP.

Esses eventos foram viabilizados mediante suporte das referidas instituições universitárias para elaboração e submissão de projetos para captação de recursos via agências de fomento. A esse respeito e dentro do terceiro objetivo de ações, destaca-se a submissão de propostas a: dois editais do CNPq — sendo um obtido e atualmente em vigência; um edital para CAPES para a realização do V Simpósio Internacional em Juiz de Fora (2022), um edital da FAPERJ para realização de eventos, que viabilizou parte do custeio do VI Simpósio realizado na UERJ (2023), e com a submissão de proposta na modalidade do fluxo contínuo da FAPESP e demais colaborações dos programas de Pós-graduação envolvidos, foi viabilizada a realização VII Simpósio na PUC-SP.

Sobre o último objetivo de ações da coordenação colegiada, registra-se a submissão e/ou apresentação de trabalhos, painéis e/ou organização de mesas coordenadas sobre a pesquisa em rede em eventos acadêmicos de Serviço Social, tais como: no Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ENPESS/ABEPSS), nas edições dos anos de 2022 (Rio de Janeiro) e de 2024 (Fortaleza); no XXIII Seminário da Associação Latino-americana de Ensino e Investigação em Serviço Social (ALAEITS) no ano de 2022 (Montevideo/Uruguay); no Congresso Mundial de Trabajo Social, promovido pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) em 2023; no *The Joint Global Conference on Social Work Education and Social Development* — SWSO,

4 Na primeira etapa da pesquisa em rede foram realizados quatro Simpósios Internacionais, no período de 2016 e 2019.

na Cidade do Panamá, em 2024. A coordenação colegiada também estabeleceu parceria com comitê editoriais de periódicos da área de Serviço Social para a submissão de artigos e/ou organização de dossiês referente a pesquisa, tais como na Revista *Libertas* (Universidade Federal de Juiz de Fora/Brasil), na Revista *Eleuthera* (Universidad de Caldas/Colômbia) e na Revista *Em Pauta* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Brasil).

Além dessas ações, registra-se a participação de integrantes da coordenação colegiada na gestão e nas sessões do Seminário de Estudos sobre o Capital — coordenado pela professora doutora Marilda Villela Iamamoto, sendo o mesmo promovido pelo programa de pós-graduação da UERJ e pelo Centro de Estudos Octávio Ianni. Ele se constitui num espaço de formação dos(as) pesquisadores(as) vinculados à pesquisa em rede e outros grupos de investigação, na perspectiva da contribuição da crítica marxiana da economia política aos processos de investigação na área de Serviço Social.

A descrição das ações realizadas no período de 2021-2024, ainda que resumidamente, permite dimensionar as diversas e complexas atividades empreendidas pela Coordenação Colegiada da pesquisa em rede. Neste percurso temos avançado, superando os desafios com os quais nos deparamos durante este processo, decorrentes de aspectos estruturais, como a precarização das condições de trabalho dos docentes, a sobrecarga de tarefas, a escassez das formas de financiamento para a pesquisa, as dimensões e distâncias geográficas e continentais, e, ainda, os diferentes contornos em torno do debate profissional e das abordagens teóricas, juntamente com a questão da linguagem e do idioma. O trabalho de pesquisa em rede tem sido desafiador, tanto para as(os) integrantes da coordenação colegiada quanto para as equipes de pesquisadoras(es) situadas(os) nesses nove países. Dentre esse conjunto, muitas pessoas possuem experiência de pesquisa nacional e internacional, mas há também pesquisadoras(es) recém-doutoradas(os), discentes de pós-graduação *stricto-sensu* (mestrado e doutorado) e de graduação (iniciação científica).

A compreensão de traços comuns e diferenciais, ou da unidade na diversidade, com nítidas orientações teórico-metodológicas e políticas, cria um processo de pesquisa sólido com capacidade de oferecer chaves heurísticas para renovadas e qualificadas interpretações históricas, assim como análises contemporâneas que enfrentam alguns dos principais desafios com os que se depara o Serviço Social nos tempos recentes.

Enquanto integrantes da coordenação colegiada o nosso maior desafio continua sendo, justamente, alinhar o que temos em comum a todos os projetos de pesquisas (a partir da direção político-acadêmica que nos congrega), considerando os objetos diferenciados de estudos, as particularidades de cada país, como foi, como é, como está sendo o Serviço Social em cada continente, em cada região. Ou seja, é um grande desafio elaborar a síntese a partir da pesquisa em cada país, da articulação por regiões e na totalidade da investigação realizada.

Justamente pela sua magnitude e densidade, os avanços da pesquisa em rede têm impacto relevante em todos os países envolvidos, seja porque, como no caso do Brasil, mesmo com uma longa tradição crítica na produção de conhecimento, ainda existem questões sobre o processo histórico e as mediações entre a sociedade e a profissão; ou, como no caso de outros países, que, com esta pesquisa em rede apenas inaugura-se ou consolida-se uma tradição de pesquisa crítica sobre o Serviço Social, compreendido como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho.

No processo de acompanhamento entre a coordenação colegiada e as equipes de pesquisadoras(es) realizado através do V e VI Simpósios (2022 e 2023, respectivamente) e das reuniões organizadas por regiões (América Latina de língua hispânica, Europa e Brasil, respectivamente, dezembro de 2023, maio e junho de 2024), tivemos elementos para constatar algumas convergências entre todos os projetos, e na relação deles com o Sumário Executivo (2022).

Ao escutarmos e termos conhecimento pela leitura do conjunto dos subprojetos que compõem a pesquisa em rede, podemos afirmar que a centralidade da história nessas pesquisas é o ponto convergente que nos aglutina. Todos os projetos partem dessa perspectiva para compreender o Serviço Social, situando-o nas relações sociais capitalistas. As mediações históricas diferenciam-se, tendo ênfase em alguns projetos na análise dos processos ditatoriais e seus impactos para a profissão, em outros, na análise do neoliberalismo e sua relação com as políticas sociais e a profissão. Além disso, há projetos em diferentes países que buscam conhecer os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social e o fazem a partir dessa perspectiva histórica. Ao situar o Serviço Social na história esses projetos buscam conhecer a profissão mediante algumas mediações, todas elas inscritas na visão de totalidade inaugurada por Marx e Engels (2002). Essas angulações expressam os interesses particulares das(os) pesquisadoras(es) e estão calcadas na busca pelo conhecimento da realidade concreta, não sendo meras abstrações, estão orientadas pela busca da reconstrução do passado recente, da memória histórica, assim como em desvendar o tempo presente.

Retomando as sínteses das reuniões realizadas com as(os) pesquisadoras(es) e os projetos de pesquisas de todas as equipes, observamos alguns temas/objetos que atravessam vários projetos e que estão presentes em todos os países. Observamos que grande parte dos estudos da América Latina, tanto de fala hispânica quanto portuguesa, tem uma preocupação em desvendar o passado recente, sobretudo, considerando os impactos que as ditaduras civis militares tiveram para o Serviço Social na região, como para o pensamento crítico no Serviço Social herdeiro do movimento de Reconceituação. Aqui podemos situar estudos no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile e na Colômbia. Nesse contexto, as pesquisas se debruçam sobre as lutas sociais, os movimentos sociais, a dimensão organizativa da profissão, analisando o protagonismo das entidades do Serviço Social.

Nessa mesma direção, temos as análises das lutas sociais e a crítica ao Serviço Social conservador e tradicional na Europa, visando a compreensão do momento presente na relação com o legado desses movimentos contestatórios. Espanha e Portugal, países marcados por longas ditaduras fascistas, tiveram expressões de resistências e lutas da classe trabalhadora e de disputas dentro do Serviço Social. Embora esses processos tenham ocorrido simultaneamente a algumas ditaduras na América Latina, há que considerar as suas particularidades, sobretudo na qualificação acadêmico-profissional que vai se consolidar apenas nos anos 1980 e 1990, após o processo de democratização em Portugal e Espanha, o lusitano marcado por um período revolucionário (1974-1975). No Brasil e na África temos projetos que buscam analisar as perspectivas anticapitalistas e sua relação com o Serviço Social, inclusive, em nosso país, alguns estudos se centram na análise da crítica marxiana da economia política, tendo como eixo a centralidade do trabalho para a análise da sociedade.

Conforme expusemos no capítulo anterior desta coletânea, a concepção do Serviço Social na história é central para o desenvolvimento desta pesquisa em rede e comprazemo-nos em constatar com base nas informações obtidas que é essa a perspectiva que, com diferentes ângulos norteia todas as pesquisas em andamento. Por sua vez, as diversas análises começam a oferecer elementos fundamentais, ainda que incipientes, na compreensão da “questão social” e os “movimentos sociais” em cada um dos contextos e projetos. Do mesmo modo, se abre uma necessária discussão, em processo de crescimento e qualificação sobre a relação da “questão social” e a dimensão étnico-racial como uma dimensão constitutiva da mesma, dada a particularidade da formação social e histórica em cada país. Temos, ainda, investigações que recaem sobre a formação profissional, buscando conhecer os conteúdos dos fundamentos na formação profissional, na atualidade. Logo, um outro eixo de análise centra-se na formação em Serviço Social, nas políticas sociais e no neoliberalismo na conjuntura atual, aqui se destacam os estudos da Colômbia e do Chile.

Nesse sentido, os estudos em Portugal, Espanha e Reino Unido buscam compreender os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social e a persistência ou presença do legado dos anos 1970/1980 no campo crítico de influência marxista ou mesmo uma nova expressão de perspectivas críticas. Em relação ao Reino Unido, trata-se de compreender o legado do Serviço Social Radical no século XXI, a partir das transformações históricas que se processaram.

Logo, fica evidente que o objetivo central da pesquisa em rede, mesmo que seja uma pesquisa histórica, não fica petrificada nos fatos do passado, senão que procura desvelar o processo histórico, ou seja, o devir histórico que possibilita a compreensão e a atuação consciente sobre o nosso tempo presente. Portanto, o estudo das categorias ontológicas está permitindo preencher lacunas e resolver questões históricas, mas ao mesmo tempo, está abrindo novos caminhos e formas interpretativas, recuperando as mediações entre o Serviço Social e o devir do capital com suas múltiplas contradições (Yazbek, 2018; Santos; Yamamoto, 2022; Yazbek; Yamamoto, 2019).

É preciso lembrar que a primeira fase desta pesquisa, desenvolvida entre 2016 e 2020, teve como objeto de estudo a Reconceitualização do Serviço Social, processo histórico nitidamente datado nas décadas de 1960 e 1970. É justamente do desdobramento dessa pesquisa que hoje se avança na segunda fase, ampliando o objeto tanto no seu escopo como na sua temporalidade, uma vez que o foco atual da análise é a questão social e os movimentos sociais entre 1960 e 2020. É dizer, na medida em que se consegue dar resposta às questões inicialmente formuladas, emergem novas questões e dilemas que ampliam a pesquisa lhe colocando maiores desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições históricas na particularidade das relações sociais capitalistas indicam, na atualidade, a necessidade de organização e mobilização social para a disputa em prol de um projeto societário que

reivindique a emancipação humana enquanto uma possibilidade e alternativa aberta no processo de desenvolvimento do ser social (Lukács, 1979). A área de Serviço Social e a(o) assistente social em seu exercício profissional defrontam-se com o desafio de explicar o contínuo processo de reprodução da pobreza e da miséria, em simultaneidade à grandeza da riqueza socialmente produzida. Nossa inserção na divisão sociotécnica do trabalho nos conclama a lidar constantemente com vários dilemas que envolvem necessidades reais e acesso aos meios de sobrevivência para um contingente expressivo de indivíduos sociais, diferentes em sua inserção social, marcada pela sua corporeidade e vivência de gênero, pertencimento étnico-racial, idade e sexualidade. As expressões da questão social apresentam-se para nós de modo complexo e ao mesmo tempo, inscritas na totalidade da vida social, na particularidade das relações sociais capitalistas e exigem a disputa na arena pública por sujeitos sociais mobilizados em prol de sua superação.

As estratégias neoliberais implementadas desde o final dos anos 1970 evidenciam uma conjuntura em que o Estado (de um modo geral, enquanto orientação econômico-social no plano global e nacional) maximizou as suas ações em prol dos interesses da classe dominante e tem negado, reiteradamente, o direcionamento para o bem-estar social e coletivo, orientando as políticas sociais para uma focalização na sobrevivência. As condições para o exercício da cidadania vão muito além da mera sobrevivência e envolvem o acesso aos bens e serviços, à riqueza socialmente produzida. Esta pesquisa participa desse processo de disputas e de restrições. Sofre os impactos da redução de investimentos nas políticas sociais. Analisa o impacto do neoliberalismo e as formas de resistência (sociais e profissionais), fornecendo elementos para a defesa do projeto profissional crítico.

Considerando a magnitude da pesquisa e o contexto sócio-histórico no qual ela se desenvolve, os desafios não são poucos, mas o trabalho coletivo e colaborativo nos permite continuar construindo estratégias de trabalho em comum que potencializam os resultados

da pesquisa. O acompanhamento contínuo dos subprojetos, seja por país, por região ou ainda, em coletivos, continua sendo uma estratégia necessária para o fortalecimento da rede de pesquisa. Do mesmo modo o trabalho de capacitação contínua, seja através de oficinas temáticas, dos Seminários de Estudos sobre “O Capital”, que acontece quinzenalmente sob a liderança da professora Marilda Villela Yamamoto, ou dos estudos realizados pelas equipes de pesquisadoras(es), se constituem como instrumentos fundamentais para o aprofundamento e consolidação do pensamento crítico, se desenvolvendo paralelamente ao desenvolvimento das ações de pesquisas.

Temos muitas tarefas a serem realizadas nos próximos anos, destacamos apenas algumas delas:

- Publicização dos avanços das pesquisas: nos anos que a pesquisa vem trabalhando, o volume de trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais, bem como de publicações em artigos, livros, capítulos de livros, entre outros, tem sido uma marca deste trabalho coletivo, mas ainda é necessário organizar as informações num site, agrupando e socializando as produções.
- Construção de um Centro de Documentação e Memória em Serviço Social e Lutas Sociais: vários subprojetos da pesquisa em rede vem se propondo a constituição de centros de documentação e de memória, assim se faz necessário somar esforços para a construção de arquivos e compartilhamento de dados, entendendo a necessidade de contar com o auxílio de profissionais capacitados para o trato dos arquivos históricos.
- Continuar com o processo de capacitação contínua para a formação de recursos humanos qualificados destinados à pesquisa e à produção de conhecimentos na área de Fundamentos do Serviço Social.

Talvez o maior desafio seja justamente continuar com a pesquisa em rede em escala internacional, com a consciência de que sua expansão para outros países na América Latina é importante e necessária, e sabendo dos poucos recursos com os quais contamos, mas cientes da relevância histórica que a pesquisa possui.

REFERÊNCIAS

- BATISTONI, M. R., MOLJO, C. B., SCHEFFER, G., ELPÍDIO, M. H., CLOSS, T. T., LONDOÑO, S. A. Q., EIRAS, A. A. L. T. S. *Sumário Executivo da Pesquisa em Rede Serviço Social na História*. 2022.
- EIRAS, A. A. L. T.; MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.
- IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Editora Cortez, 2021.
- LUKÁCS, György (Trad. Carlos Nelson Coutinho). *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SANTOS, C. M.; IAMAMOTO, M. V. A História pelo Averso: uma pesquisa internacional “em rede” de pesquisadores/as. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.22, n.1, p.01-15, jan./jun., 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/38033/24555>.
- YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.
- YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SIQUEIRA DA SILVA, J. F. (Orgs.). *Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica*. 2ª. ed. Campinas: Papel Social, 2018.

TENDÊNCIAS E DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL EUROPEU NA ATUALIDADE

Elaine Rossetti Behring

Este texto resulta de minha participação no Simpósio Internacional de Pesquisadores Serviço Social na História — Questão Social e Movimentos Sociais — América Latina e Europa, realizado em 2023, na UERJ. O evento foi organizado pelo importante coletivo de pesquisadores sob a liderança de Marilda Iamamoto, Maurílio Matos, Graziela Scheffer, dentre muitos(as) outros(as), que busca os fundamentos do Serviço Social na “história a contrapelo”, em distintas realidades e formações nacionais, e sob uma perspectiva de totalidade. Tal enfoque dos fundamentos da profissão envolve a produção/reprodução material e a luta de classes que marcam a economia política capitalista em movimento, cujas determinações incidem sobre as expressões da questão social e alteram as condições de vida e trabalho de assistentes sociais ao redor do mundo, como parte da classe trabalhadora. Como tem sido nos últimos anos e em outras participações¹, me fizeram uma provocação desafiante. Na ocasião do convite, perguntei à equipe sobre a expectativa que tinham, pois me sentia em condições

1 Tive, na condição de atual coordenadora do Centro de Estudos Octavio Ianni — CEOI/UERJ, que abriga o coletivo de pesquisadores reunidos nessa ampla investigação, a oportunidade de dialogar com o andamento da pesquisa, numa espécie de participação indireta muito gratificante. Parte dessa colaboração está publicada em um capítulo no livro *A História pelo Avesso — a Reconceitualização do Serviço Social na América Latina e Interlocações Internacionais*, organizado por Marilda Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos (2021).

de falar de uma forma mais geral sobre o tema, diga-se, analisar os processos societários que estão em curso neste capitalismo em prolongada crise e decadência, e que indagam e determinam o Serviço Social, buscando fazer mediações com a dinâmica europeia. E segui por esse caminho, autorizado pela equipe, mas sob minha inteira responsabilidade. Então, arrisquemo-nos.

Em 2022 e 2023, acompanhamos fortes manifestações públicas e greves gerais da classe trabalhadora na Europa. Os exemplos são vários: da França, com pelo menos dez jornadas nacionais de luta em torno da contrarreforma da previdência de Macron; da Alemanha (27/03), onde ocorreu o maior movimento de greve geral dos últimos 30 anos exigindo aumento de salário real, diante da inflação crescente; do Reino Unido, com uma greve do sistema de saúde de milhares de trabalhadores e trabalhadoras; de Portugal com o movimento dos professores, oficiais de justiça e transportes; da Itália, onde trabalhadores fecharam os postos de gasolina. Esses são apenas alguns exemplos de uma Europa em ebulição. Para o cientista político Bruno Palier, em entrevista ao UOL/Folha,² o aumento do desemprego no velho continente e as mudanças no mundo do trabalho acirradas pela pandemia catalisaram “uma revolução silenciosa dos últimos 20 anos e que não quer mais se calar”.

Há vários ingredientes nesse cenário, especialmente uma inflação alta para os padrões da União Europeia (UE), envolvendo custos de energia e alimentos, e que tem relação direta com a primeira guerra em solo europeu após a Segunda Guerra Mundial, com a invasão da Ucrânia pela Rússia,³ e que longe de ser uma guerra localizada, envolve interesses da OTAN e da China em torno da geopolítica e

2 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/04/europa-entra-em-ebulicao-com-fogo-de-greves-nacionais.shtml>. Acesso em: 23 abr. 2023.

3 Quando reviso essas linhas (agosto de 2024), essa guerra completa dois anos e meio, com impactos dramáticos para a União Europeia, e com sinais de nova escalada das hostilidades.

redefinição dos territórios de expansão e dominação dos capitais, e que ganha em escala dia após dia. Observamos, por exemplo, que os EUA firmaram acordo de cooperação nuclear com a Coreia do Sul. Vimos acompanhando as tensões em torno de Taiwan, que reúne a produção estratégica de semicondutores, além da guerra na Ucrânia que envolve a produção de alimentos e gás. O conflito no Oriente Médio e que constitui o genocídio em Gaza⁴ e as tensões em torno da Venezuela, que se arrastam, tornam ainda mais complexo o ambiente mundial e europeu.

No entanto, se a tomada das ruas e praças pelos trabalhadores nos países de capitalismo central em torno de uma agenda social, ecológica e antibelicista nos empolga, há que se preocupar — e muito — com o crescimento da extrema-direita, que busca inclusive capitanear o protesto “contra o sistema” com suas saídas bárbaras, mas que têm repercussão popular, especialmente em caso de derrotas ou desmoralização dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras em curso.

Observemos mais de perto o caso da França. A contrarreforma da previdência de Emmanuel Macron foi um duríssimo ataque aos direitos dos trabalhadores, que construíram uma seguridade social consistente naquele país, e já vinham perdendo direitos desde 1995 (ano em que houve um forte movimento de resistência à primeira contrarreforma previdenciária dos anos 90). A revolta popular hoje, pois cerca de 73% da população rejeita a contrarreforma da previdência de Macron, parece confirmar a máxima de que “só se pode encher um copo até a boca, nem uma gota a mais”. As propostas de aumento da idade mínima para a aposentadoria de 62 para 64 anos — o que a mídia brasileira fez questão de ressaltar, buscando parecer que a classe trabalhadora francesa estaria fazendo, sob inspiração de Shakespeare, “muito barulho por nada” — e de 43 anos de

4 Elemento que não estava presente por ocasião da conferência.

contribuição para acesso à aposentadoria integral (o que, obviamente, quase não teve destaque entre nós), caíram como uma bomba sobre um mundo do trabalho já distante do pleno emprego keynesiano dos Anos de Ouro, do suposto “capitalismo organizado”, ainda que seja muito mais formalizado que o brasileiro e demais países latino-americanos. Por lá, como aqui de forma ainda mais intensa, a precariedade, a informalização e a uberização do “capitalismo de plataforma” (Antunes, 2022) fizeram crescer significativamente o trabalho sem direitos. E um elemento político pôs fogo na gasolina: a baixa legitimidade de Macron, que foi para o segundo turno das últimas eleições presidenciais com 20% dos votos e chegou a 38% no segundo turno com os votos da esquerda para derrotar a extrema direita de Marine Le Pen; uma esquerda — com forte incidência da corrente França Insubmissa — que está à frente das manifestações ao lado das centrais sindicais e movimentos sociais, ecológicos e de juventude. Uma situação que se refletiu fortemente no Assembleia Nacional: sem maioria parlamentar para a proposta, Macron e a primeira-ministra Elizabeth Borne lançaram mão de um dispositivo constitucional de exceção — argumentando a emergência financeira (sempre ela) — para implementar a contrarreforma da previdência a partir de setembro de 2023, sem passar pelo parlamento. A Assembleia Nacional não aprovou a moção de censura ao governo proposta pela oposição, que perdeu pela minúscula margem de nove votos. Contudo, com as ruas em polvorosa e sem maioria parlamentar, mesmo assim não houve recuo do poder executivo. Os protestos prosseguiram, mas perderam alguma força diante desse curso autoritário da contrarreforma, e sobretudo pela intensificação da repressão policial sobre as manifestações, com milhares de presos e feridos (dois em coma num protesto no interior da França, dessa vez contra uma barragem e seus impactos ambientais). O desalento de um lado e a mobilização de outro se refletiram nas eleições para o parlamento europeu e na França, em 2024, com fortes emoções, seja pelo fortalecimento da França Insubmissa e de um bloco de

esquerda, seja pelo crescimento da extrema-direita, que também buscou amalgamar-se de forma oportunista às manifestações, no intuito de dirigi-las.

Destaco essa situação na França, pois penso que ela revela algumas tendências continentais e universais que chamam a atenção. A prometida reconstrução pós pandemia não avançou gerando novos postos de trabalho, ao menos pelo ponto de vista da classe trabalhadora. As ruas de grandes cidades europeias estão sobrecarregadas de moradores, muitos em barracas, em sua maioria imigrantes, mas também trabalhadores(as) empobrecidos(as), diante da perda do poder de compra dos salários, das aposentadorias e benefícios assistenciais⁵. O relato de uma assistente social amiga na França, informa que há aposentadorias hoje abaixo do valor do salário-mínimo em alguns setores. Houve uma forte queda do poder de compra da renda do trabalho.

A atitude do governo de centro-direita de Macron confirma a tendência geral de blindagem da democracia em tempos de crises combinadas: econômica, social, ecológica, climática e, nesse caso, política. O aumento da repressão policial e dos enfrentamentos nas ruas, bem como do encarceramento do dissenso, também é parte da blindagem das decisões substantivas à pressão dos de baixo. Por outro lado, no caso francês, mas imagino que de forma mais ampla na União Europeia — porém, a França é uma potência militar central na UE (ao lado da Alemanha e, antes do Brexit, do Reino Unido) — aprovou-se um orçamento federal que prioriza a defesa, diga-se, o rearmamento, sob a pressão da OTAN e da Guerra na Ucrânia. Ou seja, a mesma lógica que orienta o corte de gastos sociais pela diminuição do acesso aos direitos, reorienta o fundo público para o

5 Nesse sentido, o mais recente filme de Ken Loach, no Brasil, intitulado “O Último Pub”, nos revela a situação atual da classe trabalhadora inglesa, permeada por bárbaras invasões neofascistas e pela pobreza. Mais um filme sensível e incontornável do grande diretor.

esforço bélico e destrutivo, o que pressiona o conjunto da Europa, além do aumento do peso dos encargos financeiros, já que desde a *débaçle* de 2008/2009 amortecida pelo fundo público, aumentaram as dívidas públicas nos países do capitalismo central e o peso dos juros e encargos, o que pressiona enormemente o financiamento das políticas sociais. Vejam, esses países não precisam produzir superávit primário e não realizam ajustes tão draconianos como o Brasil (Cf. Behring, 2013). Aqui se vive sob o tacho de um ajuste fiscal permanente, cuja nova versão nos é apresentada hoje por meio do “novo arcabouço fiscal”, de Fernando Haddad. Mas há essa dupla pressão atual sobre o fundo público na Europa: a guerra e os encargos financeiros. E as contrarreformas nas políticas sociais se orientam para o custo-benefício, segundo a cartilha neoliberal e *austericida*.

Desde o tratado de Maastricht, de 1992, e que constituiu a União Europeia, a “nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016) neoliberal, vem orientando as ações dos Estados nacionais na região (que o digam a Grécia, a Espanha e Portugal), implicando no aumento da desigualdade social no continente em que mais se expandiu a efetiva reforma que representou o Estado social e o conceito Beveridgiano de seguridade social, especialmente ao norte do continente, já que a proteção social não se expandiu da mesma forma em todos os países, com fortes diferenças entre a Escandinávia, França e Alemanha, e o sul da Europa. Hoje ainda há os países do leste que viveram a experiência do socialismo real e a restauração do capitalismo, o que torna ainda mais complexo o quadro regional. O Tratado de Maastricht e as atualizações posteriores (a última, se não me engano, é o Tratado de Lisboa de 2009) sobre a livre circulação de pessoas, produtos, serviços e capital, nunca conseguiram avançar em “critérios de convergência” sobre a proteção social, o que é sintomático quanto ao trato da força de trabalho nesse processo de unificação, em tempos de desemprego estrutural de longa duração, informalização e uberização do trabalho, e ofensiva do capital para a recomposição das taxas de lucros.

Há ainda uma outra dimensão e que se agravou nos últimos anos, e ainda mais hoje no contexto da guerra na Ucrânia, que é o movimento migratório, parte dele na direção da Europa. Em 2015, por exemplo, houve o maior movimento migratório de massas desde a Segunda guerra mundial, o que permanece ainda em curso, especialmente com guerras localizadas na Síria, Afeganistão, e agora, Ucrânia, Sudão e Gaza em 2024, além de desastres naturais e socioeconômicos. AACNUR⁶ informa, com dados até 2020 (antes da Guerra na Ucrânia) que, entre 1995 e 2020, 89,3 milhões de pessoas no mundo foram deslocadas à força, 69% de cinco países (Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul e Mianmar). Turquia e Alemanha estão entre os países de maior acolhida no espaço Europeu, ainda que as portas de entrada italiana, grega e espanhola tenham sido bastante pressionadas. As imagens dos barcos cruzando o mar Mediterrâneo, lotados de pessoas buscando uma vida melhor, fugindo de guerras e perseguições, e de inúmeros naufrágios são um verdadeiro pesadelo do nosso tempo.

Esse é um quadro que tensiona a concorrência (hiper-estimulada) no mundo do trabalho, amplia a superpopulação relativa, o pauperismo e a pobreza, e demanda respostas na forma de políticas públicas, embora elas venham permeadas pelo culto neoliberal do esforço individual e do empreendedorismo, e pela assistencialização da proteção social com sua lógica de transferências monetárias minimalistas. Enquanto a classe trabalhadora veio empobrecendo e as expressões da questão social se aprofundaram — a questão social aqui entendida como decorrente da lei geral da acumulação — nos últimos trinta anos, os Estados nacionais foram dirigidos por políticas monetaristas e fiscais neoliberais austericidas que pressionaram a política social para a focalização associada à seletividade, o que se traduz num crescimento das políticas assistenciais, em especial de

6 Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>.

transferência monetária, e muitas vezes em detrimento dos serviços. Tudo isso, evidentemente, atinge diretamente assistentes sociais no espaço europeu, seja pela demanda, seja pelas suas próprias condições de trabalho na particularidade de cada país.

Após a agudização da crise do capitalismo, em 2008/2009, algumas tendências se impuseram no campo das políticas sociais, uma mediação importante para pensar os desafios ao Serviço Social na Europa, ou seja, considerando sua inserção nas políticas sociais na diversidade europeia. Ivanete Boschetti (2012), em seu estudo de pós-doutorado, analisou essas tendências a partir de dados da base Eurostat (UE) sobre todos os países. Vejamos as conclusões de sua pesquisa sistemática. A degradação do mercado de trabalho implicou no aumento da “privação social severa” (na terminologia do Eurostat), o que “forçou” uma reformatação do Estado social nas seguintes direções: endurecimento dos critérios de elegibilidade nas prestações sociais assistenciais e contributivas, seguro desemprego e alocações para pessoas com deficiência; prestações sociais que eram de acesso universal passaram a ser focalizadas/seletivas; redução do nível das prestações sociais por meio de alteração dos índices de reajuste, modo de cálculo das aposentadorias e critérios de invalidez para o trabalho; aumento ou introdução de contrapartidas dos usuários; desenvolvimento de serviços e seguros privados (capitalização na área da previdência e da saúde); introdução da gestão gerencial e incitação à busca de recursos próprios pelas instituições públicas; transferência de atividades públicas de proteção social para as famílias e a sociedade civil (sob a consigna de um novo solidarismo); redução ou estabilização dos salários do setor público; criação de agências não estatais ou transferência de serviços ao setor privado; desenvolvimento de políticas de ativação para prestação de seguro-desemprego e benefícios assistenciais — em contraposição ao Estado social passivo hipertrofiado e gerador de dependência, segundo a crítica neoliberal e conservadora. Desencadeou-se, assim, uma verdadeira programática contrarreformistas, que não chegou a

ser um desmantelamento total dos sistemas de proteção social europeus — pois houve resistências no espaço geopolítico onde mais se expandiu o Estado social. Porém, engendrou-se sua corrosão insidiosa nos termos de Boschetti, atingindo os princípios de universalidade, reduzindo a abrangência de direitos, desqualificando os serviços públicos e introduzindo a lógica de mercado. Um mix de socialização dos custos da crise com o que Mandel (1982) caracterizou como supercapitalização: a mercantilização direta de nichos antes não mercantis, e que agora são fontes de valor.

Todas essas tendências, que muito provavelmente se acirraram desde então, colocam grandes desafios ao Serviço Social europeu, seja ao trabalho, seja à formação, inclusive considerando sua heterogeneidade (nível técnico, nível superior) e mesmo a direção social da formação no continente, onde as incidências críticas são mais tênues, embora existam, a exemplo das expressões radicais no Reino Unido e em Portugal e Espanha, o que vem sendo objeto das investigações dessa grandiosa rede de pesquisadores(as). Uma hipótese de trabalho é de que talvez tenham se ampliado essas expressões mais críticas no Serviço Social europeu no último período, inclusive diante da pressão pela ação e entendimento dessas mudanças, diante do “tudo o que é sólido se esfuma” (Marx; Engels, 1848), que faz parte do modo de ser do capitalismo.

Desde o início deste texto, me referi ao capitalismo maduro e decadente, em crise. Entendo que estamos, desde o final dos anos 60 do século XX, no que Ernest Mandel (1982 e 1990) — que foi homenageado em 2023 pelos cem anos de seu nascimento e o grande legado que deixou para a crítica da economia política e para a esquerda socialista (Cf. Behring, 2015) — caracterizou como uma onda longa com tonalidade de estagnação, marcada por baixas taxas de crescimento e ampliação do desemprego estrutural. Houve uma monumental reação burguesa à crise a partir dos anos 80 com o advento da reestruturação produtiva, da mundialização do capital (Chesnais, 1996) — deslocalização de empresas, compressão espaço-tempo (Harvey,

1993), financeirização — tudo isso com o suporte do Estados nacionais e do fundo público, que implementaram as contrarreformas neoliberais em nome da atratividade do movimento dos capitais, e realizaram ajustes fiscais draconianos (Behring, 2003). Na onda longa houve movimentos de *stop and go*, com pequenos ciclos que pareceram para alguns “o fim da história”, combinando ofensiva neoliberal e crise do socialismo real. No final dos anos 80 e início dos 90 do século XX, vivia-se o momento imediato à queda do muro de Berlim (1989), a dissolução da URSS (1991) e restauração do capitalismo no leste europeu na sequência, e redução do desemprego nos EUA, em 1994, mas já à custa da ampliação da precariedade. Contudo, a tônica tem sido de taxas pífias de crescimento, estagnação e anúncios de recessão, o que se repõe a cada estouro de bolhas financeiras especulativas, com quebra da cadeia de pagamentos da “moderna bancocracia” e seus “papeizinhos”, na conhecida ironia de Marx (Livro III, 1982). A mais recente, em 2023, foi a quebra do tradicional banco CreditSuisse e de dois bancos americanos importantes ligados às Big Techs, o que significou mais aportes de fundo público e a preocupação generalizada com o efeito contágio, inclusive com demissões em massa em setores de ponta como as grandes companhias do Vale do Silício. Em geral, essas expressões da crise são amortecidas pelo fundo público — que se compõe pela tributação sobre o trabalho e o capital, e que vimos caracterizando como um compósito de trabalho necessário (o fundo de reprodução dos trabalhadores, por meio dos salários) e trabalho excedente (fundamento da mais-valia, do lucro, do juro e da renda da terra) (Behring, 2021), partindo do pressuposto de que toda a riqueza socialmente produzida advém da força de trabalho subsumida ao capital. Nesse sentido, o neoliberalismo incrementou contrarreformas tributárias regressivas no mundo, na perspectiva de socializar os custos da crise, sob o discurso de uma cultura da crise, como nos informa Mota (1995), segundo o qual ela atingiria a todos igualmente, e que teríamos que realizar a nossa dose de sacrifício. Esse processo

atinge diretamente o financiamento das políticas sociais, transferindo recursos do trabalho para a finança, num contexto em que a relação dívida/PIB aumentou para os estados nacionais, via pagamento de juros, encargos e amortizações; e para o armamentismo no contexto do acirramento das disputas interimperialistas.

Houve dois processos recentes que aprofundaram o ambiente de crise do capitalismo: o efeito contágio da quebra do Lehman Brothers e da cadeia de pagamentos das *subprimes* nos EUA, o que Michel Husson (2008) caracterizou como capitalismo tóxico, em 2008/2009. E, atualmente (de 2020 em diante) — e somos sobreviventes disso, caros(as) leitores(as), destacadamente no Brasil do neofascismo e do negacionismo entre 2019 e 2022 — tivemos a explosão da pandemia de Covid-19, uma criatura do capital (Antunes, 2022), decorrente da destrutividade ambiental do capitalismo, quando a crise estrutural do capitalismo se transmuta em crise climática e ecológica. As características e duração da crise tem levado as análises com base na crítica da economia política, a considerá-la como estrutural, endêmica e duradoura.

Antunes, no seu mais recente livro de ensaios e inspirado em Mézáros, nos fala de um metabolismo antissocial do capital, fortemente destrutivo e que atinge a classe trabalhadora — da qual nós assistentes sociais em todos os quadrantes somos parte e que constitui também os nossos usuários —, forjando uma nova morfologia do mundo do trabalho, o que na fase pandêmica recente foi ainda mais intensificado com os trabalhos uberizados. Salta aos olhos o empobrecimento e deterioração das condições de vida de amplos segmentos da classe trabalhadora em todo o mundo, com impactos fortes na divisão sexual e racial do trabalho, e no corte geracional, em que trabalhadores(as) com mais de 55 anos não conseguem inserção, e jovens (entre 18 e 25 anos) também tem fortes obstáculos de chegada ao mercado de trabalho.

Essa última questão é um desafio central: uma certa ausência de futuro para a juventude, no contexto desse metabolismo antissocial

em suas múltiplas dimensões. Na França, por exemplo, a juventude é comprimida entre apelos ao solidarismo (Ex: Serviço Nacional Universal — SNU — criado pelo governo Macron), a precarização do trabalho, a crise climática, as contrarreformas e a guerra. Esse é um cenário que engendra resistências democráticas e socialistas, e as ruas e praças têm vocalizado isso no continente europeu. Entretanto, esse também é o solo fértil para que a serpente do fascismo coloque seus ovos, como no período entreguerras do início do século XX, mostrado de forma dramática no filme de Ingmar Bergman, *O Ovo da Serpente* (1977), quando floresceu o fascismo clássico.

O maior desafio desse tempo é tirar flores do asfalto. O neofascismo — que é a expressão política do metabolismo antissocial do capital, associado à agenda ultraneoliberal e austericida — está à espreita, disputando a direção do processo com sua aparência antissistêmica, que nada mais é do que a reprodução do mundo do capital nas formas mais bárbaras: pela xenofobia e um nacionalismo discriminatório, o racismo, o fundamentalismo/fanatismo religioso, o machismo, e muito especialmente sua disposição de dilapidar e explorar ainda mais profundamente a classe trabalhadora subsumida ao capital, além das ameaças às mais elementares liberdades democráticas. Le Pen e Eric Zemmour na França; o Chega em Portugal — que hostilizou em 2023 o presidente Lula no Parlamento; o Irmãos Itália, que hoje governa aquele país com Giorgia Meloni; o Democratas Suecos, que apesar do nome tem raízes neonazistas num país com larga trajetória social-democrata; Viktor Orban que governa a Hungria; o Alternativa para a Alemanha; o Vox na Espanha, dentre outros, são expressões desse movimento. Mas a luta de classes também tem constituído as resistências que mencionamos no início deste texto.

Um Serviço Social na história a contrapelo deve estar conectado com o melhor das lutas sociais desses tempos lúgubres, exercitando a profissão, com sua maior ou menor autonomia, a serviço das forças da classe trabalhadora, em sua diversidade (de sexo, cor/

raça e etnia, sexualidade, nacionalidade, geração). Como parte da classe trabalhadora que somos, cabe fortalecer um projeto profissional articulado com as lutas pela humanidade, hoje tão ameaçada, como diziam os communards desde 1871, na Paris sitiada pela burguesia francesa associada ao exército prussiano.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo Pandêmico*. São Paulo, Boitempo, 2022.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Fundo Público, Valor e Política Social*. São Paulo, Cortez Editora, 2021.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Ernest Mandel: imprescindível. In: *Revista Em Pauta* n° 35. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/18621>.
- BEHRING, Elaine Rossetti. França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n° 113, São Paulo, Cortez Editora, 2013.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-Reforma — Desestruturação do Estado e Perda de Direitos*. SP, Cortez, 2003.
- BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão do sistema de proteção social europeu. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n° 112. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2017.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 7ª. Edição. São Paulo, Ed. Loyola, 1993.
- HUSSON, Michel. *El Capitalismo Tóxico*. 2008. Disponível em: <https://vientosur.info/el-capitalismo-toxico/>.
- IAMAMOTO, Marilda; SANTOS, Cláudia Mônica dos. (Orgs.). *A História pelo Averso — a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e Interlocações Internacionais*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Col. Os Economistas, Abril Cultural, [1972] 1982.
- MARX, Karl. *O Capital Livro III*, Tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, [1895] 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Várias Edições. 1848.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial e Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. SP Cortez, 1995.

TENDÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

UMA PROFISSÃO EM MOVIMENTO: AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS

Alcina de Castro Martins

INTRODUÇÃO

Neste capítulo¹ procura-se fazer uma aproximação às tendências do Serviço Social português contemporâneo, que atravessam a formação profissional fruto do processo histórico, das transformações societárias e do debate e lutas da categoria. Estruturou-se este trabalho em três pontos: 1. Serviço Social português: profissão em movimento; 2. neoliberalismo e a reforma do Ensino Superior de Bolonha: recuos e regressividade na formação académica; 3. formação e organização profissional: desafios para o Serviço Social em Portugal.

1 Texto fruto da comunicação na mesa “Tendências e desafios do Serviço Social europeu na atualidade” no VI Simpósio Internacional de Pesquisadores Serviço Social na História. Questão Social e Movimentos Sociais na América Latina e Europa. A minha gratidão: à Comissão Organizadora do Simpósio pelo honroso convite para participar nesta Mesa, com colegas que muito estimo; à Coordenação Colegiada, à Assessoria da pesquisa e à equipa, com quem sempre aprendemos. Os meus agradecimentos ao Prof. Dr. Alex Fabiano de Toledo, pela leitura e contribuições feitas à comunicação. Os possíveis equívocos são da minha inteira responsabilidade.

SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL: PROFISSÃO EM MOVIMENTO

As palavras de Marilda Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos (2021) dão o mote a essa comunicação:

Rever o passado para iluminar o presente, elucidando as constelações que ligam presente e passado, é um movimento heurístico fundamental para compreender tanto o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas; e para recriar a *práxis* de enfrentamento a esses tempos de regressão conservadora, contribuindo para formas de *resistência política* (Iamamoto; Santos, 2021, p. 27-28).

Na transição dos anos 1960 para 1970, num contexto de crise de fundo da sociedade capitalista e de avanço de forças de resistência, vive-se no Serviço Social a “erosão do Serviço Social tradicional” (Netto, 2015), com críticas expressas ao tradicionalismo e conservadorismo, constituindo um processo internacional.

Movimentos de renovação do Serviço Social configuram-se na América Latina, nos EUA e na Inglaterra e em outros países europeus como França, Portugal e Espanha. Partilha-se o entendimento de José Paulo Netto (2015) que a renovação profissional, suscita também a “construção de um pluralismo profissional”, envolvendo o Serviço Social, “como um todo [...] radicado em procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas, a que elas se prendem” (Netto, 2015, p. 172).

Nesses anos, é conferido novo significado aos Assistentes Sociais portugueses: serem intervenientes, dinamizadores e integradores no processo de desenvolvimento capitalista, distanciando da legitimidade atribuída nos anos 1930 pela ditadura salazarista: ser instrumento e finalidade da política social corporativista à questão social com submissão aos ditames do regime.

A renovação profissional de feição modernizadora e crítica no Serviço Social português configura-se nesses anos. A articulação de Assistentes Sociais com movimentos contra a ditadura — de católicos progressistas, oposição, resistência antifascista e movimento sindical — e as interlocuções estabelecidas com as Ciências Sociais, a tradição marxista e Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano (MRLA),² subjazem a um processo tendente à renovação crítica, a construção de diferentes concepções e entendimentos da profissão, génese do pluralismo com expressões na formação, no exercício da profissão e formas organizativas da categoria.

A formação de Serviço Social de nível técnico e técnico profissional, com quatro anos de duração é inserida no ensino superior em 1961. Com a repressão aos movimentos de libertação pela independência nas colônias portuguesas e o deflagrar da guerra colonial (1961), é criado em 1964 o “Centro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário” e o curso de Serviço Social no ensino universitário público, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), da Universidade Técnica de Lisboa, antiga Escola Colonial. Previa-se relações privilegiadas com os Institutos de Serviço Social criados, nesse ano nas colônias, cujos cursos se alicerçavam no Serviço Social e em Ciências Sociais. Dois cursos complementares de Serviço Social — pós-graduação — são igualmente criados: um no ISCSPU e outro no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, com duração de dois anos, para Assistentes Sociais já formadas, voltados para as questões da administração colonial, o Desenvolvimento Comunitário e a perspectiva desenvolvimentista. Estes cursos são frequentados por centenas de Assistentes Sociais: o do ensino público vem a ser extinto (1969) e o do ensino privado não foi reconhecido (Martins, 2020).

2 Tendências críticas do “Movimento de Reconceptualização do Trabalho Social”, assim denominado nos anos 1970 e seguintes em Portugal, contribuíram para o processo de renovação profissional, que designamos de feição “crítica”.

A aproximação das Ciências Sociais com o Serviço Social depara-se com a proibição da ditadura em “institucionalizar” cursos de Ciências Sociais, vistos como “perigosos”. Situação que condiciona a formação acadêmica em Serviço Social e a sua relação com a universidade pública.

Nos últimos anos da ditadura temos a participação de Assistentes Sociais em movimentos antifascistas, anticolonialista e de forma substantiva no movimento sindical³. As que participam no movimento político Comissão Democrática Eleitoral (1969 e 1973) passam a intervir na atividade sindical, integrando as direções do Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social, que vem a aderir em 1970 às reuniões intersindicais, base da Intersindical Nacional, a central sindical: Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional (CGTP-IN).

Em 1973, a apresentação de duas chapas às eleições dos órgãos do Sindicato são expressão da democratização e diferenciação no Serviço Social na organização profissional. Afirmam o Serviço Social como profissão, contrapondo “a serviço” e missão; reconhecem a sua condição de trabalhadores e a dimensão política na profissão, afastando-se da atribuída pelo regime.

Aproximação à tradição marxista pelas organizações político-partidárias (Partido Comunista Português, trotskistas e maoístas), no movimento sindical e nas universidades com a intensificação dos movimentos estudantis de resistência à ditadura, afirma-se para a análise do país, como “uma espécie de conhecimento contra-curricular incontornável” (Pinto, 2022, p. 303) entre estudantes e docentes.

3 A merecer investigação a confluência em França, no contexto de maio de 1968, de assistentes sociais portuguesas vindas do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, em Angola, como Maria Gabriela Figueiredo Ferreira, presa política em 1973 (Martins, 2017) e outros antifascistas, exilados, desertores, anticolonialistas portugueses e resistentes às ditaduras no Brasil e noutros países da América Latina.

Na década de 1970 inicia-se na formação em Serviço Social em Portugal as interlocuções com a tradição marxista, repercutindo-se na alteração e diferenciação das matrizes teóricas e nas primeiras aproximações do Serviço Social português às tendências do MRLA. Para Eiras, Yazbek e Santos, trata-se de um movimento com “posicionamento ético e político do Serviço Social, alinhado às lutas progressistas e aos novos referenciais teórico-metodológicos que buscaram superar as referências utilizadas pelo Serviço Social tradicional” (Eiras; Yazbek; Santos, 2017, p. 23).

O acerrar-se da tradição marxista no Serviço Social nos últimos anos da ditadura vai ter lugar nos Institutos de Serviço Social. Uma referência em dois deles:

1. No Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa são docentes: assistentes sociais católicas progressistas, perseguidas e demitidas de serviço público de assistência, cujas práticas profissionais diferenciavam-se do exercício tradicional, como fonte de crítica em projetos Desenvolvimento Comunitário e processos de alfabetização de adultos, em diálogo com realidade sociopolítica e o debate sobre questões nacionais. Professor colaborador das revistas Seara Nova e Vértice, proibido de lecionar na universidade e outros contribuíram para a formação em Ciências Sociais e a incorporação de obras de autores como Marx e Engels (Martins, 2021).
2. No Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra são professores de disciplinas de Ciências Sociais que lançam o debate sobre o que era a profissão de Serviço Social e a questão da neutralidade, fazendo uma aproximação do Serviço Social à tradição marxista. O artigo “Assistentes sociais: profissão em crise ou crise do Serviço Social?”, publicado em 1973, na revista Vértice, contrapõe à neutralidade do Serviço Social a importância política do Trabalho Social nas “relações sociais capitalistas”, a contradição do profissional entre os interesses institucionais e os dos trabalhadores (Martins, 2021).

Nos últimos anos da ditadura fascista, a aproximação a correntes do pensamento crítico tem lugar, na formação em Serviço Social, entre profissionais de Serviço Social e através da intervenção do Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social. Estabelecem diálogo entre cristianismo e marxismo, a pedagogia e o método de alfabetização de Paulo Freire⁴, a divulgação das primeiras produções do MRLA do Brasil — no final dos anos 1960 e 1970 através da revista Debates Sociais do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, os “Documentos de Araxá e Teresópolis” — publicações de Vicente Paula Faleiros e a realização em Portugal do “Seminário de Reconceptualização do Serviço Social na América Latina”, com o uruguaio Herman Kruse, a convite do Sindicato da categoria.⁵

A queda da ditadura em 1974 e o processo revolucionário contra o capitalismo, fortaleceram o movimento profissional de renovação

4 Experiências de alfabetização de adultos, segundo o método de Paulo Freire, a portugueses imigrantes em França nos *bidonville*, envolveram Assistentes Sociais portugueses e brasileiros, como Maria Teresa Abrantes e Vicente Faleiros e Eva Faleiros que frequentavam o IRFED — Instituto Internacional de Pesquisa e Formação, Educação e Desenvolvimento, em Paris e procederam ao levantamento das palavras chave, montando um curso de alfabetização bilingue, português e francês (Entrevista realizada pela autora a Maria Teresa Abrantes Pereira Ávila, a 20 de junho de 2000). Desde finais dos anos 1960/1970 são desenvolvidos programas de alfabetização e educação de base de adultos em Portalegre, em Coimbra e junto de moradores nos bairros de lata de Lisboa, Setúbal e Porto.

5 A assistente Social Maria Teresa Abrantes, dirigente deste Sindicato, teve participação na Vigília pela Paz na Capela do Rato, em 1972, contra a política colonial, repudiando a empreitada belicista portuguesa. Detida e alvo de interrogatórios pela PIDE/DGS, processo disciplinar e demitida da administração pública, viu recusado o pedido de bolsa ao Instituto de Alta Cultura e autoexilou-se no Brasil. Em 1973, frequentou o mestrado na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, contactou e conheceu protagonistas do MRLA, como Herman Kruse, Natalio Kisnerman e Vicente Paula Faleiros. Quando regressa a Portugal divulga as publicações destes autores e do movimento, que escapam à censura (Martins, 2017).

“crítica”,⁶ com a participação democrática, reforço da importância da universidade, das Ciências Sociais e da tradição marxista nos Institutos de Serviço Social. A maior aproximação e adesão às tendências críticas do “Movimento de Reconceptualização do Trabalho Social Latino Americano” encontra-se patente em programas de disciplinas, relatórios de estágio, comunicações e artigos. Publicações de autores do MRLA da Argentina, Chile, Uruguai contribuem para a utilização dessa designação, após 1974, por alguns anos, em Portugal.

Repercute também na identificação da profissão: Serviço Social/ Trabalho Social. Nesse sentido, uma parte dos profissionais e estudantes recusam a designação de “assistentes sociais”, passando a identificar-se com o termo “trabalhadores sociais” ou interventores sociais, indício da intenção de romper com o Serviço Social tradicional (Santos; Martins, 2016). Assim, em 1976 é criado o bacharelado em “Intervenção Social”, nas três universidades públicas existentes, mas suspenso passados sessenta e oito dias.

Rejeição da neutralidade e dos fundamentos conservadores na formação, tem expressão no significado que atribuem à intervenção profissional:

Contribuir para uma acção colectiva de transformação social que vise a autonomia das classes dominadas, o que significa a conquista da sua própria expressão e desenvolvimento de uma prática crítica, segundo formas de organização por elas criadas e controladas” e que o “trabalhador social se situe numa acção coletiva e faça uma autocrítica permanente de modo a identificar as suas contradições (Negreiros; Andrade; Queirós, 1987, p. 26-29).

6 O processo de renovação profissional que designamos de feição “crítica”, entre aspas, assentou mais em pressupostos de natureza política, que em sólidos fundamentos teóricos do pensamento crítico e da tradição marxista no Serviço Social.

O compromisso de professores e estudantes na transformação da sociedade caracterizou os Institutos de Serviço Social após 1974. Destaca-se a criação das primeiras Associações de Estudantes de Serviço Social que pressionam por mudanças democráticas nas escolas, eleições para os órgãos de gestão, debate permanente sobre a formação e a intervenção sociopolítica, envolvendo, professores, estudantes e trabalhadores dos Institutos. São igualmente chamados a participar nesses debates assistentes sociais e suas organizações. Subjacente estava o processo revolucionário que criou condições para que o Serviço Social se exprimisse como profissão voltada para as lutas sociais e a conquista de políticas públicas para a garantia de direitos sociais e humanos.

A reformulação dos planos de estudo e a política de organização dos estágios para fora das instituições tradicionais como: na reforma agrária, em processos de autogestão de empresas, no movimento cooperativo, na ação sindical, junto de comissões e associações de moradores, nas organizações populares de base e nas lutas por direitos sociais refletem a interlocução da profissão com movimentos sociais e lutas populares que proliferavam no país (Martins; Silva, 2022), em prol da sociedade socialista e o empenho de Assistentes Sociais em transformar a sociedade.

Com a articulação entre os Institutos, o Sindicato da categoria e a Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS), criada em 1978, passam a ser divulgadas sem censura em Portugal as obras e tendências do Movimento de Reconceptualização do Trabalho Social Latino-americano em especial da Argentina, do Chile e do Brasil. Assim, vieram a Portugal: Herman Kruse, Natalio Kisnerman, Ezequiel Ander Egg, que realizam conferências e atividades acadêmicas.

José Paulo Netto, que viveu em Lisboa como exilado político, contribuiu de modo relevante para a aproximação à obra de Karl Marx e a tradição marxista através das aulas e encontros com assistentes sociais em diversas cidades do país, bem como a divulgação de publicações associadas a tendências críticas do MRLA. Destacamos

ainda a vinda do estudante chileno Bernardo Alfredo Henríquez Cornejo, que presidiu à Associação de Estudantes de Serviço Social da Universidade do Chile e como exilado político foi estudante de Serviço Social do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e partilhou livros e Revistas de *Trabajo Social*, da Universidade Católica do Chile e da Universidade de Valparaíso (Martins, 2021).

O embate do processo contrarrevolucionário do 25 novembro de 1975, a aprovação em 1976, da Constituição da República Portuguesa e a consolidação da democracia parlamentar, com o socialismo metido na gaveta, tem repercussões no enfraquecimento de movimentos e lutas sociais e no menor envolvimento de profissionais nessas lutas. A organização dos estágios ressentem-se — marcada pelo denominado método Belo Horizonte⁷ — junto de organizações populares de base e em instituições onde as críticas ao trabalho institucional e profissional pelos estagiários, desencadeou reações de não aceitação de estágios por parte de instituições e profissionais.

A força do Movimento de Reconceptualização do Serviço Social e a intenção de afastamento do conservadorismo iniciado anteriormente entrou em contratempo, devido ao não aprofundamento e amadurecimento dos fundamentos teóricos e críticos, não se institucionalizando na profissão.

Por outro lado, o conservadorismo reatualiza-se no confronto com essas orientações, tomando corpo tendências de modernização teórico-metodológica do desenvolvimentismo e do cientificismo no

7 Sinaliza-se a chegada do livro “*Compendio sobre Metodologia para el Trabajo Social*”, 2ª ed. Série ISI 4, Buenos Aires: Ecro, 1976, com registro nas Bibliotecas dos Institutos Superiores de Serviço Social, em Lisboa e Coimbra (1976) e no Porto (1978). Na terceira parte do livro: *La relacion “Teoria-Prática en Trabajo Social”* é apresentado o Método BH, da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais-Belo Horizonte, que passou a integrar a bibliografia de disciplinas dos três cursos de Serviço Social, designados à época de Trabalho Social, constando da bibliografia dos relatórios de estágio, sendo também conhecido por centenas de Assistentes Sociais, que participaram nos encontros realizados em Portugal com José Paulo Netto.

Serviço Social, alicerçado na “interdisciplinaridade das Ciências Sociais”, como observado nos eventos realizados em Portugal nesse período, como: “Portugal Hoje, que Serviço Social?”, promovido em 1979 e 1980 pela Cáritas, e o “Encontro Luso Brasileiro de Serviço Social” sobre “Planejamento e participação no Desenvolvimento Social”, organizado pela Faculdade Serviço Social do Rio de Janeiro, em Lisboa, em 1980. Nesses encontros há a recusa expressa das tendências críticas e teórico-metodológicas do MRLA e do marxismo, no primeiro associavam ao designado “Método BH” e à formação proveniente do Chile e no segundo o Serviço Social era remetido para duas orientações, a da “ciência” ou a da “ajuda” (Martins; Tomé, 2016).

Assim, esse período será marcado pelo ecletismo nas concepções e entendimentos da realidade social e do Serviço Social e que trarão rebatimentos na formação e exercício profissional em Portugal com a retoma dos “métodos clássicos” e a justaposição de orientações do pensamento crítico.

A crise do processo de renovação profissional “crítica” no Serviço Social aprofunda-se com integração de Portugal na Comunidade Econômica Europeia, a queda do muro de Berlim e fim do socialismo real, e a configuração tardia do Estado Social português, marcado pelo pacto para controle da conflitualidade social.

Em finais de 1970 e 1980 registra-se a expansão de políticas públicas, de feição universalista, como o Serviço Nacional de Saúde, Sistema de Segurança Social e instauração do Poder local, com forte alargamento e recomposição do mercado de trabalho de Assistentes Sociais que passará a ser preenchido por outras profissões sociais que integrarão o “mercado do social”: sociólogos e educadores sociais.

A reforma da Administração Pública de 1979, recompôs os quadros técnicos, chefias e direção, e reestruturou as carreiras da função pública, passando a exigir o grau acadêmico de licenciatura que era prerrogativa dos cursos universitários públicos, diferente do diploma do curso que até então era obtido no ensino superior privado.

Com essa mudança, é vedado legalmente aos Assistentes Sociais acesso à carreira técnica superior por não possuírem o grau de licenciatura. Nesses anos configura-se a construção de um movimento que Augusta Negreiros analisou e denominou na sua tese de doutoramento de “Serviço Social: profissão em movimento” (Negreiros, 1999).⁸ Assim, pela primeira vez, os profissionais de Serviço Social se organizaram de forma coletiva alargada em conjunto com o Sindicato da categoria, a Federação dos Sindicatos da Função Pública, Associação de Profissionais de Serviço Social e com o apoio dos Institutos Superiores de Serviço Social, em função de um objetivo comum: obter equivalência da licenciatura para efeitos profissionais do curso de Serviço Social das instituições de ensino superior privado.

Fruto desse movimento, foram realizados doze Plenárias Nacionais entre os anos de 1979 e 1984, que contou com participação de cerca de 1.200 profissionais de Serviço Social (Negreiros, 1999, p. 246) e convocada e realizada uma greve no ano de 1983. Para Negreiros:

Trata-se de uma luta social pelo reconhecimento da sua força de trabalho, e pela recompensa justa do trabalho produzido no mercado, em circunstâncias de paridade com outros profissionais com quem trabalham em igualdade, exigindo o reconhecimento de qualificações que possibilitem o estabelecimento de carreiras paralelas ou idênticas (Negreiros, 1999, p. 266-267).

Esse movimento de cariz profissional será paralelo com a luta coletiva durante dez anos dos três Institutos de Serviço Social pela integração do curso no ensino público.

8 O título que dei ao presente capítulo é *in memoriam* a Maria Augusta Galdes Negreiros, referência do Serviço Social português, no exercício, docência, investigação e liderança do projeto, comprometido com a transformação social, movimento e lutas coletivas, acadêmicas e profissionais no Serviço Social em Portugal, pós-abril 1974.

Em 1985 os Institutos reorientam as lutas para a qualificação acadêmica e científica dos cursos para a obtenção do grau acadêmico de licenciatura. Envolvem-se Instituições de ensino, estudantes, profissionais e respectivas associações e organizações profissionais. Foram implementados planos de estudo de cinco anos, mesmo sem autorização ministerial, com disciplinas da área específica do Serviço Social, das Ciências Sociais e Humanas, e incluindo estágio supervisionado e investigação em Serviço Social (Martins, 2008). Quanto à qualificação dos docentes, esta passou a se pautar em uma sólida formação científica do ponto de vista teórico e crítico.

Inegável em todo esse processo foi a cooperação científica dos Institutos com a pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a partir de 1986, que por quinze anos, qualificou os primeiros mestres e doutores em Serviço Social do país, com uma reaproximação aprofundada e qualificada ao conhecimento e pensamento crítico, resistência ao conservadorismo, criando possibilidades de compreensão crítica da sociedade capitalista no país. Essa parceria possibilitou a criação de Núcleos, Centros e Associações de investigação, aprofundamento da compreensão do processo histórico e do significado(s) do Serviço Social em Portugal, possibilitando o debate e a produção de conhecimento e sua divulgação através de revistas, livros e realização de eventos.

É nesse contexto que a Associação de Profissionais de Serviço Social inicia o debate e a proposta de criação da Ordem dos Assistentes Sociais, para a regulação da formação e do exercício da profissão, e para a construção de um projeto profissional norteado por valores éticos e políticos de compromisso com a efetividade dos direitos sociais e humanos.

Por ação conjunta da associação, sindicato da categoria e outros sindicatos, Assistentes Sociais anteriormente formados tiveram o direito de usar o título profissional de licenciatura para efeitos profissionais e integrar a carreira Técnica Superior Serviço Social (TSSS) criada na administração pública (1991), alavancando o

desenvolvimento qualificado da profissão e a procura de formação pós-graduada em Serviço Social para progressão na carreira. O desfecho desta luta para a obtenção do grau de licenciatura deve ser compreendido nos marcos da crise econômica vivida no país e do processo de sua integração na Comunidade Económica Europeia (CEE), esta que trouxe recursos financeiros para o país e exigências no que se refere a qualificação dos operadores das políticas públicas.

NEOLIBERALISMO E A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR: RECUOS E REGRESSIVIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Nas palavras de Fernando Rosas:

Desde os anos 1980, assiste-se a uma ofensiva civilizacional regressiva por parte dos interesses do capital financeiro e das políticas neoliberais contra os direitos sociais e políticos conquistados pelo mundo do trabalho assalariado no rescaldo da 2ª GM e da derrota do nazi-fascismo. É uma profunda e duradoura alteração da correlação de forças entre capital e trabalho que se pretende impor, com efeitos devastadores nos regimes democráticos, nos direitos, liberdades e garantias ou na soberania dos países periféricos (Rosas, 2018, p. 64).

O projeto neoliberal impõe-se nas suas múltiplas expressões: racionalização e desregulamentação do trabalho, privatização de empresas e serviços públicos, desmoralização do Estado, desregulamentação e supressão dos direitos conquistados e de tudo o que é público. Responsabilidades do Estado são remetidas para indivíduos e famílias e justificam cortes nos gastos públicos, nos espaços de decisão democráticos, criminalizando pobres, fragilizando sujeitos coletivos e as suas lutas (Guerra; Carrara; Martins, 2022).

Com a reestruturação do projeto de educação superior da União Europeia a educação tornou-se um mercado e uma mercadoria. A Reforma de Ensino Superior, com o denominado Processo de Bolonha constituiu uma pedra angular do neoliberalismo no campo da educação. Esse acordo internacional originalmente conduzido e impulsionado pela Comissão Europeia (1999) promoveu contrarreformas na educação superior dos países membros da União Europeia, como Portugal e/ou signatários de Bolonha, como o Brasil.

Os avanços na qualificação acadêmica e profissional do Serviço Social conquistados arduamente, pelo reconhecimento e atribuição dos graus acadêmico de licenciatura (1989), mestre (1995) e doutoramento (2003), com as reformas de cunho neoliberal que assola a Europa e a crise do capital intensificada na primeira década do século XXI, sofreram retrocessos.

O crescimento vertiginoso das licenciaturas faz-se de forma desregulamentada no que se refere aos seus respectivos planos de estudos e integração das suas componentes curriculares. Nos anos 1990, passamos de três para oito cursos de Serviço Social no ensino universitário privado. Na entrada do século XXI, prossegue a expansão da formação, no ensino público nos subsistemas universitário e politécnico.

A precarização da formação em Serviço Social em Portugal pode ser observada também pela: ausência de diretrizes comuns para a formação e diversidade de planos de estudos e de componentes curriculares, diferenças na duração dos cursos, ausência de exigências quanto à qualificação acadêmica e científica de docentes e coordenação científica dos cursos oferecidos no país.

Os cursos públicos de Serviço Social trazem, desde a primeira hora, as marcas da precarização. A adequação dos cursos ao processo de Bolonha em 2008, acentuou ainda mais a fragilidade na formação profissional ao determinar a redução da duração dos cursos. A licenciatura de antes de Bolonha, “transforma-se” agora no primeiro e segundo ciclos de estudo (licenciatura e mestrado), perfazendo um total de cinco anos.

Em 2008 os vinte cursos de licenciatura existentes, reduziram a sua duração para seis ou sete semestres, apresentando a maioria de sete semestres. A redução do tempo de formação minimizou os conteúdos da dimensão teórico-metodológica e ético-política, dando ênfase à dimensão técnico-operativa de cariz pragmático, baseado no desenvolvimento de competências e habilidades, para adequá-las às solicitações do mercado de trabalho, também ele em transformação.

A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), fundação de direito privado, foi criada pelo governo, em 2007, para assumir a “responsabilidade pelos procedimentos de garantia da qualidade desse grau de ensino — nomeadamente os de avaliação e de acreditação —, bem como pela inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior” (Decreto-Lei nº 369/2007 de 5 de novembro).

No âmbito da A3ES foi constituída, em 2011, uma Comissão de especialistas de Serviço Social, com peritos, doutorados em Serviço Social, portugueses e estrangeiros, para avaliar cursos em funcionamento e propostas de novos cursos, reconhecendo as suas especificidades no âmbito científico-acadêmico.

Essa nova organização cumprindo os ditames de Bolonha não tem, no entanto, contribuído, para potencializar o fortalecimento do coletivo em Serviço Social em direção à construção de diretrizes e parâmetros formativos, para o adensar da luta pela defesa da regulamentação da profissão, e para contribuir com o debate e construção de estratégias políticas para o fortalecimento da categoria profissional.

As licenciaturas em Serviço Social entre os anos de 2015 e 2022 foram sendo adequadas face aos processos e resultados provenientes da avaliação da A3ES e suas respectivas orientações, tendo lugar a reconfiguração dos planos de estudo. A maioria dos dezessete cursos de licenciatura existentes, reduziu a sua duração para seis semestres, aprofundando-se assim as repercussões de Bolonha na formação em Serviço Social no sentido da sua precarização pautada por uma formação reduzida e aligeirada.

Duas notas a esse respeito: 1. Assinalava-se em 2008, a desvalorização da componente de investigação na graduação dos assistentes sociais, com repercussão no exercício profissional, patente na maior parte dos cursos, acentuando-se nos que apresentavam menor duração, como os cursos oferecidos no ensino politécnico privado que já não integravam a disciplina de investigação em Serviço Social (Martins, 2008). Em 2023, passaram a ser cinco os cursos de licenciatura, cujos planos de estudo não a apresentam; 2. No que respeita a disciplinas com a designação “História do Serviço Social”, cinco cursos de licenciatura em Serviço Social também já não a oferecem.

FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

Uma formação reduzida e aligeirada com o reforço do pendor técnico operativo, acaba por afastar da formação avanços teóricos e análises que contribuam para a compreensão do processo histórico para o significado social do Serviço Social nas relações sociais, desvalorizando a investigação que não seja “aplicada”, convertendo assim a profissão a um fazer marcado pelo tecnicismo para intervenções micro localizadas.

É nesse cenário que compreendemos as mudanças na formação profissional como um indicador do avanço do conservadorismo, esse que tem revertido as conquistas da renovação profissional do Serviço Social português na década de 1970 voltadas para a qualificação académica e profissional.

O conservadorismo também pode ser notado com o avanço do ecletismo na formação e exercício profissional. Pesquisa realizada junto a Instituições de Ensino Superior portuguesas por Santos e Martins, assinalam que a “cultura profissional vem valorizando o ecletismo na formação e no exercício profissional. O ecletismo visto como algo positivo por alguns docentes e tratado como sinónimo de

democratização da formação e de pluralismo, por outros” (Santos; Martins, 2016, p. 329).

Mas “mais do que um estilo de pensamento, que sustenta práticas sociais no capitalismo”, como refere Souza (2020), o ecletismo é uma maneira peculiar de reprodução do conservadorismo e não se confunde com o pluralismo”, “impedindo uma visão crítica e a explicitação das contradições entre concepções de mundo” (Souza, 2020, p. 320).

Com as políticas neoliberais e de austeridade e a contrarreforma de Bolonha, o projeto profissional vem sendo desmantelado.⁹ Há mais de um quarto de século, especificamente em 1997 teve início a “odisseia” da criação da Ordem dos Assistentes Sociais (OAS) em Portugal. Esta era considerada como relevante na interlocução da profissão com o Estado nos domínios da regulação do exercício e da formação profissional.

A Assembleia da República em 2015 rejeita a proposta de Lei para a criação da Ordem e novo projeto foi apresentado e aprovado em 2019. A Lei n.º 121/2019, 25 de setembro, cria a Ordem dos Assistentes Sociais e aprova o respectivo Estatuto, na generalidade. Em 2020, é criada a Comissão Instaladora da Ordem (CIOAS) que já viu o seu mandato ser prorrogado por seis vezes.¹⁰

9 Na comunicação e neste texto só nos referiremos ao processo de Constituição da Ordem dos Assistentes Sociais (OAS), apesar de existirem outras organizações associativas, sindicais e académicas da categoria profissional dos Assistentes Sociais em Portugal.

10 Em janeiro 2022 são enviadas ao Primeiro Ministro a Declaração da Convenção Nacional dos Assistentes Sociais e a Carta Aberta subscrita por 3167 assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, apelando à publicação do Regime de Acesso e Exercício da Profissão de Assistente Social, e mencionado que “a ordem profissional corresponde a uma e só uma profissão e não se destina à regulação de campos profissionais ou de conjuntos de profissões” (CIOAS, Carta Aberta ao Sr. Primeiro-Ministro 15/01/2022, *apud* site da OAS).

O Governo continuou a protelar e em dezembro de 2023 pela Lei nº 66/2023 aprova as alterações da Lei nº 121/2019 e os Estatutos¹¹. Em fevereiro de 2024 é publicado o Regulamento Provisório de Inscrição e o Regulamento Eleitoral Provisório, estando em curso o processo de inscrição dos membros da OAS, para participação no ato eleitoral e realização das primeiras eleições para os órgãos sociais e a tomada de posse do/a Bastonário/a, que se prevê estar concluída até final de dezembro de 2024 (OAS, agosto, 2024).

Notamos assim que o estado neoliberal que ataca e desregulamenta os direitos sociais arduamente conquistados, transforma-os em mercadorias, trazendo para as políticas sociais a marca da fragmentação, do assistencialismo, do voluntarismo com impactos na profissão e na sua desprofissionalização, perda de autonomia relativa dos profissionais, dificultando a sua organização coletiva e a potencial defesa dos interesses e direitos dos cidadãos destinatários do seu trabalho.

Nessa breve reflexão, notamos que a trajetória do Serviço Social em Portugal foi e continua a ser caracterizada por uma profissão em constante movimento como bem caracterizou Negreiros (1999), movimento esse que através da organização e luta coletiva conquistou vários avanços, mas que também sofreu e continua a sofrer retrocessos, esses, que no nosso entender, poderão ser revertidos com o compromisso e organização coletiva dos trabalhadores, incluindo a categoria profissional dos assistentes sociais.

A História ainda não acabou!

11 A OAS abrange: 1. Os profissionais habilitados com a licenciatura em Serviço Social, conferida por instituições de ensino superior portuguesas ou por instituições estrangeiras, desde que reconhecidas nos termos da lei em vigor, e que exercem a profissão de assistente social; 2. Titulares das licenciaturas em Política Social ou em Trabalho Social, extintas na sequência do processo de adequação a Bolonha. 3. Podem ainda requerer a inscrição na Ordem, até 31 de dezembro de 2024, os profissionais que, não sendo titulares das licenciaturas referidas nos números anteriores, a 1º de janeiro de 2019 exerçam há mais de 10 anos a profissão de assistente social, e demonstrem ser detentores de formação adequada ao desempenho das funções da prestação de Serviço Social (Art 2º da Lei nº 66/2023).

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR (A3ES). *Sítio institucional*. Disponível em: <https://www.a3es.pt/>. Acesso em: 1º jul. 2024.
- EIRAS, A.; YAZBEK, C.; SANTOS, C. M. Os movimentos contestatórios no Serviço Social Iberouropeu e América do Norte no período de 1960 a 1980. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, 2017, p. 22-39.
- GUERRA, Y.; CARRARA, V.; Martins, A. *Ensino e formação virtuais: a nova estratégia do projeto de educação a serviço do capital*. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n.3, p. 570-584, set/dez. 2022.
- IAMAMOTO, M.; SANTOS, C. M.. “Introdução”. In: Iamamoto, M.; Santos, C. M. (Orgs.). *A História pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Cortez Editora, p. 25-67, 2021.
- MARTINS, A. Investigação em Serviço Social no Portugal contemporâneo: paradoxos e desafios, *Locus Social*. Revista de Serviço Social, Política Social e Sociedade, Lisboa, nº 1, p. 32-47. 2008.
- MARTINS, A. Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, 15/40, 2017.
- MARTINS, A. Formação de Serviço Social em Portugal: historicidade e legado político pedagógico. In: FARIA, S.; MARTINS, A.; MIGUEL, W. (Org.) *Formação em Serviço Social: história, memória e projetos Goiás/ Brasil e Coimbra/ Portugal*. pp. 87-127. Goiânia: Editora da PUC/ Goiás, 2020, pp. 87-127.

- MARTINS, A. Processo de Renovação do Serviço Social Português nos Anos Setenta na Perspetiva Histórico-Crítica. In: Yamamoto, M.; Santos, C. (Orgs.) *A História pelo Avesso: A reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Cortez Editora, 2021, pp. 345-366.
- MARTINS, A.; SILVA, P.G. Movimentos Contestatários em Portugal e Expressões Críticas do Serviço Social nos Anos 1970: contributos do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social latino-americano. In: EIRAS, A.L.T.; MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA*. pp. 106-122, 2022.
- MARTINS, A.; SILVA, P. G.; TOMÉ, M. R. Serviço Social português e Serviço Social brasileiro: 50 anos de contribuições históricas. In: OLIVEIRA E SILVA, L. (Org.). *Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016, pp. 365-388.
- NEGREIROS, M. A. *Serviço Social uma profissão em movimento*. A dinâmica académico-profissional no Portugal pós-74. Tese doutoramento em Serviço Social apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, 1999.
- NEGREIROS, M. A; ANDRADE, M.; QUEIRÓS, M. J. *A construção do conhecimento do Serviço Social em Portugal*. Período de 1974 a 1978. Estudos e Documentos. Lisboa, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, 1987.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17ª ed. São Paulo; Cortez, 2015.
- ORDEM DOS ASSISTENTES SOCIAIS, Site da OAS. Disponível em: <https://www.ordemassistentessociais.pt/>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- PINTO, J. M. A rotinização do marxismo na pesquisa sociológica de terreno. In: RIBEIRO, F. B *et al.* (Org.). *Karl Marx – Legado, Críticas e Atualidade*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2022, pp. 299-313.

- ROSAS, F. Fascismo e Populismo: Elementos para uma Revisitação Histórica In: HONÓRIO, C. (Coord.). *O Espectro dos Populismos*. Ensaios políticos e historiográficos. Lisboa: Tinta da China, 2018, p. 43-66.
- SANTOS, C. M.; MARTINS, A. A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 324-332, out./dez. 2016.
- SOUZA, J. M. A. de *Tendências ideológicas do conservadorismo* [recurso eletrônico] Recife: Ed. UFPE, 2020.

SERVICIOS SOCIALES Y TRABAJO SOCIAL

TENDENCIAS PROFESIONALES EN EL PROCESO DE DEMOCRATIZACIÓN EN ESPAÑA

Miguel Angel Oliver
Virgínia Alves Carrara
Rosana Matos-Silveira

INTRODUCCIÓN

En los años sesenta y setenta del siglo XX, las teorías marxistas y revolucionarias llegaron a España por medio de documentos y literatura profesional de América Latina obtenidos en congresos, jornadas y reuniones de asociaciones de trabajadoras sociales¹. Cabe señalar, sin embargo, que estas teorías consistieron fundamentalmente una serie de planteamientos teóricos las cuales no contenían un desarrollo de enfoques con foco en la práctica profesional (Carrara *et al.*, 2017).

En los años setenta, el movimiento profesional vinculado a la pelea antifranquista se produjo durante la apertura del país a los Estados Unidos y a Europa. En ese momento, el marxismo, la teología de la liberación y la pedagogía de Paulo Freire aparecieron en la realidad española en medio a un proceso de crítica a la dictadura franquista y de pelea por la democracia.

1 A lo largo de este trabajo utilizamos el término trabajadora social, en femenino, por ser una profesión, tanto en España como en otras latitudes, compuesta mayoritariamente por mujeres. Utilizamos otro concepto distinto cuando así consta en citas o referencias, manteniendo el original.

Freire, con sus aportaciones realizadas desde una perspectiva crítica, se destacó como autor de referencia para los movimientos populares en España, así como para las profesionales y estudiantes de Trabajo Social. Ideas cercanas a la Teología de la Liberación se perciben claramente en el trabajo comunitario desarrollado en esa década en las zonas más desfavorecidas de los núcleos urbanos y la periferia de grandes ciudades, como ocurrió en Madrid y en Barcelona, por parte de entidades como Cáritas, que aprovechan la cobertura que se proporcionaba a sus acciones, la iglesia católica en el régimen dictatorial, desde intervenciones en las que se destacó también el papel realizado de curas por los obreros (Matos-Silveira, Oliver, Carrara, 2021).

Como recuerda Pastor (2004), las trabajadoras sociales en esa época eran los únicos profesionales que trabajaban en la intervención comunitaria “junto a sacerdotes obreros, líderes sindicales y políticos” (p. 179). El trabajo comunitario en los años setenta, se desarrolla en un contexto de cambio y entusiasmo participativo que se disminuyó a la medida que se dejó para tras la transición democrática. En este contexto, sobresalen los movimientos sociales de oposición al régimen dictatorial, en los cuales, como recuerda Colomer (2009), participaban también trabajadoras sociales ya que “la profesión se insertaba en la problemática social del momento” (p. 68).

La diversidad de escuelas de formación — más de cuarenta en los años setenta —, contaban con un sector conservador vinculado a la Sección Femenina del movimiento falangista y parte del Opus Dei, y además de un sector progresista con fracciones vinculadas a movimientos y peleas sociales por la democracia. En estos años coincidieron proyectos profesionales contrapuestos relacionados a las distintas visiones de la sociedad en una España que avanzaba hasta un Estado de Derecho.

Si a partir de los años sesenta, la teoría crítica ha influenciado trabajadoras sociales (Zamanillo, 1991; De La Red, 1993), en un giro científico e ideológico acerca de Trabajo Social, cuarenta años después de la transición democrática, no podemos afirmar que los

ecos de estas aportaciones críticas o progresistas no arraigaron en la profesión en España. Por otro lado, cabe señalar que bajo el manto del concepto “progresista” existen una diversidad de interpretaciones que invitan a profundizar sobre el mismo y acerca de cómo se piensa el enfoque progresista de la profesión.

En los años ochenta, en España, se busca construir la arquitectura político-institucional de las políticas sociales teniendo como referencia el ideal el Estado de Bienestar de los países del norte y centro de Europa, con una implicación destacada en este proceso de las trabajadoras sociales.

Mediante al que fuera explicado hasta ahora, nosotros nos preguntamos en relación a estas profesionales de los años ochenta: ¿qué significaba entonces ser progresista? ¿Y cuál era la comprensión crítica de la profesión?

Acerca del asunto abordado, cabe recordar en primer parte como recuerda Zamanillo (1991), que identificar concepciones críticas o tendencias radicales en el Trabajo Social no es fácil, ya que “la historia del Trabajo Social ha sido narrada, fundamentalmente, por la corriente reformadora en la que nació” y, por tanto, los actores del mismo “han sido ignorados por la tendencia ideológica de quienes describen los hechos” (p. 27). A pesar de todo ello, es posible identificar en el caso de España desde de la mitad de los años 60 adelante, las influencias de la teoría crítica sobre algunos profesionales, lo que marcará el inicio de un nuevo enfoque de Trabajo Social que pretendía ser global y exigía un sistema universal de servicios sociales (Rodríguez, 2007).

Acerca de la comprensión de “crítico”, según Tonet (2013, p. 21) *“costuma-se associar o termo Teoria Social Crítica à Escola de Frankfurt. [Pero] o que caracteriza uma teoria social crítica?”* En este sentido, para Marx (2013) esta se sitúa en la radicalidad del conocimiento de la realidad social, esto es, en sus fundamentos ontológicos, reconociendo el trabajo asalariado como la categoría fundacional de la sociedad capitalista.

La investigación internacional² desarrollada recientemente sobre las interlocuciones entre el Trabajo Social español y el Movimiento de Reconceptualización Latinoamericano (MRLA), nos ofreció elementos importantes para continuar investigando y profundizar sobre las tendencias del Trabajo Social tras la transición democrática, particularmente en relación a las décadas de 1980 y 1990.

En este trabajo presentamos la segunda fase de la investigación *Fundamentos del Trabajo Social: tendencias profesionales en el proceso de democratización en España* que, como subproyecto, forma parte de la investigación “*O Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais — América Latina e Europa (1960-2020)*”.³ Este proyecto de investigación pretende identificar y analizar la concepción de los fundamentos del Trabajo Social en las décadas de 1980 y 1990, y sus tendencias profesionales en el proceso de democratización en España, que subyace en las producciones del período estudiado. Nos interrogamos sobre una serie de cuestiones relacionadas con la perspectiva progresista en esta etapa, sobre las concepciones de historia, teoría y método presentes en las asignaturas y planes de estudio en este período, y acerca, en suma, de la racionalidad que impregna la concepción de la profesión en esta franja histórica.

En este trabajo no podemos aún responder a los diversos interrogantes que planteamos al encontrarnos en la fase inicial del estudio, por lo que presentamos aquí únicamente los aspectos más

2 La investigación coordinada por las profesoras, Dra. Marilda Villela Iamamoto y la Dra. Cláudia Mônica Santos fue desarrollada del 2017 al 2020 a través de la convocatoria del CNPq — *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Chamada MCTI/CNPQ N° 01/2016* — Universal, y está vinculada al Proyecto *El Movimiento de Reconceptualización del Trabajo Social en América Latina (Brasil, Chile, Argentina y Colombia): determinantes históricos, interlocuciones internacionales y memoria*.

3 Este trabajo se enmarca en un subproyecto integrado en la investigación más amplia denominada “*O Serviço Social na história: questão social, movimentos e lutas sociais — América Latina e Europa (1960-2020)*”, aprobado por la *Chamada Universal 2023 del CNPq*.

importantes del proyecto de investigación y una primera aproximación a alguno de los resultados obtenidos a partir del análisis documental y bibliográfico llevado a cabo, y a partir también del análisis del Congreso de Valladolid de 1980.⁴

METODOLOGÍA

La metodología utilizada se fundamenta en la investigación cualitativa basada en el método dialéctico-crítico. En la Teoría Social Crítica, la construcción del conocimiento parte de la realidad concreta por medio de sucesivas abstracciones las cuales captan el desarrollo histórico y las contradicciones de las relaciones sociales que orientan permanentemente el análisis. “Esta concepción requiere superar cualquier determinismo interpretativo, sea de carácter estructuralista o subjetivista, una vez que un análisis concreto y objetivo implica una interrelación dialéctica entre estructura y sujeto” (Santos *et al.*, p. 25, 2023).

Utilizamos los instrumentos y técnicas de la investigación cualitativa, en tres frentes de trabajo: uno bibliográfico, con énfasis en las revistas del área que cobran impulso en este período en cuanto la producción de la profesión sobre los fundamentos del Trabajo Social en España, sobre la realidad sociohistórica del país y su sistema de protección social; otro, documental, a partir de las actas de conferencias, congresos y eventos relevantes de los años ochenta y noventa en los planes de estudio, memorias de prácticas, y en los documentos de los Consejos y Colegios Profesionales; el tercer frente consiste en el trabajo de campo recurriendo a informantes clave vinculados a

4 Los avances aquí presentados son parte integrante del artículo aprobado, y que se encuentra pendiente de publicación para el 2024, en la revista *Eleuthera* (Oliver, M. A.; Carrara, V.A.; Silveira, R. M., *Avances y tendencias del Trabajo Social en los años 80 en España*).

la formación, al trabajo profesional y también a sujetos, aunque no directamente vinculados a la profesión, que fueron participantes de movimientos sociales de pelea por la democracia y participantes en movimientos anticapitalistas.

BREVE APUNTE SOBRE EL PROCESO DE TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA. EL TRABAJO SOCIAL ESPAÑOL EM TRANSICIÓN

Las transformaciones estructurales determinadas por el neoliberalismo en el contexto europeo, coincidieron con el período de transición del régimen dictatorial de Franco en España. En el proceso de transición democrática se consolidó el Estado social y democrático de derecho, con una monarquía parlamentaria como forma de gobierno materializada con la promulgación en 1978 de la Constitución Española (CE).

Esta transición, y todo su proceso de consolidación democrática, no fue sin embargo para algunos autores tan modélica como habitualmente se ha reflejado al llevarse a cabo “en términos muy favorables a las fuerzas conservadoras que controlaban los aparatos del Estado dictatorial y gran parte de los medios de información y persuasión” (Navarro, López y Espinosa, 2012, p. 38). Para estos autores, la “debilidad de las clases trabajadoras”, especialmente en los últimos años de la dictadura, marcó este proceso, ya que a pesar de las intensas movilizaciones y el aumento de las huelgas políticas entre los años 1974-1978, estas peleas no fueron suficientes para forzar una verdadera ruptura con el anterior estado franquista.

En la segunda mitad del franquismo la economía española se abrió al exterior, pero de forma dependiente y con un modelo productivo retrógrado ya que el equilibrio exterior dependía de la entrada de divisas y de la creciente especialización en el turismo, que resultó insuficiente, por lo que España tuvo que recurrir a una devaluación periódica de su moneda.

Fue en este contexto de debilidad que España se incorporó a la Comunidad Europea y posteriormente a la Unión Monetaria (con la Política Económica Nacional sujeta a los dictados de las decisiones dominantes en Europa que responden a los intereses comerciales de países más poderosos, como Alemania y Francia), y que tuvo un gran impacto en la economía.

España heredó del franquismo una grande desigualdad social y territorial, resultante de la falta de políticas públicas y estructuras redistributivas efectivas. Todas estas particularidades muestran la complejidad del proceso de transición, caracterizado, según Ortí (1989, p. 12) por una “ruptura democrática popular” resultante de una “transición negociada” y determinada por las “demandas fundamentales para la reproducción del dominio burgués”; en otras palabras, entre representantes de la oposición democrática y quienes están a cargo del aparato del Estado en función de los intereses de diferentes fracciones y élites burguesas.

En este contexto político-económico, los líderes que defendían la implementación de una socialdemocracia al margen de la socialdemocracia de raíz socialista, intentaron crear sus propias estructuras partidarias, pero en realidad no lograron “consolidar un proyecto de partido autónomo dentro de esta corriente ideológica”, predominando “un ideal socialdemócrata inspirado en la vieja institucionalidad y en el reformismo social en el sentido social del catolicismo, del falangismo y de la tradición democrática y social” (Fernández, 2007, p. 207).

Para Ortí (1989), las elecciones generales de 1982 y el triunfo del PSOE, tuvieron el significado positivo de consolidar finalmente una “democracia burguesa” en la España contemporánea, bajo los símbolos de una “social democratización informal”. Y como solución a la crisis de los años setenta y ochenta, se fue imponiendo cada vez más el modelo de estado centrado en la racionalización social-tecnocrática de la producción y del mercado de trabajo “hasta ocupar el aparato empresarial español (en el nivel de las relaciones de

producción) *su propio y subordinado lugar en el sistema competitivo regulado, en última instancia, por el gran capital transnacional*" (Ortí, 1989, p. 18). Todo esto está vinculado a la aceleración de la innovación tecnológica, unido a la "desindicalización y la consiguiente desintegración de la unidad del movimiento obrero" (Idem, p. 18).

En línea con las reflexiones de Iamamoto y Santos (2021) procuramos comprender el Trabajo Social "dentro de la historia", lo que significa pensar la profesión históricamente, diferentemente de otras perspectivas de análisis que traen una historia del Trabajo Social "o tan solo la ubican en el tiempo histórico." Así, consideramos que los determinantes económicos, sociales y políticos heredados del franquismo tuvieron un impacto sustancial en el proceso de formación y ejercicio profesional del Trabajo Social durante el período de transición y de búsqueda de una consolidación democrática real. La entrevista realizada a Marchioni, ofrece pistas para seguir profundizando en este proceso, conforme nos presenta el tramo siguiente:

En España gana las elecciones Felipe González con el Partido Socialista que renuncia al marxismo y a la lucha de clases en el Congreso de Suresnes, y que llega con el apoyo de Willy Brandt, de los grandes partidos socialdemócratas. Y una de las palancas de esta operación son los servicios sociales, porque representan una ruptura con el asistencialismo, la beneficencia, y sin duda representa un avance enorme, pero no en toda su potencialidad del Trabajo Social, que renuncia a la dimensión colectiva y a la dimensión comunitaria (Oliver; Carrara; Matos-Silveira, 2022, p. 12).

Si a partir de los años sesenta, como recuerda Colomer (1993), los debates sobre la profesión también estuvieron influenciados por teorías marxistas que se difundieron clandestinamente, en los años ochenta el Trabajo Social, si bien mantiene influencias de Latinoamérica, ya no se piensa como un actor capaz de cambiar la sociedad, sino como un canalizador de recursos para satisfacer las

necesidades individuales (Crespo, 1982). En este sentido, Zamanillo y Martín (2011) sostienen que “las ilusiones de transformación estructural del MRLA en el trabajo social han estado enterradas hace mucho tiempo” (p. 101).

En este proceso, y en el movimiento de la historia de la sociedad española, el desarrollo del Trabajo Social estuvo fuertemente influenciado por el debate entre beneficencia y bienestar (Castillo, 2011). La promulgación de la CE en 1978, y lo que supone en términos de garantía de los derechos de los ciudadanos, comportó grandes retos para el Trabajo Social y, al mismo tiempo, factores decisivos en su progreso en España (Brezmes, 2008). Hay que recordar que, en cuanto a la formación profesional, no fue hasta 1983 que los estudios adquirieron rango universitario y se incorporaron a la universidad como diplomatura⁵. En este avance en el reconocimiento de la profesión, por otra parte, también contribuyó decisivamente la labor de los colegios y consejos profesionales que, como recuerda Gil Parejo (2004), desempeñaron una importante labor en la defensa y desarrollo de la profesión y en la mejora de las condiciones laborales de los profesionales. La profesión experimentará, además, una considerable expansión en la producción y en las elaboraciones teóricas, pero los estudios fueran una diplomatura en lugar de licenciatura, comportaba que para que los profesionales pudieran realizar programas de posgrado y doctorado tuvieran que recurrir a la realización de *cursos puente* de otras carreras.

5 En 1983 se produce la incorporación de los estudios de Trabajo Social a la universidad como Diplomatura, estando entre las primeras escuelas universitarias de Madrid, Valladolid, León y Barcelona. Los planes de estudios de esos años, sin embargo, tendrán un carácter experimental y de provisionalidad, al coincidir con un momento crítico en el que las universidades españolas precisaban actualizar la ley universitaria heredada del franquismo (1943).

En los años ochenta, en los eventos realizados para promover el desarrollo de la profesión organizados por los órganos del Trabajo Social, encontramos frecuentemente el término crítico en relación “a quien, para qué, y cómo orientar el que hacer profesional en una dirección que respondiera a las aspiraciones y necesidades de los colectivos sociales más sensibles al derecho de todos para alcanzar un desarrollo pleno en libertad y participación solidaria” (Belis *et al.*, 1984, p.43, Actas del V Congreso Estatal de Trabajadoras Sociales de 1984 en Vizcaya). Estas reflexiones, presentes en los Congresos Estatales de Trabajadoras Sociales de 1980 en Valladolid, de 1984 en Vizcaya, y de 1988, en Oviedo, tienen lugar en un momento en el que destacan los debates sobre los servicios sociales como instrumento para una política social progresista. Esta política se configura como expresión del Estado de Bienestar Social en fase de construcción en España, en la cual se considera importante la participación de las trabajadoras sociales.

Ya en la década de 90, el Trabajo Social adquiere un carácter burocrático en lo cual los profesionales se convierten en gestores de recursos o, como algunos autores lo definen, forman “gestión administrada de problemas” (Barbero, 2002). Ese movimiento comportará un cierto “abandono” por parte de las trabajadoras sociales de las necesidades de atención psicosocial, sobre lo que las autoras como Brezmes (2008) destacan que ésta es precisamente una de las causas que llevaron a Trabajo Social a ceder sus espacios profesionales a profesiones emergentes, como ocurrió sobre la Educación Social. En esta década, las preocupaciones del Trabajo Social por el rigor metodológico o la planificación política se diluyeron a la medida que la profesión ha ganado reconocimiento, hasta el punto que los fundamentos se convirtieron en las cuestiones instrumentales y la gestión de recursos (Zamanillo y Martín, 2011).

LA CONSTRUCCIÓN DEL SISTEMA PÚBLICO DE SERVICIOS SOCIALES EN ESPAÑA. EL CONGRESO ESTATAL DE ASISTENTES SOCIALES DE 1980

La década de 1980 ha sido fundamental para el desarrollo de los Servicios Sociales en España con la incorporación de las propuestas de los Estados del Bien estar europeos. Las reformas que se llevan a cabo permiten al paso de una atención asistencial y paternalista de la etapa franquista, a la creación de un sistema de protección de vocación universalista, integral, polivalente y arraigado en el territorio.

El importante desarrollo del Sistema Público de Servicios Sociales (SPSS) que tiene lugar a partir de los años ochenta en España, no logra, sin embargo, superar del todo la tradición asistencialista. Lo que se consolida de forma progresiva es un modelo gerencialista que se sustenta en la gestión de prestaciones a los colectivos más vulnerables. Como recuerda Aguilar (2010), los servicios sociales “continúan recibiendo un cierto mandato social de atender a los pobres” (p. 11), que hace que estos mantengan elementos de continuidad con el modelo de la beneficencia pública.

Si las bases institucionales del Estado de Bienestar en España alcanzan un cierto grado de universalización durante los años ochenta en materias como sanidad, educación y pensiones (Aguilar, Laparra y Gaviria, 1993), el modelo de Estado de Bienestar, para Rodríguez (2007), se crea a partir de una combinación entre la privatización creciente y la asistencialización de la protección social, reflejando las ideologías de tipo neoliberal que contemplan la incompatibilidad del mismo a largo plazo con el crecimiento económico y la centralidad del mercado.

A partir de la promulgación de la CE, la asistencia social pasa a ser competencia de las Comunidades Autónomas (art. 148.1.20), dejando de depender los servicios sociales de organismos centrales en aspectos relativos a la financiación, planificación y gestión de los mismos. Se aprueban a comienzos de los ochenta en las diferentes

regiones del Estado, leyes de servicios sociales que, si bien evidencian una falta de homogeneidad entre ellas (Gutiérrez, 1995), destacan además importantes elementos en común. La estructuración del sistema en dos niveles: el especializado, dirigido a colectivos específicos que precisan de especial protección social, y los servicios sociales comunitarios o de atención primaria, ubicados en el ámbito local y sustentados en la idea de proximidad, con los centros de servicios sociales de carácter preventivo que se constituyen como el primer nivel de atención del SPSS. Con la aprobación en 1985 de la Ley de Bases de Régimen Local que obliga a la prestación de los servicios sociales a todos los municipios con población superior a 20.000 habitantes, tendrá lugar un importante despliegue de servicios sociales de base que supondrá la incorporación de numerosos trabajadores sociales a la administración pública, al mismo tiempo que se irá consolidando la colaboración entre el Estado, Tercer Sector y entidades mercantiles. Crear y dirigir los nuevos servicios sociales, principalmente municipales, se vive como un desafío de primer orden para las profesionales. En estas nuevas organizaciones, las trabajadoras sociales participan destacadamente tanto en la planificación como en la atención directa con las personas demandantes de los servicios.

La falta de una ley de servicios sociales de ámbito estatal se compensa con la aprobación, en 1988, del Plan Concertado de Prestaciones Básicas de Servicios Sociales que permite garantizar prestaciones mínimas a toda la población (Subirats *et al.*, 2007). El Ministerio de Asuntos Sociales, creado también en 1988, supone la asunción por parte del Estado, de la responsabilidad de ejecutar la política de acción social a nivel estatal (Picornell-Lucas *et al.*, 2022).

En este contexto en el que las administraciones empiezan a configurar el Plan Concertado de Prestaciones Básicas de Servicios Sociales en sustitución de las organizaciones benéficas, tiene lugar en Valladolid el IV Congreso Estatal de Asistentes Sociales, en 1980. El evento marca un importante hito en la historia del Trabajo Social

en España, ya que es el primero que se desarrolla después de la aprobación de la CE y de las primeras elecciones democráticas antecedentes los cuarenta años de dictadura franquista.

El contenido del dicho Congreso se desarrolla en tres ejes: en el primero, denominado “Análisis global de la comunidad por áreas de necesidad y niveles que la integran”, en la cual presentan nueve ponencias con temáticas relacionadas a la sistematización del ejercicio profesional en los ámbitos de: infancia, juventud, toxicomanías, salud mental, tercera edad, organización de la comunidad, género, vivienda social y protección social. En una de las charlas es patente la preocupación por abrir un debate conceptual en torno al Trabajo Social, sus objetivos y funciones, además de la formación en la profesión. El segundo eje, “Servicios Sociales y Trabajo Social en Ayuntamientos y entes autonómicos”, junto al tercero, “Políticas Sociales y Servicios Sociales”, con un total de catorce ponencias, están centradas cuestiones como: la política de Acción Social, la planificación de los servicios sociales, los servicios sociales en la administración, la participación ciudadana, las organizaciones profesionales y el Trabajo Social. Tal y como recogen las Actas de este congreso, en 1980 los servicios sociales se hallaban dispersos entre varios departamentos ministeriales y centralizados en la administración del Estado al no haberse aún realizado la transferencia de competencias a los entes autónomos y la administración local. Para gran parte de las participantes de este Congreso, la prioridad es el desarrollo de una nueva política de Acción Social y el establecimiento de las *bases* que posibiliten una dirección global, descentralizada y participativa de la comunidad en la gestión de los servicios sociales.

Posterior al Congreso de Valladolid, el segundo evento importante de la década es el V Congreso Estatal de Trabajadores Sociales – Asistentes Sociales (V CETS/AS) realizado en noviembre de 1984, organizado por el Consejo General de Colegios Oficiales de Diplomados en Trabajo Social y Asistentes Sociales, así como el Colegio Oficial de Vizcaya, teniendo como tema central: “Bienestar

Social ¿Una Utopía?” La importancia de llevar a cabo en estos momentos una reflexión teórica desde la profesión, ya se pone de manifiesto desde la apertura del Congreso trasladando la importancia de “realizar un Congreso que sirva de punto de reflexión teórico y lugar de encuentro de todos los profesionales que vivimos, día a día, en nuestro trabajo, la necesidad de una política social acorde con las exigencias de nuestros ciudadanos” (Comité Organizador do V CETS/AS, 1984, p. IX).

El Congreso fue organizado a partir de tres temas: Política Social, Legislación, y Política Económica con un total de trece comunicaciones. Bajo el tema de Política Social, fueron presentadas diez ponencias cuyas reflexiones giraron sobre la necesidad de discutir sobre los servicios sociales, su estructura, los servicios ofertados, recursos materiales, humanos y financieros. Destaca la preocupación con respecto a la atención primaria, el papel del trabajo comunitario y el pleno proceso de desarrollo de los servicios sociales como parte de la política social en el contexto de crisis económica en Europa. En una de las comunicaciones, “Del Valladolid 1980 al Vizcaya 1984”, se discute en torno al mantenimiento de empleos y la garantía de cobertura de las necesidades básicas de los ciudadanos en el medio urbano y rural (Actas V Congreso Estatal de Trabajadores Sociales/Asistentes Sociales, p. 133-140, 1984).

En este V Congreso es posible identificar en las diferentes modalidades de trabajos presentados la búsqueda en hacer una sistematización de experiencias en el ámbito del Trabajo Social en su relación con los Servicios Sociales. Con ello se busca, desde una reflexión articulada con la política social, ofrecer un análisis, interpretación y discusión teórica, apoyada en autores como Ander-Egg, Robert Mac Iver o Salvador Giner, del área de Sociología. A este respecto señalar, asimismo, la escasez de referencias bibliográficas y citas de autores entre el conjunto de las ponencias presentadas, si bien estas son aún más numerosas que las que constan en el anterior Congreso de Valladolid. Otro aspecto a destacar son las discusiones sobre el

Bienestar Social en el contexto actual de crisis, en relación con las tendencias internacionales en política social y la acción social. Recordar en este sentido que, en los años ochenta en los países de capitalismo central en Europa, está presente el debate sobre la crisis del Estado de Bienestar en un contexto de avance de políticas neoliberales y de recortes en materia de política social. España se va a incorporar a la Comunidad Económica Europea (CEE), en este escenario, careciendo aún de un sistema robusto de protección social, y teniendo, por un lado, que responder a los anhelos y exigencias internas, y por otro, a situarse en línea con los debates político-sociales de los otros estados, y, por lo tanto, adoptando los posicionamientos necesarios en política externa. Para lograr éxito en eso se buscan posibles alternativas, con sus implicaciones, y nuevos enfoques para la intervención desde el Trabajo Social.

Las referencias bibliográficas, en relación al debate sobre el Bienestar Social consisten también en informes y documentos, como, por ejemplo, los producidos por la *International Council on Social Welfare* (ICSW) de 1984, o *Eurosocial Report*, de 1982, lo que nos indica que las trabajadoras sociales en España se estaban alineando con determinados posicionamientos y producciones del exterior, pero en este periodo dirigiendo y a su mirada hacia Europa.

En el segundo tema, sobre legislación, fue presentada una única ponencia, por Elvira Cortajarena, bajo el título: “El Derecho Ciudadano a los Servicios Sociales: Análisis del Marco Legal” (Actas V Congreso Estatal de Trabajadores Sociales/Asistentes Sociales, p. 217-245, 1984), la autora hace un análisis de la legislación española de la CE de 1978 en su artículo 41, en el que se prevén prestaciones y servicios para todos los ciudadanos, destacando:

la complejidad y dispersión legislativa, por el desarrollo constante de las necesidades sociales de las poblaciones; por su falta de concreción en el texto Constitucional, por el reparto de competencias entre las autonomías y el Gobierno

Central y por la grave crisis económica que azota nuestro país hace diez años (Cortajarena, Actas V Congreso Estatal de Trabajadores Sociales/Asistentes Sociales, p. 220, 1984).

En esta ponencia encontramos una extensa bibliografía sobre las legislaciones analizadas y recurriendo a autores del área del Historia, como Miguel Artola y Pierre Villar; del Derecho, como Manuel García Pelayo, jurista español que huyó de la persecución de Franco; Bruno Rizzi, político y teórico italiano, marxista; y de economía, como Galbraith. El énfasis de Cortajarena, con la reflexión propuesta, se centra en los límites de las leyes de servicios sociales aprobadas en los parlamentos autonómicos que, para ella, representan una dispersión del sistema, y plantea sugerencias para una Ley Básica de Servicios Sociales de ámbito estatal que, desgraciadamente, aún continúa pendiente.

En el tercer tema, Política Económica, son dos las ponencias presentadas: una que pretendió explicar los fundamentos sociales y económicos del llamado Estado de Bienestar, al mismo tiempo que aporta datos sobre la situación económica del Estado en relación a situar los programas y presupuestos de servicios sociales en la administración central. Defiende la necesidad de una Ley Básica de Servicios Sociales, como un sistema público y unificado. En esta ponencia, destacan en la bibliografía autores como Ian Gough, Ramón Tamames (economista español y miembro del PCE), y las referencias a diferentes artículos, especialmente de la Revista Papeles de Economía Española, editada inicialmente en 1979. La segunda ponencia se propone a analizar la propuesta del Gobierno Socialista de la Comunidad Autónoma de Castilla y León en relación al Proyecto de Ley de Presupuestos para 1984, pues como defiende la autora de la misma “el instrumento ineludible que capacita para desarrollar una Política Social determinada es, sin lugar a dudas, al Presupuesto; lo cual traducirá cuantitativamente y cualitativamente a los objetivos y medidas previstos en los planes de tal Política

Social” (Fernández-Gijón, Actas V Congreso Estatal de Trabajadores Sociales /Asistentes Sociales, p. 296, 1984). Esta comunicación fue una solicitud del Comité Organizador del Congreso en lo cual el objetivo se recoge a continuación:

reflexionar sobre los avatares de la elaboración de dicho Presupuesto” [...] “como explicación a compartir con los congresistas” [...] “para promover la curiosidad por la metodología de ‘la cosa económica’, tan útil a los Servicios Sociales para que éstos vayan logrando ser un hecho real y normal en el camino de su necesaria utopía universalista, contribuyendo eficaz y eficientemente al Bienestar Social (p. 295).

En 1988, fue realizado en Oviedo, el VI Congreso Estatal de Trabajadores Sociales /Asistentes Sociales, y último evento del Consejo General y de los Colegios Profesionales del Trabajo Social de los años ochenta. La programación constaba de tres ponencias marco: “Tendencias del Sistema Público de Servicios Sociales”; “Nuevos Elementos de la Intervención Social” y, “La Formación” (Libro de Ponencias y Comunicaciones, Oviedo, 1988). A estas, seguían las comunicaciones, con un total de catorce, distribuidas del siguiente modo: bajo la ponencia “Tendencias del Sistema Público de Servicios Sociales”, se presentan dos comunicaciones; siete en el ámbito de la segunda ponencia, lo que verifica el énfasis en torno al tema de la intervención profesional, explicitando una diversidad de preocupaciones como los procesos metodológicos de los servicios sociales y las profesionales en la atención primaria. Aparecen temáticas hasta entonces nuevas en relación con los anteriores Congresos de esta década, como: la interdisciplinariedad e intervención profesional desde equipos multiprofesionales del Ministerio de Educación y Ciencia o los factores psicosociales en la salud y las tareas de las trabajadoras sociales en los centros de salud. Destaca bajo esta ponencia marco la valoración de las aportaciones técnicas en relación a la intervención. En la presentación del Libro de Ponencias

y Comunicaciones, los organizadores del Congreso durante el acto de bienvenida, desean a los congresistas “que sean unos días fructíferos de reflexión, aportaciones técnicas y de enriquecimiento profesional, que sin duda repercutirán positivamente en el ámbito donde hemos de llevar a cabo nuestro trabajo” (p. 8), se diferencia del V Congreso de Vizcaya, en lo cual ha énfasis en la reflexión teórica, como ha sido destacado anteriormente.

Otros aspectos que se pueden resaltar en el VI Congreso es el tema de la formación profesional en lo cual se destacan: la importancia de la ética en la formación de las profesionales, la gerencia de los servicios sociales, y la importancia y contribución de las bibliotecas de las escuelas de Trabajo Social para la formación profesional, temáticas especialmente significativas por su relación con debates y reivindicaciones que se vienen manteniendo, y que significan en este caso, un avance en cuestiones primordiales para el reconocimiento de la profesión como disciplina productora de conocimiento.

En el tratamiento de las directrices para la formación en Trabajo Social, se plantea la necesidad de reflexionar sobre el discurso teórico formal y abstracto, destacando dos cuestiones fundamentales: “la petición formulada a la Universidad Española que reconozca el Área de Conocimiento propia del Trabajo Social y Servicios Sociales [...] y la propuesta en la reforma de los estudios universitarios para que fuese creado el 2º ciclo o Licenciatura en Trabajo Social” (Alonso, p. 284, 1988). En esta comunicación se problematiza acerca del objeto del Trabajo Social y la necesaria existencia de Comunidades de Investigadores de Trabajo Social.

“La práctica social como generadora de teoría científica” fue otra comunicación destacada por centrar la atención en el contenido científico del Trabajo Social, y por marcar discusiones sobre:

Las contradicciones básicas entre el bagaje teórico pobre, atemporal y acientífico que se ofrece a los futuros Diplomados en Trabajo Social en el ámbito universitario actual y la

práctica profesional inconexa, burocrática, sin rasgos identificables como práctica social científica, que da como resultado la falta casi total de material científico en el ámbito del Trabajo Social (Martínez, p. 277, 1988).

En este VI Congreso, en el libro que recoge las ponencias y comunicaciones presentadas, las referencias bibliográficas no constan en los trabajos, como ocurrió en el Congreso anterior. Si bien dentro de los textos correspondientes al VI Congreso destacan, entre otros, autores como: Gramsci, Natalio Kisnerman, Herman Kruse, Kedrov y Spirkin, Marx, Bronfenbrenner,, Manuel Castells y Jürgen Habermas.

CONCLUSIONES

La España que sigue tras la dictadura franquista, debido a la ausencia continuada de políticas públicas, presenta una enorme desigualdad a distintos niveles. La construcción de las políticas sociales en España en los años ochenta, década fundamental en que el desarrollo de los servicios sociales en España se lleva a cabo teniendo como referencia los Estados de Bienestar del norte y centro de Europa, en un contexto de transformaciones neoliberales en el continente las cuales supondrán el avance en el desarrollo de la protección social a través de un modelo híbrido de colaboración entre el Estado, el Tercer Sector y las entidades mercantiles.

Los determinantes heredados del franquismo impactan en el proceso de formación y ejercicio profesional del Trabajo Social durante la transición, en la que son permanentes los debates entre beneficencia y bienestar, con la Constitución Española de 1978 como hecho decisivo en el avance y reconocimiento de la profesión en España. Esta etapa permite transitar del paternalismo en la acción social propio de la etapa franquista, a un moderno sistema de protección social, aunque este no consiga superar del todo la tradición

asistencialista y que, pese a su vocación universalista, acaba destacando por la gestión de prestaciones económicas a los colectivos más vulnerables, lo que hace que siga siendo percibido por la sociedad como un sistema de atención “a los pobres”.

La asistencia social pasa a ser en este período en España competencia de las Comunidades Autónomas dejando de depender los servicios sociales de organismos centrales. Pese a la ausencia de una ley estatal de servicios sociales, se aprueban en esos años leyes en las diferentes comunidades autónomas que, entre otros importantes aspectos, obligan a todos los municipios con población superior a 20.000 habitantes, la prestación de los servicios sociales garantizando unas prestaciones mínimas a la ciudadanía.

Las trabajadoras sociales tuvieron un papel destacado en todos estos años, desde su participación en movimientos sociales de oposición al régimen franquista durante la Transición Política Española, en la construcción de las políticas sociales en España en los años ochenta, y en la creación y dirección de los servicios sociales municipales. Las preocupaciones de las profesionales, como se recoge en este artículo, quedan reflejadas a través de los Congresos Estatales de Trabajadoras Sociales de Valladolid, Vizcaya, y Oviedo, que tuvieron lugar durante la década de los años ochenta.

Como avances preliminares de la investigación en curso, queremos finalizar señalando que en los tres Congresos llevados a cabo por los órganos de las trabajadoras sociales en los años ochenta, destacan principalmente dos aspectos: por un lado, el esfuerzo y compromiso político-profesional en la construcción de la arquitectura del sistema de servicios sociales, en interlocución con los distintos ámbitos donde se lleva a cabo el Trabajo Social en España; por otro, el empeño en la consecución de un reconocimiento de la profesión para la producción del conocimiento en igualdad de condiciones con otras disciplinas científicas.

REFERENCIAS

- AGUILAR, M., LAPARRA, M. y GAVIRIA, M. *Crisis y sociedad de la exclusión*. Reflexiones desde el trabajo social, en: Revista de Servicios Sociales y Política Social. (31-32). (Ejemplar dedicado a: Incidencia de la crisis en el Estado de Bienestar). Madrid: Consejo General de Colegios de Diplomados en Trabajo Social, 1993, p. 9-24.
- AGUILAR HENDRICKSON, M. *La huella de la beneficencia en los Servicios Sociales*. Zerbitzuan, n. 48, 9-1. 2010. Disponible en: <https://www.zerbitzuan.net/documentos/zerbitzuan/La%20huella%20de%20la%20beneficencia.pdf>. Consultado el: 22 de mayo de 2024.
- BARBERO, J. M. *El trabajo social en España*. Zaragoza: Mira Ed. 2002.
- BREZMES NIETO, M. *El Trabajo Social en España. Una profesión para la democracia*. Edit. um Agora. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia. 2008.
- CARRARA, V.; OLIVER, M.A.; MATOS-SILVEIRA, R.; XAVIER, M.; REIS, R. S.; BERGAMO, D. *Trabajo Social en la realidad española en los años 1960 a 1980: a la búsqueda de autodefinición y reconocimiento profesional*. Revista Em Pauta, 15, 2017, p. 57-72.
- CASTILLO CHARFOLET, A. *Aproximación al Trabajo Social en España*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 108, 2011, p. 623-638.
- COLOMER, M. *El Trabajo Social como respuesta a las necesidades sociales*. Revista de Servicios Sociales y Política Social, n. 31, p. 75-78. Madrid. Consejo General Colegios Oficiales de DTS. 1993.
- COLOMER, M. *El Trabajo social que yo he vivido*. Impuso a la acción social y Consejo General de Colegios Oficiales de Diplomados en Trabajo Social. 2009.
- CONGRESO ESTATAL DE ASISTENTES SOCIALES. *Actas del IV Congreso Estatal de Asistentes Sociales*. Valladolid, España. Julio de 1980.

- CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES). *Actas del V Congreso Estatal de Asistentes Sociales*, Leioa/Vizcaya, España. Noviembre de 1984.
- CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES ASISTENTES SOCIALES. *Libro de Ponencias y Comunicaciones*. Oviedo, Principado de Asturias, España. Junio de 1988.
- CRESPO, T. 50 *Aniversario de la fundación de la escuela de formación de AA.SS*. Revista de Treball Social. Barcelona. Col·legi Oficial DTS i AS de Catalunya. n. 88, p. 6-19, 1982.
- DE LA RED VEGA, N. *Aproximaciones al Trabajo Social*. Siglo XXI. Madrid. 1993.
- FERNÁNDEZ, S. D. El complejo mapa de los partidos “social-demócratas” en la España de la Transición: (1975-1979). *Revista de estudios políticos*, (135), 2007, p. 181-210.
- GIL PAREJO, M. *El Protagonismo de la Organización Colegial del Trabajo Social en España*. Siglo XXI de España, Madrid. 2004.
- GUTIÉRREZ, A. *Pasado, presente y futuro de los servicios sociales españoles*. Acciones e investigaciones sociales, (3), 1995, p. 33-52. Disponible em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=170182>. Aceso em: 12 abril 2024.
- IAMAMOTO, I. V; SANTOS, M.C. (Ed.). *A História pelo Averso: A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e Interloquções internacionais*, São Paulo: Cortez. 2021, p. 297-317.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATOS-SILVEIRA, R., OLIVER, M.A.; CARRARA, V. Revisitando o passado com vista ao presente: lutas sociais e Trabajo Social na Espanha nas décadas de 1960-1980. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, M. C. (Ed.). *A História pelo Averso: A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e Interloquções internacionais*, São Paulo: Cortez, 2021, p. 297-317.

- NAVARRO, V.; LÓPEZ, J. T.; ESPINOSA, A. G. *Hay alternativas: propuestas para crearemplo y bienestar en España*. España: Editorial Sequitur. 2012. Disponible en: <http://www.vnavarro.org/wp-content/uploads/2011/10/hayalternativas.pdf>. acceso en: 12 abril 2024.
- OLIVER, M. Ángel; CARRARA, V. A.; MATOS-SILVEIRA, R. *Desarrollo comunitario, participación ciudadana y dimensión política del Trabajo Social*. Artículo homenaje a Marco Marchioni, pionero del Trabajo Social Comunitario en España. *Trabajo Social Global-Global Social Work*, 12, 1-18. 2022. Disponible en: <https://doi.org/10.30827/tsg-gsw.v12.23687>.
- ORTÍ, A. Transición postfranquista a la monarquía parlamentaria y relaciones de clase: del desencanto programado a la social tecnocracia transnacional. *Política y sociedad*, (2), 1989, p. 7-20.
- PASTORSELLER, E. *Trabajo Social Comunitario*. Editorial DM. 2004.
- PICORNELL-LUCAS, A.; PASTOR, E.; BELCHORR. H. *Trabajo Social, Servicios Sociales e Intervención Comunitaria*. Dykinson, 2022.
- RODRIGUEZ RODRIGUEZ, A. *Más allá de la perspectiva crítica*. Cuadernos de Trabajo Social, v. 20, 2007, p. 117-137.
- SANTOS, C. M.; YAZBEK, M. C.; EIRAS, A.; DEFILIPPO, A.; CARRARA, V. A. *Projeto de Pesquisa Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social na Europa (Espanha, Portugal e Reino Unido): antecedentes, memória e desafios contemporâneos*, 2023.
- SUBIRATS, J., ADELANTADO, G., FERNÁNDEZ, P., M., GIMÉNEZ CENCILLO, M., IGLESIAS, C., M.; RAPOPORT, G. A.; SAN MARTÍN, M. J. *Los Servicios Sociales de Atención Primaria ante el cambio social*. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. ED. 2007. Disponible en: <https://portalrecerca.uab.cat/en/publications/los-servicios-sociales-de-atenci%C3%B3n-primaria-ante-el-cambio-social-11>. Consultado em: 22 de mayo de 2024.

TONET, I. Teoria social crítica: do que se trata? In: ALCÂNTARA, M. N.; PIMENTEL, E.; SOUZA, R. M. (Org.). *Em defesa do pensamento crítico*. Maceió: Edufal, 2013.

ZAMANILLO PERAL, T.; MARTÍN ESTALAYO, M. *La responsabilidad política del Trabajo Social*. *Trabajo Social Global*, 2011, 2 (3), 2011, p. 97-115.

SERVIÇO SOCIAL NA EUROPA

QUESTÃO SOCIAL E PERSPECTIVA CRÍTICA

Alexandra Aparecida Leite
Toffanetto Seabra Eiras

INTRODUÇÃO

Este capítulo foi escrito a partir da participação no VI Simpósio Internacional da Pesquisa em Rede “Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais: América Latina e Europa”, na Mesa que debateu as “Tendências e desafios do Serviço Social Europeu na atualidade”, no dia 26 de abril de 2023, na UERJ.

Minha aproximação ao tema ocorreu através da inserção nas equipes de Portugal e Reino Unido, e pelo exercício da coordenação do Grupo Europa, o que me levou ao aprofundamento dos estudos no estágio de pós-doutorado, na PUC-SP, com bolsa PDS-CNPq, entre 2022 e 2023.

Para uma pesquisadora brasileira que, como eu, se situa no campo histórico-crítico há questões nesse processo de aproximação ao Serviço Social europeu cuja explicitação torna-se necessária.

No Brasil, a superação do Serviço Social Tradicional (SST) a partir da apropriação da teoria social marxiana foi marcada emblematicamente pela publicação do livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, em 1982, de autoria de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, cuja pesquisa fora financiada pelo Centro Latino-americano de Trabalhadores Sociais (CELATS). Essa produção foi

pioneira e, nesse esteio, outras vieram, consolidando um novo referencial teórico-metodológico no Serviço Social, em nosso país.

Penso que tal condição nos permitiu uma autonomia intelectual e teórico-metodológica original e densa que nos distinguiu da produção que nos legaram no passado¹e isso nos afastou do Serviço Social europeu e estadunidense e nos possibilitou superar alguns equívocos teórico-metodológicos presentes no Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-americano (MRLA) (Iamamoto, 1998).

Nesse sentido, o Serviço Social brasileiro ao fazer a ruptura com os aportes teóricos-metodológicos do SST construiu uma via mais autônoma, ocupando espaços e fortalecendo-se como área de conhecimento no âmbito da pós-graduação.

Então, por que retomar a interlocução com o Serviço Social europeu?

Ao responder essa questão, quero ratificar o caminho que temos construído desde a primeira etapa da pesquisa em rede.

Na pesquisa em rede, nossa aproximação ao Serviço Social na Europa ocorreu pela investigação da interlocução entre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e a península ibérica (Eiras *et al.*, 2017), e, posteriormente, estendeu-se para o Reino Unido (Bigogno *et al.*, 2021).

Constatamos que essa interlocução aconteceu, em Portugal e Espanha, de modo direto e ela fortaleceu as posições contestatórias ao SST, contribuindo para a aproximação à teoria social e às perspectivas de transformação social de cunho anticapitalista, destacando-se, nesse sentido, a inserção das(os) profissionais nas

1 Na América Latina o Serviço Social, desde as suas protoformas, recebeu influência da matriz franco-belga e no período posterior à Segunda Guerra Mundial, a produção estadunidense foi muito difundida em nosso continente (Iamamoto; Carvalho, 2005; Yazbek, 2018). No âmbito do MRLA teceram-se diferentes críticas ao SST, convergentes na recusa da neutralidade técnica e na afirmação do caráter político da profissão; e no esforço de conhecer a realidade nacional e latino-americana para construir respostas teórico-metodológicas condizentes a ela, questionando a importação/aplicação de conhecimentos vindos da Europa e dos EUA.

conjunturas históricas particulares, no processo revolucionário em Portugal (1974-1975) que derrubou o salazarismo e de democratização e oposição ao franquismo na Espanha.

Nessa direção, encontramos a relação de contribuição entre o MRLA e as perspectivas críticas ao SST na península Ibérica. Em relação ao Reino Unido, identificamos uma produção profícua, denominada Serviço Social Radical, cujos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos também se apropriaram de referências no campo da teoria social marxista. Mas, não encontramos elementos para afirmar que houve uma interlocução direta entre os profissionais deste campo (SSR) e aqueles que integravam o MRLA.

Ao estabelecermos relações com nossos colegas assistentes sociais, docentes e/ou pesquisadores na área de Serviço Social que vivem na Europa, temos aprendido sobre o percurso deles no campo teórico-crítico e sobre a particularidade da profissão e suas disputas em cada país.

E, pela elaboração de artigos em conjunto, somamo-nos aos esforços delas(es) de construir alternativas teórico-metodológicas que fortaleçam as intenções de pesquisa no campo histórico-crítico, além de contribuir para a divulgação das produções latino-americanas.

Nesse aspecto, a produção brasileira se destaca, pelos esforços empreendidos na compreensão do Serviço Social na história, considerada a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e seu significado social no âmbito das relações sociais capitalistas (Iamamoto; Carvalho, 2005). Além disso, demarcam-se os processos de gênese e os limites das políticas sociais (Faleiros, 1982; Netto, 2001), bem como a tensão contínua em torno da questão social inerente ao capitalismo.

Trata-se, assim, de uma estratégia de articulação no campo histórico-crítico e de compreensão da particularidade do Serviço Social na Europa, cujo estudo contribui para entender a dinâmica da questão social no plano global, as diferenças e semelhanças entre países europeus e latino-americanos, as condições do trabalho profissional, os posicionamentos ético-políticos dos assistentes sociais e as respostas teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão.

Desse modo, neste capítulo trago algumas considerações sobre a questão social, o Serviço Social na Europa e a perspectiva crítica², com ênfase na produção das(os) pesquisadoras(es) que integram a pesquisa em rede, divulgada em três livros: “Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social” (Eiras; Moljo; Duriguetto, 2022), “O Serviço Social na história” (Yazbek; Iamamoto, 2019) e “A história pelo avesso” (Iamamoto; Santos, 2021).

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NA EUROPA

Na primeira vez em que estive em Portugal, em dezembro de 2015, no Seminário “Serviço Social Portugal/Brasil no século XXI: formação, exercício e organização da categoria” (organizado por Alcina Martins, Cláudia Mônica dos Santos e Marcelo Braz) eu me surpreendi com as semelhanças nas descrições que foram feitas acerca do trabalho profissional, da política social e dos desafios identificados por pesquisadores e assistentes sociais portugueses e espanhóis, e por Iain Ferguson, cuja exposição referiu-se à realidade do Reino Unido (Eiras, 2016). São e continuam sendo situações muito semelhantes à realidade vivenciada pelo Serviço Social no Brasil: precarização das condições de trabalho (baixos salários, contratos temporários, desproteção social), afetando, inclusive as(os) assistentes sociais, enquanto trabalhadoras(es) inseridas(os) nesse processo; permanência de índices significativos de desemprego e de pessoas em situação de pobreza e miséria; organização de políticas sociais com recursos insuficientes para alavancar o exercício efetivo da cidadania para o conjunto dos indivíduos, conforme a lógica de redução

2 Utilizo a expressão no singular, porque trata-se da busca de produções e posicionamentos no campo crítico, na atualidade, permitindo-nos, posteriormente, qualificar e distinguir suas nuances e diferenças.

de custos e gastos sociais, “compatível” com o capitalismo “flexível”(Harvey, 2000).

A desconstrução das legislações sociais e trabalhistas, o desmonte (onde existia uma estrutura de proteção social eficiente) ou a insuficiência das políticas sociais são elementos presentes nas requisições institucionais no trabalho das(os) assistentes sociais na Europa que dificultam e/ou restringem o atendimento às necessidades reais dos usuários que recorrem aos diferentes equipamentos e serviços.

Desse modo, as exposições naquele Seminário também enfatizavam o adoecimento profissional entre as(os) assistentes sociais afetando a condição física e mental, expressando-se como falência individual face à ausência de condições para lidar com situações tão complexas e com baixa perspectiva de “sucesso”.

Desde aquele evento, a constatação das semelhanças com a América Latina despertou-me o desejo de compreender essa realidade em um plano global, articuladamente.

Nesse sentido, em um artigo recente (Eiras, 2024) analisei as relações sociais capitalistas consideradas enquanto uma particularidade histórica (Marx 2017, 2018, 2020) que se configura de modo inédito em uma totalidade concreta e contraditória que abrange todo o planeta, cuja unidade e antagonismo entre capital e trabalho também se expressa em um plano global.

Deriva dessa análise a compreensão de que a questão social³ manifesta-se neste plano global, concreto e as articulações internacionais entre a classe trabalhadora também indicam a disputa da

3 Manifestação objetiva das desigualdades sociais inerentes às relações sociais capitalistas – onde predomina o processo de acumulação, a apropriação privada dos meios de produção e da riqueza, sustentados na busca de valorização “infinita” do valor — e, simultaneamente, a questão social é a demarcação pública do campo de disputa entre os diferentes sujeitos sociais em torno da riqueza socialmente produzida e das condições reais para o exercício da cidadania. Historicamente, essa disputa teve centralidade, sobretudo, nas lutas entre as classes sociais fundamentais: proletariado/trabalho e burguesia/capital.

riqueza socialmente produzida, os horizontes e os rumos da sociedade neste âmbito (Eiras, 2024).

Nessa direção, penso que o projeto societário socialista continua sendo um legado de muitas lutas em confronto *no* capitalismo e *em* embate com sua finalidade principal de valorização do valor. A existência do “socialismo real”, sua implementação na URSS também foi herdeira deste legado de lutas.

É importante frisar que a presença desse antagonismo, sobretudo através das ações dos partidos políticos e dos sindicatos da esquerda revolucionária ou reformista, impulsionou as alternativas políticas como o “Estado de bem-estar social”. Por sua vez, a derrocada da alternativa socialista e o arrefecimento do projeto societário socialista enfraqueceu as lutas sociais no campo da esquerda, abrindo espaços para a ofensiva que se seguiu, marcada pela estratégia neoliberal.

Em resumo, os interesses e estratégias políticas dos capitalistas para o “desenvolvimento” e “progresso civilizatório” até os anos 1970, tiveram o objetivo de conter o projeto socialista. Sem a “ameaça” socialista a ofensiva neoliberal se estendeu de modo articulado para todo o planeta, sobrepondo os interesses do capital ao “bem-estar” e ao “bem-comum”, sem retórica e estratégia político-ideológica “desenvolvimentista”, “civilizatória”, ou de “concessão” à classe trabalhadora. Sem a alternativa socialista, ou seja, sem a disputa por um projeto societário que supere o capitalismo, o planeta está à mercê dos interesses desde o início, predatórios, da burguesia e do capital.

Nesse sentido, no plano global, a disputa em torno da questão social no âmbito público sofreu com a alteração nesta correlação de forças entre capital e trabalho (capitalismo x socialismo) e com as investidas diretas sobre os parâmetros vigentes no âmbito da proteção social e dos direitos conquistados historicamente.

Desde à década de 1970 tem ocorrido uma aproximação entre as situações vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as) dos países centrais e periféricos, em relação à precarização das condições de trabalho

(baixos salários, diversificação das formas de contratação, com presença significativa de contratos temporários) e alterações na organização sindical (redução no número de sindicalizados(as), correlação de forças desfavorável para as pautas dos(as) trabalhadores(as). No âmbito da esquerda, as lutas dos(as) trabalhadores(as) têm sido de resistência e conservação dos direitos e da legislação social, diante de uma condição econômica e social diferente do período conhecido como taylorista/fordista (Harvey, 2000).

Para as(os) assistentes sociais que são requisitadas(os) a agir sobre as diferentes formas de expressão da questão social, o “cenário” é muito semelhante, dadas as evidências que temos, na Europa e na América Latina.

Em relação à Europa, Bouquet (2019, p. 416), assistente social francesa e docente na área de Serviço Social, assevera que a crise socioeconômica na França implicou no aumento de 3% para 11% nos índices de desemprego, no período de 1975 a 1997. Desde então, ocorreu o aumento da violência social e a guetorização das cidades. O Estado desenvolveu um outro tipo de política social, “transversal e desconcentrada, que leva à territorialização de novos dispositivos de ação social”.

Os impactos para a profissão foram muitos: ocorreu uma focalização em situações específicas, no lugar de uma proteção social ampla e para todos(as); a adoção de métodos de gestão com dimensão gerencial da política social tornaram-se proeminentes, o trabalho do Serviço Social foi submetido à “lógica de resultados” (Bouquet, 2019, p. 417). Esses resultados são considerados a partir da “inclusão” dos indivíduos no trabalho, na moradia, acesso à saúde etc., na perspectiva de uma “solvabilidade” centrada no usuário, individualmente, enquanto ator e sujeito. O Serviço Social teve seu espaço de atuação reduzido e diminuição de sua autonomia profissional, submetido à restrição dos meios financeiros e a essa nova lógica operacional, o que impactou na mudança de seu papel profissional com maior focalização em ações de regulação de emergência (Bouquet, 2019).

Os atos profissionais se tornam progressivamente mais restritos e regulamentados por diretrizes e medidas administrativas. O empilhamento, a justaposição, a duração limitada das medidas provocam uma fragmentação do ato profissional. [...] Assim, disfarçada de modernidade, a deriva tecnocrática, instrumental e utilitarista leva o trabalho social a se transformar cada vez mais em um sistema de administração dos problemas do funcionamento social (Bouquet, 2019, p. 429).

Na Suécia, Montesino (2019), assistente social e docente na área de Serviço Social, faz um relato contundente da situação atual. Ela explica que:

A desigualdade econômica, a privatização dos serviços de assistência social, as estruturas econômicas que criam exclusão e marginalidade social foram expulsas do debate social. [...]. As autoridades reproduzem uma retórica sobre um projeto de integração que constitui um obstáculo para a compreensão das novas realidades sociais. A subordinação do Serviço Social às políticas neoliberais transforma as atividades dos serviços assistenciais de bem-estar social em rotinas administrativas que ignoram os contextos e situações que criam pobreza e desproteção social, além disso, essas tarefas implicam a colaboração dos assistentes sociais em práticas excludentes e repressivas que afetam um grupo crescente de requerentes de asilo. O Serviço Social não assume uma posição crítica que questiona a reestruturação do sistema de proteção social a partir das políticas neoliberais. Os profissionais se adaptam às novas políticas incorporando modelos de deficiência às práticas individualizadas de assistencialismo e bem-estar (Montesino, 2019, p. 506).

Iain Ferguson, assistente social e docente na área de Serviço Social, informa que desde 1999, a responsabilidade por certas áreas do governo no Reino Unido, incluindo educação, saúde, trabalho social e assistência social, foi delegada aos parlamentos (ou Assembleias)

locais na Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte (Ferguson, 2019). Ele analisa as alterações gerenciais na “modernização dos serviços sociais”, no período de 1997-2010, indicando a subordinação e controle do trabalho dos assistentes sociais através das Tecnologias de Informação. Houve alterações no processo de trabalho com ênfase em métricas de desempenho (indicadores de metas e de performances), “com órgãos de regulamentação e inspeção responsáveis por assegurar que essas metas fossem atingidas”; “mais dependência do uso da tecnologia da informação e comunicação”; “uma abordagem supostamente ‘não ideológica’ para o bem-estar com base na noção de prática baseada em evidências” (Ferguson, 2019, p. 438).

Para ele, a implementação dessa forma de gerenciamento impactou significativamente sobre a ação e a ética profissional. As tecnologias de informação facilitaram o acesso à informação para os usuários, aparentando estar ou ir ao encontro dessas demandas de acesso. O autor adverte, porém, que elas centralizaram as ações, dificultando e até ocultando o acesso às informações, em situações de violação de direitos dos usuários e ocupando tempo de trabalho dos profissionais, em até 80%, para inserção de dados e informações (Ferguson, 2019).

Ferguson questiona as diretrizes dessa concepção de assistência social que tem sua ênfase na transferência de renda, personalizada, articulada ao consumismo e à lógica de mercado. Critica a centralidade no suposto “poder local” e no “desenvolvimento de comunidade” que face à lógica de austeridade fiscal ficam de fato, dependentes do financiamento das autoridades locais e do trabalho voluntário. E adverte:

[...] a proposta de que os voluntários locais irão substituir pessoal competente e qualificado será dificultada não só pela falta de capacitação desses voluntários, mas também pela falta de tempo, dado que os trabalhadores britânicos têm a maior jornada de trabalho da comunidade europeia (Ferguson, 2019, p. 448).

Para o autor, a austeridade prolongada e o aumento da privatização dos serviços de assistência social têm sido a tônica do trabalho social na história recente, de 2010 em diante. Elas geram resistência e alternativas, mas ainda é preciso avançar no enfrentamento a essas políticas.

Por sua vez, Wehrle (2019) afirma que desde os anos 1980 a desigualdade social tem aumentado na Suíça. Em 2010, eram 230 mil demandantes de benefícios da assistência social, o que correspondia aproximadamente à 3% da população. Contudo, a esses somavam-se 180.000 adultos e jovens sem nenhum tipo de rendimento e 200 mil pessoas identificadas como pobres com rendimento. As crianças dependentes desses adultos não apareciam nas estatísticas. Por sua vez, “os sem-papéis, imigrantes ilegais sem permissão de estada, permanecem na invisibilidade social (estimativas conservadoras falam de no mínimo 90 mil pessoas)”. E, ainda com base nos dados de 2003, estudos indicavam que praticamente 14,3% da população necessitava de recursos da assistência social para sobreviver. Contudo, a taxa de cobertura da assistência social estava abaixo de 50% (Kehrlí; Knöpfel, 2006 in Wehrle, 2019, p. 464-465).

Nesse sentido, em muitos cantões da Suíça “os benefícios recebidos por meio da assistência social são contabilizados como dívida pessoal que precisa ser saldada após o período de recepção de benefícios” (Wehrle, 2019, p. 469).

Através da produção do sociólogo suíço Kurt Wyss o autor explica a transição do *welfare* para o *workfare*, “a passagem para uma forma de regulação do bem-estar descentrada da produção de bem-estar e centrada na inserção dos usuários das políticas sociais, no mercado de trabalho” (Wehrle, 2019, p. 479) e seu impacto para a assistência social:

[O *workfare* instrumentaliza o discurso do empoderamento].
Quem não se integra, isto é quem não se submete é caracterizado como indisposto para o trabalho, como resistente

à integração. Em consequência, sofrerá cortes dos benefícios sociais. [...] O que está no centro não é apenas um desmonte do ponto de vista de redução dos investimentos sociais (mesmo que reduções possam tendencialmente ocorrer), mas a reconfiguração da política social no sentido de assegurar a contenção dos “perdedores” da competição sem fim na economia globalizada e adaptá-los enquanto “pobres dignos”, conscientes da responsabilidade própria de seu fracasso pessoal (Wehrle, 2019, p. 480).

A imigração já referida na invisibilidade dos “sem-papéis” na Suíça também tem se manifestado enquanto uma das expressões da questão social da atualidade, na Europa.

Na Suécia, de acordo com Montesino (2019), durante os anos 1980, as políticas de imigração e de inserção de refugiados se tornaram mais restritivas, reduzindo-se a entrada de estrangeiros que não podiam garantir seu sustento. A categoria dos “sem-papéis”, imigrantes que carecem de todo tipo de proteção social é uma delas. Essa política reduz “os direitos sociais, criminaliza a mobilidade de certos grupos”, impulsionando “práticas ambíguas que pioram ou ignoram a situação deles” (Montesino, 2019, p. 491).

Ela exemplifica como o uso da categoria “deficiência social” foi generalizado pelo Serviço Social, na Suécia:

O modelo de deficiência foi concebido como uma solução temporária; a ideia era que os assistentes sociais se encarregassem do processo de introdução e que seriam capazes de acomodar os recém-chegados em rotinas institucionalizadas (escola, mercado de trabalho). Com a reestruturação do mercado de trabalho, o número de indivíduos declarados deficientes sociais começou a subir; não apenas os refugiados recém-chegados eram classificados como deficientes sociais, mas também outros imigrantes (em situação de desemprego), e junto a estes, outros cidadãos em situação de desemprego também começaram a ser incluídos na categoria

de deficientes sociais (Holmqvist, 2005). [...] O modelo fora pensado para ser transitório, não obstante os processos que o acompanharam os conteúdos deste institucionalizaram o modelo de deficiência no trato do Serviço Social para com os imigrantes, transformando-o em uma relação definitiva (Montesino, 2019, p. 503).

Conforme busquei demonstrar os modos de organização da política de assistência social e dos serviços sociais prestados à população tem traços comuns: redução e focalização dos recursos em ações setorializadas, alterações gerenciais com destaque para a centralização do controle e fragmentação das ações profissionais, responsabilização individual dos usuários pelas situações de pobreza e miséria, evidenciando o recuo no campo da proteção social e a seletividade na “integração” ou subordinação individual pelo trabalho para recebimento dos benefícios sociais.

Em artigo recente sobre a questão social em Portugal (Eiras *et al.*, 2024), também nos deparamos com um conjunto de indicadores sobre condições de trabalho, desemprego, pobreza e miséria nos 27 países da União Europeia. Ficou evidente que o monitoramento desses indicadores já revela a presença duradoura desses fenômenos na Europa, em todos os países, em maior ou menor grau e intensidade. Assim também, a situação de trabalho e de vida da população migrante mostra-se mais agravada, em comparação os(as) demais trabalhadores(as).

A via de integração pelo trabalho mostra-se também limitada, face à precarização das condições de trabalho, ao tensionamento e “flexibilização” da legislação de proteção social, vinculada ao trabalho.

Há um impacto muito grande dessa nova lógica de organização das políticas sociais para o trabalho profissional. E diante dessa conjuntura qual tem sido o posicionamento ético-político dos assistentes sociais? Qual a sua resposta teórico-metodológica e técnico-operativa a essas requisições?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este capítulo faço algumas considerações sobre a presença da perspectiva crítica no Serviço Social europeu.

No material apresentado no item anterior destaquei algumas provocações feitas pelas(os) profissionais, às(aos) seus pares, em seus países: constatam a necessidade de um posicionamento firme, crítico às políticas neoliberais e ao capitalismo e, simultaneamente, indicam que ainda não há crítica/ação/posicionamento à altura ou na proporção dessa necessidade.

Na Europa, o Estado de bem-estar social segue como uma referência importante, considerando o seu significado e impacto no atendimento às necessidades sociais e para o exercício da cidadania. E, ao que parece, há alguma esperança de retorno a essa forma, quando o seu desmantelamento evidencia com muita clareza, os limites das relações sociais capitalistas e a quase impossibilidade de sua refundação.

Por sua vez, a alternativa socialista implementada pela URSS também deixou marcas profundas, pelo autoritarismo e violências que perpetrou, fixando posições que recusam um retorno a ela.

Contudo, sem o acúmulo das lutas do proletariado e da classe trabalhadora, sem a construção do socialismo real e a correlação de forças que reforçou e possibilitou, no plano global, teria sido possível a estruturação do Estado de bem-estar social?

Desse modo, uma indagação permanece: existe a perspectiva histórico-críticas, anticapitalista no Serviço Social europeu?

No âmbito da pesquisa em rede, em sua primeira fase constatamos a presença de perspectivas críticas (Espanha, Portugal e Reino Unido) no período de 1960-1980, conectadas aos movimentos e lutas sociais emergentes naquele contexto.

Em Portugal, as(os) pesquisadoras(es) indicaram a presença, desde 1970, de grupos marxista-leninistas, maoístas e trotskistas no meio estudantil, e a partir de 1973, registra-se a aproximação do

Serviço Social à tradição marxista no âmbito da formação profissional. De acordo com Martins (2021, p. 361) “o marxismo entrou abertamente nas universidades, textos marxistas integravam a bibliografia de disciplinas de diferentes áreas do curso, bibliotecas adquiriram obras desses autores, da área de Ciências Sociais e das tendências do MRLA — obras oriundas, sobretudo da Argentina, do Chile e do Brasil”.

Na Espanha, as(os) pesquisadoras(es) destacam que nos anos 1970, havia “um questionamento da profissão em que o pensamento social situado mais à esquerda e as teorias advindas do campo crítico encontravam uma profissão que lutava de forma tenaz” (Silveira *et al.*, 2022, p. 139-140). No Serviço Social a primeira aproximação à teoria marxista aparece vinculada ao “conceito de reconceituação” na “conferência realizada no II Congresso de Trabajo Social de Madri de 1972, especificamente no documento denominado “*Situación actual del Trabajo Social*”, de Elena Urrestarazu (Silveira *et al.*, 2022, p. 141-142). Nesse sentido, Carrara *et al.* afirmam, “*Las VI Jornadas de Levante (1975) en Valencia, denominadas ‘El Trabajo Social dentro del proceso de cambio’ se han caracterizado por posiciones considerablemente más críticas, con discursos profesionales que rescataban el pensamiento social marxista, desde contenidos que optaban por el cambio social y entendiendo la concienciación como objetivo profesional*” (Moran Carrillo; Díaz Jiménez, 2016 in Carrara *et al.*, 2017, p. 67).

Em Portugal e Espanha no período de 1960-1980, encontramos o Serviço Social no esforço de desvincular-se da ideologia estatal autoritária e repressiva, engajando-se na luta pela democratização e pelo acesso aos direitos humanos, de um modo geral (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais). Busca-se uma formação acadêmico-profissional diferenciada, no ambiente de lutas e democratização da vida social e do Estado.

Nesse processo, comparece a perspectiva histórico-crítica, que não logrou conquistar hegemonia, mas que contribuiu para o posicionamento ético-político no campo progressista, tensionando

respostas estatais alinhadas com as demandas e necessidades sociais das classes subalternas.

Por sua vez, no Reino Unido (nas décadas de 1960 e 1970) o traço principal que impactou o Serviço Social foi a forte organização sindical dos trabalhadores e sua resistência ao desmonte do Estado de bem-estar social, inclusive com a presença de perspectivas anticapitalistas (Bigogno, 2021).

A pesquisa possibilitou a aproximação com a produção britânica nesse campo crítico e a apreensão das tensões e contestações ao Serviço Social tradicional naqueles países. Essas vertentes, reconheceram-se à época como “radicais”, denominando-se “Serviço Social Radical” (SSR).

Destaca-se na produção do SSR a recorrência e o diálogo direto com a tradição marxista, através do acesso às obras de Marx, Engels, Trotski, Lênin, dentre outros. Diferente do contexto latino-americano, não havia censura nem vigilância sobre a circulação dessas obras.

O SSR (junto de outras profissões) divulga referências teóricas histórico-críticas que analisam os limites do Estado e da política de bem-estar social no âmbito das relações sociais capitalistas. Isso ocorre em um período, em que de fato, esses limites são evidenciados na disputa por recursos e investimentos estatais no qual também são utilizadas estratégias intransigentes e repressivas às reivindicações e movimentos da classe trabalhadora, mediante à alteração simultânea que vai se processando na correlação de forças entre capital e trabalho (capitalismo e socialismo), no plano global.

Bigogno destaca que:

O enfraquecimento da vertente radical tem a ver com a atenuação e com as derrotas da luta sindical da classe trabalhadora entre 1975 e 1985, [que aconteceram no Reino Unido, na França, na Itália] que geraram um pessimismo e descrédito nas perspectivas filosóficas progressistas, marxistas, além das decepções com a social-democracia. [...] O Serviço Social radical dos anos 1970 foi assim cada vez mais criticado,

exatamente por sua ênfase na perspectiva classista da sociedade capitalista, fazendo com que algumas referências do Serviço Social radical se debruçassem, por exemplo sobre as questões étnico-raciais, de gênero e deficiência (Bignono, 2021, p. 386).

Nesse momento, da investigação indagamos se há continuidade ou retomada da perspectiva histórico-crítica na profissão na atualidade. Em Portugal e Espanha há expressões de diferentes vertentes, e a pesquisa visa compreender os fundamentos teórico-metodológicos e as vinculações ético-políticas com os movimentos e lutas sociais, no campo progressista, buscando apreender as perspectivas existentes e se há a presença de conteúdos anticapitalistas. Por sua vez, Ferguson e Lavalette (2024) indicam a retomada dos posicionamentos críticos, no Serviço Social, no Reino Unido, após a última crise evidenciada em 2008. Indagamos a relação dessa retomada com o legado anterior do SSR, o que permaneceu e o que se alterou nas proposições dessa vertente?

REFERÊNCIAS

- BIGOGNO, A. D. D. Serviço Social radical: a experiência do Reino Unido no transcurso dos anos 1970 a 1980. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, CNPq, CAPES, 2021.
- BOUQUET, B. O Serviço Social francês: balanço, questões e perspectivas. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.
- CARRARA, V. A., PERELLÓ, M. A. O., SILVEIRA, R. M., XAVIER, M. O., AGUIAR, R. S. R., BERGAMO, D. Trabajo Social em la realidade española em los años 1960 a 1980: a la búsqueda de autodefinition y reconocimiento profesional. *Revista Em Pauta*, n. 40, RJ: UERJ, 2017.
- EIRAS, A. A. L. T. S. Serviço Social, convergências e articulação internacional: perspectivas abertas (Prefácio). In: MARTINS, A., SANTOS, C. M. et al. (Orgs.). *Serviço Social Portugal — Brasil*. Campinas: Papel Social, 2016.
- EIRAS, A. A. L. T. S.; SANTOS, C. M.; YAZBEK, M. C. Os movimentos contestatórios no Serviço Socialiberoeuropeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980. *Revista Em Pauta*, n. 40, Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- EIRAS, A. A. L. T., SANTOS, C. M., YAZBEK, M. C. O Serviço Social radical nos EUA (1960-1980): fundamentos históricos e teórico-políticos. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo avesso*. São Paulo: Cortez, CNPq, CAPES, 2021.

- EIRAS, A. A. L. T. S.; MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA*. E-book. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. Disponível em: https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2022/03/PERSPECTIVAS-HISTORICO-CRITICAS_BA04.pdf.
- EIRAS, A. A. L. T. S. Totalidade concreta, capitalismo e Serviço Social. Juiz de Fora: *Revista Libertas*, V. 24, n. 1, 2024, p. 187-211. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/44257/27585>.
- EIRAS, A. A. L. T. S.; TOLEDO, A. F.; MONTEIRO DA SILVA, D. J. M.; FERREIRA, M. E. *Questão social em Portugal*: indicadores e desafios para o Serviço Social. Artigo submetido à Revista Eleuthera, em março de 2024.
- FALEIROS, V. P. *A política social do Estado Capitalista*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- FERGUSON, Iain. Da modernização à *Big Society*: continuidade e mudança no Serviço Social no Reino Unido. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). *Serviço Social na História*: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.
- FERGUSON, I.; LAVALETTE, M. Não está escuro ainda, mas está chegando lá. Tradução: CANÊO, G. et al. Juiz de Fora: *Revista Libertas*, V. 24, n. 1, 2024, p. 367-386. Disponível em: Vista do “Não está escuro ainda, mas está chegando lá”: Crises globais, Serviço Social e resistência (ufjf.br)
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 9ª. edição.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005.

- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARTINS, A. M. C. Processo de renovação do Serviço Social português nos anos 1970 na perspectiva histórico-crítica. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.) *A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, CNPq, CAPES, 2021.
- MARTINS, A. M. C.; SILVA, P. G. Movimentos contestatórios em Portugal e expressões críticas do Serviço Social nos anos 1970: contributos do movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano. In: EIRAS, A. A. L. T. S.; MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA*. E-book. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.
- MARX, K. *O capital* (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2020.
- MARX, K. *O capital* (Livro II). São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARX, K. *O capital* (Livro III). São Paulo: Boitempo, 2017.
- MONTESINO, N. História do Serviço Social na Suécia, da perspectiva da migração. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVEIRA, R. M.; PERELLÓ, M. A. O.; CARRARA, V. A. Contribuições críticas aos debates e reflexões sobre a profissão de Serviço Social na Espanha na década de 1970. In: EIRAS, A. A. L. T. S.; MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA*. E-book. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

WEHRLE, T. B. O Serviço Social na Suíça. Um olhar atrás do cartão-postal. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. *et al.* (Orgs.). *Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.

REVISTAS CIENTÍFICAS Y “CUESTIÓN SOCIAL” EN EL TRABAJO SOCIAL DE LA REGIÓN ANDINA LATINOAMERICANA¹

Sergio Quintero Londoño

INTRODUCCIÓN

Partiendo de la idea de que la “cuestión social” es el objeto de estudio e intervención de Trabajo Social, se puede plantear que, entre esta categoría ontológica y la profesión, de manera consciente o no, existe una relación directa, la cual tiene como escenario contradicciones en la sociedad capitalista.

A continuación, no se abordará el contenido ontológico de la “cuestión social”; es decir las relaciones concretas a través de las cuales se enfrentan el capital y el trabajo en la sociedad capitalista, sino la recuperación conceptual que se ha hecho de dicha categoría en el Trabajo Social de América Latina, particularmente en la región andino-amazónica.

1 Este capítulo retoma avances de la investigación en red titulada “O Serviço Social na história: Questão social e movimentos sociais — América Latina e Europa (1960-2020)”, y se incorporan elementos desarrollados en la investigación inscrita en Vicerrectoría de Investigación y Posgrados de la Universidad de Caldas, titulada: “Surgimiento y desarrollo de la FECTS y el ENETS como aportes en la construcción del proyecto ético-político del Trabajo Social en Colombia”.

No se pretende aquí realizar un análisis profundo sobre los fundamentos teórico-metodológicos y políticos de las diversas corrientes de pensamiento que hablan sobre la “cuestión social”; nuestro objetivo es mucho más modesto y se enfoca en llamar la atención sobre el surgimiento de la categoría “cuestión social” en el debate profesional de la región delimitada, para posteriormente esbozar algunas ideas por las que consideramos se hace necesario y pertinente su abordaje en el debate profesional.

Si bien, en el Cono Sur la expresión “cuestión social” ha sido apropiada y legitimada en el debate profesional, no sucede lo mismo en países de la región andina-amazónica como Colombia, Venezuela, Ecuador, Bolivia y Perú.

La incorporación de la expresión “cuestión social” en el debate profesional brasilero se da en el momento en que al interior de la profesión la teoría marxista adquiere madurez intelectual, superando los límites de la Reconceptualización (Quintero, 2018). Esta nueva llave heurística abre camino en la década de 1980, y tiene en Marilda Yamamoto uno de sus principales exponentes (Yamamoto; Carvalho, 1984).

Hace más de 20 años, José Paulo Netto, refiriéndose a la experiencia brasilera, expresaba que “*En la agenda contemporánea del Servicio Social, la “cuestión social” es punto sobresaliente, ineludible y prácticamente consensual*” (Netto, 2003, p. 55). Si bien, el autor llama la atención sobre el hecho relevante de que el contenido semántico de tal categoría no es unívoco, queda claro que en su país ya a inicios del siglo XX, existe una apropiación conceptual por parte del Trabajo Social, que contribuye para la comprensión histórica y contemporánea de la realidad social.

En Argentina el uso de la expresión “cuestión social” para dar cuenta de la realidad contradictoria en la que se desempeña el Trabajo Social también se presenta desde finales de la década de 1990 e inicios de la década del año 2000, alcanzado un significativo grado de legitimidad. En este país, las diferencias semánticas saltan a la vista,

tanto que diversas corrientes de pensamiento han participado del debate conceptual de la “cuestión social”. Basta mencionar algunos ejemplos con audiencia nacional e internacional, como, Margarita Rozas, Alfredo Juan Manuel Carballeda y Manuel Mallardi; quienes desde distintas corrientes de pensamiento intentan contribuir a la apropiación conceptual para el Trabajo Social. En el caso de Rozas, desde finales de la década de 1990, la investigadora habla sobre la “cuestión social”, e Carballeda y Mallardi han hecho contribuciones más recientes, pero que ya se aproximan a los 20 años. (Rozas, 2001; Carballeda, 2010; Mallardi, 2015).

Aunque no en las proporciones de Brasil y Argentina, en países como Uruguay y Chile hace algunos años han venido dando densidad al debate referenciado.

Se debe llamar la atención sobre un punto fundamental, que consiste en el reconocimiento de las características contemporáneas en las que se presenta la “cuestión social”. A pesar de que hay diferencias interpretativas sobre si existe una “nueva cuestión social”, o si es la misma “cuestión social” con nuevas expresiones, es claro que en los debates contemporáneos el análisis de la “cuestión social” incorpora temas de raza, género, clase, y otros, posicionados por los sujetos colectivos; al tiempo que se resaltan las condiciones particulares de un capitalismo periférico en América Latina. (Vea mapa a seguir):

ILUSTRACIÓN 1. Mapa de la Latinoamerica



FUENTE: <https://www.pinterest.de/pin/462393086748843360/>

REVISTAS CIENTÍFICAS Y “CUESTIÓN SOCIAL” EN LA REGIÓN ANDINA LATINOAMERICANA

Cuando se observa el caso de la región andina latinoamericana, saltan a la vista grandes diferencias con respecto al Cono Sur, siendo que en la región andina los desarrollos son escasos sobre el tratamiento conceptual de la “cuestión social”. Para una aproximación con mayores elementos de análisis, se tendrán en cuenta las

revistas científicas de Trabajo Social en Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela.²

Aunque en la actualidad existen múltiples medios a través de los cuales es posible divulgar el conocimiento teórico-metodológico, tales como libros, blogs, páginas web, o multimedia; el presente análisis se desarrolla a partir de las publicaciones en revistas científicas, dado que éstas gozan de legitimidad y se han convertido en un escenario privilegiado para el intercambio de ideas, así como herramienta fundamental para el debate y la formación profesional.

Tanto por iniciativas de instituciones nacionales, como por las orientaciones internacionales de grandes corporaciones, las revistas se han constituido en uno de los principales medios de circulación del conocimiento, siendo casi ineludibles su consulta para una reflexión como la cual se presenta en este artículo.

A continuación, se presenta una tabla en la cual están elegidas las revistas científicas de Trabajo Social identificadas en la Región Andina Latinoamericana, lo que permite hacer un análisis más objetivo sobre los desarrollos teórico-conceptuales.

2 Las revistas que se tienen en cuenta en el presente análisis son las que han estado reconocidas en las instituciones gubernamentales, indexadas en las entidades de fomento a la ciencia y la tecnología, o han logrado impacto y visibilidad nacional en cada uno de los países. En cada país existen otras revistas que, aunque pueden haber contribuido para la cualificación profesional y la difusión del conocimiento, por no cumplir con los criterios aquí establecidos, no fueron tenidas en cuenta.

Para el caso de Colombia se hace necesario aclarar que la revista *Tendencias & Retos* suspendió sus publicaciones en 2015. Por su parte, la revista *Palobra* es una revista interdisciplinaria en la que ha existido participación constante por parte de Trabajo Social. Debido a la legitimidad de estas dos revistas en el debate profesional colombiano fueron incluidas en este análisis.

TABLA 1. Revistas científicas de Trabajo Social (Región Andina Latinoamericana)

PAÍS	NOMBRE DE LA REVISTA	INSTITUCIÓN	AÑOS DE CREACIÓN	NÚMEROS PUBLICADOS	LINK
Colombia	Trabajo Social	Universidad Pontificia Bolivariana	1977	39	https://revistas.upb.edu.co/index.php/trabajosocial/index
	Trabajo Social	Consejo Nacional para la Educación en Trabajo Social	1987	27	https://drive.google.com/drive/folders/1Xc3dhjcVDQb5BvMkGFKGlnEkjpaIwzGk
	Prospectiva	Universidad del Valle	1994	38	https://revistapropectiva.univalle.edu.co/
	Tendencias & Retos	Universidad de la Salle	1996	24	https://lasalle.edu.co/es
	Trabajo Social	Universidad Nacional de Colombia	1998	34	https://revistas.unal.edu.co/index.php/tsocial
	Palabra. Palabra que obra.	Universidad de Cartagena	2000	28	https://revistas.unicartagena.edu.co/index.php/palobra
	Trabajo Social	Universidad de Antioquia	2005	21	https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistraso
	Eleuthera	Universidad de Caldas	2007	29	https://revistasojs.ucaldas.edu.co/index.php/eleuthera

TABLA 1. Revistas científicas de Trabajo Social (Región Andina Latinoamericana)

PAÍS	NOMBRE DE LA REVISTA	INSTITUCIÓN	AÑOS DE CREACIÓN	NÚMEROS PUBLICADOS	LINK
Venezuela	Interacción y Perspectiva, revista de Trabajo Social	Universidad de Zulia	2011	27	https://produccioncientificaluz.org/index.php/interaccion/issue/view/3925
	Pensamiento y Acción Social	Universidad Central de Venezuela	—	—	—
Ecuador	Revista Científica y Arbitrada de Ciencias Sociales y Trabajo Social: Tejedora	Universidad Laica Eloy Alfaro de Manabím	2018	17	https://publicacionescd.uleam.edu.ec/index.php/tejedora/
Perú	Reflexiones en Trabajo Social	Universidad Nacional del Centro del Perú	2021	3	https://revistas.uncp.edu.pe/index.php/reflexiones
Bolivia	Aportes	Universidad Mayor de San Andrés	2018	—	https://investigacionsocial.umsa.bo/revista
	Avances y Perspectivas	Universidad Mayor de San Simón	2023	1	https://trabajosocial.hum.umss.edu.bo/revista/avances-y-perspectivas/

Teniendo en cuenta que el objetivo de este texto es indagar sobre la producción académica registrada en las revistas científicas sobre la “cuestión social”, se hace necesario verificar el tratamiento dado a esta categoría en las revistas identificadas.

Una búsqueda superficial en las revistas de Colombia muestra que la producción que intenta conceptualizar sobre la “cuestión social” es minoritaria. Durante el siglo XX tal producción es inexistente, y aunque se alcanzan a registrar algunos textos a partir de 2001, no logran generar un impacto nacional. Llama la atención que en un periodo que supera los 20 años, tan sólo se registran 10 artículos. El panorama se torna más preocupante cuando se percibe que 8 artículos son escritos por autoras/es extranjeras/os, con destaque para investigadoras/es de Brasil y Argentina. Tan solo 2 autoras/es son de Colombia, conforme se puede examinar por el tabla 2:

TABLA 2. Temas relacionados a la “Cuestión social” en países de latinoamerica

REVISTA/ INSTITUCIÓN	TÍTULO DE ARTÍCULO	AUTOR/A	NACIONALIDAD	AÑO
Prospectiva / Universidad del Valle	Ensayo sobre la cuestión social (editorial de revista)	Alfredo J. M. Carballeda	Argentina	2019
Trabajo Social / Universidad Pontificia Bolivariana	El debate contemporáneo sobre cuestión social y trabajos	Ana Elizabete Simoes da Mota	Brasil	2009
Trabajo Social / Universidad de Antioquia	Gerencia Social: Herramientas para administrar mejor la cuestión social	Carlos Mario Ramírez Rave	Colombia	2010
Tendencias & Retos / Universidad de La Salle	Reinscribir la relación de la intervención profesional en trabajo social, la cuestión social y las políticas sociales	Margarita Rozas Pagaza	Argentina	2015

TABLA 2. Temas relacionados a la “Cuestión social” en países de latinoamerica

REVISTA/ INSTITUCIÓN	TÍTULO DE ARTÍCULO	AUTOR/A	NACIONALIDAD	AÑO
Trabajo Social / CONETS	Políticas sociales estatales y tercer sector: el nuevo trato a la cuestión social en el contexto neoliberal	Carlos Montaña	Brasil-Uruguay	2001
Palobra / Universidad de Cartagena	La cuestión social como cuestión nacional, una mirada genealógica	Alfredo J. M. Carballeda	Argentina	2010
	Cuestión social y relaciones familiares: aproximación a las tendencias en las políticas sociales en América Latina	Manuel W. Mallardi, María Paola Musso, Marian González	Argentina	2014
Eleuthera / Universidad de Caldas	Cuestión social y sociedad civil: aproximación a las tendencias en la producción de servicios sociales	Manuel Waldemar Mallardi Adriana Ross	Argentina	2010
	“Cuestión social”, intervención profesional y proyecto ético-político. triada para pensar las formas de consolidación de una teoría y práctica crítica para el trabajo social colombiano	Marisol Valencia Orrego	Colombia-Brasil	2014

TABLA 2. Temas relacionados a la “Cuestión social” en países de latinoamerica

REVISTA/ INSTITUCIÓN	TÍTULO DE ARTÍCULO	AUTOR/A	NACIONALIDAD	AÑO
Eleuthera / Universidad de Caldas	La “cuestión social” en debate: aproximación a sus diferentes concepciones y su relación con el trabajo social	Manuel Mallardi Marcela Moledda	Argentina	2021

En Venezuela se logran identificar dos revistas, una denominada “*Interacción y Perspectiva, revista de Trabajo Social*”, perteneciente a la Universidad de Zulia, con publicaciones anuales en 2011 y 2012, y a partir de entonces, con publicaciones semestrales hasta 2023; para el año 2024, hasta el mes de agosto ha publicado tres números. En esta revista sólo se encuentra un artículo que hace referencia directa a la categoría “cuestión social”, siendo de autoría de un investigador chileno, con formación doctoral en Argentina. El artículo en mención se titula: “*La exclusión social como concepto acrítico en la discusión de la cuestión social latinoamericana*” y es escrito por Francisco Iván Sotomayor López.

La otra revista de Venezuela es “*Pensamiento y Acción Social*” editada por la Universidad Central de Venezuela³.

En el caso de Ecuador sólo hay una revista indexada llamada “*Revista Científica y Arbitrada de Ciencias Sociales y Trabajo Social: Tejedora*”, con publicaciones semestrales desde el año 2018. La Revista pertenece a la Universidad Laica Eloy Alfaro de Manabím, ubicada en Manta. En los 14 números que ha publicado desde 2018

3 Pese a que de manera informal fue posible confirmar la existencia actual de la revista, desde Colombia no fue posible acceder al contenido de la misma a través de medios digitales.

hasta agosto de 2024 no se encuentran artículos que tengan como análisis la categoría “cuestión social”.

En Perú actualmente sólo hay una revista editada desde Trabajo Social, en tanto que las otras revistas profesionales dejaron de ser publicadas en los últimos años. Las revistas descontinuadas son: la revista *Trabajo Social* de la Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, y la revista *Praxis Social* de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. La revista que se encuentra activa es: *Reflexiones en Trabajo Social*, de la Universidad Nacional del Centro del Perú, que inicia su circulación en 2021 publicando 3 números hasta agosto de 2024. En la revista que está activa no se encuentran referencias explícitas a la “cuestión social”.

En Bolivia se lograron identificar 2 revistas. *Aportes*, revista de la Carrera de Trabajo Social de la Universidad Mayor de San Andrés, creada en 2018, y *Avances y Perspectivas*, de la Universidad Mayor de San Simón, publicando su primer número en abril de 2023. En ninguna de las revistas de Bolivia se encuentran artículos referidos a la “cuestión social”.

Queda claro que en la región andina latinoamericana aún es incipiente el debate conceptual sobre la “cuestión social”, no obstante, es necesario destacar que sí existe en las revistas de Trabajo Social una producción significativa (tanto de nacionales como de extranjeros) que da cuenta de las contradicciones fundamentales de la sociedad capitalista (capital-trabajo), las luchas sociales y políticas de los sectores considerados menos importantes y las peleas de resistencia en la vida cotidiana, protagonizadas por sujetos individuales y agrupamiento de personas. Es decir que aún que la expresión “cuestión social” es poco utilizada, cada vez se nota un mayor interés por la reflexión acerca de las relaciones políticas que en el debate profesional del Cono Sur identificadas como “cuestión social”.

Frente a esta situación, valdría la pena preguntarse acerca de la relación que existe entre los estudios de las expresiones más concretas de la realidad sociohistórica y su conceptualización teórica

más abstracta, con el fin de superar análisis meramente descriptivos de lo cotidiano, y aquellos abstraídos de las condiciones concretas de la historia. En esta labor, la reflexión sobre la “cuestión social” puede brindar contribuciones significativas tanto en el análisis de la realidad concreta, como en la cualificación teórico-metodológica del Trabajo Social.

¿POR QUÉ ABORDAR LA “CUESTIÓN SOCIAL” EN EL DEBATE PROFESIONAL?

La pertinencia del abordaje de la “cuestión social” en el debate profesional se encuentran en su contenido epistemológico y ontológico.

En cuanto a las contribuciones epistemológicas, hablar de “cuestión social” permite una conceptualización rigurosa y precisa que fortalece el acervo conceptual del Trabajo Social, y en general de las ciencias sociales.

Para la tradición marxista es claro que *la teoría es un reflejo de la realidad en la mente de los/as investigadores/as*, por lo tanto, es una abstracción; sin embargo, es una abstracción objetiva que da cuenta de relaciones realmente existentes. La teoría permite identificar las leyes tendenciales y las formas de ser de lo concreto, por lo tanto, son uno de los caminos más confiables para el reconocimiento de la realidad.

Si bien toda teoría responde a un contexto temporal y espacial, la teoría social crítica pretende superar la descripción casuística y superficial de los acontecimientos cotidianos, para llegar a descifrar el devenir, la procesualidad contradictoria de ser social, las particularidades de los modos de producción y de las formaciones socio-económicas.

Esta reflexión es de gran valor para el Trabajo Social en la región andina latinoamericana en tanto que, históricamente, aquí ha estado sustentada hegemónicamente por fundamentos pragmáticos y

funcionalistas. Así entonces, el abordaje conceptual de la “cuestión social” brinda herramientas analíticas que le permiten a la profesión una mejor comprensión de la realidad, y por tanto una intervención pertinente y acorde a los intereses que pretende responder.

El fortalecimiento teórico de una profesión no debe responder al pretendido estatus científico que le abra lugar en las abstracciones epistemologistas, sino que debe ser un elemento constitutivo que posibilite una acción social competente y consciente de la función social que cumple en la sociedad capitalista. Así entonces, el desarrollo conceptual de la “cuestión social” no sólo se hace pertinente, sino necesario.

Por su parte, la “cuestión social” entendida como una categoría ontológica que da cuenta de las contradicciones de la sociedad capitalista, permite identificar de manera objetiva los límites y las posibilidades del Trabajo Social, como una profesión inscrita en la división socio-técnica del trabajo (Iamamoto y Carvalho, 1984).

El análisis de la “cuestión social” y el abordaje que el Trabajo Social hace de ésta, parten del reconocimiento de la procesualidad histórica, entendiendo que las contradicciones se presentan tanto en la vida cotidiana, como en las relaciones históricas y las estructuras institucionales.

Hablar de “cuestión social” en la contemporaneidad exige el reconocimiento del pasado como el fundamento del presente; es decir, que no se puede pensar el presente, sin descifrar las formas pretéritas que constituyeron la realidad contemporánea. Así entonces, uno de los mayores desafíos del Trabajo Social para abordar y dar un tratamiento a la “cuestión social” consiste en la superación de las interpretaciones superficiales e inmediatistas.

Entendiendo los límites de este texto, nos interesa llamar la atención sobre un punto a lo que, a nuestro entender, se convierte en piedra angular de la reflexión, y sobre el cual, por lo menos en el campo del Trabajo Social en la región andina latinoamericana, ha sido poco explorado; nos referimos a los límites de la inmediatez,

que ha capturado a la sociedad contemporánea: tanto instituciones como sujetos individuales y colectivos encuentran obstáculos difíciles de superar en este sentido.

Dos características pueden ser analizadas para comprender mejor lo explicado: 1) la aceleración tanto de los procesos productivos y de las relaciones socio-políticas, como: 2) la precarización de la vida cotidiana bajo el régimen del capital.

En cuanto a lo primero, es perceptible que la lógica del capital, cada vez acelera más el ritmo de vida, y ha concentrado el interés en un presente permanente, a tal punto que se pierde la noción del carácter histórico de la vida humana. Tanto en el campo como en la ciudad se ha impuesto la dictadura del tiempo que avanza de manera acelerada y absorbe o neutraliza la capacidad reflexiva y creativa de los sujetos individuales y colectivos⁴. Es normal encontrar, por ejemplo, que la producción de algunos alimentos, que antes requería tiempos prolongados a meses o inclusive a años, hoy en día sea generada en cuestión de semanas. También es conocido que, gracias a los avances de la tecnología, complejos procesos de ensamblaje se pueden llevar a cabo en pocos minutos. Pareciera superfluo mencionar lo acelerado y efímero de las relaciones sociales mediadas por el internet y las redes sociales.

Por su parte, en lo referente a las condiciones de vida (material y subjetiva), basado en la ley general del capital, el mundo contemporáneo ha llevado a una precarización extrema que pauperiza a gran parte de la población mundial, ya no sólo en términos relativos, sino también absolutos. En los años reciente, la pandemia del Covid-19, no solo visibilizó, sino que profundizó tal situación, encen

4 Al decir de Karel Kosik (1983), el cotidiano en la sociedad capitalista está atrapado en el mundo de la pseudo concreción. En una línea argumentativa próxima a la de Kosik, se expresa Sánchez Vázquez 1967.

diendo las alarmas y despertando sinceros y falaces sentimientos de solidaridad en diversos segmentos de la sociedad.⁵

Ambas características (la aceleración y precarización de la vida) llevadas al plano de la “cuestión social”, presentan grandes dificultades para la realización de una práctica profesional crítica, y mucho más para una praxis emancipatoria.

A pesar de que el avance del neoconservadurismo ha logrado diezmar luchas sociales que en décadas anteriores lideraron la clase trabajadora y sectores poco reconocidos; las peleas contrahegemónicas no ha desaparecido, y aunque minoritarias, siempre se expresan voces que sugieren formas de sociabilidad diferentes o contrarias a la lógica del capital; en gran proporción, estas voces han sido elevadas por parte de los diversos sectores de la clase trabajadora, sean los más clásicos, o sus expresiones contemporáneas.

Ahora bien, si por un lado se debe resaltar la persistencia de las voces anticapitalistas de la clase trabajadora y sectores subalternizados reconocidos, no se puede pasar por alto el hecho de que la precarización de la vida generada por el capital en su fase contemporánea, ha ocasionado que el horizonte de muchas luchas se ocupe de la satisfacción de las necesidades más inmediatas, pues son estas las que garantizan la reproducción de la existencia, ubicando como metas lejanas o hasta utópicas aquellas que ponen en cuestión el orden social controlado por la valorización del capital. Dicho de manera clara y directa, la precarización de la vida cotidiana atrapa la preocupación de los sujetos individuales y colectivos en la resolución de asuntos del día a día, perdiendo de vista luchas y estrategias con horizontes emancipatorios.

No se trata de minimizar ninguna de las luchas que abogan por mejorar las condiciones de vida de la población que padece

5 Para una introducción crítica sobre las contradicciones del capital profundizadas por la pandemia del Covid 19, ver Quintero, 2021.

dominación, explotación y diversas formas de injusticia, sino de llamar la atención sobre su necesaria articulación con proyectos emancipatorios que contemplen/enfrenten la estructura fundamental del capital.

De esta manera, tanto en su contenido epistemológico como ontológico, la categoría “cuestión social” permite descifrar la historicidad y totalidad de las relaciones sociales en las que se inscribe el Trabajo Social, al tiempo que posibilita el reconocimiento de los intereses de clase presentes en las relaciones socio-institucionales. La apropiación conceptual de la “cuestión social” puede fortalecer el acervo heurístico y la construcción de un proyecto profesional crítico que tensione la lógica del capital y amplíe las alternativas que abogan por una nueva sociabilidad.

Superando cualquier expresión mesiánica o fatalista (Iamamoto, 2003), el Trabajo Social de la región andina latinoamericana se enfrenta al desafío de construir un proyecto profesional cualificado y competente, que identifique y logre adherirse a los proyectos societarios de la clase trabajadora.

Justamente por ello adquiere gran relevancia la articulación internacional generada por la investigación en red titulada “El Trabajo Social en la historia: Cuestión social y movimientos sociales — América Latina y Europa (1960-2020)”. Este trabajo colectivo goza de diversas cualidades que contribuyen para la cualificación y el trabajo profesional.

Siendo una red internacional, el proyecto de investigación cuenta con la participación de 9 países, siendo 5 de América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay), 3 de Europa (España, Portugal y Reino Unido) y Angola, de África. Los grupos están conformados por investigadoras/es con diversas trayectorias, encontrando personas con elevados niveles de formación posgradual, sujetos que han vivenciado y protagonizados la historia profesional desde hace más de 50 años, así como nuevas generaciones de jóvenes investigadoras/es que retoman el legado crítico de la profesión para la

defensa o construcción de un proyecto colectivo comprometido con valores emancipatorios.

Uno de los límites de la investigación en red puede ser convertido en una potencialidad a corto y mediano plazo, la cual consiste en la articulación con investigadoras/es y redes de investigación en los países de la región andina latinoamericana que concuerden con los fundamentos teóricos y políticos que desde 2016 hasta el tiempo presente orienta dicha red.

Es la historia el principal fundamento de la investigación en red, reconociendo las contradicciones de clase, raza y género que vienen del pasado y se expresan con formas renovadas en la contemporaneidad. De esta manera, adquiere centralidad la “cuestión social” toda vez que es el escenario concreto en el que se ha desempeñado y se desempeña el Trabajo Social.

Encontramos entonces que el vacío identificado con el análisis de las revistas de Trabajo Social en la región andina latinoamericana, donde se demuestra la insipiente del debate conceptual de la “cuestión social”, puede ser enfrentado con el rigor y la profundidad de la red de investigación que es presentada en este libro. El trabajo articulado, riguroso y competente, que tenga como fundamento básico la comprensión de la “cuestión social” y la articulación profesional con las luchas sociales anticapitalista, puede contribuir para la renovación crítica del trabajo social en la región, en tiempos en los que la superficialidad y la inmediatez se apoderan de la vida cotidiana y de la teoría social.

REFERENCIAS

- CARBALLEDA, A. *La cuestión social como cuestión nacional, una mirada genealógica*. En Revista Palobra. n° 11. 2010, p. 12-23. Disponible en: <https://revistas.unicartagena.edu.co/index.php/palobra/article/view/112/96>.
- IAMAMOTO, M. *El servicio social en la contemporaneidad*. Trabajo y formación profesional. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relaciones sociales y Trabajo Social*. 3 ed. CELATS/. Lima, Perú: Editorial Alfa S.A, 1984.
- MALLARDI, M. *Cuestión social y cotidiano. Implicancias objetivas y subjetivas de la sociabilidad capitalista*. Editorial Dynamis. 2015. Disponible em: <https://catedralibrets.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/04/mallardi.pdf>.
- KOSIK, K. *Dialéctica de lo concreto*. México D.F.: Grijalbo, 1983.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito de la “cuestión social”. En: BORGIANI, E.; GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. (Orgs.). *Servicio Social Crítico*. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional. Sao Paulo: Cortez Editora, 2003.
- QUINTERO, S. El marxismo en la reconceptualización: ¿De qué marxismo se trata? En *Servicio Social & Sociedade*. n° 133. Sao Paulo. Sep/Dec. 2018. Disponible en: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300566.
- QUINTERO, S. Capitalismo y pandemia. Reflexiones marxistas. En: *Revista Em Pauta*, n. 48, v. 19, p 26-47, 2021. Disponible em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/60284/38403>.

ROZAS PAZAGA, M. *La intervención profesional en relación con la cuestión social*. El caso del Trabajo Social. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2001.

SANCHEZ, A. *Filosofía de la Praxis*. Mexico, Grijalbo, 1967.

PARTE II

LUTAS SOCIAIS E EXPRESSÕES NO SERVIÇO SOCIAL

ANTICAPITALISMO E SERVIÇO SOCIAL

UNIDADE, DIVERSIDADE E TENDÊNCIAS NO BRASIL E ANGOLA

Raquel Raichelis

Kelly Rodrigues Melatti

Terezinha de Fátima Rodrigues

Amor Antônio Monteiro

José Fernando Siqueira da Silva

Tania Maria Ramos de Godoi Diniz

INTRODUÇÃO

O subprojeto¹ intitulado “Anticapitalismo e Serviço Social: unidade, diversidade e tendências no Brasil e Angola”, desenvolvido pelo grupo de pesquisa composto pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/*Campus* Baixada Santista/SP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Católica de Angola (UCAN), integra a pesquisa internacional e interinstitucional denominada “O Serviço Social na história: questão social, movimentos sociais e lutas sociais na América Latina e Europa (1960-2020)”. Durante o VI Simpósio Internacional de Pesquisadores(as), realizado em 26 e 27 de abril de

1 Integram o referido subprojeto de pesquisa a professora coordenadora: Raquel Raichelis (PUC/SP) e os(as) pesquisadores(as): Maria Carmelita Yazbek (PUC/SP); Kelly Rodrigues Melatti (PUC-SP); Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (UNIFESP-BS); Terezinha de Fátima Rodrigues (UNIFESP-BS); José Fernando Siqueira da Silva (UNESP) e Amor Monteiro (UCAN).

2023, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apresentamos algumas reflexões acumuladas no processo investigativo, com ênfase nos estudos teóricos para a fundamentação das argumentações pertinentes ao tema.

Por ocasião do VI Simpósio, o subprojeto encontrava-se em fase de elaboração, com a definição das bases teóricas para o desenvolvimento da pesquisa. O objeto central da pesquisa volta-se ao anticapitalismo na sua relação com o Serviço Social, sobretudo no contexto brasileiro e angolano. Para início dos estudos de fundamentação do objeto, identificou-se como tarefa central, o aprofundamento das reflexões sobre o anticapitalismo, com ênfase nas referências teóricas no campo marxista, para elucidar o entendimento acerca dessa categoria central para a continuidade dos trabalhos.

Considerando o contexto de aprofundamento de mais uma crise do capital, dessa vez, sistêmica e estrutural (Mészáros, 2011), e do agravamento sem precedentes da questão social, cujas graves manifestações incidem nas condições de trabalho e de reprodução da vida da classe trabalhadora, com maior intensidade entre mulheres e negras, interessa-nos problematizar as dificuldades atuais de articulação e fortalecimento de perspectivas emancipatórias e de resistência no interior da categoria profissional de assistentes sociais, no Brasil e Angola, considerando a presença insidiosa do pensamento (neo)conservador e pós-moderno nessas sociedades e também no Serviço Social.

Para o desvendamento teórico e político desse processo investigativo, o caminho escolhido foi o de buscar explicitar as tendências anticapitalistas presentes no Serviço Social, em distintas conjunturas que, em nosso entendimento, forjaram as bases teórico-metodológicas e ideopolíticas que sustentaram perspectivas de ruptura com o conservadorismo profissional.

Nessa direção, localizamos nas tendências anticapitalistas, em toda a sua diversidade e heterogeneidade, a expressão de uma possível unidade que animou e alimentou o projeto ético-político

profissional, no campo da pluralidade marxista, levando a aproximação do Serviço Social e da categoria profissional às lutas sociais das classes subalternizadas, em diferentes conjunturas sociopolíticas e distintos contextos históricos.

No caso de Angola, cuja institucionalização da profissão só veio a acontecer no início da década de 1960, o Serviço Social que se cria neste país incorporou elementos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, sob a denominação de Serviço Social Crítico. É necessário, portanto, compreender as particularidades desse movimento naquele país. Que significados estão envolvidos no que se designou chamar de Serviço Social Crítico em um contexto em que a institucionalização da profissão, não por acaso, se deu na fase de intensificação das lutas de libertação nacional, que também assumiram um caráter anti-imperialista.

No caso do Brasil, o desafio é reafirmar as raízes históricas, teóricas e políticas do que ficou conhecido como renovação crítica do Serviço Social, em seu movimento de ruptura com o conservadorismo profissional, partindo-se do suposto de que o projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro traz a marca do anticapitalismo. E buscar, portanto, as interfaces entre anticapitalismo e o Serviço Social na divisão social, sexual e étnico-racial do trabalho, com o objetivo de construir e explicitar mediações do trabalho profissional com as lutas anticapitalistas em distintas situações conjunturais e quadros sociopolíticos.

Assim, a pesquisa busca compreender as interlocuções entre anticapitalismo e Serviço Social, a possível direção emancipatória das lutas e movimentos sociais, considerando as particularidades sócio-históricas da formação social das sociedades em que a profissão se insere — no nosso caso, Brasil e Angola.

Como procedimentos metodológicos, o subprojeto prevê pesquisa teórica, documental e de campo, na modalidade de entrevistas com sujeitos significativos do Serviço Social e lideranças de movimentos sociais, feministas negras e indígenas, que expressam nas suas diretrizes

e princípios, a defesa das lutas anticapitalistas, buscando elucidar como se materializam os ideais anticapitalistas no trabalho e nas lutas de resistência, na interface com as lutas mais gerais da sociedade.

Tendo como objeto da pesquisa a análise crítica do anticapitalismo em suas diferentes matrizes teóricas, para explicar suas múltiplas formas de expressão, seus diferentes traços empíricos, seus significados ideopolíticos acoplados a distintas, e por vezes antagônicas, visões sociais de mundo, temos como objetivo: mapear e analisar as concepções e práticas anticapitalistas presentes no Serviço Social brasileiro e angolano, preferencialmente no campo da pluralidade marxista, buscando identificar elementos que expressem unidade teórica e ideopolítica e, assim, possam contribuir para fortalecer um projeto radicalmente crítico, democrático e emancipatório no Serviço Social.

Na atual etapa de ampliação da pesquisa bibliográfica, estamos desenvolvendo um programa de estudos voltado aos conteúdos que associam a leitura da questão social brasileira e angolana às lutas anticapitalistas em face de suas refrações, com o objetivo de elaborar um quadro conceitual de referências a ser alimentado no processo de pesquisa. Em seguida, procederemos ao aprofundamento teórico das concepções sobre o anticapitalismo e análise de eixos temáticos transversais à pesquisa, como o Estado ultra neoliberal e as incidências nas políticas sociais, a nova morfologia do trabalho no “metabolismo antissocial do capital” e inflexões nas relações e condições de trabalho, bem como a problematização dos significados de democracia na ordem burguesa, limites e possibilidades das lutas democráticas.

APORTES TEÓRICOS NA APROXIMAÇÃO AO OBJETO DE ESTUDO

Conforme Mellati (2022), o termo anticapitalismo se apresenta em confronto ao modo de produção capitalista no sentido de nomear ações políticas que se contrapõem aos valores e ideais burgueses. Os registros e estudos revelam e sustentam a afirmativa de que falar de anticapitalismo é referir-se à ruptura da ordem capitalista e à construção de outra sociabilidade, é dar visibilidade ao significado das estratégias das lutas de resistências diante de processos de exploração e expropriação da classe trabalhadora, das injustiças e desigualdades.

No entanto, essas mesmas afirmações carregam inúmeras polêmicas, em face do contexto teórico-político que envolve o tema. São múltiplas abordagens, mas igualmente instigantes e enriquecedoras as contribuições dos(as) diferentes autores(as). As polêmicas demonstram tratar-se de tema em voga na realidade social, pela presença das lutas anticapitalistas que contribuem para o acirramento das contradições intrínsecas à ordem do capital e, portanto, para o desvelamento das desigualdades que fundam a sociedade burguesa.

A pesquisa de Melatti (2022), a indicação das obras utilizadas em seus estudos no doutorado e levantamentos efetuados pelo grupo de pesquisa têm possibilitado aprofundar algumas das concepções teóricas que sustentam nossas análises e que se encontram no campo das polêmicas que envolvem o tema. Dentre alguns autores estão Löwy e Sayre (1985); Löwy (2000), Wood (2003; 2011), Harvey (2016); Wright (2019).

Até o momento, os registros e estudos revelam e sustentam que a perspectiva anticapitalista aponta para a superação da ordem do capital em direção à construção de uma sociabilidade assentada em valores igualitários, conferindo visibilidade ao significado das estratégias das lutas de resistências diante de processos de exploração e expropriação da classe trabalhadora, das injustiças e desigualdades. Traz como núcleo comum a luta por uma sociabilidade

emancipada, introduzindo a perspectiva do socialismo democrático na contemporaneidade. Concordamos com Modonesi (2018) de que as lutas anticapitalistas:

[...] mantém viva a chama da possibilidade de mudar o mundo — chama utópica e fogo real que já está operando a mudança em pequena escala. Enquanto se acumulam forças, se constroem contrapoderes e práticas de autodeterminação, se modifica a correlação de forças e, real e hipoteticamente, se abre o horizonte do possível sendo que, ainda que em condições determinadas, são os homens e as mulheres que fazem a história e, frente à barbárie, podem defender a bandeira de uma alternativa emancipatória, seguindo sendo chamada de socialismo ou não (Modonesi, 2018, p. 1).

Nessa direção, problematizar as expressões do anticapitalismo nas realidades brasileira e angolana exige alcançar sua concretude no solo histórico em que as relações entre as classes se consolidaram e as lutas sociais se materializam.

Na particularidade brasileira, tal qual para as economias latino-americanas, e guardadas as especificidades da sociedade angolana em suas lutas pela independência, estão presentes e reatualizadas as marcas de um capitalismo tardio, dependente e subordinado, um passado/presente marcado pela superexploração da força de trabalho, nos termos de Marini (2000) e do escravismo colonial que se reconfigura em práticas racistas, homofóbicas e sexistas, campo fértil para as lutas anticapitalistas que se colocam contra todas as formas de opressão e violências inerentes à acumulação capitalista.

A contemporaneidade tem complexificado as demandas que chegam à profissão e que, portanto, são matérias do Serviço Social. A agudização da pobreza, as precarizações nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, a regressão de direitos, o endividamento popular, as violências de toda ordem marcam as primeiras décadas do século XXI.

Manter e aprofundar análises críticas, a partir do legado da Renovação do Serviço Social brasileiro e do Serviço Social Crítico angolano, se apresentam como um grande desafio, dadas as novas contradições criadas pela atual quadra do capitalismo mundializado e financeirizado.

DESAFIOS NO PERCURSO DA PESQUISA

A pesquisa tem encontrado alguns desafios importantes. Um deles se expressa na existência e identificação de “conceitos minados” nas leituras marxistas sobre o tema do anticapitalismo — categoria que pode abranger um campo alargado de conceitos, mas que, ao final, não direciona as lutas e a análise crítica para a busca de superação da ordem capitalista.

Outro desafio relaciona-se com a abrangência da pesquisa, envolvendo dois países de distintos continentes — Brasil e Angola — cujos pontos de confluência e, ao mesmo tempo, de distanciamento entre as duas realidades, impõem inflexões específicas ao processo investigativo que exigem tanto a busca por traduzir as particularidades, quanto a de trazer ao debate a dimensão internacionalista da luta anticapitalista e antiimperialista, identificando a ordem do capital no contexto geopolítico mundial.

A partir dessas reflexões, confrontamo-nos com algumas indagações: Como lidar com a pluralidade de significados, conceituações e visões sociais de mundo anticapitalistas, remetidas a distintas e, por vezes, excludentes matrizes teórico-metodológicas e ideopolíticas, nem sempre explicitadas pelos sujeitos e coletivos que as adotam? O que é ser anticapitalista no capitalismo do século XXI, considerando que as lutas anticapitalistas são aquelas que confrontam a ordem do capital na perspectiva de sua superação? Se o anticapitalismo foi o eixo impulsionador da crítica ao conservadorismo profissional, como restringir essa discussão à hegemonia do campo marxista,

o que aconteceu no Brasil, mas certamente não em Angola e em outros países e continentes? Quais são os desafios que envolvem a busca de unidade teórica e política no campo plural das propostas e lutas anticapitalistas?

Impulsionados(as) por essas questões, na busca de enfrentar as polêmicas teóricas anunciadas, definimos os seguintes eixos temáticos para o avanço da pesquisa:

- a. Anticapitalismo como Visão Social de Mundo;
- b. Anticapitalismo e suas polêmicas remetidas ao campo da reforma e/ou da revolução como superação do capitalismo;
- c. (Re)Leituras críticas do capitalismo na perspectiva de articulação entre classe/gênero/raça-etnia;
- d. O lugar do socialismo na luta anticapitalista;
- e. Limites e possibilidades das lutas anticapitalistas em face do reacionarismo e ascensão da extrema direita, com diferentes expressões, no contexto brasileiro, angolano e mundial.

Na articulação desses desafios, situar o Serviço Social nas lutas anticapitalistas em sua processualidade histórica supõe considerar a diversidade que as constituem, assim como os determinantes sociotécnicos que inscrevem a profissão na divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho na sociedade contemporânea.

A concepção de profissão que orienta essas reflexões assenta-se em Yamamoto (1982), com sua análise inaugural sobre o caráter histórico e contraditório do trabalho profissional no processo de reprodução das relações sociais. Nessa direção, sempre reafirmada, a profissão só pode ser desvendada em sua inserção social, ou seja, a análise da profissão, de sua trajetória histórica, suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permite desvendar a lógica no interior da qual esses elementos ganham sentido.

Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise endógena do Serviço Social para situá-lo no contexto de relações histórico-estruturais que

constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. “Situat o Serviço Social na história supõe impregnar de história o Serviço Social na sociedade contemporânea. O pressuposto é que a história na sua processualidade — no seu vir a ser — é o ‘terreno’ da análise do Serviço Social, o que conclama uma perspectiva de totalidade na leitura dos processos histórico-sociais.” (Yazbek; Yamamoto, 2019, p. 14). No caso da presente pesquisa supõe historicizar a análise do Serviço Social no solo histórico das sociedades periféricas dependentes, de base colonial e escravocrata, como a brasileira e a angolana, bem como as configurações particulares assumidas pela questão social em cada um desses contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a concepção do Serviço Social na História, compreender o seu legado é de fundamental importância para a apreensão do processo de inserção do Serviço Social nas lutas anticapitalistas.

As demandas que se apresentam à profissão são advindas, em última instância, dos limites da forma social de organização capitalista para responder às necessidades humanas. Produzir conhecimento, realizar denúncias e conferir visibilidade a essas contradições são estratégias privilegiadas que devem inspirar a organização política da categoria profissional e suas entidades na direção das lutas anticapitalistas.

Como parte desse processo, contribuir para desvelar o cotidiano vivenciado pela classe trabalhadora — diversa e heterogênea, terá maior potência se a profissão fortalecer o seu legado de conexão com os movimentos sociais, com as lutas organizadas da classe trabalhadora e com as pautas mais gerais da sociedade. É a partir dessa lógica que o anticapitalismo incide no Serviço Social e poderá fortalecer seu legado de lutas, conectadas às exigências do tempo presente.

REFERÊNCIAS

- ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo, Boitempo, 2019.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.
- HARVEY, David. *17 Contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. (Orgs.). *A História pelo avesso — a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche — capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais de Serviço Social no Brasil — Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1982.
- LÖWY, M.; SAYRE, R. *Revolta e Melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARX, Karl. *A lei geral da acumulação capitalista*. O Capital — Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELATTI, Kelly R. *Anticapitalismo e Serviço Social*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MODONESI, Massimo. Capitalismo e Anticapitalismo: a luta segue. *Revista Movimento*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/03/capitalismo-e-anticapitalismo-a-luta-segue/>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- MOGILKA, Maurício. Governos progressistas na América Latina e seus impasses em contexto neoliberal. *Revista Eletrônica de Humanidades*, Curso Ciências Sociais. Macapá: Universidade Federal do Amapá, v. 12, n. 2, 2019.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo, Ed. Cortez, 1991.
- RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais à luz da “nova” morfologia do trabalho. In: *CFESS: Atribuições Privativas do/a assistente social em questão*. Brasília, DF: CFESS, 2020.
- SILVA, José Fernando Siqueira da. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013.
- WOOD, E. M. O que é (anti)capitalismo? *Revista Crítica Marxista*. Campinas, n. 17, 2003.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- WRIGHT, E. O. *Como ser anticapitalista no século XXI?* São Paulo: Boitempo, 2019.
- YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. (Orgs.). *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.

SERVIÇO SOCIAL, LUTAS SOCIAIS E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

PROPOSTAS DE ANÁLISE DA EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PROFISSIONAL NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1970 A 1990

Maria Lucia Duriguetto
Maria Beatriz Costa Abramides
Maria Rosângela Batistoni
Susana Maria Maia
Graziela Scheffer
Ana Livia Adriano
Amanda Guazzelli

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, propomos analisar as bases sociopolíticas da construção do projeto ético-político profissional. São demarcadas questões sobre a natureza da dimensão ideopolítica, abordada na relação entre luta de classe/projetos societários e projetos profissionais, no contexto da direção teórica, política e ética elaborada pela profissão em sintonia com as lutas sociais e com a questão da democracia.

A relação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas, ganha contornos significativos a partir dos anos finais da década de 1960 com o chamado Movimento de Reconceituação latino-americano. Na busca de apreensão dessa relação,

foi realizada uma investigação sobre a relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais na Argentina e no Chile no período de 1960-1980 no âmbito do projeto coletivo de pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”¹.

A pesquisa elaborou análises que objetivaram reconstruir o vínculo político e profissional entre segmentos profissionais do Serviço Social e as lutas sociais no âmbito da formação e do exercício profissional, tendo como premissa que uma condição central para esta relação foi o desenvolvimento de conflitos de classes que seguiram as tendências anticapitalistas desenvolvidas em outras partes do mundo, como os movimentos de libertação nacional e descolonização na África e, na América Latina, a revolução cubana (Lowy, 2006). É nessa conjuntura de efervescência social, que segmentos de vanguarda da categoria passam a repensar a função da profissão em face das contradições sociais e se sintonizam com o universo das lutas e das demandas dos trabalhadores, atuando na direção de minar as bases tradicionais da profissão na sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e interventiva. Se destaca o investimento na dimensão ideopolítica da profissão, por meio da atuação em processos de formação de consciência e de pertencimento de classe; e a busca por uma maior qualificação e uma formação profissional mais rigorosa e atenta às realidades nacionais e da necessidade de pensar as particularidades latino-americanas nos marcos da dominação imperialista.

Em uma nova etapa desse projeto em rede, a pesquisa se desdobra em um novo projeto intitulado: “O Serviço Social na História: questão social e movimentos sociais — América Latina e Europa (1960-2020)”

1 Pesquisa que envolveu uma ampla rede de pesquisadores de universidades brasileiras, latino-americanas e europeias, coordenada pelas professoras Marilda V. Yamamoto e Cláudia M. dos Santos, concluída em 2020 (2021). O desenvolvimento das reflexões da relação do Serviço Social com as lutas sociais na realidade chilena e argentina podem ser consultados em Panez, Marro e Duriguetto et al. (2017); e Panez, Moljo e Silva et al. (2023).

alinhando-se ao eixo temático “Aproximações da profissão com as lutas sociais na organização das classes trabalhadoras e suas expressões nos Fundamentos do Serviço Social”, buscando evidenciar os traços das rupturas, questionamentos e movimentos contra-hegemônicos que permitiram a aproximação do Serviço Social com os interesses dos trabalhadores, com os movimentos e as lutas sociais circunscritas ao âmbito das desigualdades e resistências sociais de classe, etnia, gênero, geração, território e sexualidade, incidindo no trabalho, formação, organização da categoria e produção do conhecimento na profissão (vide Sumário Executivo do Projeto de Pesquisa, julho de 2022).

Na particularidade da formação econômico-social brasileira, os processos de rupturas com os marcos do tradicionalismo na profissão se plasmam entre os anos de 1970-1973 por meio da proposta da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte da então Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), conhecida como “Método BH” e na original reestruturação curricular da formação — expressões abrangente, alternativa e global de um projeto acadêmico e profissional (Batistoni, 2019; 2021), estabelecendo vínculos com as forças sociais em lutas de resistências à ditadura e as aproximações à tradição marxista. O Serviço Social brasileiro só pode defrontar-se com o legado da proposta da reconceituada da Escola de BH no final da década de 1970, na crise da ditadura, em meio à reinserção do movimento aberto das classes trabalhadoras na cena histórica e às lutas pela democratização da sociedade e do Estado.

A partir da segunda metade dos anos de 1970 e no decorrer da década de 1980, a relação de segmentos profissionais com as organizações, movimentos e projetos societários dos trabalhadores se substantiva de forma mais orgânica, possibilitada por determinações sócio conjunturais e teórico-políticas, das quais destacam-se: reinserção da classe operária no cenário político nacional e o desenvolvimento de variados processos de mobilização e organização popular. A segunda metade dos anos 1970 expressa a emergência do chamado “novo sindicalismo” e sua culminância na formação da Central Única

dos Trabalhadores (CUT), em 1983, além da criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980. Destaca-se, aqui, a centralidade do movimento operário e sindical na reposição da dinâmica política da luta de classes a partir do universo fabril e outros locais de trabalho, catalisando as demandas econômico-sociais dos movimentos sociais emergentes nesse período nos processos de alavancagem da derruição do regime autocrático burguês (Netto, 2009, p. 25).

Nesse contexto, segmentos profissionais do Serviço Social, influenciados pelo movimento de revitalização do sindicalismo brasileiro, iniciaram um processo de reorganização e/ou reativação das entidades sindicais e pré-sindicais da profissão, criando a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), com o objetivo de inserir a profissão no movimento sindical mais geral e suas lutas como a questão salarial, condições de trabalho e emprego; e o encaminhamento de lutas específicas, com destaque para o salário mínimo profissional. Foi em meio a este contexto de organização dos assistentes sociais, como trabalhadores e com os trabalhadores, que se realizou o III CBAS/Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, o chamado “Congresso da Virada”, que significou a retirada do monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional (Abramides; Cabral, 1995). Nesse contexto, há recorrência à teoria marxiana e à tradição marxista, com a superação da remissão a manuais simplificadores do marxismo por meio de uma crítica voltada para a superação dos influxos teóricos mecanicistas, economicistas e, em termos políticos, o combate às posturas voluntaristas, basistas e messiânicas. Recorrência que possibilitou o tratamento qualificado, pelo debate acadêmico, de diversificadas temáticas tais como a do Estado, políticas sociais, movimentos sociais, significado social da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, seus fundamentos e perspectivas metodológicas; dimensão sócio ocupacional, em que segmentos profissionais passaram a defrontar-se, nos seus espaços de trabalho, com as demandas por políticas e direitos advindas das lutas dos

movimentos sociais e sindicais ativos naquele contexto, o que colocou novas demandas para a ação profissional na direção de contribuir e apoiar essas lutas; consolidação acadêmica e político organizativa, dada pela inserção da formação profissional no espaço universitário, já em ascensão em meados da década de 1960; criação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*; desenvolvimento da pesquisa e da produção acadêmica e a revisão curricular dos cursos de graduação que se inicia em 1979 e que se consolida nos anos 1980, década que também se processa uma mudança radical na condução política das organizações da categoria — conjunto CFESS/CRESS, que foi fundamental, juntamente com a ABEPSS e o movimento estudantil, representado pela ENESSO — para a consolidação, também no campo dos estatutos legais, do projeto profissional atual. São esses processos — apreendidos em suas determinações particulares e em uma síntese totalizante — que constituíram a possibilidade de contestação do histórico conservadorismo profissional e que edificaram o construto do que, a partir da década de 1990, nominamos de projeto ético-político do Serviço Social brasileiro (Netto, 1991; Abramides, 2019).

Considerando a medular relação do Serviço Social com as lutas de classe, cumpre salientar em nossos percursos investigativos o seu suposto fundamental: a necessária vinculação da profissão com a história, assumindo como premissa “[...] os processos sociais em suas prefigurações e em seu desenvolvimento — em suas *tendências*, o que requer investigação permanente que alimente a correlata renovação constante da teoria, sempre aberta a novas questões [...]” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 30-31 — grifos no original). Assim, a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro somente se dá pela efetivação mesma daquela vinculação, precisamente a partir do núcleo central da história: o da luta de classes (Marx; Engels, 2010), em contextualidades e conjunturas sócio-políticas particulares, cujas potencialidades políticas, no tempo e espaço antes assinalados, fora captadas por parcelas da categoria profissional rumo àquela construção. Se, por meio do diálogo efetivo de tais parcelas

com os distintos processos sociais construídos e/ou protagonizados pela classe trabalhadora em diferentes conjunturas da sociedade brasileira, pelo menos desde os anos 1960, deu-se a largada para que fosse tecido o projeto profissional, deu-se também uma interlocução entre profissão e tradição marxista, donde, entre outros elementos, a dinamização “da elaboração teórica dos assistentes sociais” (Netto, 1989, p. 99). É, pois, justamente, no seio de tal elaboração que se perfazem os estudos das pesquisas e dos subprojetos aqui apresentados, cujas convergências desembocam no debate da relação do Serviço Social com as lutas sociais na realidade brasileira, circunscritas numa temporalidade de 1960-1990, compondo uma heterogeneidade de questionamentos acerca da natureza da dimensão ético política profissional, da perspectivas críticas da erosão do conservadorismo e da interlocução do Serviço Social com a Filosofia da Práxis.

A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1970-1990: REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO DA NATUREZA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA PROFISSIONAL²

Neste projeto de investigação parte-se da premissa analítica que a determinação central para o desenvolvimento dos traços constitutivos do projeto profissional brasileiro de ruptura com o conservadorismo está nos processos de mobilização e organização da classe trabalhadora na direção da constituição de um projeto societário anticapitalista e/ou reformista (com suporte na cidadania e na

2 Subprojeto conduzido por Maria Beatriz C. Abramides (PUC/SP); Maria Lúcia Duriguetto (UFJF); Maria Rosângela Batistoni (UNIFESP); Susana Maria Maia (UFF/Rio das Ostras), na cidade de São Paulo, Juiz de Fora, além dos desdobramentos da proposta da escola de BH, na extensão e exercício profissional, nos anos 1970/1980/2000.

democracia), particularmente desenvolvido desde o início dos anos 1960. O marco conjuntural de nossa investigação assenta-se na conjuntura brasileira de metade da década de 1970 aos anos 1990, em que analisaremos a participação do Serviço Social na conflitividade de classe, com o foco na sua contribuição para o fortalecimento dos processos sócio-históricos de desenvolvimento de um projeto societário, como posto acima.

Particularmente no estado e na capital paulista, entre 1975-1985, temos um processo diversificado de mobilizações, organizações, lutas e resistências da classe trabalhadora que denunciam seus níveis de exploração, opressão e precarização das suas condições de vida e de trabalho postos pela concentração de riqueza e de renda perseguida pelos modelos de desenvolvimento econômico adotados pelo Estado autocrático-burguês (Fernandes, 1987; Netto, 2014). A luta de classes é reposta pela reativação crítica e classista do movimento operário e sindical, com destaque para as oposições sindicais e para a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelos movimentos sociais de saúde, moradia, de creches, custo de vida, estudantis, de mulheres, negros, LGBT, das organizações partidárias de esquerda, dos órgãos de assessoria às lutas sociais, entre outros. Esta conjuntura ativa de ação³ impulsiona a retomada da organização político-sindical da categoria em 1978, que incorpora em suas agendas de luta as reivindicações postas pelos movimentos e organizações da classe trabalhadora como desenvolve uma agenda de luta dos direitos profissionais na divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho, na condição de assalariamento da categoria (lutas imediatas e específicas da categoria como o salário mínimo

3 Reiteramos as diferentes clivagens de concepção do projeto societário em construção por estes movimentos da classe trabalhadora situadas, grosso modo, no campo das reivindicações pela “emancipação política” (acesso aos direitos de cidadania e ao regime democrático) e à “emancipação humana” — construção de um processo de democratização e do socialismo).

profissional). Esses dois processos — reativação da luta de classes e da organização político-sindical — fomentam e induzem a formação da consciência e do pertencimento de classe em segmentos profissionais seja nos espaços sócio-ocupacionais (consciência e pertencimento aqui também mediados pela presença de lutas por políticas e serviços públicos de qualidade dos trabalhadores com os quais os profissionais trabalhavam, o que possibilitou a constituição de uma relação orgânica de segmentos profissionais com essas lutas, incorporando no cotidiano de suas ações institucionais o fomento às suas dinâmicas organizativas pela contribuição na formação de consciência sobre seus direitos e estimulando-os a lutas por eles); nas atividades de docência, na participação de segmentos profissionais na construção dos movimentos sociais, das organizações partidárias, centros de assessoria etc.

Nossa premissa analítica é que o amplo movimento de mobilização e de organização da classe trabalhadora, mediado pela organização político-sindical da categoria, constituiu o móvel central para o embate ao conservadorismo e para o desenvolvimento do projeto ético-político profissional. É a partir dessa premissa que nossa investigação intenciona tecer considerações analíticas sobre a natureza da dimensão ideopolítica da profissão, cujo fundamento teórico-metodológico está na relação entre projeto societário posto nas lutas de classe dos trabalhadores e nas relações, articulações, pertencimentos de segmentos profissionais a elas, construindo os projetos profissionais.

Nessa direção, constituem os fundamentos da análise deste subprojeto os processos históricos e a conflitividade de classe (lutas e organizações desenvolvidas em defesa dos interesses e necessidades das classes subalternas) na formação econômico-social brasileira no período 1960-1980; as relações que com elas segmentos profissionais e docentes se articularam na militância, no trabalho profissional e experiências acadêmicas de estágio/extensão e problematizar a natureza da dimensão ideopolítica a partir da reflexão da

relação entre projetos societários (que portam as organizações, lutas e movimentos) com os quais a profissão estabeleceu relação (militância/participação, experiências de trabalho e ou acadêmicas) e projetos profissionais.

SERVIÇO SOCIAL E AS LUTAS DEMOCRÁTICAS: PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA EROÇÃO DO CONSERVADORISMO NO RIO DE JANEIRO (1960-1980)⁴

Neste item, apresentamos subprojeto cujo objetivo da pesquisa é analisar o Serviço Social no Rio de Janeiro em seu enlace com as lutas democráticas visando identificar as perspectivas críticas de erosão dos fundamentos tradicionais e conservadores da profissão (1960-1980) no Rio de Janeiro. A investigação está sendo desenvolvida em parceria com o Centro de Documentação e Memória (CEDOM — Faculdade de Serviço Social da UERJ) e com a pesquisa em rede. Entendemos que essa pesquisa sobre Serviço Social na história da ditadura civil-militar no Rio de Janeiro vinculado aos processos de resistências e as lutas democráticas é muito relevante na atualidade considerando os ataques vivenciados na democracia brasileira, sendo essencial para a elucidação e preservação da memória institucional como um instrumento de luta política no fortalecimento dos valores democráticos e do papel da universidade na sociedade. No Rio de Janeiro, enquanto antiga capital do país, agregou importantes segmentos da intelectualidade, das artes e do movimento estudantil da UNE (União Nacional dos Estudantes). Nesse momento inicial de 1960, a capital carioca vivenciou intensos movimentos no âmbito da cultura por meio de experiências dos Centros Populares

4 Subprojeto conduzido por Graziela Scheffer (UERJ), Márcia Cassim (UERJ) e Tainá Caitete (UERJ).

de Cultura sob comando da UNE. As questões norteadoras do estudo são: 1) Como foi a inserção do Serviço Social Carioca nas lutas democráticas nas conjunturas de 1960, 1970 e 1980?; 2) Qual o envolvimento do movimento estudantil do Serviço Social no Rio de Janeiro nas atividades de Cultura Popular e as ações dos Centros Populares de Cultura — UNE?; 3) Existe alguma particularidade do processo de erosão crítica do conservadorismo no Serviço Social no Rio de Janeiro?; 4) Qual o impacto da ditadura civil-militar na dinâmica da formação e trabalho do Serviço Social carioca?; 5) Como ocorreu os processos de resistência na ditadura da categoria no Rio de Janeiro?.

Sobre organização das etapas analítica da investigação buscamos situar o estudo nas diferentes conjunturas: Primeira etapa: tratará os anos 1960 analisando a expansão e a repressão às lutas democráticas e ao Serviço Social no Rio de Janeiro visando identificar os aspectos críticos da erosão do conservadorismo no período. Os procedimentos investigativos serão: revisão bibliográfica, coleta de documentos e entrevistas. Também será realizada uma sistematização das tendências críticas de erosão do conservadorismo, as concepções de democracia, tendências da formação e o movimento estudantil do Serviço Social carioca. Segunda etapa: abordará os anos 1970 considerados tempos de chumbos no Rio de Janeiro, articulados às lutas democráticas de resistência na clandestinidade. Também serão contemplados os aspectos referentes à crise da ditadura e os rebatimentos críticos na entrada da tradição marxista na época. Os procedimentos de coleta de dados abarcarão: visitas institucionais, coleta de documentos, dissertações do mestrado da PUC-RJ e o sindicato de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro. Será realizado sistematização das lutas democráticas clandestinas articuladas ao Serviço Social, o trabalho profissional e atuação sindical profissional. Terceira etapa: contemplará os anos 1980 analisando a intensificação da vinculação da categoria profissional com as lutas democráticas e os desdobramentos do Congresso da Virada em 1979, bem como, a ampliação da tradição marxista na profissão no Rio de Janeiro.

Todas as etapas abarcarão a organização de documentos, fotografias e audiovisual no drive *Google Drive* do acervo para confecção de artigos. Além disso, a organização de um evento semestral denominado “Círculos de memórias do FSS-UERJ na Ditadura” que contará com convidados estudantes e professores de cada década. Já os procedimentos investigativos abarcam a revisão bibliográfica, entrevistas e coleta de documentos na Escola de Serviço Social de Niterói (ESSN-UFF), na Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FSS-UERJ), Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ) e na Faculdade de Serviço Social da PUC-RJ. Ainda como procedimento metodológico da pesquisa, incluímos a organização do material coletado no *Google Drive* para construção de acervo digital no CEDOM. Aliado a esse processo realizamos como desdobramento articulador da pesquisa, na interface com extensão, eventos que tratam da memória do Serviço Social na resistência à ditadura, que vem contando com convidados, estudantes e professores dos períodos investigados visando socialização e fortalecimento da memória institucional e profissional das lutas democráticas.

SERVIÇO SOCIAL E FILOSOFIA DA PRÁXIS: UM DEBATE SOBRE OS FUNDAMENTOS DA PROFISSÃO⁵

Articulando-se ao conjunto das pesquisas apresentadas, esta proposta investigativa busca apreender os caminhos pelos quais o Serviço Social elaborou sua interlocução com a filosofia da práxis, assumindo como eixos de análise as relações sociais entre as classes e a direção teórica, política e ética elaborada pela profissão em sintonia com o movimento da história e das lutas de classe. Para tanto, vimos nos

5 Subprojeto conduzido por Amanda Guazzelli (UFF) e Ana Livia Adriano (UFF).

debruçando no estudo da filosofia da práxis, enquanto um projeto político e filosófico que tem sua elaboração máxima no reconhecimento da história como filosofia da imanência de verdade e política (Gramsci, 1977), apreendendo as suas particularidades, os condutos de apropriação e elaboração na particularidade da sociedade brasileira e as interlocuções tecidas pelo Serviço Social na afirmação do seu projeto profissional. A incursão ao acervo bibliográfico do Centro de Documentação Histórica do Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFF dedicado à pesquisa das experiências realizadas pelo Serviço Social junto à classe trabalhadora no processo de emergência e desenvolvimento do processo de renovação crítica do Serviço Social no Brasil, revela-se como lócus importante na realização dessa proposta investigativa, que orbita em torno do fundamentos do Serviço Social — compreendido como produto da vinculação estreita entre profissão e luta de classes, do que derivam (não imediatamente) as elaborações teóricas e políticas propiciadas pela interlocução entre o Serviço Social e a filosofia da práxis.

Importante enfatizar que dois eixos são alinhavados e processados justamente na relação entre profissão e filosofia da práxis: o primeiro diz respeito às aproximações do Serviço Social com as lutas de classe e suas implicações e expressões nos fundamentos da profissão; o segundo reside, consequentemente, na questão social então concebida a partir da lei geral da acumulação capitalista, portanto, necessariamente imbricada ao trabalho e às configurações que assume no processo de produção e reprodução capitalista e às lutas de classe. Tais determinantes requisitam, simultaneamente, movimentos de resistência e rebeldia forjados ante à dominação mencionada, que se apresentam como substrato para as investigações elucidadas, reafirmando a imbricação entre profissão e história que é o processamento dos modo/s com que a profissão pensa as relações sociais e a si própria; o direcionamento teórico e político im/explicito a esta direção associado às prospecções e posicionamentos éticos e políticos que caucionam as elaborações profissionais nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; CABRAL, Maria do Socorro, R. *O Novo Sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz C. *Projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro: Ruptura com o Conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.
- BATISTONI, Maria Rosângela. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- BATISTONI, Maria Rosângela. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (1960-1975): uma reconstrução histórica. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 136, p. 538-58, set./dez., 2019.
- FERNANDES, Florestan *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- GRASCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica. (Orgs.). *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

- NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: CFESS. (Org.). *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília, 2009.
- NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- PANEZ, Alexander; MARRO, Katia; DURIGUETTO, Maria Lúcia. et al. *Desalabrando histórias*. O Serviço Social e as lutas sociais no Chile (1970-1973). Em *Pauta*, Rio de Janeiro, n. 40, 2017.
- PANEZ, Alexander; MOLJO, Carina; SILVA, José Fernando, S. et al. *Trabajo Social y Reconceptualización em Argentina: entre luchas sociales y rupturas teórico-metodológicas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2023.

TRABAJO SOCIAL Y CLASES POPULARES EN CHILE

APROXIMACIONES TEÓRICO-POLÍTICAS EN EL PERÍODO DE 1964-1973

Víctor Orellana Bravo

PRESENTACIÓN

El siguiente proyecto de investigación se presenta como línea de continuidad de una trayectoria investigativa que ancla sus orígenes en la primera etapa de esta *pesquisa en red*. En ese sentido, tuve la oportunidad de participar de la que, luego de distintos convites y *rascunhos* de ideas primigenias, se transformaría en el proyecto de pesquisa “*O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*” (2016-2020).

Mi participación en 2015 como estudiante de Doctorado en Servicio Social (UERJ) en dicha pesquisa estuvo empujado por la misma fuerza motora que derivó en mi propia pesquisa doctoral, enfocada exclusivamente en la experiencia chilena del Movimiento de Reconceptualización (1964-1973).

Como fruto de esa primera etapa de investigación, la revisión documental mostró con claridad la existencia de cuatro universidades donde la experiencia reconceptualizadora tuvo sus avances más significativos.

Primeramente, la Universidad Católica de Valparaíso-UCV, la cual se destacó, por haber logrado reformular completamente la malla curricular (plano de estudios) y ser la única que, incluso, tuvo una generación que se formó en el nuevo plan de estudios (generación de 1972). Logró también fusionar la Escuela de Educación Familiar con la de Servicio Social en 1969, haciendo nacer la Escuela de Trabajo Social en un proceso marcado por la efervescencia de la Reforma Universitaria que se venía gestando en el país desde 1967 (Faleiros, 2017).

En segundo lugar, la Escuela de Trabajo Social de la Universidad de Concepción, lugar donde nació en aquellos años el Movimiento de Izquierda Revolucionaria-MIR, y que tuvo también procesos de reformulación interna en los contenidos académicos, una fuerte politización de sus estudiantes, una relación estrecha con los movimientos populares en contextos urbanos, la formulación de la propuesta de “Método Integrado” y el lanzamiento de la *Revista Impacto* (Cáceres, 2015).

En tercer lugar, en relación a la Escuela Dr. Lucio Córdova de la Universidad de Chile, sabemos que, en 1968, la conquista de la Escuela — que colocaría a Lucía Sepúlveda, militante del Partido Comunista, en su dirección —, posibilitó procesos de ruptura, sobre todo en el cuestionamiento a la supuesta neutralidad política de la profesión (Vidal, 2015), con fuerte énfasis en el trabajo comunitario en sectores populares y, de manera particular, en el sector salud (Hernández y Ruz, 2005).

Finalmente, la Escuela de Trabajo Social de la Pontificia Universidad Católica — ETSUC, que comenzó un rico proceso de rupturas ya desde 1964, realizando propuestas innovadoras en términos teóricos, metodológicos y pedagógicos — la invención de los “talleres”, el Método Básico registradas en documentos como “Algunas reflexiones sobre Fundamentos y Metodología de Servicio Social” (Aylwin, *et al.*, 1976) —, con especial énfasis en el registro y producción de textos que, ya en agosto de 1970, se condensan en la publicación de la Revista de Trabajo Social.

Las delimitaciones propias de cualquier proceso investigativo hicieron que la pesquisa doctoral se centrara:

1. en una experiencia en particular: la Escuela de Trabajo Social de la PUC;
2. en los procesos de ruptura teórico-metodológicos en el proceso formativo.

Ahora bien, como está claramente explicitado en las bases que nortean esta pesquisa,¹ el Trabajo/Servicio Social no es una disciplina que modifique sus presupuestos teóricos solamente por cuestiones internas, sino que estos momentos de cambios vienen estimulados por las “*vinculações da profissão com as lutas e movimentos sociais das classes subalternas nos processos de ruptura com o conservadorismo na profissão*” (Coord. Colegiada, 2022, p.4).

En esa línea, otro elemento central dentro del análisis fue la relación del Trabajo Social de aquella época con las diferentes expresiones de lucha de las clases oprimidas, expresadas, para el espacio-tiempo del que aquí hablamos, en tres segmentos claramente identificados: *movimiento de pobladores urbanos, campesino-rural y obrero-sindical*.

El análisis e incorporación teórico-analítica de aquella arista estuvo, sin ninguna duda, posibilitado, estimulado y generosamente acompañado, por el trabajo realizado en el marco del *subgrupo de pesquisa* junto a los profesores María Lúcia Duriguetto (UFJF), Katia Marro (UFF) y Alexander Panéz (UBB)² y cuyo foco fue, en palabras simples, *la relación existente entre la profesión y las luchas sociales* en el período de la Reconceptualización.

1 Me refiero al documento “*Sumário executivo pesquisa em rede*” (2022) de la Coordinada Colegiada de esta pesquisa en red.

2 En la primera etapa del trabajo de este subgrupo participaron Paula Vidal (U. Chile) y Víctor Neves (UFES), a quienes también debo gratitud por sus contribuciones y diálogos.

Fruto de esa primera etapa, fue la profundización en material que no había sido relevado antes en la producción historiográfica chilena, en relación con la experiencia de la ETSUC, sus ricos procesos de rupturas internas (en términos políticos, teóricos y metodológicos) y la relación estrecha con las luchas sociales de la época. Sin embargo, como toda investigación, hubo elementos que lograron salir a la luz, mientras que una profusa y atractiva cantidad de otros siguen estando, todavía hoy, guardados en gavetas que acumulan décadas de polvo y olvido, delante de esa problemática preguntamos:

¿Hacia dónde se encamina esta nueva versión del proceso investigativo? Nos interesa seguir identificando lagunas de memoria que ameriten un proceso de investigación que le haga justicia a las generaciones que nos precedieron.

En concreto: continuar la investigación en las 4 experiencias (cuatro universidades antes mencionadas) con foco en el vínculo teórico-político entre el Trabajo Social y las clases populares. El detalle metodológico — en el que se dará cuenta del grado de avance/ conocimientos de cada una de las experiencias y, por tanto, qué se espera para cada una de ellas— será presentado más adelante (apartado “procedimientos metodológicos”).

DELIMITACIÓN Y FUNDAMENTACIÓN DEL PROYECTO

El 4 de mayo de 1925 se funda en Chile la Escuela de Trabajo Social Dr. Alejandro del Río, la primera del país y de toda América Latina (Dávila, 1932). Marcado por un contexto de agudización de los conflictos de clases, con una creciente pauperización de los sectores populares, la organización y politización de las clases trabajadoras en mutuales y sindicatos, la irrupción de las huelgas como formas

de lucha y las consecuentes masacres obreras de principios del siglo XX, nace en Chile una profesión que, desde la perspectiva historiográfica crítica del Trabajo Social latinoamericano que aquí se adopta, va a ser entendida como *producto de las expresiones de la cuestión social* (Iamamoto 2007, 2014; Netto, 2005).

A partir de distintas investigaciones (Illanes, 2007; Matus, Fortes, Aylwin, 2005) es posible constatar que, en sus años fundacionales, el Servicio Social ocupó ese espacio de intervención y relación directa con las clases populares, al ejercer un papel central en la implementación de políticas sociales destinadas a dar respuesta, mayoritariamente desde el Estado, a sus diversas y crecientes demandas y problemáticas. No es casual, por tanto, que las tareas — y varias de las asignaturas de los primeros cursos allá en la década del 1920 y 1930 — en las que eran formadas y laboralmente empleadas las entonces *visitadoras sociales* tenían estrecha relación con las problemáticas más urgentes de la época, esto es, las relacionadas con la salud, sobre todo desnutrición y mortalidad infantil (Matus, Fortes, Aylwin, 2005).

En este sentido, la relación con las clases populares y sus problemáticas-demandas-necesidades constituyen al Trabajo Social como hecho fundante, desde su emergencia como disciplina-profesión hasta el tiempo presente.

Esa relación ha mostrado, en casi 100 años de historia, diferentes características que se tensionan y coexisten entre sí: *mientras que, de un lado, se registra una tendencia profesional hacia el tutelaje-control* (y, por tanto, tiene como horizonte garantizar la reproducción del orden social vigente), *hay, de otro lado, una tendencia a la comprensión de las problemáticas de los sectores populares* (hambre, pobreza, falta de vivienda, enfermedades, etc.) *como expresiones palmarias de los antagonismos de clase* y, desde esa comprensión, se alienta un compromiso teórico-político desde la disciplina-profesión con los intereses de las clases populares y sus formas de lucha, y se pregunta:

¿Qué hace que esas tendencias estén más cercanas, sea al “control-tutelaje” o bien sea al compromiso con los intereses de las clases populares, en diferentes períodos históricos?

Pues bien, desde el referencial teórico aquí adoptado, se sostienen dos elementos importantes de explicitar: *uno*, que el abordaje no puede ser dicotómico, pues la relación es siempre tensional y conflictiva, pudiendo la formación y actuación del Trabajo Social participar, al mismo tiempo y por la misma actividad, de ambas tendencias de manera simultánea y contradictoria (Iamamoto, 2007); *dos*, que dichas tendencias profesionales no se explican por el desarrollo exclusivamente interno de la disciplina, sino que están peculiarizadas por las dinámicas de las relaciones sociales vigentes en determinadas coyunturas históricas (Iamamoto, 2014; Yazbek, 2016).

Por lo tanto, a partir de lo que ha sido mencionado hasta aquí, es posible explicitar que el objeto de estudio de la pesquisa no es el Trabajo Social, no son las clases populares y sí es la relación teórico-política que los vincula en un período particular de nuestra historia profesional (1964-1973).

Desde perspectivas funcionalistas y de tendencias conservadoras, donde el Trabajo Social es apenas una tecnología dispuesta para “ayudar” a los sujetos (individuos, familias, comunidades) a insertarse funcionalmente en el sistema, no se entendería porqué debería existir una relación política con la “población beneficiaria” (nunca “clases populares”), a quien se le debe ofrecer nada más que una atención eficiente que permita mejoras relativas en sus condiciones de vida (Yazbek, 2009).

En este sentido, la idea de “relación teórico-política” adquiere sentido dentro de una perspectiva de análisis que comprende a la profesión completamente inserta y tensionada por el proceso de reproducción de las relaciones sociales de producción (Iamamoto, 2014, p. 81). Estas relaciones sociales condicionan su formación/actuación profesional, al mismo tiempo que la dicha formación/

actuación contribuye, por su vez, a la reproducción de las relaciones sociales en las que interviene (Iamamoto, 2014, p. 85). Concretamente, el Trabajo Social está tensionado por los intereses de clase que caracterizan las relaciones sociales en el actual orden social y, como tal, tiende a ser cooptado por aquellos que tienen una posición dominante en determinadas coyunturas históricas (Iamamoto, 2014).

La “determinada coyuntura histórica” que nos interesa en esta investigación responde a un período particularmente importante para la historia social de nuestro país y, por tanto, también para la historia del Trabajo Social. Se trata de las décadas del 1960 y 1970 (hasta 1973), período fuertemente caracterizado por una agudización de los conflictos entre las clases sociales, la puesta en escena de formas inéditas de lucha y conquista de las clases populares (Gaudichaud, 2016; Garcés, 2013; Thielemann, 2018; Cury, 2018; Schlotterbeck, 2018) cuyas demandas imprimieron un carácter peculiar al Trabajo Social de la época (Panez, *et al.*, 2017; Duriguetto, 2017; Orellana, 2017; Vidal, 2016; Orellana *et al.*, 2019; Marro, 2023; Moljo, 2022; Quinteros, 2021).

Se trata de una coyuntura especialmente rica en experiencias inéditas de formas de lucha de las clases populares que tuvo, también, expresiones inéditas de reformulaciones teórico-políticas de una parte importante del Trabajo Social chileno, precisamente a propósito de la forma en que la profesión se vincula con esas formas de lucha. Tal como apunta Illanes:

[...] de dulce a levadura, el Servicio Social de fines de los '60 estaba lejos de aquella misión re-armonizadora encomendada por los dioses-señores que lo procrearon en los años '20 [...]” (Illanes, 2008, p. 207).

Es el período que en la historiografía profesional se conoce bajo el nombre de Movimiento de Reconceptualización, período cuya enorme riqueza todavía no ha sido lo suficientemente correspondida

con pesquisas que nos permitan, desde el tiempo presente, conocer y discutir, apreciar y difundir su legado, contradictorio y crítico, característico de un período particular de nuestra historia.

En este sentido, *es importante aquí explicitar una delimitación* de los alcances de la propuesta de investigación y dice relación con lo siguiente: el Movimiento de Reconceptualización del Trabajo Social en Chile comenzó, como movimiento, en los debates que, si bien eran abiertamente provocados por la realidad social, se dieron inicialmente al interior de los procesos de formación profesional, es decir, el ámbito académico-universitario: hubo propuestas, búsquedas, discusiones, cuestionamientos y posicionamientos, álgidos procesos de crítica y autocrítica, reformas sustantivas de planes curriculares en diferentes universidades y una relación teórico-política de la academia con las clases populares fundada en nuevos horizontes, a través, sobretodo, de sus procesos de prácticas y participación directa de profesores y estudiantes en organizaciones y formas de lucha de los sectores populares (Panez, *et al.*, 2017; Cáceres, 2015).

El movimiento estaba en pleno crecimiento cuando llega el Golpe de Estado de 1973, lo cual, concordando con lo que plantean algunos/as autores/as (González, 2010; Ruz, 2016), permite entender que el movimiento no alcanzara a permear de manera suficiente los ámbitos de ejercicio profesional. Lo anterior explica la delimitación aquí anunciada: en esta propuesta de investigación la indagación va a estar enfocada en conocer el modo en que se discutió, propuso y desplegó desde las Escuelas de Trabajo Social una aproximación teórico-política entre el Trabajo Social y las clases populares³.

3 Y, por tanto, asume los puntos ciegos que eso implica; se conocerá/indagará, desde la perspectiva de la formación universitaria (tesis, artículo, testimonios de profesores, estudiantes) y no desde los movimientos populares (se asume la bajísima probabilidad de acceder a dichas fuentes como condición de factibilidad del desarrollo de la pesquisa).

¿Qué conocemos acerca la historia profesional del Trabajo Social chileno, en general, y del período que aquí nos convoca, en particular?

Para responder esta pregunta, es necesario insertarla en el cuadro general sobre la situación de la investigación en historia que existe sobre la disciplina en Chile. Para ello, podemos graficar con un dato que es bastante revelador: al analizar los artículos de 09 revistas de Trabajo Social chilenas en el período 1990-2020, nos encontramos con un total de 1.117 artículos, de los cuales apenas 22 tocan tópicos de historia profesional: menos del 2% (!).

Ahora bien, al preguntarnos más concretamente por el estado de las investigaciones sobre la relación entre la disciplina-profesión y las clases populares, específicamente en el período 1964-1973, la producción baja todavía más. Se trata de “lagunas” historiográficas que han comenzado a ser contrarrestadas sólo recientemente por esfuerzos investigativos todavía aislados. La propuesta de investigación aquí presentada pretende contribuir precisamente a esos esfuerzos, los que, a su vez, se enmarcan en el desafío de aumentar en calidad y cantidad el conocimiento historiográfico disciplinar, de cara al inminente Centenario del Trabajo Social (1925-2025).

EJES DE ANÁLISIS

Ejes orientadores

Los ejes de análisis indicados en el documento “*Sumário executivo pesquisa em rede*” y en los cuales se ancla esta pesquisa en particular, los podemos identificar con el eje n°1: “*Aproximações da profissão com as lutas sociais na organização das classes trabalhadoras e suas expressões nos fundamentos do Serviço Social*”.

En este sentido, el período en el que profundizaremos (1964-1973) se caracteriza, entre otros elementos, por haber reformulado su relación con los sectores populares y los intereses de las clases trabajadora de manera drástica y significativa. Lo anterior se condice con lo planteado por Yamamoto en el documento antes citado, en el que se indica, como objeto de estudio, aquellos procesos de *aproximación de segmentos de la profesión con el universo de las luchas e intereses de las clases subalternas* (Coord. Colegiada, 2022, p. 6) y que ofrecen ricos debates para repensar los fundamentos teórico-metodológicos y horizontes ético-políticos de la disciplina.

Como consecuencia de este eje, la pesquisa aquí presentada profundiza en la búsqueda de *rupturas con el conservadurismo y/o tradicionalismos* en la experiencia reconceptualizadora chilena desde la década del 1960 en adelante, enfocándose de manera más clara en 02 de los subejos propuestos y que exponemos aquí:

- a. Interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais/ sujeitos coletivos e suas forças contestatórias, anticapitalistas, antineoliberais ou de corte socialista, em seus desdobramentos na formação e trabalho profissional, na pesquisa e produção teórica (Coord. Colegiada, 2022, p.7).
- b. As relações do Serviço Social e lutas sociais, em suas aproximações e militâncias em organizações e coletivos com aportes políticos, ideológicos e práticos nas elaborações sobre o Serviço Social em suas interlocuções com a tradição marxista e outras concepções anticapitalistas (Coord. Colegiada, 2022, p.7).

Existen muchos antecedentes que indican con toda claridad la existencia, para el período estudiado, de diferentes tipos de interlocución con también distintos tipos de orgánicas (partidos políticos, movimientos sociales) que abrazaron proyectos contestatarios que, si bien tenían matices, compartían de manera clara un horizonte de superación del orden social capitalista.

Solo a modo de ejemplo, en términos de *militancia*, existen antecedentes que nos permiten vincular las diferentes experiencias a las orgánicas de los partidos políticos de izquierda del período, tanto en el período previo a la Unidad Popular (1964-1970) como, también, en el desarrollo del propio gobierno de Allende (1970-1973). Así, mientras en la PUC y la UC-Valparaíso hay evidencias que señalan la activa presencia del MAPU y el Partido Socialista (y, en el caso de la UCV también del MIR), en la experiencia de la U. de Chile contamos con todavía difusas informaciones que señalan la existencia de un vínculo con el Partido Comunista, mientras que, en el caso de la U. de Concepción, la presencia del MIR es fundamental; sabemos de la relación entre el MIR y la U. de Concepción en general, pero — salvo el testimonio de Cáceres (2015) — poco sabemos del vínculo del MIR con el Trabajo Social.

La relación orgánica desde y, también, más allá de los espacios institucionales de formación y ejercicio profesional en las 4 escuelas antes mencionadas (U. de Chile, U. Católica Valparaíso, U. de Concepción, PUC) con organizaciones de clase y movimientos (campesinos, de pobladores urbanos, sindicatos), fue una característica muy importante de aquel período. Todo aquello nos da un paraguas de análisis que permite adentrarnos en algunos de los tópicos descritos en el eje y otros subejos antes mencionados. Por ejemplo: en la Universidad de Concepción, la relación del Trabajo Social con las organizaciones de clase urbano-populares va a estar intrínsecamente relacionada con el posicionamiento político, tanto de los partidos con los que el estudiantado se vinculaba y, por tanto, el debate teórico desde el cual discutir desde los fundamentos de la disciplina, las *prácticas* hasta los horizontes, estrategias y tácticas políticas.

En la sección siguiente presentamos la tabla en la cual están: la pregunta que intenta la investigación, la premisa que la direcciona, el objetivo general y tres objetivos específicos.

PROCEDIMIENTOS METODOLÓGICOS

TABLA 1. **Diseño de la pesquisa**

PREGUNTA DE INVESTIGACIÓN	¿Qué características tuvo la relación teórico-política entre las Escuelas de Trabajo Social y las clases populares en el período 1964-1973 en Chile?
PREMISA	En el período 1964-1973, las Escuelas de Trabajo Social chilenas establecieron una relación teórico-política cualitativamente nueva con las clases populares, inédita en su historia, por medio de la abierta implicación con los objetivos políticos propios del movimiento popular de aquel período histórico.
OBJETIVO GENERAL	Analizar las transformaciones en la relación teórico-política de las Escuelas de Trabajo Social y las clases populares en Chile, período 1964-1973
Objetivo Específico 1	Describir un panorama general de la situación de las escuelas de Trabajo Social en el período anterior a 1964.
Objetivo Específico 2	Caracterizar el modo en que operaron los cambios en los procesos de formación universitaria de la PUC, UC-Valparaíso, U. de Chile, U. de Concepción a propósito de su relación teórico-política con las clases populares.
Objetivo Específico 3	Describir el fin abrupto del movimiento provocado por el Golpe de Estado de 1973, sus consecuencias inmediatas y procesos finales que cierran el período.

FUENTE: Creación propia.

La propuesta de investigación se ubica en el campo de la historia social y cultural de la relación entre las profesiones y las clases populares, valiéndose también, por tanto, de las discusiones conceptuales e historiográficas sobre profesiones, sociedad y Estado. Del mismo modo, y tal como se aprecia en los objetivos específicos, el objetivo de la investigación es dar cuenta de un proceso donde el objeto de estudio está en movimiento, lo que, siendo coherente con la perspectiva teórica que aquí hemos declarado, sirve de clave analítica para la investigación. En este sentido, *“se trata, por lo tanto, de una totalidad concreta en*

movimiento, en proceso de estructuración permanente” (Iamamoto, 2014, p. 85), por lo cual se buscará capturar la transformación de la relación teórico-política del Trabajo Social con las clases populares en el período estudiado. Teniendo esa premisa, nos preguntamos:

¿Dónde veremos el concepto de “relación teórico-política”?

Esto es central para todo el diseño metodológico, por lo cual lo explicitaremos con antelación. En este sentido, se buscará describir dicho concepto a partir del tratamiento que exista sobre la relación con los sectores populares, la forma en que era enseñado (mallas curriculares), la forma en que era debatido (producción intelectual, artículos), la forma en que era estudiado (memorias/tesis/documentos universitarios), la forma en que era abordado como un tema/problema propio del Trabajo Social, lo cual puede ser encontrado tanto en documentos internos como, sobre todo, en informes de prácticas.

Ahora bien, las fuentes puede que contengan información cruzada y existan memorias/tesis basadas en procesos e informes de prácticas, como también existen — sobre todo en aquel período — tesis/memorias cuyo objeto de estudio era el propio Trabajo Social y sus formas de enseñanza.

En síntesis, las fuentes a partir de las cuales se caracterizará esa relación teórico-política son:

- mallas curriculares/planes de formación;
- tesis/memorias seleccionadas, las cuales, en muchos casos, aportan información muy valiosa respecto de fuentes que puedan no estar disponibles, como, por ejemplo, mallas curriculares y documentos internos de trabajo;
- de especial importancia son los informes de prácticas y documentos internos de las Escuelas (particularmente aquellos donde se encuentren posicionamientos políticos frente a la realidad nacional, bastante comunes en período estudiado);

- las revistas de la época (más abajo detalladas); testimonios orales que serán recogidos vía entrevista.

Veámoslo en detalle:

A — Fuentes secundarias

Para la documentación histórica pretendida por la presente investigación, se analizarán las siguientes fuentes de cada una de las 04 universidades, algunas de las cuales ya han sido abordadas de manera parcial, sea en trabajos propios de la primera etapa de esta investigación, sea en trabajos publicados por otros/as investigadores, como también en aquellas fuentes que hasta ahora no han sido indagadas⁴. Para todas ellas, la clave analítica — y es lo que le otorga novedad a la indagación en el caso de las fuentes ya estudiadas — será la relación entre el Trabajo Social y las clases populares.

En el caso de la Pontificia Universidad Católica de Chile, las fuentes a consultar son las Tesis de grado (o memorias) disponibles en la biblioteca de dicha universidad, como también los artículos de la Revista de Trabajo Social, disponibles en formato físico en la misma Escuela de Trabajo Social, como también en el repositorio virtual. En ambas fuentes existen referencias claras a la vinculación pretendida desde el Trabajo Social con las clases populares y de los esfuerzos que debían realizarse para adecuar los contenidos y metodologías de los procesos formativos con la finalidad de colocar a la disciplina-profesión al servicio de los intereses de dichas clases.

4 El ejemplo más evidente es el cuerpo de tesis de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad de Concepción, sobre la cual no existe ni siquiera UN registro escrito que dé cuenta del período y cuya fuente sea la producción intelectual, vía tesis/memorias de grado.

De las 04 experiencias, es esta la que tiene mayor cantidad de trabajo adelantado, por los resultados de la primera etapa de la pesquisa (2016-2020) de la cual es fruto, además, mi tesis doctoral titulada “El eco de otras voces que dejaron de sonar. La Reconceptualización de la Escuela de Trabajo Social de la UC” (Orellana, 2019). Elementos aún sin revisar de esta experiencia y que serán abordados en esta segunda etapa, son documentos de trabajo internos, como, por ejemplo, las propuestas de formación de Departamentos (rural, industrial, poblacional). De manera paralela, se trabajará con la producción del Centro de Estudios de la Realidad Nacional – CEREN y el Centro Interdisciplinario de Desarrollo Urbano –CIDU (ambas publicaciones del período de la PUC), cuyas publicaciones del período están disponibles y que contienen, también, los debates del Trabajo Social de la época.

En cuanto a la Universidad Católica de Valparaíso, se trabajará con las tesis de pregrado disponibles en la biblioteca de dicha casa de estudios y, en paralelo, con el documento fundante de aquel proceso, libro titulado “Qué es Trabajo Social”, disponible en la biblioteca y también en formato digital. El interés por esas fuentes radica en la centralidad que, según algunos análisis preliminares y datos proporcionados en los textos de Arancibia y Faleiros (2017), se le otorga a la inserción del proceso formativo en los procesos organizativos de las clases populares del período, cuestión no analizada en la producción actualmente disponible sobre dicha experiencia.⁵

5 Este trabajo se encuentra bastante adelantado, sea por la primera parte de esta pesquisa (2016-2020), como también por la indagación propia llevada a cabo durante el año 2023 por el grupo de pesquisa del Núcleo de Estudios Interdisciplinarios que coordino. Parte de esos insumos ya son parte de una primera publicación enviada como artículo a la Revista Propuestas Crítica en Trabajo Social (Universidad de Chile), bajo el título de “Vínculos del estudiantado de Trabajo Social de la Universidad Católica de Valparaíso con las clases populares (1967-1973)” (Munizaga, Miranda, Espinosa & Orellana, 2024), disponible en <https://doi.org/10.5354/2735-6620.2024.72405>.

En relación a la Universidad de Concepción, se accederá a los artículos de la Revista Impacto como también a las propuestas del Método Integrado (contenidos en la publicación de Cáceres, 2015), fuentes que serán ampliadas con la documentación disponible en la propia biblioteca de la UdeC.

Finalmente, en el caso de la U. de Chile, se accederá a las tesis/memorias de grado disponibles en la biblioteca perteneciente a la antigua Escuela Dr. Lucio Córdova, como también a los números de la Revista de la Escuela de Servicio Social de Santiago, disponibles en la Biblioteca Nacional de Santiago.

Todas estas fuentes contienen rica información cuanto, al vínculo pretendido entre la disciplina y las clases populares, dando cuenta de los intentos formativos del período por colocar al Trabajo Social al servicio de las diferentes formas de lucha de los sectores populares.

De manera adicional, y para poder caracterizar de manera general el panorama, se revisarán archivos disponibles en el Colegio de Asistentes Sociales (fundado en la década del 1950).

B — Primarias

Se incluirán fuentes que permiten hondar en la clave analítica aquí presentada, trayendo a la investigación testimonios orales de quienes fueron protagonistas del proceso, sea en su condición de profesores (los menos), sea en su condición de estudiantes (los más). Existe una lista preliminar de informantes claves ya determinados, a saber. Además de lo anterior, se contará con testimonios de al menos 5 estudiantes de la U. de Chile, con quienes se inició un trabajo de memoria desde agosto del 2023. Para el caso de la UC-Valparaíso, la propuesta se propone indagar en testimonios orales de la Generación del 1972.

CONSIDERACIONES FINALES

Para finalizar este texto, me parece importante resaltar al menos dos aspectos que dicen relación, primero, con la justificativa y, luego, con la metodología pretendida para conseguir los objetivos.

En relación a lo primero, la propuesta de investigación propuesta nace y se orienta por aquellos elementos que están en el horizonte de la pesquisa en red en general: la importancia de la historia, no como un objeto de museo inerte, sino como uno en el que habitan historias vivas que nos pueden ayudar a pensar los desafíos del tiempo presente. En ese sentido, nos posicionamos desde aquellas lecturas que nos ofrece Walter Benjamin, en sus *tesis sobre el concepto de historia*, en que nos anima a reconocer ese “secreto compromiso de encuentro” que existe entre las generaciones del pasado y las del presente (Benjamin, 2008). Tal como lova a reforzar en las lecturas de “las tesis” que realiza Michel Lowy, existe una *tradición de los oprimidos* con las cuales podemos, nosotros, en el tiempo presente, situarnos y reconocernos, como parte de una línea de continuidad, dentro de la discontinuidad en que las luchas de los oprimidos de cualquier tiempo y espacio han tenido lugar (Lowy, 2005). El ejercicio de investigación es movilizad por un posicionamiento político y teórico que se identifica con esa tradición, una que toma distancia crítica de las historias universales (contadas por las clases dominantes) y valora el mérito de las historias de las clases populares y del Trabajo Social relacionado con ellas.

En segundo y último lugar, mencionar el sello que orienta esta pesquisa, en el sentido de abrir espacios para que más y más personas puedan motivarse con este tipo de exploraciones y pesquisas, sean estudiantes (de pre y posgrado) de diferentes universidades (especialmente de aquellas que identificamos como objeto de estudio en esta pesquisa), como también otros colegas, de Trabajo Social, de la historia u otras disciplinas afines que tengan un interés compartido. En ese sentido, esta es una pesquisa que avanza ciertamente

en una línea concreta de análisis; pero, de igual manera, tiene un objetivo de agregación, al proponerse convocar a otros/as colegas y compañeros/as a interesarse y compartir el camino de una indagación que, situándose en las contradicciones del presente, reconoce en ciertos rincones de su pasado las luces de su horizonte.

REFERENCIAS

- ARANCIBIA, L. Disputas en la construcción del Trabajo Social reconceptualizado en la Universidad Católica de Valparaíso (1966-1973). En: *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, 2º do Semestre de 2017, n. 40, v. 15, p. 102-117.
- AYLWIN, N.; JIMENEZ, M.; QUEZADA, M. *Un enfoque operativo de la metodología del Trabajo Social*. Editorial Hvmnitas, Ediciones Edward, Buenos Aires. 1976.
- BENJAMIN, W. *Tesis sobre la historia y otros fragmentos*. Editorial Itaca. 2008.
- CÁCERES, L. *De las luchas estudiantiles a las filas de la revolución*. Historia del MUI en la Escuela de Servicio Social de la Universidad de Concepción. Escaparate Ediciones. Colegios de Trabajadores/as Sociales de Chile. 2015.
- COORDINACIÓN COLEGIADA. *Sumário executivo pesquisa em rede*. 2022.
- CURY, M. *El protagonismo popular chileno: Experiencias de clase y movimientos sociales en la construcción del socialismo (1964-1973)*. Lom EDICIONES. 2018.
- DÁVILA, T. Protección a la joven obrera de los 14 a los 18 años. Memoria para optar al título de Visitadora Social de la Escuela de Servicio Social Elvira Matte de Cruchaga, Santiago. 1932.
- DÁVILA, T.; MARRO, K.; NEVES, V.; ORELLANA, V.; PANEZ, A.; VIDAL, P. “*Desalabrando*” *histórias: o Serviço Social e as lutas sociais no Chile (1970-1973)*. En: *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2017, n. 40, v. 15, 2017, p. 73-86.

- EIRAS, A.; MOLJO, C.; DURIGUETTO, M. (Orgs.). *Perspectivas Histórico-Críticas no Serviço Social*. América Latina, Europa e EUA. UFJF Editora. 2022.
- FALEIROS, V. Reconceituação do Serviço Social: processo e movimento da Escola de Trabalho Social da Universidade Católica de Valparaíso. En: *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2017, n. 40, v. 15, 2017, p. 87-101.
- GAJARDO, M. *Paulo Freire*. Crónica de sus años en Chile. En prensa. CREFAL, México, (s/a).
- GARCÉS, M. *Tomando su sitio*. El movimiento de pobladores de Santiago 1957-1970. LOM Ediciones, 2002.
- GAUDICHAUD, F. *Las fisuras del neoliberalismo chileno*. Trabajo, crisis de la “democracia tutelada” y conflictos de clase. Editorial Tiempo Robado, Santiago de Chile. 2015.
- GONZÁLEZ, M. *Historias del Trabajo Social en Chile, 1925-2008*. Contribuciones para nuevos relatos. Ediciones Técnicas de Educación Superior. Universidad Santo Tomás. 1º edición, Santiago de Chile. 2010.
- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. Cortez Editora, 8º Edição, São Paulo. 2007.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação metodológica. Cortez Editora, 41º Edição São Paulo. 2014.
- ILLANES, M. A. *Sus cuerpos mutuos. La “pedagogía crítica” de las trabajadoras sociales en el Chile de los 60 y 70*. En: PINTO, J. *Mujeres: historias chilenas del siglo XX*. Santiago, LOM Ediciones. 2008.
- LOWY, M. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”, Boitempo Editorial, São Paulo. 2005.

- MARRO, K.; DURIGUETTO, M. L.; PANEZ, A.; ORELLANA, V. “En Las Universidades, En Las Calles, Villas Y Sindicatos: El Trabajo Social Argentino Reconceptualizando Su Historia”. 2023. In: IAMAMOTO, Marilda Vilella; SANTOS, Cláudia Mônica. (Orgs.). *A História pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- MATUS, T.; AYLWIN, N.; FORTTES, A. *La Reinvencción de la memoria*. Indagación sobre el proceso de profesionalización del Trabajo Social chileno 1925-1965. Ediciones Universidad Católica, Santiago de Chile, 2004.
- MOLJO, C et al. Movimiento de Reconceptualización en Argentina, influências teórico-políticas y culturales. En: EIRAS, A; MOLJO, C; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.) *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.
- NETTO, J. P. A Reconceituação: ainda viva, 40 anos depois. 2005. En: ALAYON, N. *Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la Reconceptualización*. Editorial Espacio, Buenos Aires, 2005.
- ORELLANA, V. *El eco de otras voces que dejaron de sonar*. La Reconceptualización de la Escuela de Trabajo Social de la P. Universidad Católica de Chile. Tesis para optar al grado de Doctor en Servicio Social (UERJ), 2019.
- ORELLANA, V. “Servicio Social busca respuestas”: Una aproximación desde la tradición marxista a la discusión registrada en las Revistas de Trabajo Social de la P. Universidad Católica de Chile (período 1970-1973). In: *Revista Perspectivas*. Notas sobre intervención y acción social, UCSH, n° 29, 2017, pp. 23-65.
- ORELLANA, V.; MARRO, K.; PANEZ, A.; VIDAL, P.; DURIGUETTO, M.; NEVES, V. Trabajo Social y luchas populares en Chile: análisis del periodo 1970-1973. *Revista Perspectivas*, n. 32, 2018 (ISSN 0719-661X), p. 95-114.

- QUINTEROS, S. *La Reconceptualización del Trabajo Social en Colombia. Análisis histórico-crítico de las décadas de 1960-1970*. Ediciones Universidad de Caldas, 2021.
- RUZ, O. Reorientación y Reconceptualización del Trabajo Social en Chile. En: Vidal, P. (Coord.). *Trabajo Social en Chile. Un siglo de trayectoria*. Santiago, RIL Editores, 2016.
- RUZ, O.; HERNÁNDEZ, J. La Reconceptualización en Chile. En: ALAYON, N. *Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la Reconceptualización*. Editorial Espacio, Buenos Aires, 2005.
- VIDAL, P. Conservación y renovación del trabajo social chileno 1960-1973. La Escuela Dr. Lucio Córdova. En: VIDAL, P. (Coord.). *Trabajo Social en Chile: Un siglo de Trayectoria*. Chile, RIL Editores, 2016.
- VIDAL, P. “La educación del trabajo social en Chile: hacia un siglo de historia”. In: KOLAR, Elisabetta; SICORA, Alessandro. *Social work around the world Colors and shapes*. Anno VII, Numero 13, Luglio 2015. Disponible en: http://www2.units.it/csal/home/visioni_latino_american_e_13_quaderno_3_social%20work%20around%20the%20world.pdf.
- SCHLOTTERBECK, M. *Beyond the Vanguard: Everyday Revolutionaries in Allende's Chile*. PressUniversityof California Press. 2018.
- THIELEMANN, L. *La rudeza pagana: sobre la radicalización del movimiento obrero en los largos sesenta. Chile, 1957-1970*. Izquierdas, Número Especial, 44, junio 2018, p.114-133.
- YAZBEK, C. *Classes subalternas e assistência social*. Cortez Editora, Sao Paulo, 2016.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E A VIRADA CRÍTICA NAS ENTIDADES

Maria Inês Souza Bravo

Ana Luiza Avelar de Oliveira

Carina Berta Moljo

Esther Luiza de Souza Lemos

Maria Elizabeth Santana Borges

Maurílio Castro de Matos

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta o subprojeto de pesquisa “a organização política da categoria profissional do Serviço Social no Brasil e a virada crítica nas entidades” e constitui parte da investigação em rede, denominada “Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais — América Latina e Europa”¹.

1 O presente estudo tem como referência o acúmulo da pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”, coordenada pelas profas. Marilda Vilella Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos.

O subprojeto é composto por pesquisadores de diversas instituições universitárias públicas brasileiras, tendo como objetivo analisar as determinações particulares que favoreceram a construção da direção estratégica da perspectiva crítica no Serviço Social.

Nossa hipótese de trabalho é que a “virada crítica” e a construção do que chamamos de Projeto ético-político-profissional foram possíveis pelo processo organizativo da categoria profissional, na disputa pela direção ético-política das organizações do Serviço Social brasileiro. Este processo, iniciado ainda nos anos de 1960-1970, se deu, simultaneamente, entre as vanguardas vinculadas às universidades e ao sindicalismo.

Esse percurso levou à resignificação profissional no país, tendo como marco o conhecido “Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina” (1965-1975)² propondo uma ruptura com o conservadorismo profissional, constituindo nova direção ético-política, aproximando-se das vertentes críticas. Nesse “Movimento”³ tornou-se possível pensar as particularidades da América Latina, o papel insubordinado e de resistência desta região do mundo, tida como a periferia do capitalismo.

Ainda que levando em consideração os reveses impostos em vários países pelas ditaduras militares,⁴ o Movimento da Reconceituação

2 Conferir: Pinto *et al.* (2023); Eiras, Moljo e Duriguetto (2022); Iamamoto e Santos (2021).

3 “Movimento” propunha construir um Serviço Social “verdadeiramente” latino-americano, questionando as influências norte-americanas e europeias. Do ponto de vista ideo-político ou ideo-cultural, recebeu influências da teologia da libertação, da teoria da dependência, dos diversos marxismos, assim como do educador brasileiro Paulo Freire. Entretanto, não foi homogêneo, considerando as características da formação sócio-histórica de cada país, assim como pelas próprias particularidades da construção do Serviço Social nestes contextos.

4 Como é de amplo conhecimento, as ditaduras militares se instalaram no continente desde a década de 1930. Nos anos 1960 elas vão se sincronizando e articulando, primeiro no Brasil em 1964, no Chile e Uruguai em 1973, na Argentina em 1976, entre outros países.

permitiu a articulação entre setores críticos da categoria profissional na região da América Latina e Caribe, com a importante articulação do CELATS (Centro Latino-americano de Trabajo Social).

O Brasil foi um dos primeiros países a sofrer o golpe empresarial-militar e, conseqüentemente, a se isolar dos debates mais críticos da profissão, embora a “ruptura com o conservadorismo” começasse a ganhar novas expressões ainda no processo da ditadura empresarial-militar. Netto (1991) chama esse processo de renovação do Serviço Social brasileiro,⁵ que não pode ser pensado sem o impacto da ditadura (1964-1985) no mundo da cultura e no papel da Universidade. O conservadorismo político e teórico inicia o seu processo de erosão, aproximadamente nos anos 1960, fruto das lutas sociais e movimentos sociais que eclodiram no mundo e também no Brasil. Na crise da ditadura empresarial-militar, o Serviço Social consolidou a crítica ao conservadorismo na profissão e, desde 1990, vem afirmando o projeto ético-político-profissional, assentado na defesa da democracia, dos direitos humanos, da liberdade como valor ético central e formação e defesa do exercício profissional com autonomia.

Nossa investigação busca demonstrar o significado das entidades nacionais da categoria, que articuladamente, assumem como importante e fundamental a aproximação das lutas sociais em prol da democratização da sociedade brasileira, nas diversas formas de organização da classe trabalhadora e como isto se expressa e se relaciona com os fundamentos do Serviço Social.

5 Conforme Netto (1991), são três as direções que assumiu a renovação no Brasil, duas destas conservadoras, com base no positivismo, no estrutural-funcionalismo e na fenomenologia. A primeira denominada de modernização conservadora se expressa nos conhecidos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1971). A segunda vertente denominada de Reatualização do conservadorismo se expressa nos documentos de Sumaré (1979) e Alto da Boa Vista (1984). A terceira direção denominada de Intenção de Ruptura, se expressa na experiência do projeto da Escola Católica de Belo Horizonte, conhecido como o Método BH (1972-1975), tendo como suporte a teoria social de Marx, em articulação com o Movimento de Reconceituação da América Latina.

A literatura profissional analisa que o Serviço Social, em suas origens, buscou a institucionalização da profissão sem críticas ao desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo, muitos ganhos das pioneiras da profissão são fundamentais até hoje, particularmente em seu processo organizativo como categoria e o legado de regulamentação da profissão no país. O que são e como foram construídas as entidades da categoria no país e de que forma constituem-se em organização política ao longo da história? Qual orientação ético-política as respectivas organizações no âmbito do trabalho e da formação profissional expressam?

Essa exposição está dividida em três itens: o primeiro vai explicitar o percurso da pesquisa que dá título ao texto. O segundo item enfatizará o histórico das organizações do Serviço Social, desde a criação das primeiras escolas na década de 1930, até os dias atuais. O terceiro item, à guisa de conclusão, explicita uma breve indicação oriunda da revisão bibliográfica, com apontamento de algumas questões a serem abordadas na fase empírica da investigação em andamento.

O PERCURSO DA PESQUISA

O nosso objeto de estudo é a profissão do Serviço Social no Brasil, em sua dimensão organizativa, tomando como campo analítico o papel das entidades representativas da profissão e suas contribuições e desafios para a consolidação do projeto ético-político-profissional, desde o período conhecido como “virada crítica”. Nos perguntamos sobre as forças sociais presentes nessa construção e a relação que se estabeleceu com o movimento sindical, bem como com os marcos de transformações na sociedade brasileira, desde os anos 1980. Dessa forma, de modo geral, objetivamos analisar as determinações particulares que favoreceram a “virada crítica” na organização político-pedagógica da categoria e a vinculação do Serviço Social brasileiro com as lutas da classe trabalhadora.

Para isso, faz-se necessário pensar o Brasil em seu processo histórico, para encontrar as determinações que particularizam a forma como o país vinculou-se à divisão internacional do trabalho, consolidando um Estado monopolista e sua relação com as classes sociais, para aí situar como foi se construindo estrategicamente a virada crítica na profissão e como suas entidades construíram legitimidade junto à categoria profissional.⁶

Na tradição marxista, a dimensão histórica é sempre imprescindível, por permitir uma melhor compreensão do presente, não por esse ser uma mera continuidade do passado, mas por conter elementos que condensam estrutura e conjuntura numa dada formação social, política e econômica. Essa direção nos leva a situar a modernização do Estado, quando opera pactos de elites, decisões pelo alto, uma marca constante na sua estruturação e que está presente nas formas como as profissões foram regulamentadas. Os Conselhos de profissão foram inicialmente criados como pessoas jurídicas de direito público. Atualmente os conselhos de profissão são considerados autarquias federais de natureza pública, sendo órgãos de defesa das profissões liberais regulamentadas.

Em nosso caso, a categoria profissional encontrou uma forma criativa e autônoma de lidar com a atividade que está submetida à fiscalização de um Conselho Profissional (GRESS-CFESS), no cumprimento da Lei de regulamentação (Lei nº 8.662/93) e de um Código de Ética. Ao lidar com essa imposição, pôde auto instituir os seus próprios ordenamentos jurídico-normativos, o que permitiu a conformação de um projeto de formação e de organização política, nos termos do Projeto ético-político profissional.

Como sujeitos, assistentes sociais, realizaram a crítica teórica ao modo de produção capitalista, conectando a proposição de um projeto

6 O capitalismo no Brasil se estabeleceu e se desenvolve em seu curso histórico, como particularidade na totalidade do capitalismo, portanto, entendemos ser incontornável decifrar sua formação socioeconômica.

profissional a um projeto societário anticapitalista. Essa contradição pode se expressar no Brasil, o que nos leva a perguntar como a exploramos e o que nos diferencia em relação à profissão em outros países?

Dessa forma, o processo da pesquisa inicia-se com a reflexão sobre o real, iniciado com a revisão bibliográfica, no intuito de construir indicações mais abstratas, de conceitos a serem apreendidos, como ponto de partida. Com a pesquisa documental, buscaremos localizar documentos históricos, em posse das entidades, para remontar a história destas, dos sujeitos envolvidos e dos vínculos com os contextos históricos. Com a pesquisa de campo, realizaremos entrevistas, relatos orais, histórias de vida, buscando reconstruir uma memória histórica, para avançar nas análises. Ademais, pretende-se fomentar a interlocução acadêmico-intelectual entre as(os) pesquisadoras(es) no país e entre essas(es) e demais pesquisadoras(es) da área, nacionais e internacionais, investindo na formação de novos quadros profissionais.

A partir desses procedimentos, será possível identificar categorias analíticas, com novos níveis de abstração, que nos permitam decifrar a profissão no Brasil e o que passou a se denominar projeto ético-político profissional, na relação com as entidades representativas.

AS ORGANIZAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL: ACHADOS INICIAIS DA PESQUISA

No Brasil, desde as protoformas do Serviço Social, uma das características da profissão foi a interlocução internacional, na busca de subsídios para pensar a profissão. Exemplo disso foram as viagens de pioneiras, como Maria Rita Kehl e Albertina Ferreira Ramos, para a Europa entre 1932 e 1936, marcando também o pertencimento de classe social. Como resultado de uma dessas viagens, o grupo de pioneiras brasileiras organizou entre 15 de março e 27 de maio de 1932, na cidade de São Paulo, um curso ministrado pela

Mademoiselle Adèle de Loneux (professora da Escola de Serviço Social de Bruxelas). No encerramento do curso, por indicação da docente, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), sendo esse um espaço do laicato católico em busca de uma qualificação para as tradicionais formas de filantropia (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Decorrente desse processo, em 1936, foi criado o primeiro curso de Serviço Social em São Paulo, que hoje integra a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP e, em 1937, no Rio de Janeiro, atualmente a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC-RJ. Numa análise de totalidade, Yamamoto e Carvalho (2014), consideram que a criação da profissão se situa no bojo da reação católica, originada na preocupação com a laicização do país.

Em 1944, apenas oito anos depois da criação do primeiro curso, aconteceu a Semana de Estudos de Serviço Social, no Instituto Social do Rio de Janeiro, promovido pelas Escolas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, pelo Instituto Social de São Paulo e Curso de Assistentes Sociais da Escola Ana Nery/RJ. Nesse evento “quatro temas foram objeto de debates: ‘associação de assistentes sociais; defesa da profissão de assistente social; campos de Serviço Social e orientação e coordenação de obras sociais’” (Lima, 1987, p. 67).

Em 1945 aconteceu, no Chile, o 1º Congresso Pan-americano de Serviço Social, em comemoração aos 20 anos do pioneiro curso chileno. O Brasil se fez presente, com destaque para as conferências realizadas por representantes das Escolas de Serviço Social de São Paulo e do Rio de Janeiro (Lima, 1987). O segundo Congresso foi realizado no Brasil, em 1949 (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Com a expansão das escolas de Serviço Social no país, em 1946, foi criada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) enquanto um “órgão coordenador e orientador das escolas na defesa do aprimoramento do ensino de Serviço Social” (Lima, 1987, p. 66). No seu processo de criação contou com a participação das escolas de Serviço Social de São Paulo e do Rio de Janeiro, . A criação da ABESS expressa uma nítida preocupação com determinada qualidade da

formação profissional. Naquela época as pioneiras estavam preocupadas com a proliferação de cursos de Serviço Social sem critérios de qualidade.

Também em 1946, foi criada a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) que: “[...] tinha por finalidade a atualização das técnicas de Serviço Social e o aperfeiçoamento cultural do assistente social. Foi o primeiro organismo a preocupar-se com o aperfeiçoamento e a garantia do nível da profissão, em defesa de seus interesses éticos” (Lima, 1987, p. 66-67). De acordo com Yamamoto e Carvalho (2014) a ABAS tinha por finalidade o reconhecimento da profissão e a defesa de seus interesses corporativos e funcionava a partir de seccionais em diversos estados.

Também em 1946, mesmo ano de criação da ABESS e ABAS, foi fundado o Comitê, que posteriormente originou o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). Sua origem se dá na participação do Brasil na Conferência Internacional de Serviço Social.

Em 1947 a profissão no Brasil promoveu seu 1º Congresso Brasileiro de Serviço Social. Ainda que, naturalmente, os pressupostos do debate tenham sido a Doutrina Social da Igreja Católica, é notável que já tenha ocorrido a apresentação de trabalhos, dando início a uma prática congressual na profissão, o que persiste nos dias atuais.

Nos anos de 1970, nos estados, se organizavam as Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS), que tinham por objetivo a organização da categoria. A trajetória das APAS pode ser dividida em alguns momentos, sendo o primeiro deles correspondente ao período de sua criação até sua desativação, devido à ditadura; o segundo, que abrange o período de paralisação durante o período ditatorial; o terceiro, que corresponde ao período de reativação até a transformação em sindicatos, com a CENEAS; e o quarto, que abrange o momento da formação da ANAS, federação autônoma de assistentes sociais. Ainda que na ditadura — existia resistência na profissão contra o autoritarismo (Abramides; Cabral, 1995, p. 215-216).

No que se refere à profissão no Brasil, identifica-se três marcos regulatórios. O primeiro, refere-se à publicação da Portaria nº 35 de 19/04/1949, que enquadrou o Serviço Social no 14º grupo das profissões liberais. Como segundo marco, tem-se a promulgação da Lei nº 1889/53, que dispôs sobre o reconhecimento legal do ensino, sua estruturação e prerrogativas dos portadores de diploma de assistente social. Já o terceiro, trata-se da promulgação, em 1957, da primeira Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 3.252/57), que foi completada pelo Decreto nº 994/1962, que por sua vez, instituiu a criação do CFAS e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS⁷ (Abreu, 2012).

Em 1993, com a promulgação da segunda e atual Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662/1993, houve a alteração do nome da entidade para Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).⁸

Numa análise da direção ético-política do conjunto CFESS/CRESS, podem ser identificadas preliminarmente três fases, que ainda serão mais bem compreendidas ao longo da pesquisa. A primeira delas, considerada como o período conservador da profissão, compreende os anos de 1963 a 1979. Entre 1980 e 1990, tem-se um tensionamento contra o conservadorismo, momento no qual setores mais críticos da profissão passam a assumir a direção de alguns CRAS e,

7 Os estados e o Distrito Federal foram agrupados em 10 CRAS, com as atividades iniciadas em 1963. À medida que a categoria profissional foi se expandindo, também foram sendo criados outros Conselhos Regionais e respectivas Seccionais nas microrregiões (Abreu, 2012).

8 Tal alteração de denominação não significou apenas uma adequação de nomenclatura, mas, essencialmente, uma mudança substantiva quanto à concepção referente à natureza do órgão de fiscalização e orientação do exercício profissional. A referência da denominação da entidade deixa de ser assistentes sociais, passando a ser Serviço Social, pois habilita o exercício profissional no país. Com a aprovação da nova Lei de Regulamentação Profissional em 1993, foi aprovado o novo Código de Ética Profissional ainda em vigência na atualidade, centrais na sustentação ético-política do projeto profissional.

posteriormente o CFAS, bem como tem-se a aprovação do Código de Ética de 1986. Já a partir da década de 1990, tem-se o momento da virada crítica no CFAS/CFESS. Como afirma Marlise Vinagre (2012), presidente do CFAS do triênio 1990-93, a chapa foi composta por dezoito militantes oriundos de CRAS, ANAS, ABESS, alinhadas ao projeto de “ruptura definitiva” com a estrutura conservadora do Conselho.

A partir daí foi construído todo o arcabouço jurídico-administrativo essencialmente democrático, embasado nos princípios do Código de Ética e a construção da Política Nacional de Fiscalização, em conjunto com os CRESS, cuja função é: “orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de assistente social”, numa perspectiva política-pedagógica, além de [...] funcionar como Tribunal de Ética Profissional [...]” (CFESS, 2012, p. 48-49). Nesses trinta anos, com gestões sintonizadas com a *virada* contra o conservadorismo, podemos afirmar que o CFESS, como sujeito coletivo, é um importante protagonista na construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil.

No âmbito da formação profissional, também podemos identificar três fases em seu processo de organização política. A primeira, de caráter conservador, que vai da origem dos cursos a partir de 1936, passando pela criação da ABESS em 1946 até a década de 1970, no período da ditadura empresarial-militar; a segunda que vai de 1970 a 1980, com o tensionamento ao conservadorismo através dos debates da categoria, tendo como marcos a convenção da ABESS em Natal em 1979, a aprovação do currículo mínimo do Serviço Social em 1979/82, e a convenção de Vitória em 1981 que muda o estatuto da ABESS, democratizando a entidade. A partir dos anos, 1980 inicia-se a terceira fase que consiste na consolidação do projeto ético-político com diversas mobilizações, como a convenção realizada em

Londrina/PR pela então ABESS⁹ em 1993, a partir da qual deliberou-se pela revisão curricular do Currículo Mínimo, em um intenso processo de mobilização em todo o país, durante três anos, culminando com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Serviço Social em 1996. Com as diretrizes, completam-se as bases normativas que amparam o que se denominou projeto ético-político profissional.¹⁰

À GUIA DE CONCLUSÃO

O presente estudo busca trazer à luz as determinações sócio-históricas que permitem considerar a particularidade das entidades organizativas da categoria no Brasil, estando em curso, não permitindo apontar conclusões. Apenas destacamos alguns elementos de síntese, que reafirmam a hipótese central de que a “virada crítica” repercutiu nas entidades nacionais do Serviço Social no Brasil, que, redirecionadas, passaram a ter um papel preponderante na organização política-profissional.

Reafirmamos que essa se situa no movimento da totalidade das relações sociais do capitalismo dependente, ao sair da análise fragmentada, focada tão somente na imediatividade do trabalho profissional.

9 A entidade foi criada como ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), posteriormente em 1973 seu nome foi mudado para Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, mantendo a mesma sigla, e desde 1998 é denominada como ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

10 A literatura profissional destaca as normativas que subsidiam o que posteriormente se denominou projeto ético-político profissional. Nesse contexto, a presente pesquisa busca a historicidade que permitiu as mediações construídas a partir do processo político-organizativo da categoria no interior das entidades nacionais e que incidiram na base das respectivas normativas no âmbito do trabalho e da formação profissionais.

Desde 1980, a hegemonia da direção estratégica da profissão expressa o compromisso com a classe trabalhadora e a mobilização em defesa da grande política no país, como um projeto ético-político articulado a um projeto societário. Esse processo organizativo histórico, resultante das disputas entre projetos profissionais, tem nas entidades representativas contribuições efetivas para a democratização das relações sociais no Brasil. Demarcamos a importância da concepção de sociedade e de humanismo embasada por fundamentos construídos a partir da literatura no campo da tradição marxista, o que permitiu o crescimento da pesquisa social, bem como a construção de estratégias políticas que ampliaram suas relações com a sociedade, levando as entidades nacionais a expressarem posições críticas e proposições que subsidiam o trabalho profissional, assegurando legitimidade e representatividade.

A pesquisa aqui apresentada busca apreender os nexos que permitem construir a hegemonia da direção social crítica nessas entidades, bem como levanta questões que permitirão localizar novas estratégias coletivas, inclusive no confronto com acirramentos de retrocessos conservadores, presentes nos tempos de “ultraneoliberalismo”. Os ganhos estão assegurados na relação indissociável entre trabalho e formação; na defesa de direitos; no combate a todas as formas de exploração, dominação, opressão; nas atuações conjuntas das entidades na produção e disseminação do conhecimento. Estes seguem sendo o ponto de partida do estudo mais pormenorizado sobre as condições históricas e a atualidade da direção democrática na organização política da categoria profissional no Brasil. A investigação ainda está na revisão bibliográfica, mapeando as indicações para sua fase empírica.

Como parte de uma discussão mais ampla sobre o Serviço Social na história, os achados sobre a organização política se integram ao conjunto de elaborações fruto da virada crítica, reafirmando a perspectiva do método dialético marxiano.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz C; CABRAL, Maria do Socorro Reis. *O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ABREU, Ana Cristina. A Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS-CRESS: avanços e particularidades. In: *Inscrita*, n. 13, p. 56-63. Brasília: CFESS, 2012.
- CFESS. *Código de Ética da(o) Assistente Social*. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso: 15 mar. 2023.
- CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 50, p. 172-190, abril, 1996.
- EIRAS, Alexandra A. L. T. S.; MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs.). *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.
- IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª ed. São Paulo: Ed. Cortez. 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Vilella; SANTOS, Cláudia Mônica. (Orgs.). *A História pelo Avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- LIMA, Arlette Alves. *Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

PINTO, A. P.; MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S.; MARRO, K. I.; DURIGUETTO, M. L.; ZAMPANI, R. O.; BRAVO, V. O. (Orgs.). *Trabajo social y reconceptualización en Argentina: entreluchas sociales y rupturas teórico-metodológicas*. Juiz de Fora, Brasil: Editora UFJF, 2023.

VINAGRE, Marlise. Gestão novos tempos: o amadurecimento teórico e político no debate da ética e da fiscalização nos anos 90. In: *Inscrita*, n. 13, Brasília: CFESS, p. 04-09, 2012.

ASOCIACIONES DE TRABAJADORAS/ES SOCIALES EN COLOMBIA Y SUS PROCESOS DE CAPACITACIÓN-FORMACIÓN

Sergio Quintero Londoño
Erika Alejandra González Zarate
Nora Liliana Guevara Peña
Luisa María Pulgarín Arboleda
Katerine Marcela Caro López
Mónica María Castañeda Gómez

INTRODUCCIÓN

Las asociaciones de profesionales de Trabajo Social en Colombia se fueron consolidando desde la década de los 1950; pero existe poca documentación, más allá de los archivos internos de cada una, que dé cuenta de las tendencias que estas abanderaban y los procesos adelantados históricamente por las mismas. En un intento por superar estos vacíos, este capítulo tiene como objetivo dar cuenta de los procesos formativos y de educación continua de las primeras tres asociaciones creadas en Colombia, correspondientes a los departamentos de Antioquia, Valle y Caldas, bajo la propuesta de evidenciar las posibilidades o no, de renovación crítica profesional desde esos escenarios de formación. Para lograrlo, se realizó un análisis documental y socio-histórico de cerca de 4000 archivos de las asociaciones, cimentando la revisión en los fundamentos teóricos y metodológicos

de la tradición marxista, a la par que se analizaron sus desarrollos en el marco del modo de producción capitalista en Colombia en el siglo XX, temporalidad escogida para esta revisión. El equipo que hizo parte de este proceso se articuló a partir de las convocatorias de investigación de la Fundación Universitaria Católica Lumen Gentium y la Universidad de Caldas, juntando investigadores/as de estas universidades, además de la Universidad de Antioquia, la Corporación Universitaria Minuto de Dios y las asociaciones de profesionales de Bogotá y el Valle.

Con base en este ejercicio investigativo, la primera asociación en crearse sería la Asociación de Trabajadores Sociales de Antioquia (ATSA) en el año 1952. Para esta época el país estaba inmerso en un proceso de desarrollo capitalista de carácter periférico, marcado por una modernización dependiente del capital financiero extranjero, múltiples reformas liberales y con ello, la reestructuración de los aparatos institucionales que respondían a las demandas de las masas trabajadoras gestadas hace varias décadas atrás, a propósito del desarrollo industrial que influyó en la consolidación del movimiento sindical en Colombia.¹

El Trabajo Social se constituía desde 1936 como una profesión que daba tratamiento especializado a las manifestaciones de la “cuestión social”, con un carácter técnico-asistencial, años después, hubo un proceso de tránsito de las escuelas de Servicio Social, ubicadas en su mayoría en Colegios Mayores, hacia los espacios universitarios, cualificando la profesión, y a la vez, aumentaron las asociaciones de profesionales en el país. Colombia, continuaba a un ritmo de crecimiento económico a partir de la producción de bienes de consumo durable que dieron paso a la industria química, metalme-cánica y la siderurgia,² todo ello, pese a la inestabilidad política y

1 Para profundizar en la consolidación del sindicalismo en Colombia, ver Caicedo (1982)

2 Ver más en Poveda (2014)

social dada la violencia generalizada en la denominada *época de la violencia* (Beltrán; Guevara, 2021).

El Trabajo Social por su parte, continuaba consolidándose en su tránsito hacia las universidades y dio paso a nuevas asociaciones en la década siguiente, Asociación de Trabajadoras/es Sociales del Valle del Cauca (ATSOVALLE) en 1960 y la Asociación de Trabajadoras Sociales de Caldas (ATSC) en 1966; ambas creadas en el marco del contexto que propició la Reconceptualización en Colombia.³ Las tres asociaciones referenciadas, serán el objeto de análisis en las siguientes sesiones, retomando puntualmente los procesos de formación y capacitación que las mismas propusieron durante su desarrollo en el siglo XX.

PROCESOS DE CAPACITACIÓN Y FORMACIÓN: LOS CASOS DE LAS ASOCIACIONES DE ANTIOQUIA, VALLE DEL CAUCA Y CALDAS

Asociación de Trabajadores Sociales de Antioquia — ATSA

La creación de la Asociación de Trabajadores Sociales en Antioquia (ATSA), se da en el año 1952 (denominada en ese entonces como Asociación de Asistentes Sociales de Medellín), momento en el que se estaba consolidando en el Departamento de Antioquia una economía de importancia nacional a partir de la minería, la agricultura y el comercio.

Desde el surgimiento, el Asociación define como pilares: 1. la defensa profesional de sus miembros; 2. El perfeccionamiento personal y de sus métodos de trabajo y 3. El aprovechamiento de cursillos, seminarios, conferencias, etc. para avanzar cada vez más

3 Para profundizar sobre la Reconceptualización en Colombia, ver Quintero (2021a)

en el desempeño social. Es decir, desde sus inicios y durante su consolidación se tuvo como prioridad la formación y capacitación profesional; para ello, se estableció una estructura organizativa por medio de comités. En un primer momento, se establecieron comités de protocolo y divulgación, de la vida social, cultural y asuntos religiosos, luego se establecieron áreas relacionadas con trabajo laboral, readaptación de menores, médico social, instituciones de asistencia social, vivienda, infantil y rural. En ese orden de ideas, se establecieron comités para realizar revistas de difusión y boletines, promover las relaciones públicas y mejoramiento profesional, que buscaban dar viabilidad a estrategias para aumentar las afiliaciones y darle un lugar a ATSA en la región, reconociéndola como la primera asociación profesional en Colombia.

Los comités generados en sus primeros 10 años vieron diversas formas de consolidación y organización. A partir de la revisión documental realizada al archivo de ATSA, se identifica el comité de capacitación, encargado de identificar y desarrollar programas de capacitación profesional durante el semestre y aceptados en espacio de asamblea. Asimismo, operaban otros comités: publicaciones, ética profesional, integrado y divulgación. En el marco de esta estructura organizativa, ATSA adelantó diferentes actividades de formación profesional o capacitación, desde su surgimiento hasta finales de la década de los 1990, tal como se muestra en la siguiente tabla:

TABLA 1. Eventos de formación y capacitación organizados por ATSA

DÉCADA	TENDENCIA FORMATIVA	TEMAS ABORDADOS
Década de 1960	Identidad y reglamentación de la profesión	<ul style="list-style-type: none"> • Valores, propósitos y métodos del Trabajo Social. • Conocimientos de la profesión. • Sanción de la profesión. • Trabajo Social laboral

TABLA 1. Eventos de formación y capacitación organizados por ATSA

DÉCADA	TENDENCIA FORMATIVA	TEMAS ABORDADOS
Década de 1970	Identidad profesional	<ul style="list-style-type: none"> • TS y su Reconceptualización en los congresos latinoamericanos.
	Sobre lo gremial	<ul style="list-style-type: none"> • Papel de las asociaciones frente a la situación de TS.
	Relaciones laborales y con la industria	<ul style="list-style-type: none"> • Bienestar social laboral, estado actual y visión prospectiva • Seguridad en Salud
Década de 1980	Relaciones laborales y con la industria	<ul style="list-style-type: none"> • La informática y las ciencias sociales. • Balance social. • El sector solidario: avances y perspectivas del Trabajo Social. • Hacia un nuevo enfoque de investigación social • Modelo de administración participativa de SIMESA • Terapia familiar
	Organización gremial	<ul style="list-style-type: none"> • Presentación sobre los proyectos de la asociación y participación en el gremio.
	Identidad profesional	<ul style="list-style-type: none"> • Opinión del empleador sobre TS en el Sector Público-Privado. • Perspectivas de Trabajo Social en Medellín
	Intervención profesional	<ul style="list-style-type: none"> • Animación y promoción cultural • Sistematización de experiencias en Trabajo Social • Madres comunitarias del programa Hogares de Bienestar • Participación comunitaria en programas de Bienestar Social • Trabajo Social laboral
Década de 1990	No se evidencian en los archivos información a destacar sobre espacios de formación creados o propuestos por ATSA	

NOTA: Elaboración propia a partir de la revisión documental. Esta tabla contiene información sobre los eventos de capacitación y formación de ATSA en el siglo XX.

Estos eventos (que iban desde talleres hasta seminarios) los organizaron en algunos casos de manera conjunta con otras asociaciones, universidades (Universidad Pontificia Bolivariana, Universidad Católica Luis Amigó, Universidad de Antioquia) y entidades de orden nacional (Codesarrollo y Asociación Colombiana de Relaciones Industriales y Persona). Las mujeres participantes de la Asociación en Antioquia eran en su mayoría de una clase socioeconómica alta, esposas de políticos, comerciantes y profesionales, lo cual les permitía tener acceso a diferentes espacios e información de orden nacional e internacional. Los temas predominantes estaban asociados a los escenarios de intervención profesional (salud, familia, laboral, bienestar social) y a asuntos específicos como el día del Trabajo Social.

El desarrollo de los eventos exigía análisis de contexto teniendo en cuenta las condiciones del territorio en el cual se desarrollaba la profesión, predominando el que hacer sobre lo académico. Para esa época, la Asociación (y la profesión) tenía una tendencia conservadora que incidía en el análisis sobre las condiciones sociales y políticas del país y de la ciudad. Pese a ello, los debates de ATSA se centraban en la consolidación de la profesión y su lugar en los procesos de bienestar social desde lo técnico-asistencial que no respondían a las demandas de la clase trabajadora en avanzada. Además de los cursos, capacitaciones y seminarios, también había un interés por la educación formal posgraduada reflejada en el comité integrado, responsable de las decisiones alrededor de la creación de una escuela de postgrado de Trabajo Social en Colombia, evidenciando con ello la importancia y lugar de la asociación a nivel nacional.

Todas estas acciones alrededor de la formación y la capacitación aportaron a la consolidación y dinamismo de ATSA porque movilizaba sus integrantes alrededor del análisis de contexto, relacionamiento, gestión y toma de decisiones internas, lo cual llevó a un proceso gremial orgánico, favorecido más adelante por el periodo de la Reconceptualización.

Asociación de Trabajadoras/es Sociales del Valle del Cauca — ATSOVALLE

En el marco del desarrollo capitalista nacional y regional, dando un tratamiento asistencial a la “cuestión social”, va a surgir la escuela de Servicio Social en Cali en el año 1954 de acuerdo con Torres (2005), con la autorización oficial para su funcionamiento mediante la resolución 2889 de 20 de septiembre de 1954. Después, teniendo en cuenta el Decreto 1297 de 1964, haría tránsito hacia la Universidad del Valle donde se oferta hasta la actualidad.

Por su parte, ATSOVALLE nace en 1960 en Cali y buscaba según estatutos, velar por la organización de los profesionales de la región, generar mayor reconocimiento al Trabajo Social y promover escenarios de capacitación y formación para fomentar el posicionamiento gremial en los espacios laborales, ampliando su campo de acción. La Asociación ha cambiado tres veces sus estatutos, en el año 1970 (cambió su nombre Asociación de Asistentes Sociales a Asociación de Trabajadores Sociales), en 1992 (amplió funciones responsabilidades de la junta directiva) y en el año 2008 (abrió la posibilidad de generar proyectos y financiación a partir de la razón de ser de la Asociación), lo cual no ha cambiado la tendencia sobre espacios de formación y capacitación.

Para cumplir el propósito fortalecido en la década de los 1990, consolidaron en la región una propuesta titulada “*miércoles de trabajo social*”; para ello, la Junta Directiva de abril de 1990 decide que la capacitación es pilar básico para el gremio y, a partir de ello, se conforma el Comité de Capacitación, lo cual inicia dicha propuesta con el fin de llevar al gremio temas de interés, después sería denominada “*jueves de trabajo social*”, proceso que ha tenido como propósito fomentar de manera semanal o quincenal espacios de formación, capacitación, debates y/o análisis de coyuntura, reuniendo para el los profesionales conferencistas con experiencia en el tema, junto con público de Trabajo Social con interés en la temática a debatir.

Esto ha comprometido a ATSOVALLE en la actualización profesional y lo ha relacionado con el gremio desde el contexto formativo. Adicional, la Asociación mencionó en varios archivos un programa de capacitación presentado por referentes del área en el Valle del Cauca, basándose en el proyecto CENTRAS (Centro Nacional de Trabajo Social).⁴

Con la información disponible se pueden categorizar tendencias formativas en ATSOVALLE, sobre todo desde la década de los 1980, en tanto que, pese a que la propuesta de formación se consolida en asamblea en los 1990, desde los 1980 se venía generando espacios de encuentro formativo entre sus egresadas/os, que dinamizan el lugar de la profesión en los escenarios público-privados. De estos procesos de formación se pueden detallar los siguientes elementos, como nos presenta en la tabla 3:

TABLA 2. Eventos de formación y capacitación organizados por ATSOVALLE

DÉCADA	TENDENCIA FORMATIVA	TEMAS ABORDADOS
Década de 1960	No se evidencian en los archivos información a destacar sobre espacios de formación creados o propuestos por ATSOVALLE	
Década de 1970		
Década de 1980	Relaciones laborales y con la industria	<ul style="list-style-type: none"> • Seguridad y salud ocupacional • Relaciones laborales • Legislación laboral • Cajas de compensación familiar

4 Hasta el momento con la revisión documental no se ha logrado contar con mayor información sobre este centro ni los procesos que logró adelantar.

TABLA 2. Eventos de formación y capacitación organizados por ATSOVALLE

DÉCADA	TENDENCIA FORMATIVA	TEMAS ABORDADOS
	Intervención profesional	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas sociales y espacios de asistencia social • Bienestar social • Investigación en trabajo social • Gerontología y ancianidad • Familia y sexualidad • Balance social, mediciones de la política social
	Reglamentación profesional	<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidades de los profesionales • Espacios socio-ocupacionales del Trabajo Social • Funciones del Trabajo Social
Década de 1990	Reforma constitucional colombiana	<ul style="list-style-type: none"> • Balance de la reforma • Responsabilidad del trabajo social ante la reforma • Derechos humanos en Colombia
	Intervención profesional	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematización de experiencias • Gerontología y atención a adultos mayores • Conmemoración día clásico del trabajo social
	Organización gremial	<ul style="list-style-type: none"> • Desempeño profesional y gremial • Situación de la profesión en América Latina • Relaciones con instituciones público-privadas.

NOTA: Elaboración propia a partir de la revisión documental. Esta tabla contiene información sobre los eventos de capacitación y formación de ATSOVALLE en el siglo XX.

Desde los escenarios de capacitación y formación continuada, propuestos por ATSOVALLE desde la década de los 1980 adelante, se pueden dimensionar tendencias en su desarrollo en el siglo XX: sobre las relaciones o condiciones laborales para brindar información a los profesionales de cambios y reformas en al ámbito del trabajo y promoción de escenarios de defensa del lugar de la profesión en los escenarios laborales. Así mismo, se observan temáticas sobre el que hacer profesional, poblaciones (jóvenes, niños/as, familias, adultos

mayores), entre otros; y también temas asociados a la organización gremial frente a la situación del Trabajo Social en América Latina.

A partir de lo planteado, se puede decir que ATSOVALLE tuvo tendencias que podrían considerarse modernizantes, como su búsqueda por dar mayor estatus a la profesión y por ende reivindicarla, pensarse temas como la gerontología y la ancianidad de cara al futuro laboral y de seguridad social, su proceso de participación en los escenarios de consolidación de la reglamentación profesional, así como los debates alrededor de la reforma de la constitución en la década de los 1990, entre otros. Sin embargo, las mismas no logran materializarse en transformaciones reales de la profesión para la época estudiada, ni fundamentan claridades en la búsqueda de la renovación crítica del Trabajo Social, a partir del ejercicio gremial de la época.⁵

Asociación de Trabajadoras Sociales de Caldas — ATSC

En 1966 se crea la Asociación de Trabajadoras Sociales de Caldas (ATSC) y se legaliza mediante Resolución 1274 del 3 de diciembre de 1969; sus órganos de dirección fueron la Asamblea de Socios y la Junta Directiva; tenía por intención promover la defensa y visibilidad de la profesión, aportar a la acción gremial, articular acciones con otros organismos profesionales y aportar en la capacitación/actualización permanente de las/os asociadas/os.

Según el archivo de la ATSC, sus estrategias organizacionales variaron a lo largo del tiempo, permaneciendo el interés por la capacitación, comunicación, y durante las últimas décadas, la Investigación; estos procesos se llevaron a cabo con diferentes organismos como la Facultad de Trabajo Social de la Universidad

5 Sobre la modernización conservadora en Colombia, ver Quintero 2021b.

de Caldas, el Consejo Nacional para la Educación en Trabajo Social (CONETS), la Federación Colombiana de Trabajadores Sociales (FECTS), el Consejo Nacional de Trabajo Social (CONTS), la Asociación Latinoamericana de Enseñanza en Trabajo Social (ALAETS) y el Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), incluso con asociaciones externas a la profesión.

Durante el periodo que fue posible recuperar archivos (1987-1999), se identifican tres escenarios sobre capacitación o formación continuada: 1. Capacitación organizada por la propia Asociación, convocando profesionales más jóvenes y destacadas/os para compartir conocimientos a otros/as colegas; en ocasiones no sólo se cumple el objetivo de socializar conocimientos, sino que se gestionan recursos económicos. 2. Espacios organizados por entidades del Trabajo Social o de otras áreas del conocimiento, que a solicitud de la Asociación, comparten desarrollos académicos y procedimentales del mundo laboral; y 3. Eventos organizados por diferentes entidades profesionales, algunas del Trabajo Social, que presentan contenidos de interés para profesionales de diferentes regiones del país; en este caso se destacan las capacitaciones de otras Asociaciones de Trabajo Social y eventos como el Congreso Nacional de Trabajo Social o eventos internacionales organizados por ALAETS-CELATS. A continuación, se pueden observar las acciones realizadas y los temas pesquisados en los dichos eventos:

TABLA 3. Eventos de formación y capacitación organizados por ATSC

DÉCADA	TENDENCIA FORMATIVA	TEMAS ABORDADOS
Década de 1980	Relaciones laborales	<ul style="list-style-type: none"> • Balance social
	Intervención profesional	<ul style="list-style-type: none"> • Desastres sociales • Sistematización de experiencias • Práctica profesional • Rehabilitación vecinal
Década de 1990	Intervención profesional	<ul style="list-style-type: none"> • Movimientos sociales y educación popular • Desarrollo comunitario • Mujer y desarrollo • Administración de programas de alimentación. • Salud • Dimensión ambiental • Estrategias gerontológicas • Desarrollo personal • Proyectos sociales — indicadores sociales • Educación a la familia
	Relaciones laborales	<ul style="list-style-type: none"> • Bienestar social laboral • Salud ocupacional • Reingeniería y servicio • Familia y cotidianidad
	Investigación social	<ul style="list-style-type: none"> • Investigación en Trabajo Social
	Reforma constitucional	<ul style="list-style-type: none"> • Nuevo ciudadano
	Identidad profesional	<ul style="list-style-type: none"> • Especificidad e identidad profesional
	Conflicto nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Desplazamiento forzado

NOTA.Elaboración propia a partir de la revisión documental. Esta tabla contiene información sobre los eventos de capacitación y formación de ATSC en el siglo XX.

La apropiación de conocimientos que respondían a los nuevos escenarios de intervención exigió del Trabajo Social, y de la ATSC un análisis de las diferentes coyunturas, regionales y nacionales. Los

hechos relevantes que merecen mención son: la erupción del nevado del Ruiz en 1985, que provoca capacitaciones como la *Intervención del trabajador social en desastres naturales* (1987). De igual forma sucede con la promulgación de la Constitución Política de 1991, que, al pretender garantizar derechos sociales y mecanismos de participación, abre un abanico de posibilidades de intervención profesional, lo que fue analizado en los *Talleres del nuevo ciudadano* (1992). También se destaca la temprana experiencia de formación de la Asociación frente a la dimensión ambiental, que desde 1992 explora el Trabajo Social en este campo.

Uno de los principales escenarios de formación/capacitación en que participan las asociaciones gremiales en Colombia, son el Congreso Nacional de Trabajo Social, realizado desde 1957 (García, 1962) con carácter itinerante, garantizando la participación y la organización de las diferentes asociaciones, en compañía de la FECTS, el CONETS y CONTS. De las asociaciones aquí analizadas, se debe recordar que fueron organizadoras del II Congreso en 1962 (entonces llamado Congreso de Servicio Social⁶) (ATSA), el VII Congreso en 1991 (ATSOVALLE) y el XI Congreso en 2003 (ATSC).

De acuerdo a la información presentada, se puede afirmar que ATSC contó con una amplia y permanente red de cooperación para sus espacios de capacitación/actualización dejando ver su legitimidad a nivel local y nacional, así como la diversidad de áreas de interés para el gremio. Se destaca que, si bien estos espacios representan un aporte valioso en la acción y cualificación profesional, no garantizan por sí solos un ejercicio profesional crítico con horizontes emancipatorios; por ejemplo, el taller *El servicio, una acción crítica y clave de la organización* (1994) evidencia una lógica mercantil enfocada en la “calidad integral”, con una visión empresarial para satisfacer

6 Contreras M. (2024) Memoria del II Congreso Nacional de Servicio Social (Medellín, 1962). Revista Trabajo Social vol. 26 n. 1, en-jun 2024, ISSN (en línea): 2256-5493, Bogotá · 357-378.

al cliente, optimizar recursos y aumentar productividad. El mismo carácter conservador se presenta en el *Foro de movimientos sociales y educación popular* (finales de 1980), frente al cual, en el informe de ATSC hay una respuesta conservadora contraria a los fundamentos y propuestas críticas de otros colegas participantes.

CONCLUSIONES

Es claro que, para las asociaciones analizadas, la formación y capacitación continuada fue piedra angular para la cualificación del trabajo profesional, así como para el reconocimiento y legitimidad, tanto en el debate de las ciencias sociales, como frente a las demandas sociales. Estos procesos contribuyeron de manera significativa en la consolidación de procesos asociativos, que al mismo tiempo crearon toda una estructura institucional en términos académicos, gremiales y legales; de allí, las contribuciones indiscutibles para la profesión.

La capacitación se da en torno a temas de interés y al contexto en que se lleva a cabo el trabajo profesional; ello posibilita una intervención actualizada y técnicamente competente; sin embargo, la cualificación técnica no necesariamente se articula con un compromiso ético-político que dé respuestas consecuentes a las demandas de las clases trabajadoras y subalternizadas.

Entendiendo que las preocupaciones fundamentales de las asociaciones en materia de capacitación giran en torno a temas técnicos, buscando legitimidad y mejores condiciones laborales, distanciadas de los intereses y las luchas concretas que procuran procesos emancipatorios, queda claro que la capacitación y formación ofertada por estas obedecen a un proceso de *modernización conservadora* que ocupa varias décadas de la segunda mitad del siglo XX y se extiende hasta la contemporaneidad.

REFERENCIAS

- ATSOVALLE. *Estatutos de la asociación de trabajadores sociales del Valle del Cauca*. Atsovalle, Cali-Colombia, 1970.
- ATSOVALLE. *Estatutos de la asociación de trabajadores sociales del Valle del Cauca*. Atsovalle, Cali-Colombia, 1992.
- ATSOVALLE. *Estatutos de la asociación de trabajadores sociales del Valle del Cauca*. Atsovalle, Cali-Colombia, 2008.
- BELTRÁN, R.; GUEVARA, N. (Ed). *Historia del Trabajo Social en Colombia: Una aproximación crítico-dialéctica*. Corporación universitaria Minuto de Dios. UNIMINUTO. 2021. DOI: Disponible em: <https://repository.uniminuto.edu/items/fb008338-1823-4b33-b4ff-a3222c6d1be5>.
- CAICEDO, E. *Historia de las luchas sindicales en Colombia*. Ediciones Ceis, 1982.
- COMISIÓN DE LA VERDAD. (n.d.). *El agotamiento del Frente Nacional*. Comisión de la Verdad. Disponible em: <https://www.comisiondelaverdad.co/el-agotamiento-del-frente-nacional>.
- CONTRERAS, M. Memoria del II Congreso Nacional de Servicio Social (Medellín, 1962). *Revista Trabajo Social*, vol. 26 n.1, en-jun 2024, issn (en línea): 2256-5493, Bogotá, 2024, p. 357-378. Disponible en: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/tsocial/article/view/112250/aportesfreireanos>.
- GARCIA. (2 de abril de 1962). Congreso de Servicio Social se Efectuará Este Mes en Medellín. *El Tiempo*. Disponible en: <https://acortar.link/UO9o49>.
- POVEDA, G. Ascenso, avance y colapso de la industria en Colombia (1900-2014). *Revista Deslinda*. Edición 54. Cede trabajo, Bogotá, 2014.

- QUINTERO, S. *La reconceptualización del Trabajo Social en Colombia: análisis histórico-crítico de las décadas de 1960-1970*. Libro de Investigación, Universidad de Caldas. Manizales-Colombia, 2021a.
- QUINTERO, S. O processo de modernização do Serviço Social na Colômbia: determinantes histórico-sociais. En: IAMAMOTO, M; SANTOS, C. M. (Coord.). *A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. Cortez Editora, Brasil, 2021b.
- TORRES, L. Primera parte: Ubicación histórica. En: TORRES, L.; RINCÓN, M.; GIRALDO, C.; OSPINA, A.; MALDONADO, M.; ESTRADA, V.; CASTRO, A.; ECHEVERRY, M.; RODRÍGUEZ, A.; CARVAJAL, A. *Historia de la Escuela de Trabajo Social y Desarrollo Humano de la Universidad del Valle 1953/2003 “Cincuenta años aportando al desarrollo de la región”*. Universidad del Valle, Cali, 2005.

CUESTIÓN SOCIAL, LUCHAS SOCIALES Y TRABAJO SOCIAL EN EL URUGUAY

DE LA TRANSICIÓN DE LA DICTADURA HASTA EL NEOLIBERALISMO

Alejandro Casas
Adela Claramunt
Sandra Leopold

INTRODUCCIÓN

El texto avanza sobre algunos antecedentes, fundamentos y algunos trazos socio históricos de una investigación en curso, vinculada al programa de investigación regional y mundial “Serviço Social na História: questão social, movimentos e lutas sociais na América Latina e Europa. (1960-2020)”. En la versión uruguaya de esta investigación se persigue el propósito de analizar la vinculación entre expresiones de la cuestión social, las luchas sociales y el Trabajo Social en el Uruguay entre 1967-1992, con énfasis en el estudio de las manifestaciones de resistencia a la dictadura y a la hegemonía neoliberal, protagonizadas desde el Trabajo Social en el país. Desde una visión centrada en las memorias colectivas y fundada en una perspectiva crítica, la propuesta procura abarcar un período poco estudiado de forma sistemática de la historia más reciente del Trabajo Social en el Uruguay. Se coloca el foco, inicialmente, en los procesos de disputa hegemónica y luchas sociales que desembocan, en la segunda

mitad de los años 1960, en un creciente autoritarismo sociopolítico de parte de las clases dominantes, conduciendo a la implantación de la dictadura cívico militar que se instaló en el país entre 1973 y 1985. Al mismo tiempo, se pretende poner énfasis en las luchas por la transición democrática y el período de la implementación más consolidado de políticas neoliberales y de ajuste estructural. En suma, la investigación procura echar luz acerca de la vinculación entre expresiones de la cuestión social, luchas sociales y Trabajo Social en el Uruguay, en el contexto socio histórico de las transformaciones estructurales que se vienen produciendo desde el último tercio del siglo XX en el proceso de acumulación y las crisis capitalistas a escala planetaria y sus expresiones regionales y nacionales.

Desde el punto de vista teórico-metodológico, se apela fuertemente a una propuesta teórico crítica y a una perspectiva centrada en la memoria y rememoración, desde las experiencias y vivencias profesionales, docentes, estudiantiles y de las luchas sociales. (cf. Benjamin, 2005 y 2006; Jelin, 2020; Zemelman, 2005; Abensour, 2016; Hinkelammert, 1990, entre otros.) A los efectos de su implementación la investigación incluye el estudio de: fuentes documentales (planes de estudio, publicaciones académicas y sindicales, sistematizaciones de prácticas preprofesionales, documentos institucionales, etc.); investigaciones académicas, históricas y teóricas sobre las temáticas y dimensiones a ser abordadas; entrevistas en profundidad a actores relevantes exponentes de los diferentes momentos socio históricas definidos por la investigación; y grupos de discusión con informantes calificados.

Finalmente se prevé el ordenamiento, categorización y análisis de la información, en virtud de las referencias teóricas que dan sustento a la investigación y en función de los siguientes ejes predefinidos: continuidades y transformaciones en la cuestión social y en la correlación de fuerzas en términos de las disputas hegemónicas en el período 1973-1992 y en los subperíodos a estudiar, con énfasis para las condiciones de trabajo, reproducción y luchas de la clase

trabajadora y sectores populares en general, así como para la constitución de sujetos colectivos; Formación (planes de estudio (1967, 1987, 1992) en relación con los cambios de institucionalidad: de la Escuela Universitaria de Servicio Social (EUSS) al Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República (DTS FCSUDELAR); Organización socio política (movimiento estudiantil, surgimiento y desarrollo de la Asociación de Asistentes Sociales del Uruguay, ADASU) y vínculos y/o articulaciones con sujetos colectivos (relaciones con colectivos específicos: Plenario Intersindical de Trabajadores — Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT), movimiento cooperativo, redes con colectivos de educación popular, derechos humanos, entre otros), a través del vínculo desde la formación, la investigación, la organización socio política y las experiencias profesionales.

A continuación, se revisan algunos antecedentes históricos sobre el surgimiento y desarrollos más tempranos del Trabajo Social en el Uruguay, para luego centrarnos en el período y las dimensiones de la investigación en curso.

DE LAS BASES DEL URUGUAY MODERNO AL INICIO DE LA DICTADURA: EL SURGIMIENTO Y DESARROLLO DEL TRABAJO SOCIAL

Las condiciones generadas en Uruguay a partir de finales del siglo XIX y comienzos del XX, propias de las peculiaridades de la modernización en clave capitalista, sentaron las bases para la constitución de un Estado interventor en el diseño de las políticas sociales, asociado a las administraciones de José Batlle y Ordóñez desarrolladas entre 1903-1907 y 1911-1915 (Filgueira y Filgueira, 1994, p. 16-23). En la literatura especializada en la matriz de protección social uruguaya implementada a inicios del siglo XX, existe amplio consenso en describir un sistema de políticas sociales fuertemente

institucionalizado, estructurado sobre una base de prestaciones de carácter universal en educación y estratificada en materia sanitaria y de seguridad social, que tendió a incorporar a la mayoría de los sectores asalariados y capas medias urbanos, con una incorporación tardía de los trabajadores rurales (Filgueira, 1998). Estas son referencias ineludibles a los efectos de comprender el surgimiento, consolidación y desarrollo del Servicio Social en el país.

Acosta (1997) señala que el Servicio Social se integra a un proceso marcado fuertemente por la adelantada secularización de la sociedad uruguaya propia del batllismo, el avance del positivismo y de una de sus expresiones, el higienismo. Este es entendido, como “parte de un proyecto socio-cultural de gobernar por hegemonía a las ‘clases peligrosas’, en el marco del ‘industrialismo’ o de la implantación del ethos ‘productivista’, acostumbrándolas a ser constantemente vigiladas y controladas en nombre de la salud” (Acosta, 2001, p.128). Según Ortega, desde esta perspectiva las tareas que se le asignan a las “visitadoras Sociales” hasta la década del 1950 estarán centradas en: “[...] la acción de prevención, divulgación, enseñanza y convencimiento” (Ortega, 2008, p. 47). Con el objetivo de instruir en los beneficios de la higiene, las “visitadoras Sociales” actuaron con carácter de figura auxiliar del naciente poder médico nacional.

A su vez, analizar la formación del Trabajo Social en Uruguay supone considerar un largo proceso socio histórico que se inicia en 1927 cuando se instala el primer programa de estudio para «visitadoras sociales de higiene» en el Instituto de Higiene Experimental de la Facultad de Medicina (Ortega, 2008; Bralich, 1993). De esta manera, el Trabajo Social comienza su desarrollo a partir de una relación de subordinación con la institución médica y particularmente con el movimiento higienista que, como ya fue señalado, hegemonizó el proceso de modernización capitalista del país desde fines del siglo XIX (Acosta, 2016). Luego se sucede un periplo que supone la inscripción de la formación a nivel ministerial y público (Ministerio de Salud Pública y Ministerio de Instrucción Pública y

Previsión Social), la creación de una Escuela de Servicio Social en 1937 a nivel privado, que cuenta con el auspicio de la Unión Católica Internacional de Servicio Social y finalmente el surgimiento de la Escuela Universitaria de Servicio Social en 1957, por primera vez en el marco de la Universidad de la República de Uruguay (UdelaR, única institución pública universitaria, de amplísima trayectoria en el país).

A partir de 1950, las indagaciones de Ortega (2008) en relación al devenir del Servicio Social en el campo médico sanitario uruguayo, identifican, la influencia de corrientes preventivistas como resultado de la influencia de la racionalidad técnico-pragmática, ejercida por Estados Unidos a nivel continental y que ejercerá un alto impacto en las bases constitutivas del Servicio Social latinoamericano, puestas en cuestión, posteriormente, a partir de los debates iniciados en el continente por el Movimiento de Reconceptualización. En esta coyuntura de mitad de siglo XX, el discurso que adopta el Servicio Social hace especial hincapié en la responsabilidad de los individuos acerca de su condición sanitaria. Se trata de un modelo etiológico renovado en el que la responsabilidad individual y familiar adquiere preeminencia por sobre los factores sociales y ambientales para la preservación de la salud y del orden social. No obstante, esta atribución de responsabilidad encuentra un obstáculo en “las carencias en los conocimientos adquiridos por ellos mismos, [individuos y familias] lo cual les impediría escoger las mejores opciones posibles en materia de ‘estilos de vida’ saludables” (Ortega, 2011, p. 98). Por ello, la necesidad de agentes especializados se vuelve un imperativo “para encauzar desviaciones, mitigar sufrimientos y exaltar el valor de la responsabilidad individual.” En este contexto, “la inscripción asalariada, estatal y de género, expresada en el carácter de profesión femenina, se revelan en este momento como marcas inconfundibles del nacimiento de la profesión en el Uruguay” (Ortega, 2008, p.124).

Hasta mediados de los años 1950, se instala en el país un proyecto de desarrollo capitalista, impulsado exitosamente por la débil fracción industrial de la burguesía nacional y habilitado por una singular

coyuntura internacional que posibilita la inserción en el mercado mundial de una economía agroexportadora, que cuenta con precios sumamente elevados de carne y lana hasta promediar la mitad del siglo XX. Uruguay vive durante la segunda pos guerra su etapa feliz, sobre la que se consolida la leyenda de *la Suiza de América*. Sin embargo, con la finalización de la Guerra de Corea, los límites del modelo comenzaron a percibirse con mayor nitidez y afloran todas las debilidades de la propuesta. Avanzada la década del 1960 la crisis constituye la expresión abarcativa de la situación del país. En este contexto se configura, lo que Daniel Olesker denomina “modelo de reajuste autoritario”, que se instala definitivamente con el quiebre democrático de 1973, y persigue el propósito de concentrar la riqueza y dar un mayor poder político al conglomerado empresarial nacional (Olesker, 2000, p.13)

CUESTIÓN SOCIAL, LUCHAS SOCIALES Y TRABAJO SOCIAL EN URUGUAY ENTRE 1967 Y 1992

Como ya fuera señalado, desde fines de los años 1950, comienzan a observarse expresiones de las transformaciones producidas en el modo de producción, acumulación y regulación capitalista (cf. Marx, 1982; Harvey, 2006; Mészáros, 2002) que conducirán a una serie de cambios sociopolíticos y económicos en Uruguay y la región, pautados por el agravamiento de la cuestión social y la manifestación de una crisis socio económica y política de mediano y largo alcance (cf. Panizza, 1990; Boquetas, 2014; Menéndez-Carrión, 2015).

El período de la historia nacional que se desarrolla entre fines de los años 1960 y comienzos de los 1990, en el que se focaliza la investigación de referencia, aunque extenso y diverso, constituye una temporalidad sumamente rica para la consideración de las luchas sociales y la disputa por los procesos de correlación de fuerzas en términos de disputas por la hegemonía (Gramsci, 2003).

Particularmente, en la década de los 1960, se produce el proceso de unificación sindical, popular y de las izquierdas sociopolíticas que se expresan en la creación de la unificada Convención Nacional de Trabajadores (CNT) y del Frente Amplio (FA), al influjo también de otras luchas, rebeldías y procesos revolucionarios en el continente. Este proceso tendrá una relativa continuidad en cuanto a las resistencias frente a la dictadura, así como en el proceso de lucha por la reapertura democrática ya a partir de comienzos de los 1980, luego de la derrota del plebiscito constitucional impulsado por la dictadura en 1980, y que se expresará también en las resistencias al neoliberalismo de fines de los 1980 y durante la década de los 1990 (cf. Buchelli; Harriet, 2012; Rico, 2005; Falero, 2008; Caetano; Rilla, 2005)

Al mismo tiempo se trata de un período muy intenso y fértil para el Trabajo Social, ya que en el marco de la Escuela Universitaria de Servicio Social (EUSS) de la UdelaR — vigente desde 1957 — se sancionará un nuevo Plan de Estudios en 1967, al influjo de los debates introducidos por el Movimiento de Reconceptualización en América Latina (del cual nuestro país fue un actor importante)

Allí se reforzarán los vínculos y la inserción del colectivo profesional, docente, y el movimiento estudiantil, como parte de la clase trabajadora y de las luchas populares, así como la inclusión de una perspectiva que comienza a cuestionar más claramente la herencia conservadora en la profesión. Entre esos hitos figura la creación del Sindicato de Asistentes Sociales del Uruguay (SASU), en 1970, y como parte de la recién creada y unificada CNT, hasta el año 1973 cuando comienza la dictadura (Acosta, 2005).

Luego del golpe de Estado, la Universidad de la República es intervenida por las fuerzas autoritarias y la formación adquiere un carácter regresivo, incluso retomando las bases higienistas fundacionales, que se ve acompañada por una persistente persecución social y política contra estudiantes, profesionales, docentes y sus organizaciones y sindicatos, incluidos los ámbitos institucionales

donde se desempeñaban los y las Asistentes Sociales. Ello implicó en muchos casos la persecución, destitución, exilio, cárcel, tortura, y/o desaparición/muerte para muchos/as estudiantes y profesionales (DTS-ADASU, 2023). Al mismo tiempo permanecen algunas expresiones de resistencia en el campo del ejercicio profesional e investigativo, en muchos casos de forma semiclandestina, vinculados por ejemplo al trabajo con cooperativas de vivienda, a la promoción con sectores populares e investigación social en el caso de centros de estudio y desarrollo que contaban con apoyo del exterior, así como, algunas experiencias vinculadas al trabajo con sectores y colectivos progresistas de algunas iglesias, entre otros. Este amplio abanico de experiencias será objeto de indagación en la investigación en curso, con el fin de evidenciar el sostenido y diverso proceso de resistencia que asumió el trabajo profesional en todo el país. A su vez se pretende dar cuenta de las luchas en el marco del proceso de democratización política que se expresan tempranamente también en la fundación de la ADASU (Asociación de Asistentes Sociales del Uruguay) en 1981, en las resistencias estudiantiles y en la lucha por autonomía universitaria, en la articulación en el seno del PIT-CNT, el apoyo a la liberación y amnistía de los presos políticos, entre otras dimensiones. (cf. Adasu, 2021)

En términos de formación profesional, el fin de la dictadura lleva a la recuperación de la autonomía universitaria en 1985 y la reapertura de la EUSS, en un período donde se vuelve a reinstalar el plan 1967, así como se produce su posterior adaptación curricular con los talleres de teoría y práctica profesional en 1987 (lo que significó una innovación académica y pedagógica en la formación y el pluralismo profesional, no exentos ciertamente de amplias dificultades, aún no suficientemente estudiadas en profundidad). Ello constituye por otra parte el período previo a la integración a la Facultad de Ciencias Sociales en la misma Universidad de la República, cuya transición se inicia institucionalmente entre 1992 y 1995 junto a otras disciplinas y programas universitarios. La nueva institucionalidad

traerá consigo no solo un cambio de nomenclatura — el Servicio Social dará paso al Trabajo Social — sino que, como bien señalan Bentura y Mariatti (2016), el ingreso de la formación de profesionales a la FCS, resultará un verdadero punto de inflexión, como resultado de la conformación de un espacio académico orientado a la formación profesional, con relativo distanciamiento de la exigencia inmediata de las tareas pragmáticas y en diálogo más fluido con el corpus teórico de las ciencias sociales.

No obstante, no será este un proceso libre de tensiones y contradicciones, pues al mismo tiempo que se genera una inserción que ampliará las posibilidades de comprensión y producción teórica del Trabajo Social también se reeditan dilemas recurrentes de la profesión, como la relación teoría/práctica y el desarrollo de perspectivas teoricistas o academicistas, como contrapunto del practicismo o pragmatismo. Por otra parte, si bien se refuerza una perspectiva teórico metodológica que recupera un diálogo más importante con el materialismo histórico y la teoría crítica (lo que tendrá desde mediados de los 1990 una expresión importante a nivel de la formación de maestría de varios de sus docentes), también se actualizan perspectivas modernizadoras y eventualmente moralizadoras. Estos debates emergen con suma potencia y en su aparición vuelven a redefinir la identidad profesional. Al respecto, también se reedita una conflictividad en torno al relacionamiento que se establece — y el que se debería establecer — entre el ámbito académico y el ejercicio profesional.

Por su parte la lucha contra la dictadura y el regreso a la vida democrática supone un período de reincorporación profesional a diversas instituciones y programas estatales, así como de cambios a nivel de algunas nuevas inserciones institucionales (cf. Gerpeet *al.*, 1980). En este sentido, este período también supone una experimentación en el plano de la inserción profesional, con una presencia de nuevas experiencias de trabajo profesional de carácter colectivo, como sucedió con algunas vinculadas a la educación popular

(cf. Freire, 2008; Rebellato, 1995; Abreu, 2002; Oholefuy, 2022), de formación sindical, de espacios vinculados a la cuestión territorial y la descentralización municipal, entre otros aspectos (cf. Casas *et al.*, 2022). En algunos casos estas experiencias profesionales ya venían en germen desde fines de los años 1960, siendo abortadas por la dictadura, y se retoman en los años posteriores a los 1980 en el contexto de la lucha por la recuperación democrática.

Por otra parte, a nivel de la militancia estudiantil y la agremiación profesional el fin de la a dictadura supone un período muy fértil que resignifica la acción colectiva, y la dimensión política del Trabajo Social, la recuperación de la autonomía y el gobierno y el protagonismo de la formación universitaria pública, la realización de congresos académicos, los primeros proyectos de tentativa de reglamentación profesional, entre otros aspectos.

Todo este ciclo histórico, forma parte del proceso de “renovación profesional” apuntado por Acosta (2016), o de transición hacia un proyecto ético político profesional o el Trabajo Social crítico (cf. Casas; Claramunt, 2019; Barroco, 2009; Iamamoto, 1992, 2007; Netto, 1996; Bentura; Siqueira, 2022), en un contexto que, como fuera indicado, estuvo pautado en sus inicios por fuertes restricciones a las libertades y garantías a los derechos humanos, así como por importantes condicionamientos económicos, presupuestales e institucionales. Pero ello no obstruyó la emergencia de un período de interesante creatividad, resistencia e iniciativa en el campo profesional, articulado a procesos de creciente avance de las disputas sociopolíticas en el Uruguay a partir de proyectos democratizadores y emancipatorios desde las clases populares, particularmente iniciados en los años 1960. Dicha articulación se prolonga incluso en la resistencia a la dictadura, y resurge también en la recuperación democrática de los 1980 hasta comienzos de los 1990. Comienza a notar se ciertamente a fines de los 1980 un clima creciente de frustración por las promesas incumplidas de la recuperada democracia formal, junto con la imposición creciente de políticas neoliberales

de desregulación, desindustrialización, privatización y ajuste estructural, que causan un creciente deterioro de las condiciones de vida y reproducción de los sectores y clases populares.

REFLEXIONES FINALES

El artículo pretendió situar y recuperar, en primer término, algunos antecedentes de estudios sobre determinaciones socio históricas que pautan el surgimiento y desarrollos del Trabajo Social como profesión asalariada e intervencionista sobre algunas manifestaciones de la cuestión social, que expone algunas particularidades en el Uruguay, en el marco de la división socio-técnica del Trabajo, de los procesos de ampliación estatal y disciplinarios sobre la clase trabajadora, y del desarrollo y agudización de las contradicciones de la acumulación capitalista en el contexto de un país dependiente.

Nos centramos en las dimensiones fundamentales indicadas para el proyecto uruguayo del programa de investigación “Serviço Social na História: questão social, movimentos e lutas sociais na América Latina e Europa. (1960-2020)”, el que se encuentra en sus etapas iniciales, articulándose en torno a la vinculación entre las expresiones de la “cuestión social”, las luchas sociales y el Trabajo Social en el período 1967-1992, con énfasis en el estudio de las manifestaciones de resistencia a la dictadura y a la hegemonía neoliberal, protagonizadas desde el Trabajo Social en el país, con foco en las memorias y luchas colectivas.

Se entiende necesario continuar avanzando en la investigación a partir de la priorización en el estudio de las disputas por las luchas hegemónicas, tanto en el período más amplio delimitado, como en los momentos y coyunturas que se van a priorizar en relación al Trabajo Social. Se apuntará en ese marco a privilegiar el estudio de las condiciones de trabajo, vida y reproducción y luchas de la clase trabajadora y sectores populares en general (atravesados también por

distintos ejes de opresión y desigualdad) con foco en las organizaciones colectivas y disputas socio-políticas. Ubicamos también aquí como actor privilegiado al propio Trabajo Social en tanto profesión asalariada y actor integrante y activo en dichas disputas, identificando por un lado las múltiples determinaciones y condicionamientos que le impone el contexto político-económico-social y las correlaciones de fuerza, pero también entendiéndolo como un sujeto colectivo profesional, en su diversidad y contradicciones internas, que responde y se posiciona frente a dichas transformaciones. En ese sentido la profesión se inscribe con potencialidades de interpretación crítica y transformación de la realidad circundante, desde un aporte intelectual/profesional y ético político propio, en el contexto de la disputa por proyectos de sociedad y de defensa de la vida alternativos a la dominante, disputa que nos trasciende ampliamente, pero frente a la que no somos ni podemos ser ajenos.

REFERENCIAS

- ABENSOUR, M. *L'utopie de Thomas More a Walter Benjamin*. Utopiques III. Paris: Sens & Tonka. 2016.
- ABREU, M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez. 2002.
- ACOSTA, L. Consideraciones generales sobre la historia del Servicio Social. En: *Temas de Trabajo Social: Debates, desafíos y perspectivas de la profesión en la complejidad contemporánea*. Montevideo: DTS-FCS-UDELAR. 2001.
- ACOSTA, L. *El proceso de renovación del Servicio Social en Uruguay*. Tesis de Doctorado presentada a la Escuela de Servicio Social de la UFRJ. /s.n/ Rio de Janeiro. 2005.
- ACOSTA, L. El proceso de renovación del Trabajo Social en Uruguay. *Fronteras*. Montevideo: DTS-FCS-UDELAR, n. 9, pp. 29-45, 2016.
- ADASU. *Asociación de Asistentes Sociales del Uruguay. 40 años*. Historia, trayectoria y desafíos. Montevideo: Linardi y Risso, Adasu. 2021.
- BARROCO, M. L. Fundamentos éticos do Serviço Social. En: CFESS; ABEPSS (Ed.) *Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, ABEPSS, p. 165-184. 2009.
- BENJAMIN, W. *Tesis sobre la historia y otros fragmentos*. Trad. y presentación de Bolívar Echeverría. México: Contrahistorias, 2005.
- BENJAMIN, W. *Obras*. Libro I y II. Traducción de Alfredo Brotons, edición original de Tiedemann y Schweggenhäuser con colaboración de Adorno y Scholem. Madrid: Abada. 2006.
- BENTURA, J. P.; MARIATTI, A. La centralidad de las funciones universitarias en el contexto de mundialización de la economía. Apuntes desde el trabajo social. *Fronteras*. Montevideo: DTS-FCS-UDELAR. n. 9, p. 167-179, 2016.

- BENTURA, J. P.; SIQUEIRA, J. F. El Trabajo Social uruguayo y sus bases críticas. *Serviço Social e Sociedade* 143. Sao Paulo: CFESS, ABEPSS, pp.81-100, 2022.
- BRALICH, J. *La formación universitaria de asistentes sociales*. Más de seis décadas de historia. Cuadernos de Trabajo Social. Montevideo: UDELAR, N. 2, p. 9-48, 1993.
- BROQUETAS, M. *La trama autoritaria*. Derechas y violencia en Uruguay (1958-1966). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. 2014
- BUHELLI, G.; HARRIET, S. La dictadura cívico-militar, 1973-1984. En: NAHUM, Benjamín. (coord.) *Mediosiglo de historia uruguaya*. Montevideo: EBO, pp. 36-43, 2012.
- CAETANO, G.; RILLA, J. *Historia contemporánea del Uruguay*. De la Colonia al Mercosur. Colección CLAEH. Montevideo: Editorial Fin de Siglo. 2005.
- CASAS, A.; CLARAMUNT, A.; ETCHEBEHERE, C.; ZORRILLA, S. (Org.) *Sujetos colectivos populares, Trabajo social y ciencias sociales en la coyuntura de Uruguay y América Latina: reflexiones, experiencias y desafíos en el enfrentamiento al conservadurismo*. Montevideo: Área Académica De Liberación. *Cuaderno 3*. DTS-FCS, CSIC, UDELAR. 2022.
- CASAS, A.; CLARAMUNT, A. Reflexiones sobre proyecto ético-político profesional y sujetos colectivos en Nuestra América y Uruguay. En: MAMBLONA, C. Y.; MATUSEVICIUS, J. (Comp.) *Luchas sociales, sujetos colectivos y Trabajo Social en América Latina*. Tandil: Puka. pp. 79-102. 2019.
- DTS-ADASU. *Dictadura, memorias y resistencias*. Impacto del golpe de Estado en la formación y ejercicio profesional del Trabajo Social. Montevideo: DTS-FCS-UDELAR, ADASU, Easy digital agency. 2023.

- FALERO, A. *Las batallas por la subjetividad*. Construcción de derechos, luchas sociales y dominación simbólica en Uruguay, Montevideo: CSIC — Fanalcor 2008.
- FILGUEIRA, F. Y.; FILGUEIRA, C. *El largo adiós al país modelo*. Políticas sociales y pobreza en el Uruguay. Montevideo: Arca. 1994.
- FREIRE, P. *Pedagogía de la autonomía*. Saberes necesarios para la práctica educativa. Buenos Aires, Siglo XXI, 2daed.2008
- GERPE, N.; PÉREZ, T.; SOLARI, D. Y.; ZAFARONI, C. *Elementos para un perfil profesional del Trabajo Social en Uruguay*. Lima: CelatsEdiciones. 1980.
- GRAMSCI, A. *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*. Cuadernos de la Cárcel. Buenos Aires: Nueva Visión. 2003.
- HARVEY, D. O novo imperialismo: acumulação por espoliação. En: PANITCH, L.; LEYS, C. (Eds.) *O novo desafio imperial*. Socialist Register 2004, Merlin Press, Clacso, pp. 95-125. 2006.
- HINKELAMMERT, F. *Crítica a la razón utópica*. San José, Costa Rica, DEI, 2da. ed. 1990.
- IAMAMOTO, M. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Ed. Cortez. 1992.
- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempos de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. Sao Paulo, Cortez. 2007.
- JELIN, E. *Las tramas del tiempo: Familia, género, memorias, derechos y movimientos sociales* / compilado por DASILVA CATELA, L., MARCELA CERRUTTI, M.; PEREYRA, S. Buenos Aires: CLACSO, 2020.
- MARX, K. *El capital*. Crítica de la Economía Política. Tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, 1ª ed. 1946. 17ª reimpression. [1867] 1982.

- MENÉNDEZ-CARRIÓN, A. *Memorias de ciudadanía*. Los avatares de una poli golpeada. La experiencia uruguaya I. Montevideo: Fin de Siglo, 2015.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. Sao Paulo: Boitempo, Ed. Unicamp. 2002.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade*. Nº. 50. São Paulo: Editorial Cortez. pp. 87-132,1996.
- OHOLEGUY, C. Mi trabajo en el Centro de Investigaciones y Desarrollo Cultural (C.I.D.C). en CASAS, A.; CLARAMUNT, A.; ETCHEBEHERE, C.; ZORRILLA, S. (Org.). *Sujetos colectivos populares, Trabajo social y ciencias sociales en la coyuntura de Uruguay y América Latina: reflexiones, experiencias y desafíos en el enfrentamiento al conservadurismo*. Montevideo: Área Académica De Liberación. Cuaderno 3. DTS-FCS, CSIC, UDELAR, 2022, p. 192-199.
- OLESKER, D. *La economía y la sociedad uruguaya: una visión histórico-estructural*. Montevideo: Instituto Cuesta Duarte. PIT-CNT. 2000.
- ORTEGA, E. *El Servicio Social y los procesos de medicalización de la sociedad uruguaya en el período neobatllista*. Montevideo: Ediciones Trilce. 2008.
- ORTEGA, E. *Medicina, religión y gestión de lo social*. Un análisis genealógico de las transformaciones del servicio social en Uruguay (1955-1973). Montevideo: CSIC-UDELAR, 2011.
- PANIZZA, F. *Uruguay: Batllismo y después*. Pacheco, militares y tupamaros en la crisis del Uruguay batllista. Montevideo: EBO. 1990.
- REBELLATO, J. L. *La encrucijada de la ética*. Neoliberalismo, conflicto Norte-Sur, Liberación. Montevideo: Nordan-MFAL.1995.
- RICO, A. *Cómo nos domina la clase gobernante: Orden político y obediencia social en la democracia posdictadura*. Uruguay 1985-2005. Montevideo: Trilce. 2005.

ZEMELMAN, H. *Voluntad de conocer*. El sujeto y suspensamiento en el paradigma crítico. México: Anthropos Editorial; Universidad Autónoma de Chiapas. 2005.

CONTRAINDICACIONES ENTRE LA VINCULACIÓN DE DERECHOS EN LA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1991 Y EL FORTALECIMIENTO DEL NEOLIBERALISMO EN COLOMBIA

Roberth Wilson Salamanca Ávila
Yenny Andrea Belalcázar Vásquez

INTRODUCCIÓN

El presente texto hace parte de los avances de investigación centrada en analizar las tendencias en el debate teórico profesional del Trabajo Social en relación a la incidencia de los movimientos sociales en las políticas sociales de Colombia desde la década de los 1990. Por lo tanto, este apartado hace referencia específicamente a las reflexiones que surgen frente a algunas contradicciones entre la vinculación de derechos en la Constitución Política de 1991 y cómo ésta permite el fortalecimiento del proyecto neoliberal en Colombia y a esto, a su vez genera cambios importantes en la orientación de las políticas sociales.

CONTEXTO HISTÓRICO Y POLÍTICO EN EL MARCO DE LA CONSTITUYENTE DE 1991

La Constitución Política de Colombia actual, se legisla en el año 1991 como producto de una renovación democrática y política en el país, tras varias décadas de violencia política y del surgimiento del conflicto armado con grupos guerrilleros, paramilitares y del narcotráfico que disputaban el poder en los diferentes territorios, además de las permanentes desigualdad, injusticia, represión y exclusión que caracterizaban el contexto colombiano. Así mismo, las bases del neoliberalismo ya habían venido siendo abordadas desde la década de los 1980, con la reorientación de la política económica del país y una alienación hacia el Consenso de Washington. Sin embargo, solo con la Constitución del 1991 es que en Colombia se instaura el neoliberalismo y la apertura económica.

El proceso de ajuste constitucional estuvo precedido por el movimiento social de la séptima papeleta o el movimiento juvenil “Todavía podemos salvar a Colombia”, el cual se constituyó principalmente por jóvenes universitarios que buscaban incidir en los cambios necesarios para el país y que, a través del voto popular, se decidiera la renovación de la anterior Constitución que estuvo vigente desde 1886. En palabras de Villarraga (2012. p.83) la Séptima Papeleta “no fue una idea gubernamental, no una propuesta de los partidos, ni una plataforma de campaña electoral. Fue iniciativa de un grupo de jóvenes, estudiantes y profesores universitarios, organizados como movimiento ciudadano que creó un hecho político supraconstitucional sin precedentes. Es decir, fue resultado de la organización popular y de las luchas sociales.

Esto llevó a que el presidente de dicho periodo, Virgilio Barco (1986-1990), decretara estado de sitio y organizara el plebiscito constitucional. Donde efectivamente, se logró que los colombianos eligieran una constituyente. En consecuencia, el nuevo presidente César Gaviria Trujillo (1990-1994) da inicio a la Asamblea Nacional

Constituyente, tratando de trabajar a partir de planteamientos realizados desde el gobierno de Belisario Betancurt (1982-1986) y a los aportes generados durante los intentos de acuerdos de paz con grupos como las FARC-EP (Fuerzas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo) y el ELN (Ejército de Liberación Nacional) y que, tras incumplimientos del gobierno, dichos acuerdos de paz se suspendieron como varios de los procesos que ya se habían llevado a cabo (Archila-Neira, 2006. P. 20).

Así las cosas, se realizó la Asamblea Constituyente con una baja representación de sectores populares, solo grupos como el M-19 (guerrilla del Movimiento 19 de abril), el PRT (Partido Revolucionario de los Trabajadores), el movimiento indígena Quintín Lame y la mayoría del EPL (Ejército Popular de Liberación) se desmovilizaron e hicieron parte de este proceso de cambio político. Lo cual permitió que el fuerte estuviera representado por sectores políticos de derecha y que se diera paso a la instauración del neoliberalismo en el país bajo el llamado Estado Social de Derecho, con la finalidad de que el sistema económico y político esté al borde del comercio y la privatización de las responsabilidades del Estado, lo cual fue facilitado por la participación de los organismos internacionales, que serán centrales en el proceso de reorganización de las políticas sociales en América Latina.

Los principales cambios y características que rigen esta nueva Constitución están centrados en reconocerse como Estado Social de Derecho, que propende por la protección y el otorgamiento efectivo de los derechos. Además, éstos se acogen las tendencias y decisiones pautadas en los acuerdos internacionales en materia de derechos humanos y libertades. Se procuró brindar herramientas jurídicas a los ciudadanos para proteger una real o eventual pérdida, vulneración o amenaza de los derechos fundamentales (vida, seguridad social, salud, educación, libertad de expresión, otros) consagrados en la misma Carta Constitucional, a través de mecanismos como la acción de tutela, el habeas corpus, el derecho de petición,

la solicitud de petición de información, la acción de cumplimiento, las acciones populares, entre otros.

Así mismo, se estipulan nuevos mecanismos de participación democrática diferentes a la elección democrática como el plebiscito, el referendo, la consulta popular, el cabildo abierto, la revocatoria de mandatos, entre otros. Por otro lado, se renuevan las instituciones con la creación de la fiscalía general de la Nación que tiene como función investigar y acusar los delitos cometidos por los ciudadanos.

La Corte Constitucional que tiene la obligación de guardar la integridad y la supremacía de la Constitución y hacer los análisis de utilidad o inutilidad de las reformas o de las leyes aprobadas por el Congreso. La Defensoría del Pueblo que garantiza, promueve, divulga, defiende y protege los derechos humanos. De igual manera, se propende por la protección y reivindicación de los derechos de las minorías étnicas (indígenas, afrodescendientes, población ROM¹) y la equidad de género.

También, se establece un nuevo régimen económico que favorece la libertad económica, la iniciativa privada, la libre competencia y el desarrollo empresarial como base del desarrollo. Sin embargo, menciona también que el Estado tendrá a su cargo la dirección general de la economía donde intervendrá “en la explotación de los recursos naturales, en el uso del suelo, en la producción, distribución, utilización y consumo de los bienes, y en los servicios públicos y privados, para racionalizar la economía con el fin de conseguir el mejoramiento de la calidad de vida de los habitantes, la distribución equitativa de las oportunidades y los beneficios del desarrollo y la preservación de un ambiente sano” (Constitución Política de Colombia [C.P], 1991, art. 334).

1 La Población ROM o comunidad gitana es un grupo étnico que llegó a América Latina a partir de los viajes de Cristóbal Colón en la época de la Colonia provenientes de España y en la actualidad es un grupo minoritario en territorio colombiano (Proceso Organizativo del Pueblo Rom -Gitano- de Colombia, 2007).

En conclusión, en la Constitución de 1991 se hace explícito los avances en materia de derechos, no sólo los denominados (civiles y políticos), sino también los (económicos, sociales y culturales), incluso consagrando los derechos colectivos y del medio ambiente, lo que se presenta como una novedad en relación con las constituciones de los demás países en América Latina.

CONTRADICCIONES DE LA CONSTITUCIÓN DE COLOMBIA DE 1991 EN EL MARCO DEL NEOLIBERALISMO

Teniendo presente la Constitución Política de Colombia de 1991, como un documento jurídico y político que expresa los proyectos distintos presentes en la sociedad, su implementación en la práctica evidencia contradicciones con la realidad política, económica, cultural y social, y termina distanciándose cada vez más de la democracia y del espacio entre la ciudadanía formal (pertenencia a un Estado-Nación dentro del Estado Social de Derecho) y la ciudadanía sustantiva (el conjunto de derechos civiles, políticos, y especialmente sociales que implican la participación en los asuntos del Estado). Ambas ciudadanía entran en tensiones con el sistema económico capitalista que, por un lado, tiende a producir desigualdades y, por otro lado, tiende a fomentar la igualdad.

Así pues, en la Constitución de 1991, quedan reflejadas dos tendencias; la primera dirigida a defender los derechos individuales y colectivos que habían sido fuertemente desconsiderados en el siglo XX. Y la segunda tendencia, que está enfocada a darle paso a la estrategia de ajuste neoliberal donde se permite el desarrollo de la apertura económica, la libertad para la transnacionalización del capital financiero, las privatizaciones y las concesiones. Conllevando entonces a generar contradicciones en las que los derechos como la educación y la salud se cambian en servicios marcados

dentro de las lógicas del mercado, por lo tanto, regulados por la ley de la oferta y la demanda.

Ahora bien, la Constitución Política de 1991 logró pactar y dar vía a diferentes derechos que, buscando una ampliación de ellos, en consecuencia, se da pie a incluir los derechos culturales, que abarcan los de género, étnicos, y otros, reconociendo entonces, al país como multiétnico y pluricultural; pero al mismo tiempo, fortalece las bases del neoliberalismo y, por ende, adopta medidas globalizantes que homogenizan al país. Debilitando las diferentes identidades y expresiones interculturales que se gestan en el territorio, esto a través de la masificación de la moda y cultura altamente occidentalizada y trasnacionalizada.

Lo anterior, también se evidencia en la expresión de los movimientos sociales, pues se logra evidenciar una individualización o desarticulación de los procesos populares, en el sentido en que es una garantía constitucional la participación ciudadana a través de la organización política tal como lo expresa el Artículo 16 de la Constitución Política. Lo que garantiza la libre asociación y expresión de ideas y posturas; sin embargo, durante las últimas décadas se han venido presentado luchas aisladas, que buscan cambios particulares y no el cambio de la estructura política, económica y social del país. Se podría hablar de una pérdida de consciencia de clase y más bien, fortalecimiento de intereses propios o por recursos específicos. De ahí que Touraine los denomina como los movimientos de la identidad, generando fragmentación en las luchas.

Además, durante las últimas 3 décadas los gobiernos colombianos han tenido enfrentamientos permanentes con los movimientos sociales, criminalizando su accionar y vulnerando derechos humanos durante protestas, paros y movilizaciones, cuando su deber es ser garante de los derechos. En este contexto, se han presentado múltiples maneras de generar represión y control, aumentando el número de personas desaparecidas, heridas, torturadas y capturadas por grupos ilegales (en asociación al Estado) o perpetradas por el

Escuadrón Móvil Antidisturbios (ESMAD) e incluso por el Ejército Nacional. Esto es característico del neoliberalismo, pues es evidente la mercantilización de la guerra, porque armar y dotar a ejércitos como estos ha implicado una gran inversión económica y alianzas internacionales estratégicas (específicamente con Estados Unidos a través del Plan Colombia).

Por otro lado, la Constitución redujo la importancia que se le debía otorgar al tema de la pobreza, que había sido una de las principales causas de la guerra en Colombia por más de cien años. La Constituyente no abordó el tema de la reforma incluyente al ámbito social y económico, de la inequidad, la concentración del ingreso y la distribución de la riqueza.

Los avances que obtuvo el país en reducción de pobreza entre 1978 y 1999 no fueron favorables; de un 59%, tan solo se redujo a niveles de 57,5%. El incremento de pobreza más alto se evidencia desde 1997 con un 57,8%, estando en vigencia la Constitución de 1991, quedando así en evidencia que el orden social justo que se propuso desde el preámbulo y en los fines del estado no fue más que una declaración semántica (López Vergara y García Jaramillo, 2011, p.267).

El objetivo de la apertura económica fue básicamente obtener un aumento en la productividad y la competitividad a través del crecimiento de las inversiones extranjeras directas que generarían empleos y mejorarían la calidad de vida de la población. En los inicios del proceso se evidenció un gran auge económico en el que en sólo cinco años el crecimiento de la economía se duplicó. Para 1990 la tasa de crecimiento correspondió a un 2.1%, mientras que para 1995 fue del 5,2% debido a la entrada de capitales, el aumento de las importaciones, del gasto público y de la demanda de bienes y servicios.

Sin embargo, la reducción de los aranceles, que pasaron del 40,73% en 1990 a 12,33% en 1994 trajo consigo la variedad de productos

importados a precios bajos para los consumidores, cerrando el margen de competencia a los productores nacionales quienes no podían producir al mismo costo que sus pares extranjeros. Esto llegó a significar para algunos sectores industriales y agrícolas el cierre total de su producción, lo que aumentó el desempleo y una tasa negativa en la balanza comercial que en 1990 se ubicaba en 772 millones de dólares y 5 años después en 3-460 millones de dólares².

Sin duda alguna, la apertura económica profundizó las desigualdades y condiciones económicas desfavorables. Si bien el país tuvo su avance significativo en cuanto a los niveles de pobreza entre 1978 y 1995, primeros años de implementación del modelo neoliberal, cuando disminuyó alrededor de 20 puntos porcentuales, en 1999, en la época de descenso y recesión, el efecto sumado de la caída de la producción nacional, la inflación y el creciente desempleo produjo un retroceso que dejó a la pobreza en el mismo nivel de 1988, es decir en un 65% lo que representa 22.5 millones de personas.

Ahora bien, en cuanto a los índices de desigualdad, los datos del Departamento Nacional de Planeación muestran que para el 2000,

El 10% de la población más rica del país tiene un ingreso 60 veces superior al 10% de los más pobres, la diferencia ha aumentado en 50% desde principios de los años ochenta cuando la misma proporción de ricos superaba 40 veces el ingreso de los pobres. Para 1978, el decil más rico de la población recibía el 47.9% de los ingresos totales, mientras que la mitad más pobre tan sólo obtenía el 12.4%; en 1995, la primera porción había alcanzado el 51% y la segunda se mantenía en 12.4% (Ramírez; Rodríguez, 2002, p.100).

2 La balanza comercial de un país se define como la diferencia existente entre los bienes que un país vende al exterior y los bienes que adquiere de otros países. Si la diferencia resultante es positiva significa que lo que un país vende al exterior es mayor que lo que compra. Si la diferencia resultante es negativa significa que un país compra más de lo que vende.

El coeficiente GINI se muestra como un valor sostenido entre 1978 y 1999 registrándose entre el 0.53 y el 0.57 respectivamente. El principal problema de la desigualdad en los años de los noventa se debe al incremento de la tasa del desempleo, que afecta en su mayoría a la mano de obra no calificada que sólo tiene su trabajo como fuente de ingreso. La dispersión en los salarios entre los trabajadores calificados y lo no-calificados fue producto de la reducción del precio del capital, la revaluación de la tasa de cambio y las reformas laborales y tributarias.

Con la crisis manufacturera y agrícola se presenta una creciente participación del sector de servicios, prueba más de que el modelo de apertura beneficia a unos y va en detrimento del bienestar de otros. Históricamente, los individuos de bajo de la línea de pobreza mantuvieron más o menos las mismas características que hasta nuestros días: mujeres, niños y niñas, discapacitados, inmigrantes, adultos mayores, aquellos sin espacio de vivienda propia, con poca formación educativa, poca experiencia laboral o profesional, entre otros, y sin duda han sido los grupos más vulnerables, en cuanto a las variables económicas sociales se refiere.

LA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1991 Y LAS POLÍTICAS SOCIALES EN COLOMBIA

Retomando la Constitución Política de Colombia de 1991, bajo un Estado Social de Derecho tiene la obligación de cumplir con los derechos de su población a través de la provisión de las condiciones materiales necesarias para la satisfacción de las necesidades humanas más básicas. El instrumento por el cual debe hacer esto es por medio de las políticas sociales que disminuyan la vulnerabilidad de hogares. Sin embargo, la carta política al acoger el modelo neoliberal defiende la reducción del Estado y recorte del gasto y la inversión social. Por lo tanto, aunque las políticas sociales contribuyen al

control social y a la vez materializan derechos, se desarrollan hoy en el contexto actual de mercantilización de lo social y de lo público, en el que el Estado prioriza las acciones represivas de seguridad ante la barbarie de la sociedad capitalista en el escenario real, ocasionando desconocimiento de derechos sociales conquistados por las luchas sociales y populares, expresadas en gran parte por la presión de los movimientos sociales.

Ahora bien, las transformaciones neoliberales en Colombia se reflejan a través de seguridad y política social, y con el objetivo de crear un estado más eficiente y eficaz. Así pues, las medidas tomadas a partir de la implementación del neoliberalismo en el país se encaminaron en dos direcciones principales: la focalización en contravía de la búsqueda de la universalidad y el subsidio a la oferta de programas y acciones sociales en lugar del subsidio a la demanda³. Lo anterior, tuvo efectos negativos en la protección y la seguridad social en donde los derechos económicos, sociales y culturales, proclamados en la Constitución del 1991, resultaron afectados. Según el artículo 334 de esta Carta Constitucional todo el orden económico y social del Estado debe estar dirigido al mejoramiento de la calidad de vida de los habitantes, a la distribución equitativa de las oportunidades y de los beneficios del desarrollo, a la preservación de un ambiente sano, a dar empleo y a garantizar el acceso efectivo a los bienes y servicios básicos a las personas de menores ingresos.

De acuerdo con este principio constitucional, las políticas sociales “en el marco del Estado moderno, democrático y liberal se entienden como las mediadoras en la relación Estado–sociedad; es decir, las políticas sociales y públicas son la concreción de esta relación” (Perilla, citado por Vargas Laverde, 2010, p. 123). Particularmente desde los

3 Subsidio a la demanda son subsidios que minimizan lo que paga el cliente de un servicio público, por debajo del costo del bien o servicio. Estos son directos o cruzados.

1990 surgen nuevas estrategias y enfoques de política social que están directamente relacionadas con la participación de la población en el proceso de desarrollo social entendiendo que todos los habitantes del territorio colombiano tienen el deber de ser socialmente responsables y aportar en la inclusión social.

Este último, lleva a entender a las políticas sociales como un proceso conjunto en el cual participan diferentes actores y sectores, todos bajo el supuesto del Estado Social de Derecho y la Economía Social de Mercado. En este sentido, la Constitución, se coloca en una encrucijada internacional, en la que por un lado debe acogerse a los Derechos Humanos declarados por las Naciones Unidas, y, por otro lado, debe cumplir con exigencias de las organizaciones internacionales, que imponen medidas económicas de privatización y reformas tributarias, pensionales y laborales con el fin de garantizar el pago de la deuda externa de Colombia.

CONCLUSIONES

En este documento se presentó una aproximación a la forma en cómo la Constitución de 1991 desarrolla contradicciones en la sociedad colombiana, pues ésta se da en el marco de la economía social de mercado, un modelo de ordenamiento económico mixto en el que el Estado Social de Derecho bajo el modelo neoliberal le confiere al mercado un marco de acción suficiente, pero donde el Estado también se compromete a intervenir cada vez que se amenacen los derechos de subpoblación o los principios de libre competencia.

La Constitución Política de 1991 disfraza la revalorización de la democracia en sus estatutos formales, instituciones e instrumentos en la que surge la categoría de sociedad civil como espacio para las organizaciones ciudadanas. Se ven representados los diversos intereses en la división moderna del poder ejecutivo, legislativo y judicial como garantía de aplicación de los principios y fines del Estado

Social de Derecho. Sin embargo, desde esta perspectiva se crean vacíos, desviaciones e inconsistencias en sus políticas, instituciones e instrumentos en cuanto al reconocimiento de las exigencias de los individuos y grupos sociales inscritas a los derechos universalmente reconocidos por la humanidad.

Los principios neoliberales que favorecen la apropiación privada de los bienes y los recursos públicos, los gananciosos interés particulares en el capital del Estado, el clientelismo político, imprimen una enorme ineficacia al aparato estatal. Esto de alguna manera incide sobre la acción profesional del Trabajo Social, pues crea retos y desafíos éticos y una carrera permanente contra la corrupción en la medida que el profesional se convierte en ejecutor de estos servicios.

Finalmente, la discusión acerca de los problemas sociales colombianos, supone que desde Trabajo Social sean debatidos los intereses sociopolíticos, culturales y económicos que se encuentran los cuales son la base de las propuestas de transformación e intervención articulados, así como el interés por la profundización de las contradicciones que emergen en el marco del Estado Social de Derecho y el neoliberalismo en Colombia.

REFERENCIAS

- ARCHILLA-NEIRA, Mauricio. *Los movimientos sociales y las paradojas de la democracia en Colombia*. Bogotá: Centro de investigación y educación popular (CINEP), 2006.
- CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA. 1991. Artículo 334.
- LÓPEZ VERGARA, Juan; GARCÍA JARAMILLO, Santiago. La Constitución de 1991: de un siglo de liberalismo clásico, a dos décadas de un utópico Estado social de derecho. *Universitas Estudiantes*, Bogotá, n.8, p. 257-276, enero-diciembre. 2011. Disponible en: <http://hdl.handle.net/10554/44897>.
- RAMÍREZ, Carlos; RODRÍGUEZ, Jhoann. Pobreza en Colombia: tipos de medición y evolución de políticas entre los años 1950 y 2000. *Estudios Gerenciales*, Bogotá, n. 85, p. 81-107, octubre-diciembre. 2002. Disponible en: <https://n9.cl/psm97>.
- VARGAS LAVERDE, Jennyffer. Las políticas sociales en el marco de la Constitución Política de 1991. *Opera*, Bogotá, v. 10, n. 10, p. 117-129, noviembre. 2010. Disponible en: <https://n9.cl/yjmec>.
- VILLARRAGA, Álvaro. *¿Cómo fue el proceso de paz que precedió a la Constituyente de 1991? En Memoria para la democracia y la paz: veinte años de la Constitución Política*. Bogotá: Corcas Editores, 2012.

PARTE III

SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Inez Rocha Zacarias
Isaura Gomes de Carvalho Aquino
María Fernanda Escurra
Ziza Dourado

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo realizar uma sucinta referência em relação ao projeto do subgrupo de pesquisa “Serviço Social e Trabalho na perspectiva da Crítica da Economia Política”,¹ com início na etapa do Projeto Internacional intitulado “Serviço Social na história: Questão social e movimentos sociais — América Latina e Europa”, inicialmente apresentado no VI Simpósio Internacional de Pesquisadores(as), realizado em abril de 2023, oportunidade que propiciou trocas e reflexões conjuntas sobre pontos de encontro, especificidades e contribuições de cada uma das propostas no contexto mais amplo da pesquisa.

O tema proposto por este subgrupo está relacionado com a necessidade de avançar na fundamentação da categoria trabalho, com

1 Projeto de Subgrupo de Pesquisa: Aquino, Escurra e Zacarias (2023).

base na Crítica da Economia Política de Marx, para a apreensão e análise do trabalho de assistentes sociais. O caminho proposto situa tal análise na área de fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social e propõe recuperar a leitura inaugurada por Yamamoto e Carvalho (1988) em relação ao significado sócio-histórico da profissão, no contexto das relações sociais e inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Além disso, afirma-se, mais uma vez, a necessidade de abordar o trabalho profissional com base no duplo caráter que o trabalho historicamente assume sob o capital (Yamamoto, 2008). Ademais, pretende-se avançar através da incorporação de outras categorias e mediações presentes na obra marxiana para a análise do trabalho.

Afirma-se que a base para analisar a profissão é, necessariamente, a crítica da economia política e a dinâmica histórica que coloca a especificidade do capitalismo. Como bem sintetiza Fernandes (1983), a história compreendida em processo evoca uma forma de apanhá-la:

Em seu movimento de *vir-a-ser cotidiano* (ou seja, como ela brota aos ‘nossos olhos’, ou se desenrolou em um presente vivido e em um passado que possa ser descrito ‘dinamicamente’). A história em processo é [...] a *história dos homens*, o modo como eles produzem socialmente a sua vida, ligando-se ou opondo-se uns aos outros, de acordo sua posição nas relações de produção, na sociedade e no Estado, e gerando assim, os eventos e processos históricos que evidenciam como a produção, a sociedade e o Estado se preservam ou se alteram ao longo do tempo (Fernandes, 1983, p. 47, grifos do autor).

É importante sublinhar que em uma perspectiva de interpretação ampla, a teoria marxiana explica e apresenta uma crítica profunda da forma geral que adquire o processo social no modo de produção capitalista, assim como as diferentes maneiras de pensamento que resultam dele, determinando a consciência espontânea dos indivíduos que vivem às relações capitalistas como as perspectivas teóricas que buscam explicar e/ou justificar essas relações.

Na perspectiva da crítica do valor — na trilha aberta por Rubin (1987), seguido por Backhaus (1978) e autores contemporâneos — ganha um lugar primordial a importância de dar visibilidade a categorias estruturantes básicas do modo de produção capitalista (mercadoria, valor, trabalho, dinheiro e capital), questionando, desse modo, com base na crítica da economia política de Marx, os fundamentos da sociedade burguesa de forma radical, longe de sua compreensão como dados neutros, transhistóricos e eternos (Jappe, 2013). Trata-se, pois, como já assinalado, da compreensão da história em movimento, enquanto processo dinâmico que apreende cada e toda categoria enquanto produto histórico transitório que, do mesmo modo que as leis históricas, só são válidas para certo desenvolvimento histórico (Marx, 2008).

O ponto de partida da crítica da economia política de Marx já é mencionado no capítulo de “A mercadoria”, de “O Capital”: a distinção amplamente ignorada pela economia política entre conteúdo material e forma social; que o valor não é gerado pelo trabalho, mas pelo trabalho humano abstrato; a distinção não reconhecida pela economia política entre trabalho concreto e trabalho abstrato; que a substância do valor é uma substância comum, que só corresponde às mercadorias na troca; a designação no fetichismo da mercadoria da objetividade do valor como espectral (Heinrich, 2011).

Desse modo, dada a natureza da proposta desse subgrupo, como assinalado, se pretende avançar na análise através da incorporação de outras categorias, mediações e pistas presentes na obra marxiana, sendo de fundamental importância para a contribuição teórica-metodológica a participação nos Seminários de Estudos sobre “O Capital” de Marx, coordenados pela Profa. Marilda Villela Iamamoto, na medida em que, tal como consta nos objetivos definidos na programação da terceira etapa do estudo, trata-se de:

Apresentar a proposta teórico-metodológica de Marx sobre o processo global da produção capitalista, dando continuidade à leitura de *O Capital*. Contribuir para a análise das

transformações históricas do capital na sociedade contemporânea, suas implicações na órbita do trabalho e na análise dos fundamentos do Serviço Social, com ênfase no significado social da profissão e do trabalho do assistente social em uma perspectiva histórico-crítica (Iamamoto, 2023).

BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DILEMAS CONTEMPORÂNEOS

Pensar o Serviço Social como trabalho socialmente determinado, isto é, inserido na divisão social e técnica do trabalho social — parte constitutiva do trabalho coletivo — supõe compreendê-lo frente à produção e reprodução social das relações sociais capitalistas, tendo como horizonte a condição desse profissional como trabalhador assalariado.

A despeito dos avanços nas reflexões sobre a centralidade da categoria trabalho e o Serviço Social, nas últimas décadas, vários são os desafios que, ainda, se colocam ao aprofundamento dessa questão. Nesse sentido, a análise crítica dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão, bem como seu significado social, na forma histórica específica do modo de produção capitalista, exige reconhecer a validade das categorias próprias e que sustentam a Crítica da Economia Política de Marx como chave interpretativa para aprofundar a compreensão do trabalho profissional vinculado à teoria do valor.

Desse modo, a pesquisa aqui em pauta, partindo da contribuição inédita de Yamamoto, em 1982 (Yamamoto; Carvalho, 1988), investiga, entre outras características, a forma pela qual os profissionais de Serviço Social incorporam a categoria trabalho e o seu duplo caráter — trabalho concreto e trabalho abstrato. (Aquino; Escurra; Zacarias, 2023). Em resultados preliminares da pesquisa indica-se que os(as) assistentes sociais operam com a categoria trabalho na

ótica marxista, de forma ainda residual, considerando o trabalho no seu caráter concreto, em suas propriedades qualitativas, sem considerar seu caráter abstrato, ainda que observem e destaquem, por vezes, o caráter assalariado do trabalho profissional. E, notadamente, o destacam em sua relação com a precarização no que se refere às suas condições de trabalho.

Com o aprofundamento da mercantilização da vida social, a subjugação e intensificação da exploração da força de trabalho humana, como força viva criadora de valor, se aprofundam e se generalizam a fragmentação do trabalho e a precarização. Tais processos não são, portanto, alheios ao Serviço Social, incidindo nas condições e relações de trabalho de assistentes sociais em distintos espaços sócio-ocupacionais e processos de trabalho em se inserem como trabalhadores(as) assalariados(as) (Iamamoto, 2009a; 2009b).

Com a mundialização e financeirização do capital (Chesnais, 1996; 2001), características particulares de nosso tempo incidem no estranhamento e no caráter ilusório das relações de produção e reprodução social. Tais processos são repostos e se instalam, provocando o aprofundamento da cisão entre o produto do trabalho e a existência daqueles que o produzem, ao mesmo tempo em que se expande a ilimitada acumulação e valorização do capital. Assim, a intensificação do trabalho através da extração de mais-valor absoluto e relativo é engendrada sob bases até então inimagináveis.

Dessa maneira, se acobertam a lógica e os processos de dominação do capital, aparentemente autônomos e independentes sob forma de mistificação da realidade e objetificação das relações sociais.

A esse respeito, dentre outros aspectos, Iamamoto, destaca que:

O capital financeiro ao subordinar toda a sociedade impõe-se em sua lógica de incessante crescimento, de mercantilização universal. Ele aprofunda desigualdades de toda a natureza e torna paradoxalmente invisível o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. Nesse contexto, a

‘questão social’ é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a banalização do humano, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores submetidos a uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida), universalmente subjugados (Iamamoto, 2009a, p. 22).

Aliado a esse processo, a perspectiva pós-moderna instaura a “desqualificação de valores civilizatórios e universalistas” em que o irracionalismo se manifesta e estabelece frontalmente a desqualificação da ciência e da teoria (Netto, 2022, p. 2) alcançando as várias dimensões da vida social. Tal perspectiva exige, portanto, de forma premente, o debate de suas inflexões no âmbito do Serviço Social posto que os alicerces do pensamento social crítico que norteia essa profissão, desde a ruptura histórica com o conservadorismo — cujo marco concreto e simbólico ficou conhecido, no âmbito profissional, como o “Congresso da Virada” —, estão sendo descaracterizados e “ressignificados”. Neste sentido, em suas bases conceituais predominam a *desistoricização*, a mistificação e análises unilaterais que embotam a compreensão das determinações próprias da produção e reprodução social tanto universalmente quanto em suas particularidades.

Inclusive, ao relegar as classes sociais e suas lutas e a natureza constitutiva do capitalismo, bem como as circunstâncias objetivas do processo global de produção e reprodução social, ainda que indiretamente, afasta-se e/ou é substituída a base pela qual a teoria marxista se assenta.

A contradição inerente à natureza histórica do capitalismo e, desse modo, sua forma e movimento aparecem descolados das expressões e/ou de tensões inerentes à relação capital e trabalho. Ao excluir a chave interpretativa de compreensão das determinações mais amplas da acumulação do capital promove-se, em tempos de capital fetiche (Iamamoto, 2008), a atomização da análise das

multifacetadas manifestações da questão social. Com isso, os eixos do valor e da mercadoria podem mesmo ser convertidos em aspectos importantes, porém não constituem a força motriz de compreensão e análise dos fenômenos e relações sociais.

Trata-se de pressupostos pós-modernos marcados pela compreensão da realidade em uma ótica da imediaticidade dos processos sociais, prevalecendo uma visão restritiva do marxismo limitando-o, como se fosse possível, a um viés economicista. Ao apresentar os fenômenos históricos como se fossem novos os mistificam criticando assim, numa perspectiva de apreensão de cunho ideológico, os pressupostos da teoria social de Marx.

Com o intuito de negar radicalmente os valores da modernidade e os verem em uma perspectiva de projeto e razão instrumental, os supõem como uma ameaça à existência humana e, assim, presentificam, portanto, sua compreensão de sociedade, circunscrevendo as dimensões individuais da constituição do ser humano à imediaticidade da vida. Assim, se opõem às relações singulares dessa existência em seus aspectos materiais e subjetivos determinados pela sociabilidade capitalista, posto que são aprisionados ao tempo presente e a uma visão linear que acaba por se constituir como uma perspectiva a-histórica.

Nesse aspecto, o pensamento dialético, contrário à instrumentalização da razão moderna, tem na processualidade histórica e sob a concepção de totalidade, a base constitutiva da natureza e dinâmica da produção e reprodução social, cuja “materialidade na realidade concreta envolve as dimensões materiais e espirituais” (Iamamoto, 2008).

Assim, avançar na perspectiva teórica crítica significa tomar por referência a centralidade que a categoria trabalho assume sob o capital, com base na crítica da economia política de Marx, significa reconhecer sua abordagem histórica e ontológica como atividade racional e social dos sujeitos políticos que têm como horizonte uma ação efetiva de transformação da realidade material e social.

Alinhado a esse processo, investigar o modo pelo qual os assistentes sociais problematizam e relacionam a categoria trabalho em sua forma concreta e abstrata. Na perspectiva desenvolvida por esta pesquisa, trata-se de reconhecer o trabalho profissional em suas variadas dimensões, enquanto movimento na história em suas relações com a sociedade. Isto é, abordá-lo, problematizá-lo e analisá-lo nas condições concretas em que trabalhadores(as) vivem e trabalham e, sobretudo, articulado aos processos históricos-sociais que produzem sua existência através do trabalho.

PROPOSTA INICIAL DO SUBGRUPO, ESTÁGIO ATUAL DA PESQUISA, AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Como registrado no Projeto, parte-se da compreensão que decifrar a profissão a partir da categoria trabalho, segundo a perspectiva marxiana, exige apreender o Serviço Social sob dois ângulos: um está relacionado ao fato de que o Serviço Social é uma profissão forjada nos processos históricos da sociedade brasileira, conformando-se enquanto uma especialização do trabalho, que compartilha o mesmo espaço com as demais especialidades que compõem a divisão social e técnica do trabalho; o outro ângulo entende que a profissão também é resultado do modo como os seus agentes materializam o seu trabalho, bem como as formas como pensam e concebem o seu exercício. Sendo assim, os seus agentes, trabalhadoras e trabalhadores do Serviço Social, conseguem imprimir através do trabalho e do discurso, limitadamente, ainda que sob condições não por eles determinadas, a marca de suas projeções na conformação da profissão na realidade social. Isto significa, necessariamente, analisar a profissão de Serviço Social na história, e não como uma história, superando, com isso, concepções endógenas que desconsideram a relação determinante e dialética entre o movimento histórico do real e a profissão (Iamamoto; Santos, 2021).

Nessa perspectiva, desde a proposta inicial, o subgrupo foi mobilizado por duas hipóteses: uma primeira diz respeito ao fato de que a categoria profissional restringe a sua apreensão sobre o trabalho a sua dimensão concreta, em detrimento do seu duplo caráter — dimensão concreta e dimensão abstrata — tendo, desse modo, uma compreensão desvinculada da teoria do valor fundamentada em Marx; uma segunda está relacionada ao fato de que o exercício do trabalho profissional na contemporaneidade tem se configurado a partir da recuperação, e/ou manutenção de perspectivas conservadoras vinculadas ao Serviço Social Tradicional, Serviço Social Clássico e à perspectiva pós-moderna.

Com base em tais hipóteses, o objetivo geral do subgrupo ficou orientado no intuito de desvendar o efetivo exercício do trabalho de assistentes sociais a partir do duplo caráter que ele assume sob o capital: trabalho concreto e trabalho abstrato, avançando na incorporação de outras categorias e mediações que resultam do estudo da Crítica da Economia Política de Marx.

Para a sua viabilização foram definidos objetivos específicos, compreendidos enquanto possíveis caminhos, não estáticos nem definitivos, a serem seguidos no percurso da exceção da pesquisa: recuperar o debate sobre a unidade entre trabalho profissional e questão social na contemporaneidade; identificar como a categoria trabalho é apreendida por assistentes sociais, bem como a dimensão do trabalho concreto e do trabalho abstrato; aprofundar o debate dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão, a partir da categoria trabalho em Marx; analisar o significado da apreensão do Serviço Social enquanto prática e enquanto trabalho e, refletir acerca destas reverberações no efetivo exercício do trabalho de assistentes sociais; e, contribuir para o aprofundamento teórico da Pesquisa em Rede a partir da incorporação dos estudos desenvolvidos nos Seminários de Estudos sobre “O Capital”, de Marx.

Nesse período de execução da pesquisa, no horizonte temporal que abarca de abril de 2023 até os dias atuais, efetivamente se avançou

em três frentes, em estreita articulação. Uma primeira frente no que se avançou é avaliada como primordial para uma proposta desta natureza, e diz respeito à própria integração, articulação e consolidação do grupo enquanto tal. Inclusive, é importante registrar que este subgrupo de pesquisa que inicialmente congregava uma professora da UFJF, uma da UFSC e uma da UERJ, passou, desde abril deste ano, a integrar mais uma colega da UERJ, a Profa. Ziza Dourado, aspecto que sem dúvida fortalece o grupo em si, a própria proposta e confirma sua importância.

A segunda frente centrou esforços na fundamentação teórico-metodológica, com leituras, análises, discussões grupais, reflexões e produção teórica que dizem respeito ao desenvolvimento da própria pesquisa. Enquanto resultado concreto cabe registrar a socialização de seus resultados através de artigos, capítulos de livros e na elaboração de trabalhos para eventos científicos; alguns em elaboração, outros já em fase de aprovação ou publicação, assim como na sistematização de capítulos para apresentação nos Seminários de Estudos sobre *O Capital*, de Marx. Inclusive, em termos de experiência foi importante a apresentação de dois trabalhos na Conferência Internacional de Serviço Social, realizada no mês de abril de 2024, em Panamá, dado que, nesta oportunidade, foi possível, em grande medida, confirmar as hipóteses acima relacionadas.

A terceira frente que se avançou, com base nessa discussão e fundamentação teórica, resultou da análise e incorporação em textos para publicação o conteúdo de trabalhos publicados nos Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais — CBAS XVI CBAS e XVII CBAS, realizados em 2019 e 2022, respectivamente, eventos de referência para a categoria profissional do país. Para tal análise, foram previamente definidos descritores para a coleta de dados e, considerando os limites desse texto, cabe registrar que é possível afirmar que se observa o debate residual da categoria trabalho nas discussões e análises desenvolvidas na categoria profissional, sendo possível inferir a invisibilidade da Crítica da Economia Política, do

duplo caráter que o trabalho assume sob o capital, assim como a possível ausência da real apreensão do universo categorial marxiano. Pretende-se dar continuidade a esta frente com a análise dos últimos Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS), visto sua relevância para a categoria profissional do Serviço Social e pelo fato que também publicizam, em âmbito nacional, o trabalho profissional e as pesquisas desenvolvidos por assistentes sociais.

Por último, é oportuno registrar que se acredita com convicção no legado da tradição marxiana, na Crítica da Economia Política e no entendimento da história como dinâmica em processo, em contraposição a leituras e concepções que sustentam que a teoria do valor de Marx está ultrapassada. De fato, a relevância desta teoria está fundamentada no fato que ela diz respeito à totalidade da vida social sob o capital, mostrando renovada e inegável atualidade para o entendimento do Serviço Social no contexto e desafios do seu tempo.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, I. de C.; ESCURRA, M. F.; ZACARIAS, I. R. *Projeto do subgrupo da pesquisa “Serviço Social e Trabalho na perspectiva da Crítica da Economia Política”, desenvolvido no âmbito da pesquisa “Serviço Social na História: questão social, movimentos e lutas sociais na América Latina e Europa”, 2023.*
- BACKHAUS, H. G. Dialéctica de la forma de valor. In: *Dialéctica*. Año III, Número 4, enero, 1978, p. 9-34.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. Outubro, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.
- FERNANDES, F. Introdução. In: *K. Marx F. Engels: História*. São Paulo: Ática, 1983.
- HEINRICH, M. *Cómo leer El Capital de Marx? Indicaciones y comentario del comienzo de El Capital*. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

- IAMAMOTO, M. V. (Coord.). 3ª Etapa do estudo: Marx, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro III. O Processo global da produção capitalista. In: NECLATSS — Núcleo de estudos: Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil; CEOI — Centro de Estudos Octávio Ianni. Seminário de Estudos sobre O Capital. Rio de Janeiro: UERJ; Juiz de Fora, MG: UFJF; Porto Alegre: UFRGS, 2023.
- IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. dos. (Orgs). *A história pelo Avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 6ª edição. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1988.
- JAPPE, A. *Crédito à morte*. A decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.
- MARX, K. *Miséria da Filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.
- NETTO, J. P. *Marxismo e Serviço Social: palestra do Professor José Paulo Netto*. [comp. Jaime Hillesheim]. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v.25, n. 3, set.-dez. 2022, p. 1-14.
- RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.

O DEBATE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA PROFISSÃO REFAZENDO CAMINHOS DE “UMA HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA”

Maria Helena Elpidio

João Paulo da Silva Valdo

Sandra Regina Vaz da Silva

Rafael Vieira Teixeira

Mônica Paulino de Lanes

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta os resultados preliminares da pesquisa “A questão Étnico-Racial e os fundamentos do Serviço Social: uma necessária relação na formação profissional”,¹ que tem por objetivo levantar e analisar como a questão étnico-racial comparece nos Projetos Políticos Pedagógicos em vigência nas escolas filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em seus diferentes componentes curriculares e nos três Núcleos de Fundamentos, entendendo o racismo como um elemento estrutural das relações sociais no capitalismo em especial, nas particularidades da formação social brasileira.

1 Projeto financiado pelo CNPq/Brasil e pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), programa “Mulheres na Ciência”.

A pesquisa faz parte do projeto de pesquisa em rede internacional, intitulado “O Serviço Social na história: Questão Social e movimentos sociais — América Latina e Europa (1960-2020),² que tem por objetivo elucidar a unidade e diversidade do Serviço Social na América-Latina e Europa em sua trajetória recente, a partir da apreensão da questão social na dinâmica da crise do capital, explicando as relações estabelecidas com as lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores e suas incidências no trabalho, formação, organização da categoria e produção do conhecimento na profissão.

Leva em consideração que estudos sobre a questão étnico-racial em uma perspectiva de totalidade histórica se coloca como elemento primordial para o debate dos Fundamentos do Serviço Social. Portanto, é imprescindível para o projeto de formação profissional, uma vez que não é possível pensá-lo de forma dissociada a relação entre classe, raça, gênero/sexualidade como componentes das relações sociais. Isto porque, conforme Moura (2014), a questão étnico-racial é um elemento estruturante das relações sociais na sociedade burguesa, com graves consequências que o racismo produz no cerne da exploração, expropriações, opressões e desigualdades. Assim, a questão racial é um componente histórico das relações sociais capitalistas e se reproduz até os dias atuais, se entrelaçando profundamente com a apreensão da realidade, bem como a conformação da questão social e o Serviço Social na história.

2 Projeto aprovado pelo CNPq/MCTI Chamada Pública Universal nº 10/2023 — Processo: nº 405383/2023-1, alocada na UERJ. Esse projeto se mantém alocado na UERJ, no Centro de Estudos Octávio Ianni, por meio do Núcleo de Estudos Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social (NECLATSS). A coordenação geral da pesquisa está a cargo do Prof. Dr. Maurílio Castro de Matos, participe da coordenação colegiada (2022-2026) formada pelas(os) docentes pesquisadores: Alexandra Eiras (UFJF), Carina Moljo (UFJF), Graziela Scheffer (UERJ até 2023) Maria Helena Elpídio (UFES), Maria Rosângela Batistoni (UNIFESP), Sérgio Quintero (Universidade de Caldas/Colômbia), Thaisa Closs (UFRGS). As professoras Marilda Villela Iamamoto (UERJ), Cláudia Mônica dos Santos (UFJF) e Maria Carmelita Yazbek (PUCSP) compõem a assessoria acadêmica da pesquisa.

Desse modo, busca-se contribuir para o adensamento do debate realizado pela categoria, em especial nessa última década que destaca a questão étnico-racial como um componente intrínseco ao processo de produção e reprodução da vida social, sendo assim, o racismo estrutural uma categoria primordial para a apreensão da questão social em suas múltiplas expressões (matéria do Serviço Social) (Rocha, 2014; Souza, 2020, Elpidio, 2021).

Por isso, o título deste artigo se reporta ao trecho do Samba da Mangueira de 2019, pois reivindica o avesso da história, contada a partir dos “vencidos”. Nesse caso, a população negra, que apesar da sua capacidade coletiva de tudo produzir, vem sendo sucessivamente dizimados de diversas formas, desde a moderna colonização aos duros tempos de crise estrutural do capitalismo. O interesse do estudo, é parte de um ajuste de contas com milhares de trabalhadoras(es) negras(os) que formam um exército de trabalhadores(as) relegados às parcelas de sua superpopulação relativa mais estagnadas ou que busca ingloriamente adentrar nas parcelas flutuantes e latentes (Marx, 2013), marcados pelo racismo apoiado em “mecanismos de barragens” (Moura, 2014, 2021) que fazem persistir uma luta permanente de sobrevivência e rebeldia.

Neste artigo, partilhamos dados e reflexões a partir dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas de Serviço Social filiadas³ à ABEPSS na região Leste (Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), como primeiro movimento de aproximação ao objeto da pesquisa. Partindo de estudos bibliográficos sobre o tema, realizamos a pesquisa documental com a compilação e análise de dados a partir dos Projetos Pedagógico-Curriculares (PPCs) disponíveis nas páginas eletrônicas oficiais das escolas afiliadas à regional Leste, em busca de conhecer nesta etapa

3 As Unidades de Formação Acadêmicas (UFA) afiliadas se encontram listadas por região na página oficial da ABEPSS. Disponível em: <https://abepss-3dots.webfans.com.br/unidades-de-formacao-academica-filiadas-a-abepss-37>. Acesso em: 14 mar. 2024.

da pesquisa as disciplinas e conteúdos que debatem a questão étnico-racial. Através destes documentos, buscamos mapear as ofertas de disciplinas com associação ao debate, sistematizando conforme a disposição na grade curricular, ementas, programas, bibliografias, tendo em vista a presença do debate de forma articulada nos núcleos de formação (Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentação do trabalho profissional) como preconiza as Diretrizes Curriculares (DC) da ABEPSS.

A busca e organização dos dados nos permite apresentar problematizações e tendências mais gerais que mostram como o debate em torno da questão étnico racial comparece dos PPCs em vigência nas escolas de Serviço Social. Dessa forma, o texto está organizado em duas seções. A primeira recupera e analisa a relação entre os Fundamentos do Serviço Social e a questão étnico-racial, reafirmando a direção teórico-metodológica presente nas Diretrizes Curriculares; a segunda parte apresenta os destaques preliminares da pesquisa. Esperamos, dessa forma, oportunizar um rico debate que nos permita avançar na construção da formação profissional comprometida com os princípios do projeto ético-político profissional.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: APONTAMENTOS PARA A ARTICULAÇÃO COM A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

Ao recuperar os aspectos teórico-metodológicos que fundamentam o Serviço Social brasileiro nas quatro últimas décadas, encontramos importantes chaves analíticas na tradição marxista para refletir o trabalho e a formação em Serviço Social alinhado com a radicalização dos movimentos e lutas de classes, considerando o enfrentamento e superação do racismo como condição primordial para a

superação do capitalismo em uma direção social emancipatória da sociedade. (Moura, 2014, 2019; Farias, 2017).

Essa construção tem se dado inspirada na resistência negra e de outros povos originários ao longo da história, que tem como um dos seus rasgos o abominável genocídio da população indígena e o violento processo de escravização de negros africanos com base na colonização em prol da acumulação e desenvolvimento capitalista que perdurou por quase cinco séculos.

Tal reconhecimento e inspiração não são retóricos, pois é plenamente compatível com o histórico de um Serviço Social crítico, que embalado pelos ventos do sul, assume o enfrentamento e ruptura com o perfil conservador e tecnicista, característicos das protoformas e do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, mantendo-se hegemônico até os anos 1970.

Partindo de elementos da totalidade histórica, nos reportamos a Mészáros (2003), que evidencia em uma das suas obras que desde o século XX, marcado por duas grandes guerras mundiais, tem-se até o presente um século atravessado por novos conflitos promovidos pelas artimanhas do imperialismo na geopolítica internacional do capitalismo em sua crise estrutural. O capital imprime de forma mais intensa e veloz a sua égide de controle e da gestão do trabalho, usando como instrumento primordial para a sua recuperação dos lucros a política neoliberal e de militarização da vida. Os impactos desse processo criam formas ainda mais perversas de exploração ambiental e do trabalho humano (Mattos, 2020).

Portanto, o esforço intelectual aqui apresentado é de trazer algumas categorias do pensamento crítico marxista que se consubstanciam como fundamento para a análise da vida social e, por conseguinte, do Serviço Social entendido como parte do trabalho coletivo especializado, inscrito na divisão social na sociedade capitalista e suas contradições do trabalho estranhado (Iamamoto, 1985).

Pretende-se aqui tecer algumas mediações teórico-políticas sobre o debate da questão étnico-racial e do racismo como um dos

elementos fundantes na análise e no enfrentamento à questão social visando a sua superação. Entende-se que capitalismo e racismo, são, portanto, faces da mesma moeda.

Partindo da compreensão de que a questão social se constitui nos marcos da sociedade capitalista, fruto dos embates entre capital e trabalho e que a “acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (Marx, 2013, p. 690).

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da produção”, resulta simplesmente nisto: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerendo para pôr em movimento o capital adicional (Marx, 2023, p. 704).

Diante dos limites de um artigo, em linhas gerais buscamos demonstrar que como esta lei geral, é ela própria a forma de produzir o conflito dos interesses das classes antagônicas e a raiz das chamadas desigualdades sociais como fenômeno intrínseco ao modo de produção capitalista. Essa marcação se diferencia da forma clássica de justificar as desigualdades como um fenômeno individual ou coletivo passível de ser enfrentada nos marcos da sociedade burguesa. Ou seja, a questão social só pode ser enfrentada com a luta de classes para a superação deste modo de produção (Netto, 2001).

Marx (2013) explica a origem desse fenômeno considerando as rápidas transformações societais da Europa com a formação do proletariado urbano, onde tudo vai se convertendo em mercadoria, em especial, o trabalho humano como uma mercadoria “*sui generis*”, única capaz de criar valor e mais valor. Ele elucida como o crescimento quantitativo e qualitativo nas alterações de capitais na sua composição orgânica (qualitativamente o capital constante cresce à custa do seu componente variável), ocorre com o avanço técnico e a intensificação da criação de excedentes. O que ora demanda um quantitativo de força trabalho vivo, ora o dispensa

conforme o movimento de no próprio processo do desenvolvimento das forças produtivas um supranumerário de trabalhadores disponíveis, formando um exército social de reserva. Base para o processo de acumulação capitalista (Marx, 2013).

Vimos então que a força motriz do processo de exploração do trabalho humano na criação de riqueza desaparece ilusoriamente aos olhos do trabalhador, pois os produtos de seu trabalho aparecem como lucro capitalista. Só que essa mágica só é possível por meio da obtenção e apropriação da mais valia. A sociedade mercantil sobrevive e se amplia mediante a grande oferta da força de trabalho disponível, para criar, assim, o seu exército de reserva (ou supranumerários).

Essa exposição, ainda que sintética, abre o caminho para pensarmos como a questão racial se apresenta como elemento imprescindível na composição deste exército de reserva e de sua superpopulação relativa, que possui segundo Marx (2013) de “três formas: flutuante, latente e estagnada” (p. 716).

A lei geral da acumulação, explica como o modo de produzir riqueza, sua concentração e crescimento incidem no aumento exponencial do exército de reserva e sua pauperização. A criação desta superpopulação relativa tem camadas nítidas na formação do proletariado. A primeira é formada por uma superpopulação relativa flutuante que se insere no mercado no mercado de trabalho de forma sempre transitória na indústria que ora a dispensa, ora a incorpora esse contingente da força de trabalho na produção. Geralmente, formado por homens, que tem na migração e construção das cidades o aumento da circulação de mão de obra abundante e por isso vive “com o pé no lodaçal da miséria” (Marx, 2013, p. 718).

A segunda, denominada superpopulação relativa estagnada, cuja condição de vida cai abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Forma uma ampla base para maior exploração do capital com “máximo tempo de trabalho e o mínimo de salário” (idem, p. 718). Por fim, a superpopulação relativa estagnada, que se caracteriza pelo pauperismo absoluto. São camadas tidas como lumpemproletariado,

que tem como contingente principal trabalhadores tidos como ameaça ou incapazes no seio da sociedade burguesa. A dureza da classificação destes tidos como “peso para o capitalismo” nos impede nesse texto de repeti-las de forma literal, pois são a imagem e semelhança da população negra escravizada e posteriormente, jogada à miséria inserida como párias no mercado de trabalho livre.

A reprodução do racismo permite, por exemplo, que naturalizemos as desigualdades raciais como mera expressão das desigualdades sociais, sendo essa última indistinta de forma homogênea como uma classe trabalhadora única, sem levar em conta as frações mais aviltadas e exploradas nesse sistema, que acirra e divide a classe, fazendo entrar ela um processo naturalizado de concorrência, mérito e capacidades individuais. Aqui está uma ponte entre a “lei da acumulação capitalista” e o racismo. Essa chave compreensiva ajuda a desmistificar o papel de subalternidade, incapacidade, inadaptabilidade do negro no mundo do trabalho. As fileiras do desemprego, da dialética da miséria, da institucionalização e violências que vão da infância à velhice que acompanham sistematicamente a população negra, com essa apreensão, faz cair as “máscaras brancas”. Essa chave analítica também contribui para entendermos o enlace da questão social com a questão racial, aqui entendida não como sua mera expressão. Mas como parte das suas determinações.

Embora em Marx não tenha desenvolvido a ideia da racialização das massas de trabalhadores excedentes, é possível apreender já no século XIX, que a divisão social prescinde da divisão racial, sexual e territorial do trabalho nos diferentes contextos históricos. Assim, a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, apoiado no racismo, facilita a expansão quase que imediata de um contingente de trabalhadores negros superexplorados em um mercado de economias dependentes, produtores de mercadorias de baixo valor agregado ainda preso à produção de *commodities* (Marx, 2011).

Um sistema arraigado em concepções racistas e racialistas de inferiorização, marginalização e subalternização dos negros,

inseridos agora na dinâmica da produção capitalista de exploração e apropriação do excedente do trabalho na sociedade de classes. Inferiorizados pelo racismo é essa fração da classe que ainda carrega as piores mazelas da sociedade capitalista.

Por isso, analisar as particularidades do desenvolvimento do capitalismo nas diferentes formações sociais é tão importante, desde que entendidas na perspectiva da totalidade histórica (Marx, 2011). Nesse tabuleiro, cada peça movimentada é estratégica para a luta de classes. É possível inferir que os fundamentos da vida social no capitalismo, em suas diferentes fases de desenvolvimento, têm no racismo um dos seus pilares básicos.

Esse processo tem suas bases no escravismo e no colonialismo, os dinamizadores do desenvolvimento capitalista. Mas é seu anverso, o negro visto como sujeito da história o retira da senzala e o coloca como líder do quilombo (Moura, 2019).

No capitalismo, entendido como expressão das relações sociais, há uma cisão entre os trabalhadores produtores da riqueza e a propriedade das condições da realização do trabalho, ou seja, dos seus meios de produção. Assim são dadas as condições fundamentais para a produção capitalista. Desse modo, na chamada “acumulação primitiva” criam-se as condições sociais e históricas na transformação de produtores diretos em trabalhadores assalariados (Marx, 2013).

Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca do trabalho livre por dinheiro [...] outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação — dos meios e do material de trabalho. Isso significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural [...] (Marx, 2011, p. 65).

Para o autor, no processo de desenvolvimento das forças produtivas do capital “a terra é seu armazém original de meios de subsistência, ela é também seu arsenal originário de meios de trabalho”

(Marx, 2013, p. 257). Considerando as particularidades históricas diversas que não foram exploradas pelo autor, pode-se concluir que “A história desta expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 2013, p. 787).

Associando essa compreensão ao processo de conformação do racismo antinegro parte da escravidão como um regime desumano de colocar o negro (sujeito) como mercadoria, onde ele mesmo é transformado, em “coisa”. Moura (2014) aponta que o longo período do escravismo colonial vai determinar a racionalidade do sistema escravista que coloca o negro escravizado numa condição em que ele é duplamente mercadoria, pela sua própria condição de mercadoria-força de trabalho, e pela produção de mercadoria fruto da superexploração da força de trabalho. “[...] E é nesse nível de relações econômicas que o escravo é socialmente coisificado” (Moura, 2014, p. 49).

Sabe-se que a questão social é indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas. A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais (Iamamoto, 2018, 2019).

Nesse sentido, a racialização destas análises demonstram como os fenômenos do escravismo, colonialismo, capitalismo e imperialismo se articulam como parte das determinações sócio-históricas em uma dialética radical que inspira rupturas de amarras que não podem nos acorrentar no passado como mera repetição do presente (Gonzalez, 2020; Moura, 2023; Ianni, 2004; Souza, 2022).

Sendo assim, o debate racial precisa ser compreendido como parte do projeto de sociedade e de nação frustrada em uma democracia

racial que se interpõe e se coloca como um dos desafios de se pensar a questão social e seus desdobramentos na vida concreta da classe trabalhadora. Levando em conta tais elementos, é possível apostar que é nesse enredo que se entrelaça o debate étnico-racial com os conteúdos e matérias presentes nos três núcleos de fundamentação que perpassam a lógica dos currículos, de acordo com as Diretrizes Curriculares.

A INCORPORAÇÃO DO DEBATE ÉTNICO-RACIAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

Nota-se que os primeiros frutos do investimento da categoria que ganhou fôlego nessa quadra se mostram em movimento, seja na organização de coletivos em torno da pauta antirracista, seja por meio das ações das entidades representativas da categoria, provocando a elaboração de documentos, normativas e campanhas, dentre as quais destacamos: Campanha do CFESS: Assistente Social no combate ao preconceito-racismo (2016); Subsídios da ABEPSS para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social (2018); Plataforma antirracista da ABEPSS (2022); Nota Técnica do CFESS sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia (2022); Resolução CFESS nº 1.054/23, que estabelece normas vedando condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do(a) assistente social (2023). Ademais, a normativa que trata da Lei nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, como dispositivo fundamental para uma educação antirracista, embora direcionada ao ensino fundamental e médio, são recomendações constantes a sua inserção nos currículos do ensino superior. Esse processo permanece como um grande desafio.

Então, ainda que mais alguns dados referentes aos anos de entrada em vigência das matrizes curriculares que fazem parte do universo

sejam necessários, já podemos apontar, na Regional Leste, uma provável tendência à assimilação da pauta pelas escolas de Serviço Social, bem como tentativas de modificações curriculares no sentido de incluir a discussão racial como elemento inerente ao projeto de formação profissional em Serviço Social.

Os dados acessados até o momento apontam também que esse processo ocorre em ritmos e com conteúdos diversos. E, em certo sentido, parece-nos que a (re)construção curricular ocorre particularizada pelas condições conjunturais de cada Instituição de Ensino Superior (IES). Significa dizer que a inserção da temática nos currículos ocorre em compasso com o debate nacional que é impulsionado por coletivos e entidades da categoria, mas com ritmos e abordagens que variam bastante, podendo se aproximar de distintos referenciais que discutem a questão. Em suma, parece-nos, até o momento, que o movimento de reformulações curriculares não segue, pelo menos ainda, uma pactuação ou direcionamento nítido e articulado com a concepção de articulação proposto nas Diretrizes Curriculares.

Há, por exemplo, escolas com disciplinas que tratam especificamente a questão étnico-racial no rol de suas obrigatórias (geralmente uma apenas, para abarcar todas as discussões). Enquanto outras procuram inserir o debate em conteúdos de disciplinas obrigatórias já existentes com algumas inserções nas ementas, via de regra, aquelas relacionadas à formação social brasileira e ao debate em torno da questão social. Ou seja, o debate fica lacunar ou ausente nas disciplinas dos núcleos de fundamentos da vida social e distante no debate sobre o trabalho profissional. Ademais, as abordagens são extremamente variadas em seus conteúdos. Esse elemento será alvo de aprofundamento nas fases posteriores desta pesquisa.

Importante também destacar que várias escolas têm disciplinas optativas diretamente voltadas à questão étnico-racial. Porém, nem todas possuem optativas dessa natureza. E, dentre as que possuem, algumas abordam a temática racial de forma exclusiva, enquanto outras o fazem em conjunto com conteúdos que trazem outras

formas de opressões presentes nas relações sociais vigentes, como as questões de gênero, orientação sexual, geracional e de pessoas com deficiência, diluindo o debate.

Outro aspecto relevante é a maneira diferente como as escolas abordam a temática racial nas ementas das disciplinas. Há ementas que relacionam diretamente a questão racial à categoria classe social. Outras enfatizam o enfoque em resistências e lutas antirracistas, mas como pautas específicas vinculadas à luta do povo negro, em especial, por meio do acesso às políticas públicas, sem necessariamente vincular essas lutas às emancipatórias e radicais no processo de superação da ordem capitalista. Há ainda, abordagens que enfatizam o multiculturalismo e a identidade negra, sem relacionar diretamente com as relações sociais de produção. E há ainda aquelas que abordam a temática a partir de políticas sociais e da construção de políticas afirmativas. Esse achado parece importante por expressar um debate presente tanto no interior dos próprios movimentos organizados em torno da pauta antirracista, quanto no âmbito das discussões em torno dos fundamentos do Serviço Social.

Acreditamos que os achados até aqui sinalizam, sobretudo, a necessidade de retomar os pressupostos das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), associando o debate sobre a questão étnico-racial ao rigor teórico-metodológico que atravessa os fundamentos teórico-metodológicos da formação em Serviço Social. O intuito de assegurar a direção ético-política hegemônica na profissão e de oferecer às Unidades de Formação um direcionamento quanto à melhor forma de incorporar debate às matrizes curriculares.

Nesse sentido, destacamos a relevância de pesquisas acadêmicas como as produções e das formulações coletivas que emergem dos fóruns de debates das organizações representativas de nossa profissão (resoluções, orientações e outros). Em especial, podemos dizer que os “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social” e a “Plataforma Antirracista” da ABEPSS apresentam possibilidades de interlocução do debate ancorados nas Diretrizes

Curriculares, dialogando com os diversos conteúdos dos núcleos de fundamentação da formação em Serviço Social (ABEPSS, 2018). Além das contribuições de estudos atuais que abordam o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social na direção da crítica radical para a superação do racismo e capitalismo como unidades indissolúveis, que cumprem a tarefa de direcionar a discussão da questão étnico-racial na formação e no exercício profissional das(os) assistentes sociais, fundamentado pelas Diretrizes Curriculares (Elpidio, 2020).

Assim, podemos afirmar que o processo pelo qual a questão étnico-racial comparece nos Projetos Político-Pedagógico dos cursos de Serviço Social em vigência nas instituições filiadas à ABEPSS, reflete um movimento do Serviço Social na História, reinventar-se na dinâmica própria do real pleno de desafios e contradições sem perder a direção de um antirracismo idealista liberal ou cultural, fagocitado pela ilusão da inclusão ainda que pertencente, dentro de uma lógica escravizadora do capital em crise e toda a sua capacidade destrutiva de um genocídio permanente, que ora inunda com a fúria das águas, ora coloca o mundo em chamas.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.
- ABEPSS. *Subsídios para o debate da Questão étnico-racial na Formação profissional*. Vitória. Dezembro de 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.
- ELPÍDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. In: *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 23, n. 3, set. /dez., 2020. p. 519-527.
- ELPÍDIO, Maria Helena. Os fundamentos do Serviço Social e a questão racial étnico-racial. In: ELPIDIO, M. H., VALDO, J. P., ROCHA, R. S. *Desafios para o serviço social na luta antirracista*: questão étnico-racial em debate. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2021.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

- IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, Cláudia Mônica dos. (Orgs.) *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARX, K. *O capital* — Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, I. *O século XXI socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil Negro*. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014. 336 p.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MOURA, Clóvis. *O negro de bom escravo a mau cidadão?* 2 ed. São Paulo: Dandara, 2021.
- MOURA, Clóvis. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Editora Dandara, 2023.
- NETTO, José Paulo. *Cinco notas a propósito da “questão social”*. Temporalis, ano 2, n. 3, Brasília: ABEPSS/Grafline, 2001, p. 41-50.
- ROCHA, R. F. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e a sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, Maria 139 Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lucia. (Orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- SOUZA, C. L. S. de. *Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil*. In: *Germinal: Marxismo e educação em Debate*, 14(2), 2022, p. 33-55. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49530>.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO- METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

TENDÊNCIAS DE ENSINO NO BRASIL

Thaís Teixeira Closs
Ediane Pereira Santana
Jessica Flores Mizoguchi
Luccas Gomes dos Santos
Renata Gomes Silva
Tatiana Reidel

INTRODUÇÃO

O capítulo discute a temática da matéria de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS), a partir do projeto formativo das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (DC/ABEPSS). É oriundo de projeto de pesquisa¹ que visa analisar as concepções, configurações curriculares e as abordagens didático-pedagógicas do ensino dessa matéria nos cursos filiados à ABEPSS; e, também, identificar as tendências de pesquisa na pós-graduação da área sobre os fundamentos profissionais. Originou-se da participação na pesquisa internacional em rede (Santos; Iamamoto, 2022), integrando sua segunda fase. A partir dos eixos norteadores dessa investigação em rede, o

1 Projeto financiado pelo CNPq/Brasil.

projeto assume a história como categoria central aos fundamentos profissionais, enfatizando a “historicidade do Serviço Social, recusando qualquer abordagem endógena no seu trato analítico, desvinculado das contingências históricas” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 34). Essa chave analítica é essencial para a apreensão das DC/ABEPSS no quadro dos acúmulos teórico-metodológicos e político-organizacionais engendrados pela renovação crítica da profissão no Brasil, nas condições sócio-históricas da crise da ditadura civil-militar e da redemocratização no Brasil (Iamamoto, 2019a).

A formulação das Diretrizes Curriculares, na década de 1990, é fruto de um amplo processo de debate sobre os fundamentos profissionais, impulsionado pela avaliação do currículo de 1982, expressando a processualidade da interlocução do Serviço Social com a teoria social marxista, com as lutas e os movimentos sociais. Foram essenciais, nessa interlocução, os contributos das pesquisas e das ações formativas promovidas pelo Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) (Iamamoto *et al.*, 2021); a nova orientação político-democrática assumida pelas entidades profissionais; bem como a expansão e a consolidação dos programas de pós-graduação da área. Processos que contribuíram significativamente para formulação das DC/ABEPSS, conferindo ineditismo a esse projeto formativo face às tendências mundiais no Serviço Social (Iamamoto, 2019b). Logo, ele é representativo das particularidades sócio-históricas, das bases teórico-metodológicas e ético-políticas assumidas hegemonicamente pela profissão no Brasil nas últimas décadas, a partir de sua renovação crítica.

Destaca-se, no âmbito das DC/ABEPSS, a delimitação da matéria de FHTMSS, cujos conteúdos visam à análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no âmbito da realidade sócio-histórica brasileira, face ao processo de (re)produção das relações sociais e às refrações da questão social (ABEPSS, 1996). Essa delimitação desafia a ampliação de pesquisas sobre a historicidade do Serviço Social, de forma a subsidiar os processos de ensino, como também requer

estudos sobre as configurações curriculares e abordagens didáticos-pedagógicas que vêm sendo adotadas na formação profissional. Nesse horizonte, o capítulo apresenta algumas chaves teórico-metodológicas da investigação em curso, bem como sistematiza alguns de seus resultados preliminares.

DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS E O ENSINO DA MATÉRIA DE FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

As bases analíticas dos fundamentos profissionais residem na centralidade da história como eixo explicativo heurístico, numa perspectiva dialético-crítica. A concepção marxiana de história é marcada por um profundo humanismo, pois tem como objeto as relações concretas do modo como se produz materialmente e socialmente a vida, a partir da centralidade do trabalho na conformação do ser social e do próprio real (Marx; Engels, 1998). Logo, a história como chave analítica pressupõe a indissociabilidade entre teoria e método, uma vez que a dialética marxiana, como aponta Ianni (2011), funda-se na análise simultânea tanto do objeto — em suas múltiplas determinações, dinamicidade e historicidade, como das explicações existentes sobre ele — em seus fundamentos e interconexão com as bases materiais da produção das ideias. Nessa direção, enfatiza que:

A compreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social é informada pela perspectiva da totalidade histórica. Parte do pressuposto de que a história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica

societária da qual é parte e expressão. Decifrar essa especialização do trabalho supõe, nesse sentido, elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político — das relações entre as classes e destas com o Estado —, assim como a inscrição do Serviço Social no debate teórico e cultural de seu tempo. Portanto, situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão (Iamamoto, 2014, p. 621-622).

Essas bases analíticas dos Fundamentos do Serviço Social são centrais à DC/ABEPSS, cuja construção assenta-se nas fecundas contribuições do pensamento marxista, a partir dos acúmulos da maturidade da vertente de ruptura (Netto, 2004) ou, como denomina Yamamoto (2018), da segunda aproximação da profissão com o marxismo, após o Movimento de Reconceitualização Latino-Americano (MRLA). A mesma:

Cultiva a crítica tanto ao conservadorismo profissional quanto à vulgarização marxista, no resgate do legado marxiano para inspirar a análise da sociedade e da profissão”, mas também aprofunda as “premissas e propósitos do referido movimento em seu vínculo com as lutas e movimentos sociais (Iamamoto, 2018, p. 216-217).

Assim, a construção das DC/ABEPSS conjuga acúmulos teórico-metodológicos, ético-políticos e político-organizativos estabelecidos nos anos 1980 e início dos anos 1990, condensando um amplo debate sobre a direção social do Serviço Social brasileiro. Processos situados numa conjuntura marcada pelos impactos no neoliberalismo e da contrarreforma do Estado no âmbito da economia, da implementação das políticas de Seguridade Social, bem como no ensino superior, o que atingiu diretamente o projeto formativo, quando da sua homologação junto ao Ministério de Educação e do Desporto

(MEC) mediante a Resolução nº 12 de 13 de março de 2002/MEC, que descaracterizou a direção social e as bases teórico-metodológicas das DC/ABEPSS.

No que tange aos fundamentos das Diretrizes (ABEPSS, 1996), destaca-se a centralidade da questão social como eixo ordenador da formação, compreendida em sua indissociabilidade com as formas assumidas pelo trabalho na sociabilidade capitalista e, ainda, como elemento central da relação entre profissão e realidade, em suas múltiplas expressões de desigualdades e resistências sociais. Ela se articula com o trato transversal do exercício profissional, concebido pela ótica da categoria trabalho, na perspectiva de apreensão do significado sócio-histórico da profissão no âmbito da divisão sócio-técnica do trabalho, bem como das demandas a ela dirigidas, no âmbito das relações entre as classes sociais e o Estado. Além disso, superando lacunas presentes no currículo de 1982, as Diretrizes ancoram-se na unidade entre história/teoria/método, a qual, como sintetiza Iamamoto (2014, p. 622), consiste na “indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social), em que o método — não se reduzindo a pautas de procedimentos o conhecer e/ou agir — expressa-se na lógica que organiza o processo mesmo do conhecimento”.

Uma das grandes inovações e avanços do projeto formativo (Iamamoto, 2014) consiste na lógica dialética que sustenta a formulação dos seus Núcleos de Fundamentação: 1 — Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2 — Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3 — Núcleo de fundamentos do trabalho

profissional (ABEPSS, 1996). Eles fornecem os conteúdos² estruturantes da formação profissional, são indissociáveis no deciframento das particularidades da profissão na dinâmica societária, possuem uma relação de unidade e de mútua complementaridade. Desse modo, “expressam níveis distintos de abstração de análise requeridos para o deslindamento do Serviço Social na sociedade brasileira”, uma vez que “contribuem, sob diferentes ângulos e articuladamente, para a elucidação das particularidades da ‘questão social’ e do estatuto profissional do Serviço Social na construção de respostas à mesma” (Cardoso *et al.*, 1997, p. 18-19).

Outra inovação consiste na delimitação de matérias, enquanto “expressões das áreas de conhecimento necessárias à formação profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 68), se desdobrando em componentes curriculares na construção dos projetos político-pedagógicos, os quais necessitam ser trabalhados sob a ótica da indissociabilidade dos núcleos de fundamentação. Nesse âmbito, a matéria de FHTMSS tem como conteúdos:

2 Em termos sintéticos, o primeiro núcleo de fundamentação objetiva a compreensão do ser social enquanto totalidade histórica, tendo o trabalho como o eixo central do processo de (re)produção da vida social, analisando os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos demais núcleos. Já o segundo núcleo desenvolve o conhecimento da sociedade brasileira, da sua particularidade histórica e seus padrões de desenvolvimento capitalista, da análise conjuntural da sociedade e dos processos sociais geradores das múltiplas manifestações da questão social. No que se refere ao terceiro núcleo, destacam-se dois eixos centrais: a abordagem do exercício profissional a partir da categoria trabalho; e o relevo para a dimensão investigativa associada a uma leitura totalizante da realidade, demarcando a dimensão teórico-metodológica necessária ao trabalho profissional, enriquecida pelos demais conhecimentos aportados pelos outros núcleos de fundamentação da formação (ABEPSS, 1996).

A análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos (ABEPSS, 1996, p. 17).

A definição dessa matéria sinaliza para um campo particular de pesquisa que necessita ser adensado, como ressalta Netto (2016), ao chamar a atenção para a importância da construção de uma “nova história do Serviço Social”, que articule tanto estudos locais como também abordagens mais amplas com ênfase para profissão no Brasil, em seus vínculos internacionais. Logo, a ampliação da produção nessa área é um pressuposto da qualificação do ensino da matéria de FHTMSS, também estimulando a valorização da memória histórica. Na esteira desse desafio, situa-se também a relevância da ampliação de pesquisas sobre as particularidades regionais do Serviço Social no Brasil, considerando o processo de institucionalização da profissão nos diferentes estados, a erosão do Serviço Social tradicional e renovação profissional, bem como as lutas sociais e profissionais nas últimas décadas.

No entanto, a produção da área voltada ao debate e à análise das tendências de ensino da matéria de FHTMSS é extremamente diminuta. Em estudo nos periódicos da área,³ foram identificadas somente três publicações, duas vinculadas a debates⁴ e pesquisa⁵ promovidos pela ABEPSS — de Simionatto (2004) e de Cardoso (2007) — e outra, fruto de investigação mais recente, realizado por Goin (2019), que

3 Quais sejam: Em pauta, *Katálysis*, *Libertas*, *O social em questão*, *Praia Vermelha*, *Serviço Social e Realidade*, *Serviço Social em Revista*, *Serviço Social e Sociedade*, *Temporalis*, *Textos e Contextos*.

4 Produto de palestra proferida pela autora na Oficina Nacional da ABEPSS em 2004.

5 Fruto de pesquisa sobre a implementação das DC/ABEPSS realizada em 2006, ver *Revista Temporalis* n° 14.

analisou a formação em três cursos. Sobre os desafios do ensino dos FHTMSS, a partir de pesquisa de implementação das DC/ABEPSS, Cardoso (2007) identificou uma visão reducionista quanto à unidade entre história, teoria e método — acompanhada de um entendimento fragmentado da matéria, pulverizada em conteúdos sem a existência de um eixo articulador. Guerra (2018), ao discutir os desafios para a efetivação das Diretrizes, aponta que a “dificuldade de uma abordagem do Serviço Social que opere com a tridimensionalidade dos conteúdos dos núcleos de fundamentação tem deixado lacunas na formação profissional” (p. 30), o que também se expressa no ensino da matéria de FHTMSS. Ou seja, enfatiza-se a importância da matéria de FHTMSS ser organizada nos currículos a partir da globalidade da lógica e fundamentos do projeto formativo das DC/ABEPSS, sob o risco de sua redução em termos de concepção, especialmente no que se refere à centralidade da história, em suas múltiplas determinações, como eixo explicativo heurístico.

Nessa direção, atribuir densidade à concepção marxiana de história na formação profissional é essencial para superar a possível persistência de “invasões positivistas às ocultas” na formação, que podem se reatualizar no ensino da matéria de FHTMSS — na trilha dos achados do estudo de Quiroga (1991) sobre o currículo de 1982, que se evidenciam na explicação linear, cronológica, evolutiva e destituída de movimento na abordagem da profissão na realidade brasileira, sob a ótica endógena de uma “história” do Serviço Social. Ou seja, é importante a compreensão da história como “unidade de passado, presente e futuro” (Hobsbawm, 2013, p. 42), sendo que a cronologia ou a periodização adotada em termos curriculares na matéria de FHTMSS é uma estratégia pedagógica que visa à apreensão e a problematização do movimento, das tendências inscritas na realidade, iluminando a análise e os desafios da profissão na realidade brasileira atual.

Salienta-se, nesse sentido, a importância da contribuição marxiana (1998), como sintetiza Fernandes (2012), que reside em captar e desvendar a “história em processo (e, especialmente o

presente em processo)” (p. 24), mergulhando “no vir-a-ser, na história real — no antes e no agora, deixando implicado o depois” (p. 44), compreendendo “a história dos homens, o modo como eles produzem socialmente a sua vida” (p. 74). Debater e analisar a concepção crítico-dialética de história e de historicidade do Serviço Social que tem informado o ensino da matéria de FHTMSS é de suma relevância, destacando-se que no pensamento marxiano “a história é dada a partir do presente”, pois ele carrega “relações, processos e estruturas que exigem a pesquisa do passado” (Ianni, 1988, p. 36).

Logo, o ensino da matéria de FHTMSS pressupõe uma “abordagem do conteúdo cujo veio articulador é a história”, de forma a resgatar “o movimento da sociedade em todas as suas determinações e, neste, o movimento da própria profissão” (Simionatto, 2004, p. 34), em suas múltiplas determinações e inscrição na divisão sócio-técnica do trabalho, face ao seu vínculo orgânico com a questão social, em suas relações com as classes sociais, com o Estado, com a cultura, bem como as matrizes do conhecimento que incidiram e incidem nas formas de pensar e agir na sociedade, considerando ainda os condutos sócio-históricos da relação estabelecida com tais matrizes. Essa abordagem é central na própria organização dos componentes curriculares dessa matéria. Sustenta-se na indissociabilidade entre história, teoria e método e, portanto, subsidia o planejamento didático de periodizações que superem “vieses historicistas ou epistemologistas” (Simionatto, 2004, p. 38), de forma que a “compreensão das diferenças entre os períodos deve estar articulada à perspectiva de totalidade, para não incorrer em fragmentação, etapismo ou cronologia de fatos” (Teixeira, 2019, p. 282).

A partir dessas bases teórico-metodológicas, foram desenvolvidos estudos exploratórios para a identificação de tendências curriculares e conteúdos da matéria de FHTMSS nos cursos filiados à ABEPSS, mediante informações disponíveis nos seus sítios eletrônicos e análise de seus projetos político-pedagógicos. No tocante ao estudo das configurações curriculares, foram obtidos dados de 68

dos 75 cursos filiados, os quais ofertam 207 disciplinas referentes à matéria de FHTMSS. A tendência predominante, no conjunto dos cursos, é a organização da matéria em três a cinco disciplinas, alocadas nas etapas iniciais do processo formativo, anteriormente à realização dos estágios obrigatórios.

Nessa direção, ressalta-se a importância de qualificar o ensino dos FHTMSS no bojo da lógica curricular das etapas iniciais dos cursos, considerando as articulações entre as disciplinas, a indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação, bem como as estratégias pedagógicas adotados no trato dos conteúdos. Além disso, dada essa configuração curricular identificada, também é importante garantir que os conteúdos da matéria de FHTMSS sejam retomados nas etapas posteriores do curso, especialmente no âmbito do processo de estágio e supervisão, na construção das competências profissionais, considerando, ainda, a transversalidade do ensino da questão social, do trabalho e da ética profissional, previstos das DC/ABEPSS. Isso é essencial para que os conteúdos da matéria de FHTMSS não sejam apreendidos pelo prisma da linearidade, do “passado”, sem sua conexão dialética com os desafios da profissão no tempo presente, uma vez que apreendidos pelos estudantes como conhecimentos considerados “introdutórios”.

No tocante ao estudo dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos cursos filiados a ABEPSS,⁶ foram desenvolvidos dois recortes de análise: a inserção da matéria de FHTMSS no âmbito da matriz curricular dos cursos, considerando os Núcleos de Fundamentação das DC/ABEPSS; e os conteúdos dos componentes curriculares dessa matéria, a partir da apreciação das ementas das disciplinas. Sobre o primeiro quesito, verificou-se que a maioria dos PPPs enfatizam os Núcleos como base estruturante da formação, os abordando a

6 Foi constituído banco de dados com os PPP de 36 cursos e realizada a análise de doze destes documentos, referentes a duas unidades de formação de cada uma das seis regiões da ABEPSS.

partir da definição das DC/ABEPSS, destacando a indissociabilidade deles. No entanto, parcela expressiva menciona somente a Resolução nº 15/2002 do MEC enquanto base político-pedagógica, desconsiderando os Núcleos no PPP do curso ou os abordando de forma esvaziada em termos dos seus conteúdos originais delimitados pelas Diretrizes (ABEPSS, 1996). Além disso, identificou-se que metade dos cursos analisados organizam suas matrizes curriculares fragmentando os Núcleos, a partir da alocação de disciplinas vinculadas a cada um deles. Dentre esses, a matéria de FHTMSS é alocada predominantemente ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Dados, portanto, que revelam fragilidades na apropriação dos fundamentos das DC/ABEPSS no âmbito dos PPPs.

No que se refere ao segundo quesito de análise, a partir da análise das ementas das disciplinas relativas à matéria de FHMTSS, verificam-se três tendências na organização dos conteúdos: a ênfase para as matrizes do pensamento social, articulada com dimensões da historicidade profissional, sem menção a realidade societária, presente em metade dos PPPs; seguida por uma organização histórica genérica dos conteúdos a partir da abordagem da profissão em determinadas décadas; e pelo trato articulado da realidade societária, da historicidade da profissão e das matrizes do pensamento social (ambas tendências com a mesma frequência). Logo, identifica-se uma dificuldade quanto à unidade dos Núcleos de Fundamentação no âmbito da estruturação das ementas, especialmente no trato da realidade societária, de modo que se ressalta a importância da garantia de conteúdos referentes à formação sócio-histórica brasileira e latino-americana, com vistas à qualificação do ensino dessa matéria.

Ainda, no que tange à análise das ementas, verifica-se que a totalidade dos cursos aborda três conjuntos de conteúdos nas disciplinas relativas à matéria de FHTMSS, quais sejam: as origens e institucionalização da profissão no Brasil e na América Latina, face às influências do Serviço Social europeu e estadunidense, com ênfase para

o período histórico das décadas de 1930 a 1950; o Movimento de Reconceituação Latino-Americano (MRLA) e o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, no âmbito das décadas de 1960 e 1970; e o debate das tendências contemporâneas do Serviço Social no Brasil, especialmente a partir dos anos 1980. Quanto ao ensino do primeiro conjunto de conteúdos, observa-se, nas ementas, o trato predominante das influências da “Doutrina Social da Igreja”, do “neotomismo”, do “funcionalismo” e do “positivismo” nas origens da profissão no Brasil, sendo também enfatizado o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. A abordagem de conteúdos referentes à realidade societária consiste em tendência minoritária, versando sobre o “capitalismo monopolista” e a geopolítica mundial da “guerra-fria”.

No tocante ao segundo conjunto de conteúdos, identificou-se que o ensino do MRLA é destacado nas ementas da maioria dos cursos, mas com pequena ênfase para suas bases sócio-históricas através da abordagem das ditaduras na América Latina. O enfoque predominante consiste na interlocução da profissão com a tradição marxista, seguida da análise das direções da renovação do Serviço Social no Brasil. No que se refere ao terceiro conjunto de conteúdos, os principais aspectos trabalhados consistem no trato das tendências do trabalho profissional na atualidade, tematizando os “espaços sócio-ocupacionais”, a “organização político-profissional” e o “projeto ético-político”, os “desafios contemporâneos”, juntamente com a ênfase para as “tendências teóricas” do Serviço Social. A abordagem da realidade societária também é diminuta nesse terceiro conjunto de conteúdos, com ênfase para as “transformações societárias”, a “reestruturação capitalista”, o “neoliberalismo”, as lutas pela “democratização”, pela “Seguridade Social” e por “direitos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após cerca de três décadas da construção das DC/ABEPSS, ainda são poucos os debates e produções acadêmicas sobre a matéria de FHTMSS, o que reforça a importância da ampliação de pesquisas sobre o tema, tendo em vista a qualificação do ensino a partir da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação. Isso é essencial para, no processo formativo, garantir a apreensão e a problematização da profissão a partir de sua inscrição na dinâmica societária em suas múltiplas determinações, propiciando um rigoroso trato histórico e teórico-metodológico da trajetória teórico-prática do Serviço Social. Para tanto, ressalta-se a centralidade da história como eixo articulador do ensino dessa matéria — superando tanto a linearidade como o endogenismo — de modo que “o passado” se entrelace com a explicação e a reflexão crítica sobre o “presente”; e, simultaneamente, a apreensão das transformações e das particularidades da sociedade brasileira se interconecte com a análise das tendências históricas e teórico-metodológicas do Serviço Social, projetando caminhos no fortalecimento da direção crítica construída coletivamente pela profissão nas últimas décadas.

Logo, é necessário primar pela indissociabilidade entre ensino e pesquisa, pois o debate amplo da área sobre a matéria de FHTMSS requer investimento em investigações que possibilitem desvendar e apreender novas angulações sobre a historicidade do Serviço Social, sendo esse um vasto campo de estudo a ser aprofundado. Nesse âmbito, ressalta-se a importância de estudos voltados para as particularidades regionais do Serviço Social brasileiro, da relação da profissão com as lutas e os movimentos sociais, bem como para a herança cultural que tem incidido historicamente no Serviço Social, na perspectiva da crítica histórica e teórico-metodológica do Serviço Social clássico, do processo de erosão do Serviço Social tradicional, do MRLA e da renovação profissional, os quais foram identificados como conteúdos predominantes nas ementas analisadas na pesquisa.

Tais estudos são essenciais para oferecer densidade à análise das tendências teóricas e políticas que marcam presença na profissão na atualidade, na perspectiva de “compreender tanto o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas e para recriar a práxis de enfrentamento a esses tempos de regressão conservadora, contribuindo para formas de resistência” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 27-28). Esse processo implica a necessária relação entre graduação e pós-graduação, na perspectiva da formação de pesquisadores e docentes, bem como a construção de acervos históricos, potencializando a valorização das memórias profissionais, de modo a incidir na qualificação do ensino da matéria de FHTMSS. Além disso, desafia a conformação de pesquisas integradas entre grupos de investigação e entidades profissionais, com vistas à ampliação dos debates sobre os Fundamentos do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 1996.
- CARDOSO, F. G. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. *Revista Temporalis*, n. 14, 2007, p. 31-54.
- CARDOSO, I. C. C. *et al.* Proposta básica para o projeto de formação profissional — novos subsídios para o debate. *Cadernos ABESS*, n. 7, 1996, p. 15-57.
- FERNANDES, F. *Marx, Engels, Lenin: a história em processo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GUERRA, Y. D. A. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. D. A. *et al.* (Orgs.). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, pp. 25-46.
- HOBSBAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 120, 2014, pp. 609-639.
- IAMAMOTO, M. V. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. *Revista Libertas*, v. 18, n. 2, 2018, pp. 204-226.
- IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 136, 2019a, pp. 439-461.
- IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 134, 13-33, 2019b.

- IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. Introdução. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021, pp. 25-67.
- IAMAMOTO, M. V. *et al.* A pesquisa científica no Serviço Social latino-americano: gênese e atualidade. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- IANNI, O. A construção da categoria. *Revista Histedbr*, v. 11, n. 41, 2011, pp. 397-416.
- IANNI, O. *Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MEC. Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Resolução nº 12 de 12/03/2002.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no pós-64*. São Paulo: Cortez, 2004.
- NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, M. L. O. (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SANTOS, C.; IAMAMOTO, M. V. A História pelo Averso: uma pesquisa internacional “em rede” de pesquisadores/as. *Revista Libertas*, v. 22 n. 1, p. 1-15, 2022.

- SIMIONATTO, I. As abordagens marxistas no estudo dos Fundamentos do Serviço Social. In: GUERRA, Y. D. A. *et al.* (Orgs.). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, pp. 85-113.
- SIMIONATTO, I. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *Revista Temporalis*. Brasília, n. 8, 2004, p. 31-42.
- TEIXEIRA, R. J. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

ANTECEDENTES, MEMÓRIA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS¹

Cláudia Mônica dos Santos
Maria Carmelita Yazbek

INTRODUÇÃO

As reflexões que se seguem partem de uma abordagem acerca do Serviço Social inserido na História, pois no âmbito dos referenciais desta pesquisa a profissão só pode ser desvendada em sua inserção histórica na sociedade no complexo processo de (re)produção das relações sociais capitalistas. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem o movimento histórico da sociedade capitalista.

Situar o Serviço Social na história nos supõe impregnar de história o Serviço Social na sociedade contemporânea. O pressuposto é que a história na sua processualidade — no seu vir a ser — é o “terreno” da análise do Serviço Social, o que conclama uma perspectiva de totalidade na leitura dos processos histórico-sociais (Yazbek; Iamamoto, 2019, p.14).

1 Dedicamos esse capítulo à Profa. Alcina Martins, referência no Serviço Social Português, parceira sempre, imprescindível neste estudo.

Ainda nessa perspectiva, o Serviço Social é entendido no âmbito da divisão social e técnica do trabalho na sociedade do capital e o assistente social como trabalhador especializado — parte do trabalho coletivo —, cabendo-lhe desenvolver seu trabalho no âmbito das “múltiplas expressões da desigualdade condensadas na ‘questão social’ a ‘matéria’ sobre a qual incide o seu trabalho. Certamente encontram-se aí as raízes das diferenças do Serviço Social no cenário mundial” (Idem, 2019, p.18).

Efetivamente, a questão social enquanto expressão das desigualdades estruturantes da sociabilidade capitalista, considerando as mediações de classe, gênero e étnico-raciais rebatem diretamente no trabalho do Assistente Social em sua condição de trabalhador assalariado, em sua nova morfologia precarizada e intensificada.

Nessa direção, é importante decifrar a realidade que se apresenta como campo de nosso trabalho visando respostas qualificadas às diferentes situações apresentadas pela população. Isso porque o Serviço Social é uma profissão da intervenção direta na realidade que necessita de uma postura investigativa e de pesquisa. Conforme Mota e Amaral (2016) afirmam, o Serviço Social é uma profissão da intervenção, mas também uma área de conhecimento, que pode produzir conhecimentos sobre o processamento dessa especialização do trabalho coletivo; sobre as condições de vida da população com a qual trabalha e; especialmente sobre a realidade social, econômica, política e cultural onde se insere. Investigar para construir novos caminhos, instrumentos e técnicas, perspectivas, alternativas, e utopias coletivas (Yazbek, 2020).

É nessa perspectiva, que se apresentam algumas análises do Serviço Social em Portugal, desenvolvidas no âmbito da Pesquisa “Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos”,² que tem por objeto os fundamentos do Serviço Social. A mesma pertence à pesquisa em rede intitulada: “O Serviço Social na História: Questão Social e Movimentos Sociais — América Latina e Europa (1960-2020)”. Essa — pesquisa em rede — envolve dois grandes blocos: América Latina e Europa. O subprojeto que ora apresentamos pertence ao Bloco Europa.³

Assim sendo, este capítulo tem por objetivo apresentar a referida pesquisa, centrando-se nas questões norteadoras solicitadas

2 As instituições e pesquisadoras/es são (em agosto de 2024): Dra. Alcina Maria Martins (CLISSIS/ISSSL/ULL); Dra. Alexandra Eiras (FSS/UFJF); Dr. Alex Toledo (Instituto Politécnico de Viseu/Lamego); Dra. Alzira Maria Baptista Lewgoy (UFRGS); Dra. Cláudia Mônica dos Santos (UFJF); Dra. Daniela Monteiro (Universidade Católica Portuguesa/Braga); Dra. Fabrícia Cristina de Castro Maciel (CLISSIS/ISSSL/ULL); Dra. Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho (UEL — PR); Dra. Maria Carmelita Yazbek (PUC/SP); Dra. Maria Emília Freitas Ferreira; Dra. Rosa Tomé (ISMT); Dra. Teresa Silva (CLISSIS/ISSSL/ULL); Carla Fernandes Carrilho (Doutoranda — PPGSS/UFJF); Clara Olimppio (voluntária); Suellen Paula de Araújo Alves (voluntária); Fernanda Escobar F. Barbosa (Mestranda: PPGPSSS/UFRGS); Rafaela Pinheiro dos Santos (BIC/UFRGS); Lara dos Santos Pianissoli; Nicole Rocha dos Santos; Raiane A. F. N. das Dores (BIC/UEL); Lislle Tainara de O. Houanye; Daniela G. de Castro; Isabella El Kadri Matimoto; Pietro Secco Miranda; Cilene de C. S. Miranda; Ariane S. dos Santos; Cassiane F. de Souza; Jussarah R. da Fonseca (Voluntárias UEL).

3 A relevância desse bloco está em possibilitar a interlocução internacional do Serviço Social latino-americano com propostas teóricas e político-profissionais de outros continentes que, também, contestam ou contestaram o Serviço Social instituído (Iamamoto; Santos, 2021). O Bloco Europa possui uma coordenação — Professora Alexandra Eiras (UFJF) — que agrega as equipes dos três países envolvidos: Espanha, Portugal e Reino Unido. Esses construíram coletivamente o subprojeto: “Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social na Europa (Espanha, Portugal e Reino Unido): antecedentes, tendências e desafios contemporâneos”. Cada um desses países tem, igualmente, uma coordenação. Portugal é coordenado pelas professoras Alcina Martins (CLISSIS/Portugal); Cláudia Mônica dos Santos (UFJF) e Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP).

para o VI Simpósio Internacional⁴, ocorrido na UERJ, em abril de 2023: objetivos; bases teórico-metodológicas; procedimentos metodológicos previstos. Igualmente, aponta seus avanços e realizações até meados de 2024.

O SUBPROJETO DE PESQUISA “FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL: ANTECEDENTES, MEMÓRIA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS”⁵

Cabe, inicialmente, assinalar que este subprojeto estabeleceu como seu objetivo geral “realizar uma reconstrução histórico-analítica da perspectiva crítica do Serviço Social em Portugal (1990-2020)” (Santos *et al.*, 2022). E, caminhando na direção dos dois eixos da pesquisa em rede, definiu como objetivos específicos:

Analisar a formação sócio-histórica de Portugal em suas implicações para o Serviço Social português; Identificar na produção acadêmica e bibliográfica em Portugal as abordagens de caráter histórico-crítico; Caracterizar a perspectiva

4 Para o VI Simpósio Internacional de Pesquisadores “Serviço Social na história: Questão social e movimentos sociais — América Latina e Europa” foi enviado às coordenadoras dos subprojetos — pela coordenação colegiada da pesquisa em rede —, um roteiro, a ser apresentado no decorrer do mesmo, contendo as seguintes questões norteadoras: identificação do subprojeto e membros da equipe; objetivos; bases teórico-metodológicas; procedimentos metodológicos previstos; avanços, realizações e desafios. Para esse capítulo centramos nesse roteiro.

5 Este subitem reproduz parte do projeto de pesquisa elaborado pelas docentes: Cláudia Mônica dos Santos; Alcina Martins; Maria Carmelita Yazbek; Alexandra Eiras; Alzira Lewgoy; Kathiúscia Coelho; Fabrícia Maciel; Alex Toledo; Maria Emília Ferreira e participação das discentes Carla Fernandes Carrilho (Doutoranda — UFJF); Clara Olimppio (UFJF); Suellen Paula de Araújo Alves (voluntária). Membros da pesquisa em 2022.

histórico-crítica no Serviço Social português; apreender os processos de desenvolvimento da perspectiva histórico-crítica nesse país, seus limites e possibilidades; Explicitar as formas de relação estabelecidas pelos profissionais do Serviço Social com as lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores no âmbito da organização da categoria e na participação dos profissionais em movimentos e organizações (Santos *et al.*, 2022, s/p).

Nessa direção, essa pesquisa vem buscando apreender as linhas de unidade do processo de renovação histórico-crítica do Serviço Social e as particularidades que assumem em cada país, no marco de sua inserção na divisão internacional do trabalho. Vem ainda, buscando destacar as tendências de cariz histórico-crítico, presentes no Serviço Social português em suas intervenções profissionais e em seus processos de formação e de construção de conhecimento, identificando incidências no trabalho profissional na atualidade e na formação acadêmica.

O projeto se justificou pelas características históricas semelhantes entre o Serviço Social português e o brasileiro, como o vínculo com a Igreja Católica em suas protoformas, marcadamente da filosofia cristã, bem como da influência franco-belga. Por outro lado, em especial, tem sido fundamental destacar as particularidades e diferenças, os projetos profissionais e as diretrizes interventivas que vêm conformando a profissão nos dois países pós década de 1970, período que marca os processos de “renovação” da profissão.

Pode-se considerar que a recente história política do Brasil e de Portugal, especialmente a partir dos anos de 1970, dispõe de dimensões semelhantes em suas formações sociais, embora a correlação de forças sociais, expressa nas lutas de classes e nos projetos societários em disputa — especialmente nos períodos ditatoriais experienciados pelos países — tenham apontado para processos particulares de construção e desenvolvimento da democracia. A análise dos contextos de democratização revela as condições de resistência

social que se expressaram frente a longos períodos ditatoriais. Mas indica, também, as propostas políticas das burguesias brasileiras e portuguesas em preservar o exercício da dominação frente à acumulação capitalista em escala mundial (Martins; Silva, 2022).

Brasil e Portugal caracterizam-se por constituir economias de base agroexportadora, que vivenciaram um acelerado processo urbano-industrial no século XX. Em que pese os períodos ditatoriais — no Brasil, entre 1937-1945 e 1964-1985, e, em Portugal, entre 1926-1974 — e sua forte repressão aos movimentos sociais e as organizações de esquerda —, o processo urbano industrial permitiu que as contradições econômicas, políticas e sociais gerassem, gradativamente, ampla resistência popular. Os conflitos possibilitaram a alteração da correlação de forças, proporcionando que a mobilização social e a capacidade de organização dos trabalhadores confrontassem a dominação burguesa, viabilizando projetos societários de caráter democrático-popular. Nesse sentido, cabe destacar as implicações dessas resistências — a partir de meados da década de 1970 — na formação e exercício profissional dos Assistentes Sociais, pois tais processos delinham significados distintos em termos de projetos societários, o que implica em distintos projetos de profissão (Eiras; Santos; Yazbek, 2018).

O que se vem alcançando, a partir do estudo desses contextos históricos, é a análise da vinculação sócio-histórica da profissão aos processos de efervescência social nos países e a apreensão de seus impactos na formulação dos conteúdos dos projetos profissionais do Serviço Social em Portugal na contemporaneidade, principalmente nas formulações teóricas e nas organizações políticas da categoria. Desse modo, neste projeto, estamos estudando e construindo os marcos da história portuguesa contemporânea, tendo como referência a revolução dos Cravos (1974): as resistências e lutas desenvolvidas pelas forças sociais das classes subalternas, pela democracia e, nesse particular, as mediações pelas quais a profissão do Serviço Social a elas se articulou e como se expressam na atualidade, ancorada na compreensão de tratar o Serviço Social na história.

É importante, mais uma vez, lembrar que ao analisar a profissão nos países da Europa e América Latina, parte-se da premissa axial da sua historicidade. Nessa direção, estamos aprofundando os estudos sobre os períodos históricos de grande relevância ao nível mundial, demarcados pelo ascenso e hegemonia do imperialismo norte americano e das três “décadas de ouro do capital” (1945-1973), desvelando simultaneamente as contradições que surgem no seio desse processo e impulsionam a crise estrutural do capital e subsequentes medidas de ajuste e restauração das taxas de lucro a partir das décadas de setenta-oitenta na América Latina e Europa aos dias atuais (Iamamoto; Santos, 2021).

MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

Considera-se a profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e determinada pelas tensões entre as classes que também incidem no trabalho profissional e lhe atribuem uma dimensão contraditória, na medida em que necessariamente atende interesses socialmente antagônicos dos seus empregadores(as) e dos trabalhadores(as) que demandam os serviços e políticas sociais.

Conforme já explicitado, sabemos que a profissão “só existe em condições e relações sociais historicamente determinadas” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 20) e tais “condições que peculiarizam o exercício profissional são a concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade em determinadas conjunturas históricas” (Idem, p. 81). Compreender a profissão inscrita na sociabilidade capitalista abrange a análise da herança e fontes socioculturais que vêm historicamente informando o discurso sobre o Serviço Social, conforme Iamamoto (2008).

Assim sendo, desvendar a profissão é elucidar a herança cultural a partir da qual se constrói a explicação sobre o seu fazer, expressa no discurso profissional na literatura especializada. O Serviço Social

não surge como parte da divisão do trabalho entre as ciências, ainda que produza investigações que adensam o acervo das ciências sociais e humanas, hoje inscrito no circuito oficial das ciências sociais aplicadas. O Serviço Social afirma-se como uma profissão, que vem respaldando seu exercício, sistematizações, saberes e a produção científica acumulada por seus pesquisadores(as) no acervo intelectual e cultural herdado fundamentalmente do pensamento social na modernidade, sofrendo, hoje, os influxos da crítica pós-moderna. Assim decifrar o pensamento que pensa o Serviço Social e submetê-lo ao crivo da crítica é uma tarefa indispensável para a elucidação da profissão na história em sua inserção no universo da ciência e da cultura de seu tempo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na teoria social crítica, a construção do conhecimento parte da realidade concreta através de sucessivas abstrações que, por meio da razão dialética, apreende o desenvolvimento histórico e as contradições das relações sociais, que permanentemente guiam a análise. Essa concepção exige superar quaisquer determinismos interpretativos, seja de caráter estruturalista, ou subjetivista, pois uma análise concreta e objetiva implica uma interrelação dialética entre estrutura e sujeito. Nessa direção, a pesquisa vem buscando reconstruir a processualidade histórica do Serviço Social em Portugal, apoiando o trabalho de campo na articulação com as instituições e pesquisadoras(es) que colaboram neste projeto.

Tendo por referência essa perspectiva teórica, trabalhamos com pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com construção de roteiros de coleta de informações e de análise dos dados. Para análise, vimos estudando e aprofundando os eixos temáticos de investigação, constitutivos do documento “Sumário Executivo do Projeto de Pesquisa O Serviço Social Na História: Questão Social

e Movimentos Sociais — América Latina e Europa (1960-2020)” (Batistoni *et al.*, 2022), quais sejam: Fundamentos do Serviço Social; Questão Social; Movimentos e/ou Lutas Sociais; Anticapitalismo, bem como, nos detendo em estudos que nos ajudam compreender a Europa e as particularidades de Portugal neste continente e sua relação com a América Latina.

Na pesquisa bibliográfica estamos estudando teses, dissertações, livros e artigos publicados. No que se refere às teses, selecionamos todas produzidas no período de 1980 (com o convênio PUC/SP, ISSSL e ISSSP) até o ano de 2020, dos quatro programas de doutorado em Serviço Social existentes, nomeadamente: Instituto Universitário de Lisboa (IUL) — ISCTE; Universidade Católica Portuguesa (Faculdade de Ciências Humanas); Programa Interinstitucional da Universidade Católica Portuguesa / Faculdade de Ciências Humanas com a Universidade de Coimbra; e Universidade Lusíada de Lisboa (ULL). Segundo levantamento de Martins, realizado em 2023, para essa pesquisa, são, aproximadamente, um total de 69 teses de doutoramento (incluindo as 13 do convênio com PUC/SP, ISSSL e ISSSP).

Selecionamos, ainda, as produções bibliográficas (livros e artigos) mais indicadas nas bibliografias dos planos de estudo em vigor nas dezessete licenciaturas em Serviço Social, existentes no país, atualmente. Quanto às dissertações levantamos os trabalhos de conclusão dos 11 cursos de nível 2 (mestrado) existentes em Portugal, que têm por objeto ou indicam a inserção dos assistentes sociais nos movimentos sociais e / ou lutas anti-opressivas neste país; além de estudar a Revista Intervenção Social do ISSSL /ULL, por seu valor histórico.

Na pesquisa documental, identificamos e recolhemos, a partir do site institucional das 17 Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem licenciatura em Serviço Social, no país, os programas das disciplinas/ Fichas de Unidades Curriculares (FUC) da área científica de Serviço Social, contidas nos planos de estudo em vigor. Na situação das FUC não disponíveis, estabelecemos contato presencial com as respectivas coordenações científicas dos cursos de Serviço

Social, no sentido de vir a ser facultado o seu acesso; está previsto, ainda, pesquisa no arquivo do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, da Universidade Lusíada de Lisboa (ISSSL/UULL).

A pesquisa de campo se voltou para o conhecimento da inserção das(os) Assistentes Sociais portuguesas(es) nos movimentos sociais e/ou lutas em defesa por direitos e/ou movimentos anti-opressivos de Portugal e Europa. Nessa direção foram mantidos contatos com a dirigente da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS) e representante da Comissão de Instalação da Ordem de Assistentes Sociais (CIOAS), bem como, conversamos com um filiado do Partido Comunista Português e com uma docente, assistente social envolvida com o movimento de habitação do Porto, a fim de localizarmos essa presença. O próximo passo será mapear os principais movimentos e entrevistar suas lideranças no sentido de conhecer a participação de assistentes sociais nos mesmos. As pesquisas nas dissertações de mestrado e as teses de doutorado ajudarão nesse processo.

AVANÇOS E REALIZAÇÕES

Podemos afirmar que de abril de 2023 até julho de 2024 a pesquisa avançou no sentido de dar continuidade ao processo de desenvolvimento de sua proposta.

O subgrupo vem se reunindo ordinariamente, uma vez por mês, na modalidade *on-line*, com docentes, discentes e voluntários participantes da pesquisa. Essas reuniões objetivam a revisão do projeto e adequações; planejamento do processo de pesquisa; avaliações e estudos coletivos.

Avançamos na pesquisa documental aos dezessete planos de curso, consultando os sites das licenciaturas e fazendo visita presencial aos cursos cujo plano estava desatualizado ou não constava no site. As informações obtidas estão documentadas em planilhas, elaboradas pelas bolsistas de iniciação científica. Estamos em fase de realização

de pré-teste no sentido de verificar se os roteiros elaborados estão adequados aos objetivos deste estudo.

Em relação à pesquisa bibliográfica, fizemos a seleção das referências bibliográficas mais indicadas nos Planos de Cursos estudados (20 selecionadas); mapeamento das 69 teses de doutorado e mapeamento e elaboração de planilha com as dissertações de mestrado em Serviço Social, existentes no país.

Para fundamentar nossas análises, organizamos e realizamos o Curso de Extensão: História Moderna e Contemporânea de Portugal, com o professor Carlos Hortmann, com 16h de duração total, em 8 encontros mensais, de 2h, sendo registrado na Pró-Reitoria de Extensão da UFJF. Dirigiu-se, exclusivamente, aos docentes e discentes deste subgrupo, encerrando-se em julho de 2024, com perspectiva de continuidade. Igualmente, estamos participando das sessões de estudo organizadas pela coordenação do eixo Europa.

Importante destacar a participação de membros desse subgrupo na comissão organizadora do Seminário Internacional “Serviço Social e a Revolução dos Cravos”, organizado pelo ISSSL/ULL, ocorrido no dia 24 de abril de 2024, de forma híbrida, em comemoração aos 50 anos dessa revolução. Nessa ocasião, foi apresentado nosso projeto de investigação, tendo em vista oferecer destaque à participação dos assistentes sociais nesse processo revolucionário e pós-revolução.

Salientamos que esse subprojeto recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG, Processo nº 2070.01.0003409/2022-11), o que possibilitou a ida de três pesquisadoras brasileiras a Portugal, onde permaneceram por 30 dias.

Nessa estadia em Portugal, tivemos a oportunidade de socializar a pesquisa em rede e nosso subprojeto nas seguintes IES: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro (UTAD/Vila Real/Portugal); Instituto Superior Miguel Torga (ISMT/Coimbra/Portugal); Instituto Politécnico de Viseu (IPV campus Lamego/Portugal); Universidad de Granada (UGR/Granada/Espanha).

As atividades acima enumeradas expressam um dos objetivos da pesquisa em rede internacional, que é a importante articulação política e interlocução internacional, contribuindo para ampliar a “tradutibilidade do Serviço Social, de suas linguagens científicas, filosóficas e prático-políticas, próprias de cada contexto nacional, mas também de correspondência e unidade com a cultura das diversas formações histórico-sociais” (Simionatto, 2022, p. 23).

Socializar a pesquisa é democratizar conhecimentos e possibilitar o diálogo com os pares. É “recriar a práxis, compartilhar conhecimentos, experiências e práticas profissionais comprometidas com a construção de uma nova sociabilidade” (Simionatto, 2022, p. 22-23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma primeira aproximação aos Planos de Curso e às Fichas de Unidade Curricular (FUC) nos faz crer, conforme Lewgoy *et al.* (2024), que a formação em Serviço Social em Portugal não caminha na direção histórico-crítica de cariz marxista. Contudo, podemos afirmar que está atenta às necessidades da população; caminha em direção à defesa dos direitos humanos; possui compromisso com a democracia e justiça social; se opõe a posturas preconceituosas e discriminatórias; faz crítica à política neoliberal europeia; há interesse pela justiça social; compromisso com os (e/i) migrantes, questão ambiental e de gênero. Esses são princípios e valores do Código Deontológico do Assistente Social de Portugal, reformulado em 2018.

Não havendo, na formação em Serviço Social em Portugal, na atualidade, aproximação ao pensamento crítico marxista, nossa pesquisa redireciona-se a saber quais tendências teóricas fundamentam o Serviço Social em Portugal e qual(is) pode(m) dialogar com a perspectiva marxista.

REFERÊNCIAS

- BATISTONI, R. *et al.* (COORDENAÇÃO COLEGIADA). *Sumário Executivo do Projeto de Pesquisa “Serviço Social na História: questão social e movimentos sociais — América Latina e Europa”*, 2022.
- EIRAS, A. A. L. T. S.; SANTOS, C. M.; YAZBEK, M. C. Os movimentos contestatórios no Serviço Social ibero europeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980. *Revista Em Pauta.*, v.15, 2018, p. 22-39.
- IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. Introdução In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.) *A História pelo Avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editora, 2021, p. 25-67.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- LEWGOY, A. *et al.* Fundamentos Críticos do Serviço Social em Portugal e Crise do Capital. In: Universidad de Caldas, Colômbia: *Revista Eleuthera*, volume especial, dossiê sobre o Serviço Social na História: questão social, movimentos sociais — América Latina e Europa, 2024 (no prelo).
- MARTINS, A., SILVA, P. G. Movimentos Contestatórios em Portugal e Expressões Críticas do Serviço Social nos Anos 1970: contributos do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social latino-americano. In: EIRAS, A. L. T. S.; MOLJO, C.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA*. Juiz de Fora: Editora UFJF, E-book, 2022.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000 In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. *Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2016, p. 29-53.

- SANTOS, C. M. *et al.* *Projeto de Pesquisa Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos*, 2022.
- SIMIONATTO, I. Prefácio. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A História pelo Averso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- YAZBEK, M.C.; IAMAMOTO, M. V. Introdução. In: YAZBEK, M.C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). *Serviço Social na História: América latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. In: *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n.2, jul./dez. 2020, p.293-306. ISSN 1980-8518.

SOCIALIZANDO A PESQUISA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O “SERVIÇO SOCIAL RADICAL NO REINO UNIDO”

Antoniana Defilippo
Giovanna Canêo
Jhulia Salviano da Silva

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar às leitoras e leitores a pesquisa intitulada “Serviço Social Radical no Reino Unido — Os fundamentos histórico-críticos do Serviço Social britânico na contemporaneidade”, trazendo antecedentes, avanços e desafios desta iniciativa desafiadora de formação, capacitação, investigação e intercâmbio científico entre pesquisadores de diferentes níveis de formação e distintas universidades, dentre elas a Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro — Portugal (UTAD/

PT), Liverpool Hope University — Reino Unido (LRU/UK), e de diferentes países, como Brasil, Portugal e Reino Unido.¹

Os pressupostos que balizam nossa pesquisa estão na afirmativa de que os fundamentos teórico-metodológicos da profissão estão assentados na historicidade e nas relações sociais desenvolvidas a partir do modo de produção capitalista (Iamamoto, 2013) e, a partir de tal compreensão, objetivamos entender os fundamentos histórico-críticos do Serviço Social no Reino Unido (RU) na atualidade, evidenciando a relação de continuidade e ruptura com as formulações teórico-políticas e operativas do chamado Serviço Social Radical (SSR).

Em 2022, elaboramos a proposta da pesquisa que ora apresentamos, partindo do acúmulo dos estudos e pesquisa realizados no período de 2017-2020² (Bigogno, 2021) que evidenciou as formulações teóricas e vinculações políticas do SSR no RU no período de 1960 a 1980. A pesquisa de Bigogno (2017-2020) nos instigou a continuar a investigação, focando o marco temporal a partir da década de 1980, sobretudo a partir do avanço do Neoliberalismo, conduzido por Margareth Thatcher, e os efeitos de tal condução política para a

1 Atualmente, a pesquisa é coordenada pela pesquisadora Dra. Antoniana Defilippo (UFF/CURO), e desenvolvida juntamente com as(os) pesquisadoras(es) Dra.^a Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras (UFJF/BR), Ms.^a Camila Caroline de Oliveira Ferreira (PUC-SP/BR), Ms.^a Giovanna Canéo (PUC/SP/BR e LHU/UK), Ms.^a Jhulia Salviano da Silva (MPE/UK), Ph.D. Pedro Gabriel da Silva (UTAD/PT), Dra. Shirleny Pereira de Souza Oliveira (PUC-SP/BR), e os assessores Ph.D. Iain Ferguson (UWS/UK), Ph.D. Michael Lavalette (LHU/UK) e Ph.D. VasiliosIoakimides (UE/UK). Está vinculada à Rede Internacional de Pesquisadores em Serviço Social cuja pesquisa “Serviço Social na história: questão social, movimentos e lutas sociais América Latina e Europa (1960-2020)” alicerça os diferentes projetos da referida rede.

2 A referida pesquisa é fruto dos estudos desenvolvidos pela autora junto ao grupo de pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”, financiada pelo CNPQ; e pela pesquisa desenvolvida no doutorado em Serviço Social, na UFRJ, concluído em 2020.

gerência e manutenção dos serviços públicos vinculados ao Estado que, em uma lógica de contenção financeira, afetou os diferentes espaços de inserção profissional para os(as) assistentes sociais e a qualidade e acesso aos serviços assistenciais, ao conjunto de seus(-suas) usuários(as), assim como a vertente do Serviço Social Radical.

Na perspectiva de aprofundamento e novas investigações, indagamos a relação entre essa particularidade histórica e as respostas profissionais do Serviço Social (de cunho político, teórico-metodológico e técnico-operativo) e buscamos entender em que medida tal processo afetou as formulações do SSR, diminuindo o campo de suas vinculações político-organizativas, por exemplo, ao próprio movimento sindical, bastante atacado e reconfigurado no decorrer dessas duas décadas.

Por outro lado, a lógica gerencial na administração pública de cunho neoliberal também afeta os processos organizacionais/institucionais nos quais os assistentes sociais se inserem, restringindo o campo de atuação e as possibilidades de avanço no atendimento às necessidades e demandas dos(as) usuários(as), pautas importantes na formulação e no posicionamento do SSR.

Nesse sentido, para nossa pesquisa é fundamental compreender o legado do SSR e suas transformações ao longo do período entre 1980-2020, identificando sua herança histórica, sobretudo na emergência de posições e alinhamentos críticos já na primeira década do século XXI, que remetem ao legado do SSR, reavivando alguns de seus questionamentos e sua produção teórica.

No item a seguir, compartilhamos parte de nosso referencial teórico, nossos objetivos, metodologia, avanços e desafios para nossa pesquisa.

APROXIMAÇÕES AO SERVIÇO SOCIAL RADICAL BRITÂNICO

O *Radical Social Work* surgiu na década de 1970 e se apresentou como proposta ou abordagem conscientemente articulada no Serviço Social britânico, de fundamentação teórica marxista e de direção social anticapitalista, com forte influência da década precedente de política radicalizada, de crescimento de movimentos antiguerra, antiarmamentista, antirracista, feminista e estudantil.

Sua fundamentação teórica e política estava diretamente relacionada à teoria marxista, numa interlocução com autores britânicos, dentre eles E.P Thompson, Stuart Hall, E. Hobsbawm, vários deles advindos da Nova Esquerda britânica, e com as obras de Marx, Engels, Gramsci, Mandel, Lênin e outros.

Essa abordagem desafiou diretamente a perspectiva profissional tradicional e expressou, no âmbito da profissão, um movimento de contestação ao consenso político do pós-guerra e de reorganização do Estado de Bem-Estar (Bigogno, 2021).

Embora articulada, tal proposta, abordagem ou vertente não se configurou enquanto uma vertente homogênea, sendo influenciada por várias correntes políticas e teóricas críticas e de esquerda, atreladas ao Partido Trabalhista (Social Democrata), ao Partido Comunista da Grã-Bretanha (Leninista); ao Partido Socialista dos Trabalhadores (Trotskista), com muitas disputas ideológicas entre esses grupos.

No entanto, algo fundamental os unificava: seus fundamentos teóricos e sua direção social delinearam a crítica às bases da sociedade capitalista e às bases tradicionais e conservadoras do Serviço Social no Reino Unido. Assim, desde seu surgimento, essa vertente se mostrou contestatória ao Serviço Social Tradicional e impulsionou a reflexão sobre os conflitos que permeavam a categoria profissional, com a promoção de debates mais amplos sobre a sociedade capitalista e as raízes dos “problemas sociais”.

Segundo Ferguson (2011), essa proposta emergiu em direta contração ao tradicionalismo conservador, tecnicista e psicopatológico da profissão que até então era soberana e conivente com os projetos societários dominantes.

O primeiro instrumento de busca pela capilaridade das ideias do *Radical Social Work* foi a revista *Case Con*, que surgiu a partir da iniciativa de um grupo de assistentes sociais engajados nas lutas da classe trabalhadora — especialmente junto aos sindicatos —, docentes que se autodenominavam da esquerda, e estudantes e profissionais de outras categorias.

Em termos teóricos, a primeira publicação consistente do Serviço Social Radical ocorreu em 1975, no livro intitulado “*Radical Social Work*” (Serviço Social Radical), organizado por Roy Bailey e Mike Brake. Em seus capítulos, o livro faz o convite à reflexão sobre uma proposta de radicalidade para a profissão tanto no que se refere ao trabalho quanto na formação profissional por meio da abordagem marxista frente à sociabilidade burguesa e a necessidade de uma teoria que permita ao Serviço Social ultrapassar a perspectiva individualizante e psicologizante de então. Versa sobre a necessária organização política dos assistentes sociais junto aos sindicatos classistas e aos movimentos sociais (vinculados às lutas étnico-raciais, feministas, por habitação e melhores condições de vida para a classe trabalhadora), assim como problematiza sobre o papel do Serviço Social na perspectiva do controle social. Formula reflexões sobre a conscientização da profissão por meio da *práxis* transformadoras da classe trabalhadora e de si como trabalhador, nas contradições desta sociedade (Bailey; Brake, 1975).

Destaca-se que o livro faz uma referência ao Movimento de Reconceituação Latino Americano no momento em que contextualiza as modificações no Serviço Social daquela conjuntura em outras partes do mundo e sinaliza que o movimento é uma perspectiva de mudança ideológica na profissão a partir de uma reconceituação do Serviço Social, tanto no nível ideológico quanto filosófico e nas

concepções da relação do homem com o mundo, para permitir que os assistentes sociais participassem plenamente nos movimentos de libertação latino-americana. Citam o relatório do Seminário de Escolas Latino-Americanas do Serviço Social no Equador, ocorrido em 1971, de onde puderam conhecer, ainda que de forma resumida, o que ocorria na profissão no referido continente (Bailey; Brake, 1975). Ou seja, o livro sinaliza que o movimento de mudança na profissão rumo a uma perspectiva crítica ao tradicionalismo profissional estava ocorrendo em diferentes partes do mundo, numa disputa pelos rumos políticos, ideológicos e teóricos do Serviço Social (Bigogno, 2021).

Enquanto direção político-organizativa, o Serviço Social Radical no Reino Unido foi um movimento heterogêneo e plural atrelado às lutas da classe trabalhadora e tinha muitos elementos e frentes políticas da esquerda que enfatizavam o papel potencialmente revolucionário da auto-organização dos(as) trabalhadores(as). Sua essência é o desafio ao Serviço Social Tradicional e à estrutura que reforça a abordagem tradicional, num confronto com as práticas injustas e opressivas do “bem-estar”, tendo por horizonte o poder da ação coletiva como forma de se derrubar fronteiras ideológicas, organizativas e práticas que perpetuam a estrutura do poder vigente na sociedade capitalista (Bigogno, 2021).

Significativamente, o enfraquecimento da vertente radical foi impactado pela atenuação e derrotas da luta sindical da classe trabalhadora entre os anos 1975 e 1985, seja no Reino Unido, na França, Itália e em outros países ao centro capitalista, que geraram um pessimismo e um descrédito nas perspectivas filosóficas progressistas, marxistas, ao lado das decepções com a socialdemocracia.

Fortaleceu-se a pós-modernidade como visão de mundo, sobretudo no Reino Unido, nos EUA e em outros países de língua inglesa, a ênfase na perspectiva de classe foi sendo cada vez mais substituída pela perspectiva anti-opressiva e identitária.

A ideologia neoliberal e o conservadorismo absorveram o governo e redirecionaram suas forças para a remoção de todas as barreiras ao mercado, principalmente através das privatizações dos serviços públicos e serviços sociais, assim como enfraqueceu a organização político-sindical da classe trabalhadora. Lançaram as bases para o fortalecimento de abordagens centradas no mercado, com impacto expressivo no Serviço Social e para a abordagem radical (Ferguson, 2011).

Entretanto, mesmo em contexto adverso e frente à hegemonia do Serviço Social Tradicional na sociedade capitalista, Iain Ferguson (2011) afirma que, para além da inclusão de determinados conteúdos do legado do Serviço Social Radical à formação e à organização política da categoria profissional, está havendo o ressurgimento de iniciativas críticas ao tradicionalismo da profissão e à sociedade capitalista no Reino Unido, ao lado da resistência às tendências dominantes por parte dos próprios usuários dos serviços que não apenas desafiam as práticas paternalistas e tradicionais da profissão, como também as formas consumistas, massificantes e bárbaras que as determinações do mercado e do lucro incessante criam.

É um cenário adverso que, no entanto, mostra um horizonte de resistência à narrativa dominante, com possibilidades concretas de resgate à perspectiva radical, surgida nos anos 1970 — perspectiva que tem se apresentado como necessária e como possibilidade de se traçar um outro Serviço Social no Reino Unido (Ferguson, 2011)³.

3 A título de informação, segundo Bigogno (2021), Iain Ferguson faz parte do chamado “Serviço Social Crítico e Radical do Reino Unido”, que surgiu a partir dos anos 2000 e tem como principais frentes a *Social WorkAction Network* — SWAN (Rede de Ação do Serviço Social) e a Revista *Critical and Radical Social Work* (Serviço Social Crítico e Radical), organizada pelo mesmo e por Michael Lavalette. A título de informação, estes dois autores foram citados pelos/a entrevistados/a (Chris Rojek, Collin Pritchard, Jeremy Weistein, John Clarke, Mary Langan, Stewart Collins, Mike Simpkin e Nick Frost) da pesquisa como sendo autores que propõem retomar e dar continuidade ao Serviço Social Radical emergido nos anos 1970.

OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

O objeto pelo qual temos nos debruçado em pesquisa está diretamente relacionado aos fundamentos histórico-críticos do Serviço Social britânico na contemporaneidade e, para tanto, pretendemos analisar os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social no Reino Unido, no período de 1980 a 2020, com destaque para a produção da vertente Serviço Social Radical. Buscamos analisar/estudar o impacto que o Serviço Social Radical dos anos 1970 teve na academia (formação), na produção científica, na organização política e no campo da atuação profissional no Reino Unido; assim como analisar como o *new public management* e como as perspectivas radicadas nas práticas baseadas na evidência influenciaram nas políticas públicas e sociais, na classe trabalhadora e na profissão, a partir da matriz neoliberal, impulsionando desvinculações políticas da profissão e reduzindo as possibilidades de afirmação de perspectivas de prática radicais; compreender como se configura, hoje, o Serviço Social no Reino Unido, identificando linhas/continuidades e rupturas entre o Serviço Social radical dos anos 1970 e as configurações da profissão na atualidade; e identificar interlocuções entre os movimentos radicais no Serviço Social no Reino Unido e seus congêneres noutros países e latitudes na atualidade, a partir dos anos 1980 aos anos 2020.

Essas indagações referem-se aos fundamentos históricos nos quais o Serviço Social irá movimentar-se no RU, durante a década de 1980, e constituem a base para as suas formulações teóricas e metodológicas, bem como para as possibilidades e condições objetivas de continuidade da vertente SSR.

As respostas elaboradas pela orientação Neoliberal demonstraram um conjunto de limitações, que é colocado em questão, principalmente, no início dos anos 2000. De acordo com Wood (2006, p. 44), o “boom dos anos 1990” foi “sustentado artificialmente por um mercado de ações inflado, que disfarçava os problemas subjacentes,

e o fato de que a crise de lucratividade que havia marcado a longa derrocada nunca fora realmente resolvida”. Assim, “o aumento nos preços das ações teve pouco a ver, se tanto, com a rentabilidade das companhias envolvidas”.

Desse modo, para desenvolver os objetivos e responder às indagações apresentadas, realizaremos: Pesquisa bibliográfica através de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) e Revisão Narrativa por método de bola-de-neve com a finalidade de revisar o referencial teórico utilizado para a aproximação com o SSR do RU anos 1970 e no século XXI; Análise de conteúdo da Revista *Case Con* (1970-1977); Leitura e análise das regulamentações gerais do Serviço Social no Reino Unido, na atualidade, tais como: Código de Ética, Currículo mínimo, linhas de pesquisa na pós-graduação em Serviço Social (critério de amostragem a ser definida a partir da contribuição de pesquisadores/assessores do RU); Pesquisa através de RSL da produção do Serviço Social em revistas científicas publicadas no Reino Unido (*British Journal of Social Work, International Social Work, Critical and Radical Social Work* etc.), para análise e identificação das expressões teóricas “herdeiras” do Serviço Social Radical no RU, assim como de reflexões e propostas em torno das possibilidades de radicalização da profissão; Mapeamento dos movimentos radicais na categoria (profissionais, acadêmicos e estudantes) e de movimentos sociais anticapitalistas na atualidade e da vinculação do Serviço Social a estes; Realizar entrevistas com acadêmicos/profissionais/dirigentes de associações profissionais, no intuito de identificar aproximações e dissonâncias à perspectiva radical e crítica.

AVANÇOS, DESAFIOS E RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA

Na busca pela socialização da experiência que temos tido no percurso da pesquisa que nos propomos a realizar, apresentamos nos itens

anteriores os antecedentes, síntese do acúmulo teórico e algumas reflexões dessa iniciativa desafiadora de formação, capacitação, investigação e intercâmbio científico entre pesquisadores de diferentes níveis de formação e distintas universidades, em nível nacional e internacional.

Como primeiros resultados, podemos afirmar que avançamos na consolidação da equipe, com reuniões regulares desde 2022 até o presente momento. Nossas primeiras reuniões focaram na identificação do nosso objeto de estudo e na construção do projeto de pesquisa tanto em língua portuguesa quanto inglesa. Avançamos na elaboração de artigos para ENPESS/2022, aceitos, apresentados e publicados nos anais do encontro; avançamos na participação e apresentação de sínteses no VI Simpósio Internacional de Pesquisadores(as) — “Serviço Social na história: Questão social e movimentos sociais — América Latina e Europa”, realizado na UERJ em abril de 2023; na apresentação de resumo da pesquisa no Congresso de Serviço Social e Educação, em Porto/2023; na elaboração de Mapeamento de Dados da Pesquisa, contendo os seguintes eixos: legislações e entidades da categoria; linhas de pesquisa e universidades com aproximação ao Serviço Social Radical; movimentos sociais e redes; revisão bibliográfica; revista *Case Con* e demais periódicos do campo crítico e radical; marco temporal; elementos/critérios que explicitem a processualidade histórica do objeto e permitam a análise a partir do movimento de continuidade-ruptura; elementos/critérios que explicitem a heterogeneidade do Reino Unido e a particularidade do Serviço Social nesse contexto; países a serem considerados: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte; elementos/critérios que explicitem a capilaridade do Serviço Social Radical na contemporaneidade.

Também avançamos na elaboração de questionário/entrevista que será trabalhado(a) com os sujeitos identificados como interlocutores/as da vertente crítica e radical (em português e inglês), assim como avançamos na produção de reflexões advindas do debate sobre

o tema, como por exemplo, na produção do artigo para a revista *Eleuthera*, intitulado “Aproximações entre o Serviço Social do Reino Unido e do Brasil na contestação ao Serviço Social Tradicional”. Temos mantido uma orgânica articulação no grupo/eixo Europa (Espanha, Portugal e Reino Unido) participando de reuniões, produzindo artigos coletivos, como para o ENPES/2024, e participando de formação teórica coletiva, por meio de estudos temáticos.

Para além dos resultados preliminares apresentados, as(os) integrantes desta pesquisa têm se inserido nos diferentes espaços de formação, capacitação, investigação e intercâmbio científico, como no Seminário de Estudos sobre “O Capital”, coordenado pela Profa. Marilda Iamamoto; pós-doutorado na UERJ;⁴ doutorado sanduíche na Liverpool Hope University,⁵ dentre outros.

4 Pós-doutorado em andamento realizado pela pesquisadora Profa. Dra. Antoniana Dias Defilippo Bigogno junto ao Seminário de Estudos sobre “O Capital”, coordenado pela Profa. Dra. Marilda Villela Iamamoto, vinculado à Pesquisa Crítica da Economia Política do Núcleo de Estudo: Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social no Brasil (NECLATSS) e Centro de Estudos Octávio Ianni da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O objetivo é aprofundar os estudos sobre “O Capital” para a análise das transformações históricas do capital na sociedade capitalista contemporânea e suas implicações para o mundo do trabalho, sendo suporte teórico para a análise dos fundamentos do Serviço Social, com ênfase no significado social da profissão e do trabalho do assistente social em uma perspectiva histórico-crítica. O Pós-Doutoramento está sob orientação/supervisão da Profa. Dra. Marilda Villela Iamamoto.

5 Doutorado sanduíche realizado pela pesquisadora e integrante da pesquisa Giovanna Canêo, no Reino Unido, com financiamento da CAPES, no período de seis meses e sob orientação do professor PhD. Michael Lavalette, estabelecendo vínculos internacionais. Realizou pesquisa teórica e de campo voltada à tese de doutorado, numa aproximação com materiais não disponíveis *on-line*, novas referências e indicações de professores (com linhas teóricas críticas) para entrevista na pesquisa. Participou de disciplinas, grupos de estudos, seminários, congressos e manifestações sociais. O doutorado em andamento está sendo realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob orientação da Profa. Dra. Eunice Fávero, intitulado: “As convergências teórico-políticas entre a Criminologia crítica e os princípios éticos do Serviço Social”.

Por fim, contribuimos com a recente tradução e publicação do capítulo de livro “Não está escuro ainda, mas está chegando lá”: Crises globais, Serviço Social e resistência”, relevante produção no campo do Serviço Social Crítico e Radical britânico na contemporaneidade, de autoria dos professores Iain Ferguson e Michael Lavalette, na *Revista Libertas/UFJF*.

REFERÊNCIAS

- BAILEY, R.; BRAKE, M. *Radical Social Work*. Nova York: Pantheon Books, 1975.
- CORRIGAN, P.; LEONARD, P. *Prática do Serviço Social no capitalismo: uma abordagem marxista*. Tr. Alzira Soares da Rocha, Maria Helena Camacho Martins Pereira, 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BIGOGNO, A. D. D. Serviço Social Radical: a experiência do Reino Unido no transcurso dos anos 1970 a 1980. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.) *A história pelo avesso*. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. 1 ed. — São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- FERGUSON, I. 'Another Social Work is Possible!' Reclaiming the Radical Tradition. In: *International Social Work: A Supplement of Social Work Review*, București: Editura Universităţii din București, 2011.
- IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2013.
- PRITCHARD, C.; TAYLOR, R. *Social Work: Reform or Revolution?* London, Henley and Boston: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- SILVA, M.O.S. O Serviço Social Radical: uma amostra de apoio às transformações das sociedades capitalistas desenvolvidas. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 13. São Paulo: Cortez, 1983.
- SWAN, Social WorkAction Network. Disponível em: **<https://socialworkfuture.org/>**. Acesso em: jan. 2020.
- WOOD, E. M. *O que é (anti)capitalismo*. Crítica Marxista, 2006.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

ADELA CLARAMUNT

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Ciências Sociais com Especialização em Serviço Social, pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de la República (UdelaR). Professora Associada, docente e pesquisador aposentado da UdelaR.

E-MAIL: adelaclaramunt@gmail.com

ALEJANDRO CASAS

Assistente Social. Professor Titular e pesquisador do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de la República (UdelaR). Mestre em Serviço Social pela UFRJ (parceria com UdelaR). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutorado (CNRS-EHESS, França).

E-MAIL: alejandro.casas@cienciassociales.edu.uy

ALCINA DE CASTRO MARTINS

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Doutora em Serviço Social na PUC-SP. Professora Associada aposentada do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), Portugal.

E-MAIL: alcina55martins@gmail.com

**ALEXANDRA APARECIDA LEITE
TOFFANETTO SEABRA EIRAS**

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

E-MAIL: alexandra.eiras@ufjf.br

AMANDA GUAZZELLI

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF-Campos).

E-MAIL: guamandita@yahoo.com.br

AMOR ANTÔNIO MONTEIRO

Assistente Social. Mestre e Doutor em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Diretor das Pós-Graduações e Investigação Científica do Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola, onde também é professor e investigador.

E-MAIL: feno.amor@ucan.edu

ANA LÍVIA ADRIANO

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS-UFF).

E-MAIL: analiviass@gmail.com

ANA LUIZA AVELAR DE OLIVEIRA

Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

E-MAIL: anaavelar.oliveira@ufjf.br

ANTONIANA DIAS DEFILIPPO

Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pós Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense/Campus Rio das Ostras (UFF).

E-MAIL: antonianadefilippo@id.uff.br

CARINA BERTA MOLJO

Assistente Social. Mestra e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós-doutora em Serviço Social pela PUC-SP e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

E-MAIL: carinamoljo@uol.com

CLÁUDIA MÔNICA DOS SANTOS

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutora em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga

(ISMT), Portugal e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora aposentada da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde atua como professora convidada do Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

E-MAIL: cmonicasantos@gmail.com

EDIANE PEREIRA SANTANA

Assistente Social. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-MAIL: ediane92@gmail.com

ELAINE ROSSETTI BEHRING

Assistente Social. Mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutora em Sociologia e Ciência Política na Universidade de Paris VIII, CRESPPA – CSU. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

E-MAIL: elan.rosbeh@uol.com.br

ERIKA ALEJANDRA GONZÁLEZ ZARATE

Assistente Social formada pela Universidad de Caldas, Colômbia.

E-MAIL: erikazaratea@outlook.es

ESTHER LUÍZA DE SOUZA LEMOS

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Pós-doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Toledo.

E-MAIL: estherlemos@gmail.com

GIOVANNA CANÊO

Assistente Social. Mestra em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP e Doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP, com estágio de pesquisa, bolsa sanduíche, na Liverpool Hope University (LHU). Liverpool, Reino Unido.

E-MAIL: gicaneos80@gmail.com

GRAZIELA SCHEFFER

Assistente Social. Mestra e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Procientista da UERJ.

E-MAIL: graziela.uerj@gmail.com

INEZ ROCHA ZACARIAS

Assistente Social. Mestra e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-MAIL: inezpoa@yahoo.com.br

ISAURA GOMES DE CARVALHO AQUINO

Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora e Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Associada da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

E-MAIL: isauraaqui@gmail.com

JESSICA FLORES MIZOGUCHI

Assistente Social da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-MAIL: jemizoguchi@gmail.com

JHULIA SALVIANO DA SILVA

Assistente Social. Mestranda em Saúde Pública e Promoção à Saúde pela Robert Gordon University (RGU) por meio da bolsa Women in STEM financiada pelo British Council (Reino Unido).

E-MAIL: jhulia.salviano@gmail.com

JOÃO PAULO DA SILVA VALDO

Assistente Social. Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor substituto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

E-MAIL: jpsilvaldo@gmail.com

JOSÉ FERNANDO SIQUEIRA DA SILVA

Assistente Social. Mestre e doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutor pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina) e pela Universidad de La República (Uruguai). Professor Titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Franca — Departamento de Serviço Social). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

E-MAIL: jfernandoss@terra.com.br

KATERINE MARCELA CARO LÓPEZ

Estudante de graduação em Serviço Social da Universidad de Antioquia (UdeA).

E-MAIL: katerine.carol@udea.edu.co

KELLY RODRIGUES MELATTI

Assistente Social da Prefeitura Municipal de São Paulo. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Presidente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), gestão 2023-2026.

E-MAIL: kmelatti@gmail.com

LUCCAS GOMES DOS SANTOS

Estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-MAIL: lucasgs@hotmail.com

LUISA MARÍA PULGARÍN ARBOLEDA

Assistente social. Mestre pelo Colegio Mayor de Antioquia.

E-MAIL: luisa.mariap@colmayor.edu.co

MARIA BEATRIZ COSTA ABRAMIDES

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorado pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (UNL), Portugal. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-MAIL: biabramides@gmail.com

MARIA CARMELITA YAZBEK

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutora em Ciências políticas pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). Professora Emérita do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP.

E-MAIL: mcyaz@uol.com.br

MARIA ELIZABETH SANTANA BORGES

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Associada do Instituto de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-MAIL: bethborges@gmail.com

MARÍA FERNANDA ESCURRA

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

E-MAIL: mfescurra@gmail.com

MARIA HELENA ELPIDIO

Assistente Social. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-MAIL: lенаeabreu@gmail.com

MARIA INÊS SOUZA BRAVO

Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora aposentada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora aposentada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e docente do Programa de Pós-Graduação do Serviço Social. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-MAIL: **msouzabravo@gmail.com**

MARIA LÚCIA DURIGUETTO

Assistente Social. Mestra e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutora em Teoria Política na Universidade da Calábria (Itália). Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-MAIL: **maluduriguetto@gmail.com**

MARIA ROSÂNGELA BATISTONI

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora aposentada da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

E-MAIL: **rosangelabatistoni@gmail.com**

MARILDA VILLELA IAMAMOTO

Assistente Social. Mestre em Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Titular aposentada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq

E-MAIL: mviyamamoto@uol.com.br

MAURÍLIO CASTRO DE MATOS

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutor em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Procientista da UERJ.

E-MAIL: mauriliomatos@gmail.com

MIGUEL ANGEL OLIVER

Assistente Social. Mestre em Migrações Internacionais Contemporâneas pela Universidad Pontificia Comillas (Espanha) e Doutor em Serviço Social, Serviços Sociais e Política Social pela Universidade de Barcelona. Professor do curso de Serviço Social na Universitat de les Illes Balears (UIB), Espanha. Membro do grupo de investigação “Desigualdades, Género y Políticas Públicas”, do Observatório Social das Ilhas Baleares e da Rede Iberoamericana de Pesquisa em Serviço Social.

E-MAIL: mangel.oliver@uib.es

MÓNICA MARÍA CASTAÑEDA GÓMEZ

Assistente Social pela Universidad de Antioquia (UdeA). Integrante del Grupo de Investigación Interdisciplinar en Dinámicas Regionales, Cultura y Transformación Social.

E-MAIL: monica.castaneda@udea.edu.co

MÔNICA PAULINO DE LANES

Assistente Social. Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social da UFES.

E-MAIL: monicapaulinodelanes@gmail.com

NORA LILIANA GUEVARA PEÑA

Assistente social formada pela Universidade del Valle, mestre em estudos interdisciplinares sobre o desenvolvimento pela Universidade dos Andes. Professora da Fundação Universitária Católica Lumen Gentium e da Universidade del Valle, campus Zarzal. Atualmente, é presidenta da Associação de Assistentes Sociais do Valle del Cauca (ATSOVALLE).

E-MAIL: nora.guevara@correounivalle.edu.co;

nlguevarap@unicatolica.edu.co

RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA

Assistente Social. Mestre e Doutor em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pós-doutorando em Política Social pela Universidade de Brasília (UNB). Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES.

E-MAIL: rafael.v.teixeira@ufes.br

RAQUEL RAICHELIS

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutora pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-MAIL: raichelis@uol.com.br

RENATA GOMES SILVA

Estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-MAIL: renata.gosv@gmail.com

ROSANA MATOS-SILVEIRA

Assistente Social. Licenciada e Doutora em Ciências Sociais pela Universidad de Granada, Espanha. Professora da Facultad de Trabajo Social da Universidad de Granada. Membro do SEPISE — Grupo de Investigación — Universidad de Granada. Coordenadora de Projetos financiados pelo Centro de Iniciativas de Cooperación al Desarrollo (CICODE) da Universidad de Granada.

E-MAIL: rosanadm@ugr.es

ROBERTH WILSON SALAMANCA ÁVILA

Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assistente Social da Universidad Nacional de Colombia. Professor da Universidad Externado de Colombia.

E-MAIL: salamancats@gmail.com

SANDRA LEOPOLD

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela UFRJ (parceria com UdelaR) e Doutora em Ciências Sociais com Especialização em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República (UdelaR). Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidad da República, Uruguai.

E-MAIL: sandra.leopold@cienciassociales.edu.uy

SANDRA REGINA VAZ DA SILVA

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Doutora em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-MAIL: sandravaz@id.uff.br

SERGIO QUINTERO LONDOÑO

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Universidad de Caldas, Colômbia.

E-MAIL: sergio.quintero@ucaldas.edu.co

SUSANA MARIA MAIA

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Curso de Graduação em Serviço Social do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense (UFF-CURO).

E-MAIL: smmaia@yahoo.com.br

TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Adjunta do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) / Campus Baixada Santista.

E-MAIL: tgdiniz@uol.com.br

TATIANA REIDEL

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Pós-doutora pela Universidade Complutense de Madri (UCM), Espanha. Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-MAIL: tatyreidel@gmail.com

THAISA TEIXEIRA CLOSS

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Pós-doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-MAIL: thaisatcloss@gmail.com

TEREZINHA DE FÁTIMA RODRIGUES

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutoranda em Serviço Social PUC-SP. Professora Associada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)/Campus Baixada Santista.

E-MAIL: terezinha.unifesp@gmail.com

VICTOR ALFREDO ORELLANA BRAVO

Assistente Social. Mestre em Trabajo Social pela Pontificia Universidad Católica de Chile e Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Assistente do Departamento de Trabajo Social da Universidad de Chile.

E-MAIL: victor.orellana@uchile.cl

VIRGÍNIA ALVES CARRARA

Assistente Social. Mestra em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-doutora em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), Portugal. Professora Associada IV da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

E-MAIL: vcarrara@ufop.edu.br

YENNY ANDREA BELALCÁZAR VÁSQUEZ

Assistente Social. Mestre em Trabajo Social y acentuación en estudios de género pela Universidad Autonoma de Sinaloa, México. Professora do Programa de Trabajo Social da Corporación Universitaria del Caribe (CECAR), Colombia.

E-MAIL: yenny.belalcazarv@cecar.edu.co

ZIZA DOURADO

Assistente Social. Mestra e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-MAIL: zizadourado@gmail.com

Este interessante e absolutamente original volume, fruto das atividades de uma pesquisa internacional em rede, explora as diversas expressões do Serviço Social nas realidades sócio-políticas da América Latina e da Europa. Dividido em três partes, o volume aborda temas cruciais como a questão social, os movimentos sociais, as lutas anticapitalistas e os desafios profissionais dentro das estruturas de bem-estar social. Através de contribuições de acadêmicos e profissionais da área, o livro oferece uma visão crítica das dinâmicas históricas e atuais do Serviço Social, destacando o papel fundamental dessa profissão na promoção da justiça social e dos direitos humanos em contextos caracterizados por desigualdades e transformações políticas. O volume, enriquecido por estudos de caso e análises teóricas, representa um recurso valioso para estudantes, pesquisadores e profissionais da área, estimulando uma reflexão crítica sobre o papel do Serviço Social no mundo contemporâneo.

Dra. Annamaria Campanini

Presidente da International Association of Schools of Social Work (IASSW) / Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social (AIETS). Docente aposentada da Universidade Milano Bicocca – Itália

